



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LANA LESSA DOS SANTOS HORA

O BONGA: trajetória e experiências sócio-culturais no vale do Zambeze,  
Moçambique (1855-1888)

Salvador

2025



LANA LESSA DOS SANTOS HORA

O BONGA: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS NO VALE DO  
ZAMBEZE, MOÇAMBIQUE (1855-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como  
requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.  
Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

Salvador, 2025



LANA LESSA DOS SANTOS HORA

O BONGA: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS NO VALE DO  
ZAMBEZE, MOÇAMBIQUE (1855-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História Social, da Universidade  
Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, para obtenção do grau de Mestre  
em História.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Orientador)  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Maria de Carvalho  
Universidade Federal de Alagoas

---

Prof. Dr. Marcos Vinicius Santos Dias Coelho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Dr. Thiago Clemencio Sapede  
Universidade Federal da Bahia



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)  
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

---

H811 Hora, Lana Lessa dos Santos  
O Bonga: trajetória e experiências sócio-culturais no Vale do Zambeze, Moçambique  
(1855-1888) / Lana Lessa dos Santos Hora, 2025.  
197 f.: il.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Fábio Baqueiro Figueiredo  
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social. da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

1. História Social. 2. Moçambique – História - Séc. XIX. 3. Resistência. I. Figueiredo,  
Fábio Baqueiro. II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da  
Bahia. III. Título.

CDD: 967.9

---

Responsável técnica: Ana Cristina Portela de Santana - CRB/5-997






*Universidade Federal da Bahia*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**


**ATA Nº 219**

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH), realizada em 19/02/2025 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM HISTÓRIA, área de concentração História Social, do(a) candidato(a) LANA LESSA DOS SANTOS HORA, de matrícula 2023112128, intitulada O Bonga: trajetória e experiências sócio-culturais no vale do Zambeze, Moçambique (1855-1888). Às 14:00 do citado dia, por videoconferência, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora, Prof. Dr. FABIO BAQUEIRO FIGUEIREDO, que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. THIAGO CLEMENCIO SAPEDE (Universidade Federal da Bahia), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> FLÁVIA MARIA DE CARVALHO (Universidade Federal da Alagoas) e Prof. Dr. MARCOS VINICIUS SANTOS DIAS COELHO (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente, que passou a palavra à candidata para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. A banca reconheceu que a candidata cumpriu todos os requisitos necessários à obtenção do título de mestrado, devendo acolher as orientações propostas pela arguição para o depósito da versão final. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente  
 **FLAVIA MARIA DE CARVALHO**  
 Data: 28/02/2025 14:51:31-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


**Dra. FLÁVIA MARIA DE CARVALHO**

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente  
 **MARCOS VINICIUS SANTOS DIAS COELHO**  
 Data: 27/02/2025 10:37:10-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


**Dr. MARCOS VINICIUS SANTOS DIAS COELHO, UNILAB**

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente  
 **THIAGO CLEMENCIO SAPEDE**  
 Data: 26/02/2025 18:45:01-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


**Dr. THIAGO CLEMENCIO SAPEDE, UFBA**

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
 **FABIO BAQUEIRO FIGUEIREDO**  
 Data: 21/02/2025 15:05:19-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Dr. FABIO BAQUEIRO FIGUEIREDO, UFBA**

Presidente

Documento assinado digitalmente  
 **LANA LESSA DOS SANTOS HORA**  
 Data: 10/03/2025 13:39:45-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**LANA LESSA DOS SANTOS HORA**





*Universidade Federal da Bahia*  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**

**FOLHA DE CORREÇÕES**

**ATA Nº 219**

**Autor(a):** LANA LESSA DOS SANTOS HORA

**Título:** O Bonga: trajetória e experiências sócio-culturais no vale do Zambeze, Moçambique (1855-1888)

**Banca examinadora:**

Prof(a). FLÁVIA MARIA DE CARVALHO	Examinadora Externa à Instituição
Prof(a). MARCOS VINICIUS SANTOS DIAS COELHO	Examinador Externo à Instituição
Prof(a). THIAGO CLEMENCIO SAPEDE	Examinador Interno
Prof(a). FABIO BAQUEIRO FIGUEIREDO	Presidente

---

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1.     [   ]     INTRODUÇÃO
2.     [   ]     REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3.     [   ]     METODOLOGIA
4.     [   ]     RESULTADOS OBTIDOS
5.     [   ]     CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

---

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

**Prof(a). FABIO BAQUEIRO FIGUEIREDO**

Orientador(a)



## AGRADECIMENTOS

O cantor e rapper Emicida tem uma música aparentemente simples, que eu gosto muito, intitulada *Pequenas Alegrias da Vida Adulta*. Trata-se de uma celebração poética das pequenas conquistas e prazeres cotidianos que marcam a maturidade. Em poucas estrofes, ele fala sobre a simplicidade e a ressignificação da felicidade, com uma abordagem leve e íntima, que nos faz refletir sobre a importância da gratidão. Ao longo desses dois anos, a execução desta pesquisa e a conclusão desta dissertação não seriam possíveis sem o apoio de muitas pessoas.

Por isso, nas minhas pequenas alegrias da vida acadêmica, começo agradecendo ao meu orientador, Fábio Baqueiro Figueiredo, por sua paciência e generosidade, por acreditar neste trabalho desde o início, me impulsionar e desafiar a ir além do que eu mesma imaginava ser capaz. Aos professores Marcos Vinicius Santos Dias Coelho e Flávia Maria de Carvalho, pelas contribuições valiosas durante a qualificação; e, juntamente com o professor Thiago Clémencio Sapede, pelas observações feitas na defesa, que abriram meus olhos para as inúmeras possibilidades que esta pesquisa poderia seguir. À professora Clarissa Vierke, por toda a generosidade durante minha estadia na Alemanha, preocupando-se não apenas com as questões práticas, mas também para que eu aproveitasse ao máximo essa experiência como pesquisadora.

Ao professor Denilson Lessa dos Santos, que acreditou no meu potencial ainda antes do mestrado, me encorajando a seguir nesse caminho. Sua generosidade, compartilhando bibliografia, fontes, conselhos e provocações, foi essencial para minha jornada pelos mundos zambezianos.

Nas pequenas alegrias da vida adulta, Emicida propõe um olhar carinhoso sobre as pessoas à sua volta, valorizando não apenas os espaços físicos, mas as interações que eles proporcionam. Por isso, não posso deixar de agradecer aos amigos que me acompanharam nessa trajetória. Aos colegas que se tornaram amigos, Pedro, João e Lázaro, por tornarem as aulas mais divertidas e produtivas. Aos amigos Júlio, Regiane, Diana, Paul e Tiago que conheci na Alemanha e que foram importantes não apenas para o desenvolvimento da pesquisa, mas por me acolherem com tanto carinho e cuidado durante minha estadia.

Aos “velhos amigos”, que acompanham minha jornada acadêmica há mais tempo, que se preocupam com as minhas inquietações e fazem o possível para mostrar que não estou sozinha. Em especial, agradeço a Anajuli Guimarães e a Valtemir Conceição dos Santos, que



estiveram ao meu lado mais de perto durante o mestrado, ouvindo pacientemente todas as minhas questões sobre Bonga e a Zambézia.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, pela disponibilidade e apoio constantes. À Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), pelo financiamento com bolsa de formação ao longo desses dois anos de pesquisa. Ao Centro Universitário da Baviera para América Latina (BAYLAT), do Ministério de Ciências e Artes do Estado Livre da Baviera, pelo apoio com a bolsa de pesquisa que possibilitou minha estadia na Universidade de Bayreuth por quatro meses.

Por fim, e nunca por último, agradeço à minha família, que sempre me incentivou e apoiou em minhas decisões. Em especial, à minha mãe, Ana Lúcia Lessa, por todo o cuidado, a preocupação e o interesse genuíno quando eu falava sobre minha pesquisa, mesmo sem entender exatamente o assunto.

Como diria Emicida: “Você é o único representante do seu sonho na face da Terra, e esse sonho é bom”.



HORA, Lana Lessa dos Santos. **O BONGA: trajetória e experiências sócio-culturais no vale do Zambeze, Moçambique (1855-1888)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025. 197p.

## RESUMO

Esta dissertação se concentra no mundo dos prazos da Coroa no século XIX, com ênfase nas décadas de 1850 a 1880, período marcado pelo avanço do projeto colonial português e por intensas transformações políticas e sociais no continente africano. Criados originalmente no século XVI como forma de ocupação do território, os prazos da Coroa passaram por reconfigurações significativas ao longo do tempo, moldadas pelas interações entre agentes portugueses, goeses e populações africanas locais. O foco da pesquisa recai sobre a trajetória de Antônio Vicente da Cruz, o Bonga, senhor de prazo e autoridade política atuante em Massangano, um dos prazos mais famosos da Zambézia. Compreender sua atuação nesse contexto é importante para refletir sobre as formas locais de exercício do poder, organização social e negociação política na região no século XIX. Descendente da quarta geração do goês Nicolau de Cruz, Bonga resistiu a quatro expedições militares portuguesas (1867–1869) que buscavam tomar seu território. Esses episódios evidenciam não apenas os embates com a administração portuguesa, mas também as disputas envolvendo senhores de prazo mestiços, agentes portugueses e autoridades políticas africanas, em um momento de crescente interesse europeu pela região. A partir de uma abordagem micro-histórica, esta pesquisa analisa como a figura de Bonga revela dinâmicas próprias do poder local, oferecendo novas possibilidades de leitura sobre agência africana e resistência na província de Moçambique no século XIX.

**Palavra-chave:** Bonga. Prazos da Coroa. Moçambique. Relações de poder. Resistência



## ABSTRACT

This dissertation focuses on the world of the Crown's prazos in the nineteenth century, with emphasis on the decades between 1850 and 1880—a period marked by the expansion of the Portuguese colonial project and by intense political and social transformations across the African continent. Originally established in the sixteenth century as a form of territorial occupation, the prazos underwent significant reconfigurations over time, shaped by interactions among Portuguese agents, Goans, and local African populations. The research centers on the trajectory of Antônio Vicente da Cruz, known as Bonga, a prazo holder and political authority active in Massangano, one of the most prominent prazos in the Zambézia region. Understanding his role in this context is key to reflecting on local forms of power, social organization, and political negotiation in nineteenth-century Mozambique. A fourth-generation descendant of the Goan Nicolau de Cruz, Bonga resisted four Portuguese military expeditions (1867–1869) aimed at taking control of his territory. These episodes reveal not only conflicts with the portuguese administration but also broader disputes involving mixed-race prazo lords, Portuguese agents, and African political authorities, at a time of growing European interest in the region. Using a micro-historical approach, this study analyzes how Bonga's figure reveals local power dynamics, offering new perspectives on African agency and resistance in nineteenth-century Mozambique.

Keywords: Bonga. Prazos da Coroa. Mozambique. Power relations. Resistance



**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BnF	Bibliothèque nationale de France



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Bonga e suas relações sociais e políticos	22
Tabela 2	Relação nominal dos cidadãos que forneceram homens armados para coadjuvar a guerra contra o rebelde Bonga	76



**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Imagem 1	Massangano, a aringa de Bonga	74
Imagem 2	Desenho do capitão-mor de Manica e Quiteve- Manoel Antonio de Sousa	106
Imagem 3	Expedição da Zambézia 1869	158



**LISTA DE MAPAS**

Mapa 1	Zambézia no século XIX	30
Mapa 2	Região de influência cultural shona	32
Mapa 3	Território do prazo de Macanga e terras da família Cruz	88
Mapa 4	Prazo de Gorongosa, Barué e território Gaza	99
Mapa 5	Feira do Zumbo, vila de Tete e Vila de Sena (1861)	113
Mapa 6	Serra do Lupata entre o prazo de Massangano e Senna	123



## SUMÁRIO

Introdução	15
1 O Mundo Do Bonga: Os Sentidos Sociais E Políticos Dos Prazos Na Zambézia	35
1.1 Esmiuçando Significados: Mp’ondoro E Feitiçaria Na Vida Do Bonga	43
1.2 O Bonga E As Mulheres: Redes De Parentesco e a Política Na Zambézia Senhorial	56
1.2.1 Dona Luísa Micaela Rita Da Cruz: A Luíza Do Goengue	60
1.2.2 Dona Maria Da Cruz, A Maria Do Marango	66
1.3 Os “Pretos” Do Bonga	71
1.4 O Prazo De Massangano	86
2 Entre Espingardas E Interesses: Os Cruz, Os Negociantes E As Guerras No Zambeze	95
2.1 Os Cruz De Massangano E Os Pereiras De Macanga: Expansão De Território, Poder E A Desconfiança Portuguesa	107
2.2 Manuel António De Sousa: Um Importante Aliado Para As Guerras Contra Massangano	118
3 Bonga E Os Portugueses	127
3.1 O Sargento Mor De Massangano: Estratégias Políticas Estabelecidas Pelo Governo Português	132
3.1.1 Livingstone E A Reação Portuguesa	143
3.2 As Expedições Mal Sucedidas	151
3.2.1 O Bonga E Seu Compadre Gouveia	151
3.2.2 A Vingança Mal Sucedida	160
3.2.3 Mais Uma Expedição Se Organiza...	163
3.2.4 O Grande Desastre Em Massangano	167
3.3 O Que Se Noticiava Sobre O Bonga E As Expedições	172
Últimas Palavras	180
Lista De Fontes	185
Obras Publicadas	185
Jornais E Revistas	187
Debates Parlamentares	188
Diário Oficial Do Governo	189
Fontes Manuscritas	190
Referências	192



## INTRODUÇÃO

Disseram há pouco tempo informações oficiais que o Bonga transferirá o seu domicílio para o Luane, que tem em Inhaquári, e onde vive sem fortificação alguma. Informações particulares dizem que ele está no Sungo, Typue, Maburpur, Inhaquári e, principalmente, na sua célebre aringa de Massangano. No Diário de Notícias do dia 26 de abril deste ano lê-se: «O senhor ministro da Fazenda leu um ofício participando que o secretário do governo de Tete fora muito bem recebido pelo Bonga, que o autorizará a destruir a aringa que havia construído em Maburpur, caso estivesse em terreno do Estado. Não foi preciso, porque Antônio Vicente transferiu o domicílio para o Luane, que tem em Inhaquári, e onde vive sem fortificação alguma e em completa miséria. Pobre capitão-mor de Tete. Agora se verá, pela sua pobreza, quanto era violento pedirem-lhe outrora tanto marfim e tanto ouro alguns dos governadores de Tete, que o exploraram e exasperaram sem proveito para a nação e antes em detrimento dela, como é notório.»<sup>1</sup>

Esta narrativa é o início de um folheto publicado na década de 1870 de autoria de Delfim José de Oliveira, antigo comandante militar da vila de Tete e Governador do distrito de Quelimane, mas que à época encontrava-se na condição de tenente-coronel reformado. Após relatar o “descaso” da metrópole em relação à província de Moçambique e afirmar que, devido aos anos vividos na região, possuía conhecimento de causa para discorrer sobre o território e, sobretudo, os indivíduos que lá habitavam, Oliveira concentra sua narrativa no Bonga, figura central do famoso prazo de Massangano.

No trecho de seu relato, Oliveira menciona uma suposta relação de abuso de poder por parte de administradores portugueses sobre essa figura. Ao mesmo tempo, cita diversos territórios pertencentes a Bonga, apresentando-o como capitão-mor de Tete, título que em um primeiro momento remete à hierarquia militar portuguesa. Curiosamente, a narrativa de Oliveira inicia com base em um trecho de um jornal português, mostrando que esse personagem havia se tornado destaque no debate público metropolitano.

O Bonga mencionado por Delfim Oliveira é o Antonio Vicente da Cruz, filho do Joaquim da Cruz e Filippa, sendo da quarta geração da família Cruz, estabelecida no vale do Zambeze desde o final do século XVIII. Bonga esteve à frente do prazo de Massangano por 24 anos e consolidou Massangano como um importante território às margens do Zambeze, assim como se consolidou como uma figura de poder cuja trajetória ajuda a compreender as múltiplas camadas das relações entre atores africanos, portugueses e goeses na Zambézia do século XIX.

---

<sup>1</sup> Oliveira, Delfim José de. *A província de Moçambique e o Bonga*. Coimbra: Imprensa Académica, 1879 p. 6.



Em oposição à imagem reduzida e simplificada apresentada no trecho de jornal reproduzido por Oliveira, Bonga destacou-se por sua firme resistência às campanhas militares da década de 1860. Suas sucessivas ações marcaram profundamente a memória dos militares e da administração portuguesa, evidenciando a frágil presença lusa nas regiões dos prazos. As expedições contra Massangano, além de fracassarem militarmente, deram origem a um vasto repertório discursivo de frustração e perplexidade. Nesse imaginário, Bonga aparecia ora como um inimigo obstinado, ora como um prazeiro “rebelde”, ora ainda como um “capitão-mor” injustiçado, conforme o retrato oferecido pela imprensa metropolitana.

Assim, compreender a trajetória de Bonga exige, portanto, situá-lo em uma estrutura mais ampla: os prazos da Coroa no vale do Zambeze. Sua atuação enquanto senhor de prazo está inserido nas complexidades de um território que eram também espaços de negociação política, dominação social e construção de legitimidade. Por isso, antes de adentrar propriamente sua trajetória, é fundamental entender as transformações desse sistema senhorial, cujas bases se formaram séculos antes, mas cujos contornos se alteraram profundamente ao longo do século XIX, especialmente no contexto de avanço europeu, fim do tráfico atlântico e disputa por influência e território na região zambeziana.

Originada, sobretudo, da conquista de terras por iniciativas privadas, que negociou a cedência das primeiras terras com as autoridades políticas africanas no Zambeze, a política de prazos nas imediações do rio Zambeze encontrou consagração institucional no século XVII, quando a Coroa portuguesa, por meio do Estado da Índia, se interessou em regularizar a situação criada por esses esforços individuais, a fim de reivindicar, de qualquer forma, a posse sobre as novas conquistas<sup>2</sup>. Em outras palavras, o rei de Portugal detinha o direito de posse sobre todos os territórios descobertos e conquistados por seus súditos, podendo, no entanto, abrir mão do usufruto desses territórios em favor de um particular<sup>3</sup>.

Na retórica jurídica portuguesa, essa política implicava na transposição a Moçambique de práticas previamente adotadas em outros territórios, a exemplo da Índia portuguesa, como a enfiteuse e a concessão de bens da Coroa, uma política adotada na reconquista cristã da Península Ibérica<sup>4</sup>. Na enfiteuse, o senhor da terra mantinha o domínio direto, enquanto

<sup>2</sup> Papagno, Giuseppe. *Colonialismo e Feudalismo – A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX*, Lisboa: A regra do Jogo, 1980, p. 25. Rodrigues, Maria Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 22

<sup>3</sup> Baltasar, J. A. DOS S. *Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII)*. Dissertação de Mestrado—Lisboa: Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 9.

<sup>4</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 356-357; Baltasar, *Rumo ao hinterland*, p. 10.



concedia o domínio útil a outra pessoa, mediante o cumprimento de obrigações dominiais, entre elas o pagamento de foro. Esse vínculo era conhecido como empraçamento, aforamento ou, como se popularizou no século XIX, prazo. Essas concessões, enquanto “bens” da Coroa Portuguesa, funcionavam como remunerações por serviços prestados pelos vassalos. Os beneficiários das mercês tinham, por obrigação, que residir na região das terras concedidas e prestar serviços, especialmente de caráter militar.

No que era então conhecido como Rios de Sena, as concessões eram geralmente feitas de forma perpétua para instituições religiosas e por prazo determinado em se tratando de particulares. Neste caso, a regra estipulava que o usufruto fosse válido por três vidas: o prazeiro utilizava a terra durante sua vida e, antes de sua morte, indicava um sucessor, que deveria repetir o mesmo procedimento. Segundo a historiadora Maria Eugénia Rodrigues, em Portugal, o regime de enfiteuse permitia diversas formas de transmissão, beneficiando tanto familiares quanto pessoas de fora do círculo familiar<sup>5</sup>.

Durante muito tempo, nos Rios de Sena, vigorou a livre nomeação, permitindo que os prazos fossem transmitidos a qualquer parente ou até mesmo a estranhos, o que assegurava a continuidade de “casas sem descendentes, numa região onde a mortalidade europeia era alta e o controle do território dependia dos exércitos dos foreiros”<sup>6</sup>. De acordo com Rodrigues, no final do século XVIII, a transmissão dos prazos passou a ser restrita aos parentes biológicos, o que provavelmente indicava as mudanças sociais e demográficas pelas quais a região do Zambeze estava passando<sup>7</sup>.

A transmissão por via uterina foi, na verdade, reforçada discursivamente pelo protagonismo alcançado pelas Donas de prazo na história da Zambézia. Essa proeminência sustentou a ideia, amplamente difundida na historiografia, de que os prazos do Zambeze estariam vinculados a uma especificidade legal segundo a qual as concessões deveriam ser feitas exclusivamente a mulheres, e a sucessão, realizada por linha uterina<sup>8</sup>. No entanto, afastando-se dessa tese, Rodrigues argumenta que, entre o final do século XVII e meados do século XVIII, aproximadamente um terço dos prazos foi concedido a mulheres, mas com a

---

<sup>5</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 23.

<sup>6</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 23.

<sup>7</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 24.

<sup>8</sup> Lobato, Alexandre. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Coleção Estudos Moçambicanos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962; Newitt, Malyn. D. D. *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa*. New York: Africana Pub. Co, 1973



cláusula de que se casassem com europeus ou que a sucessão recaísse sobre filhas<sup>9</sup>. Em períodos posteriores, especialmente após a autonomia de Moçambique em relação ao Estado da Índia, não havia proibições à transmissão feminina, mas tampouco existia uma imposição legal de que a sucessão ocorresse exclusivamente por via feminina. Essa possibilidade foi explorada pela administração de Moçambique e aprovada pela Coroa portuguesa como forma de incentivar o deslocamento de europeus e goeses para o interior. Considerando, sobretudo, a alta mortalidade entre agentes portugueses, os contextos matrilineares das sociedades próximo ao Zambeze e as estratégias de reprodução social das famílias locais, é notável o número elevado de mulheres que efetivamente se tornaram detentoras de prazos<sup>10</sup>.

Na historiografia, encontram-se algumas análises sobre o regime de prazos da Coroa, com ênfase particular em sua concepção teórico-jurídica. Na leitura do historiador do império português Alexandre Lobato, ao considerar a longevidade da instituição na região, argumenta que “os prazos nasceram da adaptação do sistema português das sesmarias às condições sociais, económicas e políticas da Zambézia. Terras de sesmaria é como eles são inicialmente designados e convém ter presente o fato”<sup>11</sup>. Em outras palavras, segundo o autor, a concessão de terras nas margens do rio Zambeze corresponderia, em linhas gerais, ao modelo das sesmarias adotado, por exemplo, no Brasil, mas adaptado às especificidades sociais e culturais dos povos que habitavam a região. O uso do termo “terras de sesmaria” evidencia, assim, uma continuidade inicial com o modelo jurídico-administrativo português.

Assim, para Lobato, os prazos representam, acima de tudo, uma adaptação estratégica portuguesa: um vínculo jurídico baseado no sistema de sesmarias, implantado em território africano por meio de negociações locais, mas sempre subordinado à autoridade da Coroa, sem qualquer origem africana ou indiana. Embora reconheça que os prazeiros detinham poder efetivo no território, com força militar e legitimidade local, o que confere ao sistema certo caráter híbrido, Lobato sustenta que tal configuração ocorreu dentro de um arcabouço jurídico essencialmente português.

Nesse sentido, Lobato reforça a ideia de que essas instituições eram essencialmente extensões administrativas do poder metropolitano. Ao privilegiar a dimensão normativa e

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre a transmissão livre e feminilidade ver Rodrigues, Maria Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, pp. 581-622.

<sup>10</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 611-612

<sup>11</sup> Lobato, Alexandre. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Coleção Estudos Moçambicanos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 97-116; Lobato, Alexandre. *Evolução administrativa e económica de Moçambique (1752-1763)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 171.



ignorar os usos concretos dos prazos na prática cotidiana, Lobato acaba por silenciar a experiência dos sujeitos e o caráter dinâmico dessas instituições. Sua insistência em traçar uma quase que linha direta entre a metrópole e os prazos, vendo os prazos como importações mal-adaptadas de modelos europeus, acaba por obscurecer os processos de negociação, adaptação e apropriação que caracterizam o funcionamento senhorial no vale do Zambeze.

Os historiadores Allen Isaacman<sup>12</sup> e Malyn Newitt<sup>13</sup>, por sua vez, vêm no surgimento dos prazos um modelo de raiz africana. Newitt argumenta que

As suas origens encontram-se no próprio continente africano, e como justificação para a sua existência vamo encontrar as posições influentes ocupadas por alguns portugueses a título individual dentro da sociedade africana, que devido a laços de parentesco estabelecidos por via do matrimónio, que por desempenharem as funções de mercadores ou mercenários<sup>14</sup>.

No entanto, quando aborda a formulação legal dos prazos, o autor acaba por reduzi-los à intenção jurídica da metrópole:

Tudo indica que esses juristas tinham três modelos legais em mente: as leis que haviam regulado o uso dos baldios no Portugal medieval; as relativas às tradicionais instituições ibéricas da capitania e da encomienda; e aquelas referentes ao arrendamento de propriedades vigentes na Índia Portuguesa. Em Portugal, durante a Idade Média, os baldios ou sesmarias, eram arrendados a longo prazo. A duração normal de uma licença estendia-se por três gerações, cabendo ao concessionário o pagamento de uma renda ao término do contrato. Além disso, ele era obrigado a cultivar as terras por um determinado período, já que o objetivo das concessões era justamente povoar terras abandonadas e fixar populações. O termo “sesmaria” era amplamente utilizado para se referir aos prazos de Moçambique, tornando-se assim evidente que o objetivo destes últimos era o desenvolvimento econômico da região<sup>15</sup>.

Embora a retórica jurídica portuguesa remeta às sesmarias e capitanias, os prazos só se tornaram instituições viáveis por meio de sua negociação e enraizamento nas realidades sociais do vale do Zambeze. A leitura de Newitt inicialmente reconhece a inserção de certos portugueses nas redes políticas locais, mas acaba por priorizar os modelos europeus, relegando a segundo plano os elementos africanos que fundaram, sustentaram e adaptaram os prazos no terreno. A vinculação direta entre prazos e “desenvolvimento econômico”, sugerida

<sup>12</sup> Isaacman, Allen F. *The Africanization of a European Institution- The zambesi Prazos. 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

<sup>13</sup> Newitt, Malyn. D. D. *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa*. New York: Africana Pub. Co, 1973; Newitt, Malyn D. D. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, LDA., 2012, p.181-200.

<sup>14</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, pp.54-55; Newitt, *História de Moçambique*, p. 203

<sup>15</sup> Newitt, *História de Moçambique*, p. 208



por Newitt, revela mais sobre o projeto discursivo da Coroa portuguesa do que sobre a funcionalidade concreta dessas unidades no cotidiano. É importante ressaltar que, originalmente, os prazos não foram concebidos como ferramentas de povoamento; essa formulação surge posteriormente, especialmente nos debates do século XIX, quando os colonialistas buscavam reconfigurar os prazos como instrumento de racionalização econômica e ocupação produtiva do território.

Através de um profundo trabalho de arquivo, principalmente o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e trabalho de campo em Moçambique com entrevistas orais. O historiador Allen Isaacman rejeita explicações reducionistas que vêem os prazos como: Instituições muçulmanas trazidas por mercadores islâmicos, simples substituições “coloniais” de autoridade africana por portuguesa ou sistemas puramente “feudais” portugueses transplantados mecanicamente para o Zambeze, que eram defendidos a época<sup>16</sup>. Em vez disso, Isaacman argumenta que os prazos foram instituições profundamente moldadas por processos locais, “africanizadas” por meio da ação de prazeiros (portugueses, mestiços e goeses) que atuavam em contextos africanos ao incorporar práticas locais, alianças políticas e dinâmicas de autoridade.

Inspirado no conceito de *incorporative kingdoms* do historiador e antropólogo Jan Vansina, Isaacman argumenta que o tipo de sistema político dos prazos não era único para o vale do Zambeze, embora menores do que os territórios analisados por Vansina, o autor argumenta que em termos de sua organização e funções limitadas, eram semelhantes às instituições que outros grupos estrangeiros da África Central estabeleceram para governar populações “subordinadas”.

Embora muito menores do que esses estados, os prazos se enquadravam na ampla estrutura conceitual dos reinos incorporativos de Vansina, que possuíam as seguintes características: (1) o reconhecimento de um senhor estrangeiro; (2) a retenção dos chefes aborígenes que governavam antes da incorporação; (3) o estabelecimento de um sistema administrativo duplo - um tradicional e o outro não tradicional; (4) a nomeação de supervisores estrangeiros para manter um controle sobre as autoridades tradicionais. Uma comparação com o reino Lunda de Kazembe revela várias semelhanças estruturais. Entre elas estão a divisão entre o chefe político estrangeiro e o chefe indígena da terra indígena, a introdução de um sistema administrativo não tradicional e a tradicional e a continuidade de muitos aspectos do sistema político tradicional<sup>17</sup>.

Dentro disso, o autor pontua diferenças que ele considera essenciais, como a fragilidade estrutural dos prazos, atribuída à ausência de legitimidade do poder exercido pelos

<sup>16</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 17

<sup>17</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, pp. 41-42



senhores, em contraste com a longevidade e estabilidade do reino de Kazembe, por exemplo. Essa fragilidade se expressava numa relação marcada por conflitos constantes entre, de um lado, os senhores de prazo e seus *achicunda*<sup>18</sup>, e, de outro, as populações africanas colonas e as chefaturas vizinhas. Ao contrário do que se observava no reino Lunda, que na sua argumentação ele identifica predominância de uma relação mais “cordial” entre autoridade central e comunidades locais, enquanto nos prazos predominava a tensão. Identificou ainda outro fator de instabilidade: a baixa produtividade agrícola, causada pelo desinteresse dos senhores de prazo, que estavam mais dedicados ao comércio e à mineração, pelas altas taxas alfandegárias e pelas precárias condições de transporte no então Rios de Sena<sup>19</sup>.

Ademais, o autor ressalta que a formação dos prazos no vale do Zambeze não resultou de um processo simples de conquista, mas de uma construção de poder, na qual os senhores precisaram conquistar o reconhecimento e a legitimidade junto às populações africanas locais, nesse sentido, defende que houve uma *africanização* da instituição, na medida em que foram progressivamente apropriados, transformados e moldados por práticas africanas de poder, parentesco e autoridade local, por exemplo. Mas ele parte da premissa de que os prazos nasceram como uma instituição europeia e só se tornaram africanos com o tempo, ou seja, a *africanização* dos prazos consistiu num processo no qual a instituição europeia foi reinterpretada e operacionalizada segundo lógicas africanas<sup>20</sup>.

José Capela, em sua análise, centrou-se nos atores: os senhores de prazo, as donas e os escravizados. Partindo da análise de Alexandre Lobato, Capela argumenta que “se estamos a falar de Prazos, é sem mais, à formulação legal da concessão de terras que nos estamos a referir. E não às peculiaridades de que tal sistema se revestiu na Zambézia, sem alterar a sua essência”<sup>21</sup>. Para o autor, o prazo é, antes de tudo, uma categoria legal de aforamento, um contrato que legitima juridicamente a apropriação da terra, e não uma estrutura social em si. Ele critica interpretações como a de Allen Isaacman, que tendem a fundir a natureza jurídica dos prazos com as relações sociais e políticas estabelecidas em seu interior, como se o próprio conceito de “prazo” implicasse automaticamente formas híbridas de exercício de poder africano ou senhorial.

<sup>18</sup> Título associado à estrutura político-militar dos prazos, que comandava grupos de *achicunda*; Líder dos escravizados da Zambézia. Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 380; líder escravizado masculino. Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p.17

<sup>19</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, pp. 42-43

<sup>20</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, pp. 24-42; Isaacman, Alen, *Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultura* in Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, nº 10, outubro de 1991, p. 30

<sup>21</sup> Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 19



Reconhecendo que essas relações existiram e centrando sua análise sobre elas, Capela argumenta que elas não derivam do conceito jurídico de prazo, e sim das circunstâncias locais e históricas em que se aplicou. Por isso, defende que o conceito de prazo deve ser compreendido em sua historicidade jurídica, e não a partir de projeções tardias, como aquelas feitas por Lobato ou por parte da historiografia do século XX, que associam os prazos zambezianos a práticas como a transmissão uterina ou à reprodução de modelos pré-existentes africanos. Sua contribuição, assim, é uma advertência metodológica: compreender os prazos exige distinguir entre os dispositivos jurídicos de titulação e as formas variáveis de poder que se estabeleceram sobre o território. Para Capela, o prazo zambeziano foi, sobretudo, um espaço de exploração senhorial descentralizada, sustentado por práticas locais e moldado pelas condições econômicas da região, e não um projeto de colonização planejada.

Para Maria Eugenia Rodrigues, o modelo adotado em Moçambique foi diretamente influenciado pelo sistema da Índia portuguesa. “Até a autonomia de Moçambique em relação ao Estado da Índia, em 1752, o regime jurídico dos prazos evoluiu principalmente com base nas condições da província do Norte”, não possuindo portanto normas específicas para Moçambique<sup>22</sup>. De acordo com a autora, nesses territórios, os senhores tinham obrigações militares para com a Coroa e o direito de arrecadar tributos das populações locais, o que configurava um modelo de enfiteuse, em contraste com as sesmarias do Atlântico. Nos territórios do Zambeze, o sistema funcionava como uma plataforma logística para a intermediação comercial, especialmente com o Índico. Além disso, assim como nos territórios rurais da província do Norte no Estado da Índia, os prazos tinham como objetivos a defesa territorial, já que os senhores deveriam viver nas terras aforadas, e a geração de receita fixa para a Coroa. A diferença, porém, era que a capacidade de gerar receitas no Zambeze era muito menor do que nos territórios da Índia portuguesa<sup>23</sup>.

A autora analisa que, em meados do século XVIII, após a administração de Moçambique deixar de estar subordinada ao Estado da Índia e passar a responder diretamente a Lisboa, o ordenamento jurídico dos prazos passou a se aproximar daquele que regulava a posse de terras no Brasil. No entanto, foi sobretudo por meio de discursos que, ao longo do tempo, passaram a assimilar os prazos dos Rios de Sena ao sistema de sesmarias atlântico que consolidou uma determinada visão interpretativa. Essa associação, construída historicamente, influenciou posteriormente a discussão historiográfica, como se observa, por exemplo, nos

---

<sup>22</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p.581

<sup>23</sup> Baltasar, *Rumo ao hinterland*, p. 14-15



escritos de Lobato<sup>24</sup>. Assim, apesar de concordar com Lobato de que os prazos não seriam baseados em um modelo preexistente no continente africano, Rodrigues discorda que seja herdado das sesmarias portuguesas.

A proposta de Rodrigues está em recusar tanto a ideia de uma origem e uma formulação jurídica-administrativa puramente africana dos prazos quanto a suposição de que eles seriam variações do modelo de sesmarias adotado no Brasil. Ao situar a gênese dos prazos na experiência jurídico-administrativa do Estado da Índia, Rodrigues propõe uma leitura que coloca Moçambique no contexto mais amplo do Oriente, mesmo após a separação da administração de Moçambique do Governo de Goa. Com isso, ela destaca a influência dos arranjos asiáticos — marcados por negociação, arrendamento e autoridade compartilhada — na formação do modelo prazeiro. Sua leitura não exclui a agência local, mas sugere que essa agência se desenvolveu dentro de molduras vindas do Oriente, e não do Atlântico ou da tradição feudal europeia.

Embora concebidos juridicamente a partir de práticas administrativas oriundas de Goa ou dentro de uma lógica portuguesa, os prazos foram apropriados, moldados e reconfigurados por atores *in loco* — africanos, goeses, mestiços e até portugueses — de forma tão profunda que se tornaram instituições radicalmente zambezinhas. Ou seja, adquiriram modos de funcionamento próprios, enraizados no território e nas relações sociais da região. Ao longo dos séculos, esses espaços deixaram de operar como meras extensões dos interesses metropolitanos para se tornarem instrumentos de poder situados, adaptados às dinâmicas políticas, culturais e econômicas do vale do Zambeze.

A estrutura jurídica proposta pela metrópole, os modelos administrativos transpostos da Índia Portuguesa e os interesses portugueses não foram suficientes para determinar, de forma absoluta, o funcionamento prático dos prazos. O que se observa, ao contrário, é uma apropriação ativa e criativa por parte de diferentes atores sociais, que negociaram, reinterpretaram e, por vezes, subverteram os modelos formais. Assim, os prazos são aqui compreendidos como espaços de articulação entre múltiplas racionalidades de poder, mas sempre operando a partir de lógicas profundamente enraizadas na Zambézia. A premissa, portanto, não é dissolver a categoria jurídica em práticas sociais, mas compreender como essa forma legal foi transformada em estrutura histórica viva, situada nas práticas e estratégias concretas dos sujeitos que a habitaram.

Assim, se em um primeiro momento, o papel dos prazeiros estava ligado a obrigações jurídicas para com a Coroa: comprometiam-se a pagar o foro e a prestar auxílio militar sempre

---

<sup>24</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 649.



que necessário. Em contrapartida, detinham amplos poderes administrativos e judiciais dentro do prazo. Essa autonomia era conferida pelas autoridades políticas africanas e posteriormente confirmada por Goa e por Lisboa<sup>25</sup>. Em uma segunda fase, já no final do século XVIII, as iniciativas diplomáticas da Coroa deram lugar a medidas mais enérgicas, com o objetivo de iniciar a efetiva tomada de posse dos territórios e fortalecer o aparato administrativo português *in loco*. No entanto, a Coroa estava severamente limitada pelos escassos recursos disponíveis na região, dependendo de uma estrutura administrativa delegada aos senhores de prazo dos Rios de Sena — e da autoridade construída por esses mesmos senhores, atraídos, em grande parte, pelos lucros do tráfico de escravizados. Além disso, as ambições pessoais dos funcionários portugueses frequentemente se sobrepunham aos interesses da própria Coroa.<sup>26</sup> É esse contexto do final do século XVIII e início do XIX que, posteriormente, será mobilizado por discursos colonialistas para justificar o alegado corrompimento do sistema de prazos e o desvio de sua “missão” original de promover a agricultura.

No século XIX, destaca-se a expansão promovida pelos senhores de prazo, em busca de maior “independência”, que foi acompanhada por um intenso processo de militarização dos territórios. Tal processo ocorreu por meio do fortalecimento e da ampliação de exércitos formados por *achicunda* armados, abastecidos com o excedente de armamento europeu — cuja aquisição, por compra ou roubo, tornou-se cada vez mais comum ao longo daquele século. É nesse contexto de expansão de territórios que se enquadram os conceitos de *estados secundários* defendido por Allen Isaacman e Barbara Isaacman<sup>27</sup>, ou ainda *supra-prazos* do René Pélissier<sup>28</sup>.

De um lado Pélissier destaca que os *supra-prazos* seriam estruturas territoriais e políticas que ultrapassam os limites individuais dos prazos “originais”, resultantes da expansão do poder de determinados prazeiros, que passaram a controlar vários prazos simultaneamente, muitas vezes por meio de alianças familiares e conquistas militares. Por outro lado, a abordagem dos Isaacman oferece uma interpretação mais centrada nos processos de *africanização* da instituição dos prazos. Para eles, os prazos evoluíram, em muitos casos, para “estados secundários”: formações políticas locais que, embora formalmente inseridas na estrutura portuguesa, funcionavam com lógicas próprias de organização social, política e

<sup>25</sup> Baltasar, *Rumo ao hinterland*, p. 32

<sup>26</sup> Baltasar, *Rumo ao hinterland*, p. 32-33

<sup>27</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*; Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara. *Tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Editora Afrontamento, 1979

<sup>28</sup> Pélissier, René. *História de Moçambique, formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 1994.



econômica, inspiradas em práticas africanas. Esses *estados secundários* combinavam a autoridade jurídica oriunda do modelo português com estruturas africanas e, sobretudo, por meio dos *achicunda*, que operavam como a espinha dorsal militar desses domínios.

A partir desse panorama, ao analisar a trajetória e as particularidades do Bonga, procurei evidenciar que sua história se insere em um contexto específico, marcado por uma nova fase de transformações nos interesses econômicos e políticos que moldaram a Zambézia senhorial do século XIX. Então, não seria possível encontrar um Bonga no século XVIII — e, se as expedições contra ele tivessem ocorrido duas décadas mais tarde, provavelmente não teriam produzido os mesmos efeitos. Nesse sentido, sua trajetória foi singular em relação ao momento histórico em que se desenrolou, mas não constituiu uma anomalia na Zambézia. Ao contrário, ela se articulou com as possibilidades oferecidas pelas dinâmicas do poder senhorial e pelas formas políticas e sociais que os prazos tornaram viáveis. O que torna Bonga notável não é o fato de ter fugido à regra, mas a maneira intensa e visível com que mobilizou elementos recorrentes da experiência prazeira: autoridade militar, alianças locais, autonomia frente à Coroa e legitimidade política no plano africano.

E para compreender melhor essas dinâmicas de poder em que o Bonga estava inserido, o recorte temporal desta dissertação abrange os anos de 1855 a 1888. Em 1855, Bonga assume a liderança do prazo de Massangano, momento que marca o início de sua atuação política mais visível e da consolidação de sua autoridade sobre o território. Ao longo das décadas seguintes, ele construiu redes de poder, negociando com autoridades africanas e portuguesas, e se tornando uma figura importante na articulação entre diferentes racionalidades políticas e culturais.

O recorte se estende até 1888, ano da última expedição militar portuguesa contra Massangano, já sob a liderança de Motontora. Ainda que Bonga já estivesse morto, seu nome e ações continuavam a ser mobilizados pelos portugueses como justificativa para as expedições, evidenciando o peso simbólico e político que sua figura adquiriu. Ao centrar-se nesse período, a análise permite não apenas acompanhar a ascensão e o auge de Bonga, mas também compreender como sua autoridade continuou a reverberar mesmo após sua morte, tornando-se importante para a reconfiguração das relações entre senhores de prazo e administração portuguesa. Nesse sentido, o recorte temporal está diretamente vinculado ao objetivo central da dissertação: analisar como a trajetória de Bonga contribui para a compreensão das relações de poder entre senhores dos prazos, autoridades políticas africanas e portuguesas no vale do Zambeze, em meados do século XIX, no contexto do avanço do projeto colonial português e das transformações em curso no continente africano.



Mapa 1- Zambézia e Sofalla: Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portuguezes e estrangeiros<sup>29</sup>



Fonte: SÁ DA BANDEIRA, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo. Zambézia e Sofalla: Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portuguezes e estrangeiros. Lxa. [Lisboa, Portugal]: Lith. Belga, 1861. 1 mapa, col., 46 x 49 cm.

<sup>29</sup> Na explicação contida no mapa, Sá da Bandeira afirma que “Prazo ou Prazos da Coroa é um território que paga impostos à Coroa. Alguns Prazos são tão vastos como províncias, taes são, entre outros, Cheringoma, Gorongoza e Tambara. Todo litoral da Zambézia desde as Bocas do Rio Quizungo até à Macaia, no Districto de Sofalla, está dividido em Prazos da Coroa, desde a Macaia até aos limites do Districto de Inhambane, no Rio Piau, junto ao Cabo de S. Sebastião”. Assim, o território mencionado ao longo da dissertação não se limita apenas a atual província da Zambézia, nem ao território pré-independência, mas sim a essa ampla área geográfica onde se desenvolveu ao longo de séculos um sistema senhorial com particularidades próprias. Este espaço inclui terras próximas ao rio Zambeze e regiões que atualmente abrangem as províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala. Capela, José. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 16



Embora a relação entre os prazeiros e a administração portuguesa apresentasse divergências desde o século XVIII. Foi no século XIX, em meio às transformações na geografia política da região e ao aumento do poder dessas personagens, que os prazeiros começaram a se tornar uma “ameaça” aos interesses portugueses. A migração dos grupos Ngunis<sup>30</sup> que avançava sobre o território que agora se dava institucionalmente a conhecer por Zambézia<sup>31</sup>, assim como a aproximação com outras autoridades políticas africanas, contribuíram para o surgimento de famílias prazeiras como a do Bonga, que conquistaram prazos menores e estabeleceram domínios territoriais extensos, se fortalecendo e expandindo seus territórios, ou ainda que se tornaram ativas no tráfico de escravizados e no comércio de marfim. Essa dinâmica evidenciava a debilidade do poder português na região, que não conseguia estabelecer uma presença efetiva.

Em Lisboa, nessa segunda metade do século, os liberais viam os prazos como a causa da decadência e do atraso na província. Convencidos de que, desde sua origem, os prazos foram instituídos para impulsionar a agricultura, o povoamento e o comércio, consideravam que haviam sido corrompidos pelo tráfico e pela escravização.<sup>32</sup> O Visconde Sá da Bandeira, um dos principais defensores da abolição do tráfico nas possessões portuguesas, determinou a abolição do regime de concessão de prazos da Coroa em 1854. Ele acreditava que os prazos eram responsáveis pela paralisia da agricultura na região e pela exploração dos colonos (africanos livres), que frequentemente eram traficados ou extorquidos por prazeiros a pretexto do pagamento de impostos. No entanto, como mostra Eugénia Rodrigues, esse foi um discurso construído ao longo do XIX<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Optamos pela utilização do termo *Nguni* por ser empregado como símbolo de poder e operador de identidade e interação social. Segundo Gabriela Aparecida dos Santos, essa reivindicação identitária aconteceu durante a intensificação dos contatos estabelecidos com outros grupos sociais ao longo do processo de migração pelo território atual de Moçambique. Todavia, também é possível encontrar na literatura colonial as grafias *angunes*, *angonis* e *vagunes*, que de acordo com António Rita Ferreira seriam grafias aportuguesadas do etnónimo. Santos, Gabriela Aparecida dos. “*Lança presa ao chão*”: *guerreiros, rede de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017, p. 58-60; Rita-Ferreira, António. *Etno-História E Cultura Tradicional Do Grupo Angune (Nguni)*. Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigação Científicas de Moçambique, 1974, p. 14

<sup>31</sup> “Hei por bem ordenar, que de agora em diante em todos os documentos oficiais se dê o nome de Zambézia à totalidade dos territórios a que a Corôa de Portugal tem direito no Vale do Zambeze, desde as fozes deste rio até acima do antigo presídio do Zumbo”. *Diário do Governo*, Lisboa, 8 fev. 1858, *Decreto do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar*, Visconde de Sá da Bandeira, p. 889. Disponível na Assembleia da República – Legislação Régia, <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/29/16/p889>.

<sup>32</sup> Papagno, *Colonialismo e Feudalismo*, p. 71.

<sup>33</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, pp. 671-673



Embora as ideias liberais e a influência da presença cada vez mais constante de outros países europeus nas costas africanas estivessem no centro das discussões sobre a política de prazos em Lisboa em meados do século XIX, as comunicações entre Portugal e suas províncias eram lentas e irregulares. Os contatos entre o Governo Geral em Moçambique e os oficiais subalternos destacados para os distritos eram ainda mais difíceis<sup>34</sup>. Como resultado, os decretos promulgados não produziram os efeitos esperados pelo Ministro Sá da Bandeira e pelos parlamentares. Nesse conteúdo, apesar de Portugal acatar a pressão internacional e abolir o tráfico nas possessões portuguesas no Ultramar, durante o segundo quartel do século, o tráfico ilegal de escravizados em Moçambique experimentou um florescimento sem precedentes, e uma parte significativa desse tráfico tinha origem na Zambézia, onde as capturas ocorriam nas regiões de fronteira ao norte.<sup>35</sup>

Dessa forma, as mudanças no século XIX, provocadas principalmente pela integração progressiva da região à economia capitalista mundial e pela diáspora Nguni, não eram a grande novidade, visto que em séculos anteriores a região do Zambeze, assim como outros territórios na África Central, já haviam passado por revoluções políticas, a exemplo dos shona, e especialmente no Zambeze, o elemento europeu já se fazia presente. No entanto, no século XIX, a rapidez com que se deu e a extensão das consequências são os diferenciais<sup>36</sup>. Nesse contexto, enquanto na metrópole discutia-se o fim do regime de prazos na Zambézia e as pressões externas para o fim efetivo do tráfico na região. Na província, sobretudo no interior da Zambézia, tinha-se uma administração portuguesa frágil, que transitava nas rivalidades, disputas de territórios e jogos de interesses dos prazeiros e das autoridades africanas independentes na tentativa de estabelecer uma presença efetiva.

A bibliografia sobre os prazos analisa o Bonga no contexto de sua macroestrutura familiar ou reduz sua trajetória às expedições portuguesas organizadas contra ele entre 1867 e 1869<sup>37</sup>. Dessa forma, há uma escassez de informações sobre sujeito Bonga em outros contextos que não sejam essas expedições. Minha hipótese é que essa limitação na

<sup>34</sup> Papagno, *Colonialismo e Feudalismo*, p.71.

<sup>35</sup> Capela, José. *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

<sup>36</sup> Isaacman, Allen. *Os países da bacia do Zambeze*. Em: História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. 1a ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 211-213.

<sup>37</sup> Lobato, *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*; Isaacman, *The Africanization of a European Institution*; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*; Isaacman e Isaacman, *Tradição de resistência em Moçambique*; Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultura*; Capela, *Donas, senhoras e escravos*; Nepomuceno, Iamara de A.. *Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, 2019.



historiografia seja causada pela abordagem predominante na documentação portuguesa. As publicações sobre Bonga tinham o objetivo de explicar ou rastrear o “espírito de rebeldia” dele e de sua família, como se as suas ações e as de seus sucessores fossem uma característica patológica. Assim, a ênfase dessas narrativas em achar indícios de “rebeldia” nos membros da família Cruz pode ter limitado os historiadores interessados no tema e restringindo o escopo documental sobre essa família.

Passei, então, à busca de documentos sobre resistência e relações de poder em arquivos digitais e repositórios universitários. A Hemeroteca Digital Brasileira oferece acesso gratuito a um vasto acervo de jornais, revistas, anuários, boletins e publicações seriadas publicadas no Brasil, do século XIX até meados do século XX. Também é possível encontrar jornais portugueses, como *A Civilização da África Portuguesa*. No repositório *Memórias de África e do Oriente* — projeto da Fundação Portugal-África, desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África em Portugal — encontram-se fotografias, postais, fichas e documentos oficiais dos países de colonização portuguesa, como o *Boletim Geral das Colónias*, o *Boletim Cultural do Huambo* (Angola) e a revista *Soronda* (Guiné-Bissau).

Já no acervo online da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), é possível acessar manuscritos, publicações periódicas, música, cartografia e iconografia — principalmente obras em domínio público. A BNP disponibiliza livros publicados em Portugal e nos países de língua portuguesa desde o século XVI, além de cartas náuticas, atlas, plantas de cidades e mapas coloniais. Explorei também o Malhanga – Biblioteca Colonial de Moçambique, um portal digital independente dedicado à preservação e divulgação da memória colonial moçambicana, com foco especial na cidade de Lourenço Marques (atual Maputo).

Consultei ainda o Gallica, a biblioteca digital da Bibliothèque nationale de France (BnF), e o Internet Archive, uma das maiores bibliotecas digitais do mundo, criada com o objetivo de preservar e disponibilizar gratuitamente a memória digital da humanidade. Neste último, é possível encontrar milhões de livros digitalizados, incluindo obras em domínio público e livros modernos por meio de empréstimo digital.

Por fim, recorri ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, o principal repositório português de documentação sobre a administração colonial e as relações ultramarinas entre os séculos XVII e XX. A exploração desses arquivos teve como objetivo reunir elementos que me permitissem compreender a complexidade da personagem histórica que se apresentava diante de mim.



Ao decidir contar a história de Bonga e, a partir dela, refletir sobre a transição entre o fim do tráfico de escravizados em Moçambique e o início da ocupação colonial portuguesa no século XIX, optei por seguir os passos de historiadores que trabalham com a micro-história. Busquei realizar uma análise microscópica e, ao mesmo tempo, densa e exaustiva das fontes disponíveis. Essa escolha metodológica se deu, sobretudo, pela tipologia do material reunido: relatórios e folhetos escritos por oficiais portugueses que atuaram na administração da província de Moçambique ou participaram das expedições contra Bonga, todos sustentando narrativas convergentes quanto à sua “rebeldia”.

Como propõe Carlo Ginzburg, um dos procedimentos centrais da micro-história é a busca sistemática por fontes variadas e a historicização de documentos que, à primeira vista, podem parecer periféricos ou inadequados<sup>38</sup>. A partir dessa orientação, incorporei ao meu corpus fontes como discursos parlamentares, jornais, revistas, relatos de viajantes e correspondências oficiais e particulares. Ainda assim, tratava-se, em sua maioria, de documentação produzida por europeus, marcada pela visão racializada e colonial do século XIX e da primeira metade do século XX — uma limitação comum às pesquisas no campo dos Estudos Africanos.

Diante disso, surgiram questões que não podiam ser respondidas apenas pelas fontes formais, exigindo a busca por indícios e experiências que iluminassem a trajetória de Bonga e as dinâmicas sociais zambezinhas. Como argumenta E. P. Thompson, compreender a história requer atenção às experiências vividas, às relações em sua concretude, sem reduzir os sujeitos a categorias abstratas<sup>39</sup>.

Nesse processo, segui também a advertência de Ginzburg de que o papel do historiador não é perseguir verdades absolutas, mas construir narrativas verossímeis, distinguindo sempre entre realidade e possibilidade. Essa preocupação se alinha ao alerta de Chimamanda Adichie sobre os perigos da “história única” — a redução de experiências complexas a explicações unívocas, que frequentemente reproduzem visões colonialistas e estereotipadas<sup>40</sup>. No caso de Bonga, essa simplificação aparece na forma como sua figura foi capturada pelas fontes coloniais: sempre descrito como “rebelde”, “perigoso” ou “incompreensível”, sem espaço para entender seus interesses políticos, alianças ou estratégias de poder. Nesse sentido, a

---

<sup>38</sup> Ginzburg, Carlos. *Provas e possibilidade à margem de “O retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis* in Ginzburg, Carlos. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 196-200.

<sup>39</sup> Thompson, Edward P. *O termo ausente: Experiência* in Thompson, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 180-201.

<sup>40</sup> Adichie, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



reconstrução de sua trajetória requer também um esforço consciente para romper com essas narrativas únicas, buscando múltiplas vozes e possibilidades históricas.

Ao lado disso, recorro à proposta de Natalie Zemon Davis, cuja obra exemplifica como reconstruir trajetórias fragmentadas exige o uso controlado da imaginação. Em *O Retorno de Martin Guerre*, Davis mostra que, ao não encontrar seu personagem diretamente nas fontes, reconstruiu com base em indícios o mundo social que ele teria conhecido. Para ela, trata-se de uma “invenção” sustentada pela escuta atenta das vozes do passado — uma abordagem que permite captar nuances e subjetividades que os grandes quadros analíticos tendem a apagar. E nas palavras da autora:

Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para, descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido. O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado<sup>41</sup>.

Davis chama a atenção para a necessidade do/a historiador/a usar a imaginação para preencher lacunas, especialmente quando se trabalha com fontes limitadas ou parciais. Ela defende que a imaginação, guiada por rigor metodológico e pela compreensão profunda do contexto social e cultural da época, é fundamental para reconstruir a vida e as experiências das pessoas do passado. No caso de Martin Guerre, ela usa essa abordagem para tentar entender não só os fatos, mas também as motivações, sentimentos e dinâmicas sociais envolvidas na história.

Essa leitura é complementada por Giovanni Levi, que entende a micro-história como um modo de investigação voltado ao aumento da “resolução” da observação histórica. Ao concentrar-se em casos singulares, como indivíduos ou eventos localizados, a micro-história torna visíveis aspectos da experiência histórica que escapam às abordagens de larga escala. Para Levi, estudar o particular não exclui a compreensão do geral; ao contrário, casos que fogem à norma revelam, em suas singularidades, o funcionamento de estruturas sociais mais amplas<sup>42</sup>. Como Ginzburg, Levi também defende a leitura intensiva das fontes e a atenção a detalhes aparentemente banais, que podem iluminar formas de vida, conflitos e resistências cotidianas.

É dentro dessa estrutura multifacetada do século XIX e a partir dessa compreensão metodológica que esta dissertação se insere. Para contribuir com a historiografia dos prazos,

---

<sup>41</sup> Davis, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 17-21

<sup>42</sup> Levi, Giovanni. *Sobre a micro-história*. Burke, Peter (org.) *A escrita da História: Novas Perspectivas*. 7ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 1992, pp. 133-162



busco compreender Bonga não como personagem secundário das campanhas militares portuguesas ou como figura inserida numa macroestrutura genealógica senhorial, mas sim dentro de sua densidade histórica e agência política. Essa escolha não ignora os enquadramentos jurídicos e familiares que definiram os prazos, mas desloca o foco para as práticas, negociações e redes nas quais ele atuou. Inspirando-me na abordagem micro-histórica, procuro não apenas compreender o que Bonga fez, mas também como ele foi construído discursivamente pela documentação portuguesa e o que essa construção revela sobre as dinâmicas do poder senhorial nesse período de transição.

Para isso, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, “O MUNDO DO BONGA: OS SENTIDOS SOCIAIS E POLÍTICOS DOS PRAZOS NA ZAMBÉZIA”, discorro sobre os elementos que compõem o Bonga enquanto um ator social da Zambézia para além do mito. Assim, há um esforço para reconstituir seu cotidiano, suas relações familiares e sociais, além de entender esse exercício do poder dentro do próprio prazo – inclusive discutindo o lugar dos escravizados e como a fortificação do seu território se dava, tendo em vista que foram considerados símbolos de seu poderio.

No segundo capítulo, “ENTRE ESPINGARDAS E INTERESSES: OS CRUZ, OS NEGOCIANTES E AS GUERRAS NO ZAMBEZE”, amplio a rede de relações do Bonga, mostrando outros personagens que orbitavam em torno do distrito de Tete, envolvidos com o comércio de marfim, o tráfico de escravizados e sobretudo com as questões políticas. Mostro também como esses indivíduos se beneficiam de uma dependência da administração portuguesa para atingir suas ambições pessoais, a exemplo do capitão-mor de Manica, Manoel Antonio de Sousa.

Já no terceiro capítulo, intitulado “BONGA E OS PORTUGUESES”, discorro sobre como as mudanças sociais e políticas na Zambézia, principalmente as mudanças nas relações entre a administração portuguesa e os prazeiros, desaguaram na organização de expedições militares, aqui destacadas as quatro expedições contra o Bonga por terem sido expedições de grande proporções para a época, e que não foi tentado contra outros prazeiros. A saber:

a 1ª expedição, organizada pelo comandante militar da vila de Tete Gouveia em 1867, a 2ª expedição, comandada pelo tenente-coronel Queiroz em julho de 1868; a 3ª, comandada pelo tenente-coronel Portugal e Vasconcelos no final de 1868, e a última expedição, em 1869, comandada pelo tenente-coronel Tavares de Almeida, que contou com tropas de Lisboa e de Goa. Ademais, discuto como essas expedições refletiram no discurso político na metrópole e reverberaram na memória colonial portuguesa, visto que o mito das derrotas infligidas pelo

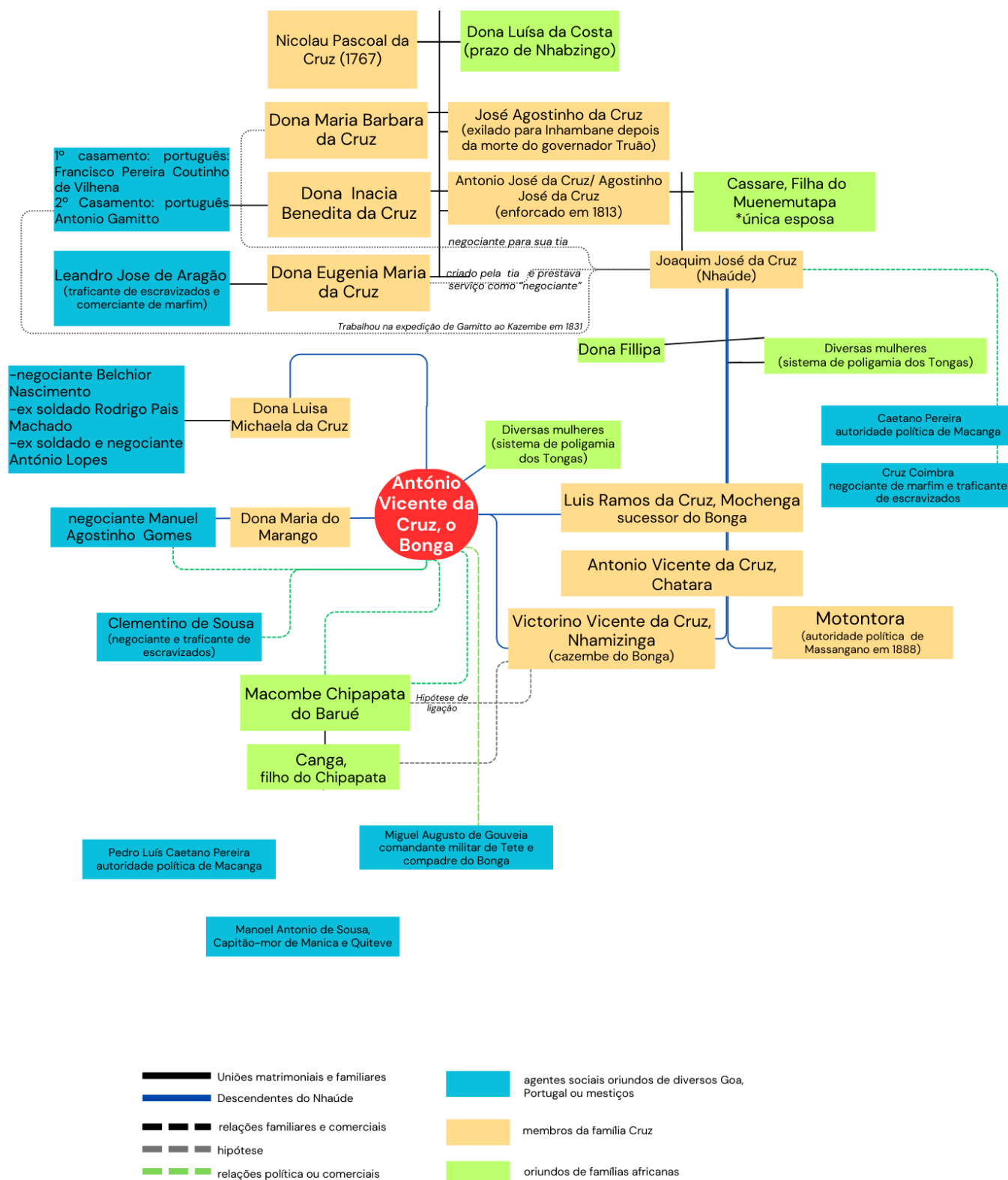


Bonga se tornou maior do que as próprias ações do prazeiro, sobrepondo as dinâmicas de poder na região.

Por fim, é necessário mencionar que nesta dissertação, as citações de textos em língua estrangeira foram traduzidas para o português do Brasil, com o objetivo de tornar mais acessíveis os trechos extraídos de obras escritas em francês ou inglês. No caso das fontes redigidas em português europeu do século XIX, a ortografia foi atualizada para o português contemporâneo nas citações diretas, a fim de facilitar a leitura e a compreensão do texto.



Tabela 1- Bonga e suas relações sociais e políticos





## 1

## O MUNDO DO BONGA: OS SENTIDOS SOCIAIS E POLÍTICOS DOS PRAZOS NA ZAMBÉZIA

O Bonga nasceu no distrito de Tete, no auge do tráfico de escravizados no vale do Zambeze<sup>43</sup>. Batizado como Antônio Vicente da Cruz, ele era o filho primogênito de Joaquim José da Cruz, o Nhaúde, e de Dona Filippa. O cirurgião-mor de Quelimane Antônio Porfírio de Miranda e o Tenente-Coronel reformado da província de Moçambique Delfim José de Oliveira, ambos contemporâneos de Bonga, descrevem Filippa como “creoila de Tete”<sup>44</sup>. Já o funcionário da administração portuguesa e cronista Felipe Gastão de Almeida Eça a caracteriza como “uma daquelas *sinharas* como há tantas na Zambézia, com remota ascendência alienígena mas ainda com prosápias de *Donas*”<sup>45</sup>. As ditas *sinharas* eram mulheres mestiças, identificadas por uma 'mistura de sangue', característica comum entre as *Donas* de prazo da região<sup>46</sup>. Assim, com base nessas descrições, é provável que Filippa tenha sido uma Dona de prazo da Coroa próximo a Tete<sup>47</sup>.

Em 1860, ainda como comandante interino do Batalhão de Caçadores de Moçambique n.º 2, Delfim José de Oliveira visitou Bonga em Massangano. Em sua descrição, afirmou que Bonga “parece ter 35 anos, veste o seu fato domingueiro - calça, jaqueta e boné. [...] O Bonga fala pouco e é tristonho, devido talvez ao uso excessivo de bebidas espirituosas”<sup>48</sup>. Por sua vez, o cirurgião Antônio Porfírio de Miranda, residente e negociante na região há bastante tempo, relatou ter conhecido Bonga ainda na infância: “conheci o Bonga com dez anos de

---

<sup>43</sup> Considerando que Miranda chegou à Zambézia em 1842, é provável que Bonga tenha nascido na década anterior. Conforme destaca o historiador José Capela, a primeira metade do século XIX foi um período marcado pelo aumento do tráfico de escravizados. Assim, é provável que o Bonga tenha nascido em 1832. Capela, José. *O tráfico de Escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, pp.63-103

<sup>44</sup> Miranda, Antonio Porfírio de. *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*. Lisboa: Tipografia Lisbonense, 1870, p.6; Oliveira, Delfim José de. *A província de Moçambique e o Bonga*. Coimbra: Imprensa Acadêmica, 1879, p.18.

<sup>45</sup> Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)*. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p.18.

<sup>46</sup> Nepomuceno, Iamara de A.. *Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, 2019, p.193.

<sup>47</sup> Discuto sobre as *Donas* da Zambézia no tópico [1.2 O Bonga e as mulheres: redes de parentesco e política na zambézia senhorial](#)

<sup>48</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p.11.



idade, e tanto ele como os irmãos eram pretos fulos”<sup>49</sup>, ou seja, negros de pele mais clara, um mestiço.

As descrições de Oliveira e de Miranda, embora dê pouco espaço para explorarmos a individualidade do Bonga, revelam aspectos tanto da aparência física quanto do comportamento dele, destacando sua condição mestiço e a forma como ele transitava entre as culturas locais e a influência portuguesa.

Assim, é possível considerar o Bonga como um homem mestiço, assim como seu pai, caracterizado por ser introspectivo e reservado, mas também acolhedor e hospitaleiro — qualidades que Eça menciona como um hábito dos povos da região, assim não seria uma particularidade. Ele compreendia a língua portuguesa, desde que falassem devagar e usassem expressões mais comuns, e tentava se comunicar sem a ajuda de intérpretes nas conversas com os portugueses que chegavam à Massangano<sup>50</sup>.

O historiador Allen Isaacman, ao discutir a sobre africanização da família Cruz, descreve que Bonga e os outros membros da família falavam em ci-Tonga e ci-Nyungwe, tornaram-se habilidosos na caça e no remo, usavam capulanas como vestimenta e preferiam alimentos, como papas de sorgo, e bebidas, como o pombe - cerveja fermentada da região - em vez das comidas portuguesas e goesas e, viviam também em palhotas<sup>51</sup>. Apesar de Isaacman não se aprofundar na complexidade cultural da família Cruz, ao evocar esses aspectos da vida cotidiana, o autor busca evidenciar como os Cruz se expressavam e viviam de acordo com a cultura tonga. Assim como seu pai, ele era adepto da poligamia. Nem a historiografia, nem as fontes consultadas nos fornecem os nomes, as origens ou outras informações mais detalhadas sobre essas mulheres. Contudo, as alianças matrimoniais, de acordo com Isaacman, incluíam membros das famílias reais de Muenemutapa e do Barué, bem como uniões com filhas ou irmãs de importantes *amambo* tonga circunvizinhos. Essas uniões aumentavam seu prestígio e consolidavam a posição de Massangano na região<sup>52</sup>.

Além desses apoios à sua posição de autoridade política, as uniões matrimoniais, segundo Isaacman, forneciam uma “base de legitimação” para os herdeiros, que poderiam invocar laços diretos, ainda que distantes, com as dinastias reinantes. Bem como, através

---

<sup>49</sup> Miranda, *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*, p.7

<sup>50</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p.19

<sup>51</sup> Isaacman, Allen. Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultura in *Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, nº 10, outubro de 1991, p. 23

<sup>52</sup> Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos*, p. 22



dessas uniões tornava-se possível o aumento de sua linhagem, um critério importante entre os povos tonga<sup>53</sup>.

O capitão de artilharia e ex-governador da província de Moçambique, Augusto de Castilho, que comandou a última expedição contra o prazo de Massangano em 1888, mencionou em seu relatório sobre a Guerra da Zambézia, no mesmo ano, saber de 21 filhos e filhas de Bonga. Embora admitisse a possibilidade de existirem outros dos quais não tinha informações, a relação de filhos listados por Castilho é interessante, pois quase todos mencionados tiveram relação, em maior ou menor grau, com sua narrativa sobre as guerras dos portugueses contra Massangano naquele ano.

Sobre as filhas ele cita Dona Eugenia, que foi enviada pelo seu tio, o *mambo*<sup>54</sup> Montontora ao *mambo* Mutoco para selar uma união política através do matrimônio e angariar apoio nas guerras de 1888. A outra, Dona Marianna, casada com o ex-alferes Alfredo de Aguiar, foi presa pelas tropas de Castilho e enviada para Moçambique em 1888<sup>55</sup>. O uso do título “Dona” para ambas sugere que eram possivelmente donas de prazos próximos a Massangano.

---

<sup>53</sup> Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos*, p.28

<sup>54</sup> *Mambo* é o termo utilizado por alguns agentes portugueses em documentos avulsos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. O tenente-coronel reformado Delfim José de Oliveira também se refere a Bonga como *Mambo*, assim como o missionário da Zambézia Victor José Courtois ao descrever Bonga e seus sucessores. *Mambo* é empregado como título para autoridades políticas entre povos do Zambeze, como os Shona e os Tonga. Courtois traduz o termo como “rei” ou “régulo”, enquanto *umambo* é traduzido como “realeza”. Courtois, Victor José. *Elementos de Grammatica Tetense- Língua Chi-Nyungue: Idioma fallado no districto de Tete e em toda a vasta região do Zambeze inferior*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899; Courtois, Victor José. *Diccionario Portuguez-cafre-Tetense ou Idioma fallado no districto de Tete e na vasta região do Zambeze inferior*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899, p. 399. Delfim de Oliveira, por sua vez, traduz *Mambo* como “potentado”, um termo pejorativo utilizado por administradores portugueses para se referir a autoridades políticas em Moçambique. Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, 1879, p. 147. Já o historiador Allen Isaacman opta pela expressão “indigenous land chiefs” (“chefes de terras indígenas”) para traduzir o termo. Isaacman, A. F. *The Africanization of a European Institution – The Zambesi Prazos, 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972, p. XVIII. Contudo, optei por utilizar “mambo” sem traduzi-lo ou buscar correspondências nas línguas ocidentais, pois muitas dessas traduções carregam valores e perspectivas que não se alinham às realidades africanas, frequentemente reproduzindo uma visão eurocêntrica dessas sociedades, o que simplifica ou até distorce suas organizações políticas e culturais. Para uma análise sobre as complexidades da tradução de cosmologias africanas, ver Santana, T. Tradução, Interações e Cosmologias Africanas. *Cadernos de Tradução*, v. 39, p. 65–77, 9 mar. 2020.

<sup>55</sup> Alfredo de Aguiar era angolano, desertou das tropas de Castilho e tornou-se jornalista em Quelimane, sendo editor chefe e proprietário do jornal *Gazeta do Sul*, sendo bastante crítico das campanhas militares do Castilho, inclusive criticando os abusos cometidos pelo capitão na prisão de Dona Luisa Michaela da Cruz Lopes, tia de sua esposa e irmão do Bonga, que acabou falecendo na prisão. Castilho, Augusto de. *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p.40



Sobre os filhos, Castilho cita o primogênito Moringaniza, batizado como Domingos da Cruz, que foi executado por Castilho em 1888. Seguindo por Chapananga- António da Cruz ; Canhenze- Sebastião da Cruz; Pinguisa- Sebastião da Cruz; Cativo- João da Cruz; Camechiche (Canxixe)- António da Cruz; Baraona- António da Cruz; Pandemale- Antonio; Chichuela- Antonio; Cancune- Inácio; Chimessenha- Nicolau da Cruz; Catunhiza- Antonio. Esses foram mortos durante as guerras de 1888 ou conseguiram fugir. Ainda é mencionado Nicolau de Oliveira; Domingos Andrade; Leandro; Sebastião; Albino e Luís Firmino, que Castilho menciona somente seus nomes de batismo<sup>56</sup>.

Ainda nesse contexto, reconhecia-se a posição da primeira esposa, o que conferia ao seu filho mais velho um estatuto diferenciado em relação aos demais irmãos e irmãs, mesmo que esse não fosse o primogênito do gênero masculino<sup>57</sup>. Em vista disso, é importante considerar que provavelmente Filippa era a primeira esposa de Nhaúde, e o Bonga, como seu filho primogênito, possuía um estatuto distinto em relação aos seus irmãos. Essa posição lhe conferia grandes responsabilidades e privilégios dentro de seu grupo de idade.

De acordo com as regras de sucessão dos tongas, quando o *mambo* morre, o sucessor era escolhido, pelo conselho, entre os membros masculinos da patrilinearidade reinante, sendo dada preferência aos irmãos mais novos do respectivo mambo e em sequência, aos filhos mais velhos, visto que existia o entendimento de que o poder só é passado para geração seguinte depois que todos os irmãos mais velhos tiverem governado<sup>58</sup>. Assim, como o Nháude não possuía irmãos, após a sua morte em 1855, Bonga sobe a butaca e se torna o mambo de Massangano<sup>59</sup>.

<sup>56</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.40-41

<sup>57</sup> Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos*, p. 23

<sup>58</sup> Isaacman, Allen. *The Africanization of a European Institution- The zambesi Prazos. 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, p.140

<sup>59</sup> Nesse contexto zambeziano, o termo butaca é evocado tanto pela documentação quanto pela historiografia para se referir à "herança" ou ao "poder" assumidos por uma nova liderança. Almeida de Eça sugere que o termo seria uma corruptela aportuguesada da palavra unthaka ou ut'aka, traduzida como herança ou sucessão, provavelmente com base no dicionário do Padre Victor de Coutois , que apresenta essa mesma acepção: ut'aka = herança. Seguindo uma linha similar, o historiador Malyn Newitt também interpreta *butaca* como herança, mas restringe seu uso, afirmando que o termo era empregado para designar os escravizados pessoais de uma Dona da Zambézia que a acompanhavam após o casamento ou em mudanças de residência. Por outro lado, Eugénia Rodrigues , ao examinar principalmente a documentação do século XVIII, amplia essa análise ao afirmar que butaca se referia à herança vinculada a uma casa, incluindo não apenas as terras, mas também escravizados, gado e outros bens. Já na interpretação de Capela, com a qual concordo, *butaca* abarcaria tanto a herança quanto o poder. Em outras palavras, quando uma autoridade política falecia, seu sucessor assumia o comando, mas também se apropriava de tudo que esse poder representava - terras, bens, e até relações sociais e políticas. Então, transcenderia a sucessão de bens para abarcar a continuidade e a possivelmente legitimidade do domínio político e social, características particularmente marcantes nos prazos em transformação no século XIX. Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. I, 1953. Newitt, Malyn. D. D.



Delfim de Oliveira, em *A Província de Moçambique e o Bonga*, afirma que Bonga já havia atuado como um dos *cazembe* de seu pai, participando ativamente da administração do prazo e das guerras<sup>60</sup>. Embora fosse reconhecido como o herdeiro incontestado do Nhaúde, é provável que as habilidades e experiências adquiridas enquanto *cazembe* tenham sido importantes para consolidar sua posição como o novo *mambo* e senhor de prazo do território perante aos seus correligionários, escravizados e seus opositores.

O reconhecimento de Bonga como autoridade política de Massangano não se limitava ao âmbito interno; sua influência se estendia para além das fronteiras de seu território<sup>61</sup>. De acordo Allen Isaacman, Bonga era respeitado como autoridade política na região, assim como, reconhecido por muitos *amambo* tawara e tonga como *primus inter pares*, devido à sua

---

*Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa*. New York: Africana Pub. Co, 1973; Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995; Rodrigues, Maria Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013.

<sup>60</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, 1879, p.11; Variação de *Mukazambo*, traduzido como primeiro chefe de guerra; líder dos guerreiros escravizados. Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972, p. XVIII.

<sup>61</sup>Para compreender a aceitabilidade política do Bonga enquanto autoridade política de Massangano, apoio-me na discussão proposta por Fernando Florêncio sobre "autoridade tradicional", que ele define inicialmente como uma forma de poder político, entendida aqui como um tipo de dominação legítima ou autoridade, no sentido weberiano, na qual um grupo de indivíduos toma decisões de governança, ou seja, organiza a sociedade como um todo. Dessa forma, estabelece-se uma relação dialética de mando-obediência entre governantes e governados, na qual o poder decisório dos primeiros é aceito como legítimo pelos segundos, desde que respeite parâmetros socialmente estabelecidos, tais como a responsabilidade política de quem governa e a aceitabilidade de quem é governado. A legitimidade dessa autoridade política, portanto, origina-se do consentimento dos governados, com a outorga, por meio de regras consuetudinárias, por exemplo, sendo uma das maneiras de legitimar o exercício desse poder. Florêncio enfatiza, ainda, a invocação de um passado — seja ele real ou imaginado — por meio de práticas rituais e normas sociais reiteradas e institucionalizadas, conferindo significação e, por conseguinte, legitimidade ao presente social, o que ele denomina "tradição". Contudo, prefiro adotar o termo "autoridade política" para designar as lideranças das unidades políticas da Zambézia. Em primeiro lugar, essa escolha visa evitar o uso de termos adotados pelo colonialismo para nomear essas figuras de liderança, como "régulos" e "chefes indígenas" ou "chefe tradicional", que foram historicamente empregados para enfraquecer e marginalizar essas lideranças. Em segundo lugar, distancio-me do termo "tradicional", que no campo das ciências humanas, especialmente em parte dos estudos africanos, é frequentemente colocado em oposição à "modernidade". Esse binarismo "tradição-modernidade" ocupa posição importante nos debates sobre desenvolvimentos criados pelo Ocidente, em que o primeiro termo é associado a uma cristalização cultural, supostamente característica das sociedades africanas anterior ao colonialismo, assim, servindo para deslegitimar formas políticas africanas, limitando-as a um imaginário de imobilidade e reforçando a "intervenção" colonial como um suposto processo de modernização e desenvolvimento. Sobre a "autoridade tradicional" ver Florêncio, Fernando. Sobre a autoridade tradicional em África in *Ao encontro dos mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 31-58, 41-43. Sobre o conceito de modernidade que exclui experiências e vozes não-ocidentais ver Trouillot, Michel-Rolph. *Moderno de outro modo. Tabula Rasa*, Bogotá, n. 14, p. 79-97, 2011. Sobre os debates em torno da lógica binária *tradição-modernidade* ver Soares, Felipe. *A polifonia conceitual: a resistência na História Geral da África (UNESCO)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.



ascendência de uma das dinastias reinantes dos Muenemutapa, assim essa conexão com a linhagem reinante conferia a Bonga uma legitimidade que favorecia a consolidação de seu poder na região<sup>62</sup>. As alianças que Bonga estabeleceu com essas autoridades políticas locais variavam amplamente, indo desde acordos de caça, que permitiam a exploração dos recursos naturais, até o fornecimento de assistência militar direta, fortalecendo as defesas territoriais, assim, ampliando sua rede de aliados<sup>63</sup>.

Além disso, é importante compreender o reconhecimento de Bonga no contexto das transformações que a Zambézia atravessava em meados do século XIX, marcadas pela crescente presença de agentes portugueses e de outros países europeus na região, bem como pelas invasões Ngunis. Como destaca Isaacman, esse reconhecimento de Bonga e de seus sucessores foi adotado por mais autoridades políticas devido às vitórias sobre os portugueses e ao fortalecimento do poder de Massangano<sup>64</sup>.

O prazo de Massangano era o principal território do Bonga, onde Nhaúde construiu a *aringa* que, posteriormente, se tornaria alvo dos ataques portugueses durante as expedições de 1867 a 1869<sup>65</sup>. No entanto, o poderio do Bonga se estendia por toda a região em torno de Massangano, entre Tete e o desfiladeiro Lupata. Além de ter “herdado” os prazos de Massangano e do Tipué ao se tornar *mambo* e ser reconhecido como prazeiro dessas terras, estavam sob o seu comando os territórios do Sungo, Maburpur, Inhaquári e o Mahembe<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972, p.143

<sup>63</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972, p. 144

<sup>64</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972, p. 145

<sup>65</sup> A aringa era uma estrutura defensiva formada por uma paliçada: uma densa fileira de estacas de madeira fincadas verticalmente ao redor de todo o assentamento. Essa construção servia tanto para proteger os habitantes quanto para delimitar o território, representando um símbolo de autoridade e poder dos senhores de prazo. As aringas eram fundamentais para a organização dos assentamentos, pois garantiam segurança contra possíveis ataques. A disposição interna variava conforme o tamanho da população e a complexidade administrativa do prazo. No contexto zambeziano, além das fazendas e roças, o espaço incluía a residência principal da autoridade política e palhotas para os colonos. No século XIX, o termo "aringa" era amplamente utilizado para descrever não apenas os assentamentos fortificados dos senhores e Donas de prazo, mas também estruturas militares construídas durante conflitos. Embora frequentemente associadas aos prazos da Zambézia, essas paliçadas também foram encontradas em outras regiões, como Inhambane e ao sul do rio Limpopo. O historiador Mario José Chitaúte Cumbe destaca que construções similares eram comuns em áreas como o Zaire, Angola, Guiné, Malawi, Uganda, Sudão e na costa do Quênia. A nomenclatura variava: em swahili, eram chamadas de *boma*, enquanto em Inhambane, no século XIX, eram conhecidas como *muconja* ou *khokholo*. A função dessas estruturas podia também se modificar conforme o contexto sociopolítico. Análise sobre o sítio arqueológico localizado na antiga aringa de Massangano, ver Newitt, M. D. D.; Garlake, P. S. The “Aringa” at Massangano. *The Journal of African History*, v. 8, n. 1, p. 133–156, 1967. Sobre os Khokholo dos povos Chopi no sul de Moçambique, ver Cumbe, M. J. C. Os Khokholo dos Chopi no contexto político dos finais do século XIX no sul de Moçambique. *Africana Studia*, v. 0, n. 27, 12 maio de 2020.

<sup>66</sup> Isaacman afirma que, em reconhecimento aos serviços prestados por Bonga na defesa do território de Massangano contra os Ngunis e contra Matequenha (senhor do prazo de Massingire), ele recebeu



Essa expansão territorial iniciada por Nhaúde e promovida por Bonga avançava em direção aos territórios que anteriormente pertenciam ao Barué, a sudeste de Massangano. Esse movimento abalava as relações com o Macombe do Barué, que inicialmente mantinha uma relação cordial com Nhaúde, reforçada por uma aliança matrimonial entre as duas famílias. No entanto, em resposta à expansão do Nhaúde e posteriormente do Bonga, o Macombe viria a se aliar aos portugueses nas expedições contra Massangano em 1853-1854, com o objetivo de recuperar seus territórios<sup>67</sup>.

**Mapa 2- Zambézia no século XIX**



Fonte: Newitt, NEWITT, Malyn D. D. **Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa**. New York: Africana Pub. Co, 1973, p. 219

dos portugueses isenção dos foros e dízimos dos prazos de Mabombe, Sangara e Mathundo, além de títulos oficiais. Contudo, uma proposta de lei apresentada pelo deputado José da Silva Mendes Leal à Câmara, em 1862, buscava indenizar António Vicente da Cruz, isentando-o do pagamento do foro dos prazos de Massangano e Tipué por três anos. Isso evidencia que, para os portugueses, Bonga era formalmente reconhecido como prazeiro apenas desses dois últimos prazos. Esse fato sugere que, embora Bonga tenha conquistado os prazos mencionados por Isaacman e se estabelecido como mambo desses territórios, Portugal o reconhecia oficialmente apenas como prazeiro de Massangano e Tipué, que haviam sido doados em aforamento ao Nhaúde e posteriormente o Mahembe, ao qual o Bonga ofereceu ao rei de Portugal em 1863. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Debates parlamentares - Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 14/06/1862, nº 093, pag. 1660; Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 11; Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 145; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 258

<sup>67</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 146



Além da conquista de novas terras, a influência da família Cruz se expandiu também por meio de casamentos estratégicos com famílias de destaque, como já mencionado. O poder da família estava em crescimento: a irmã de Bonga - Maria, após seu casamento com um goês, passou a residir no antigo prazo jesuíta do Marango, próximo ao Luenha, na margem oposta a Massangano. Outra de suas irmãs - Luísa, estabeleceu-se no prazo de Goengue, situado na margem esquerda do rio, abaixo do desfiladeiro Lupata.

Os seus irmãos também estavam estabelecidos na região, sendo que, possivelmente, cada irmão comandava uma aringa. O Nhamezinga, por exemplo, comandava uma aringa, em um prazo abaixo do prazo de Tipué e foi registrado nos relatos portugueses como *cazembe* do Bonga<sup>68</sup>. O Chiuta e o Fukisa também se estabelecem em territórios pertencentes a Massangano, em territórios mais próximos a sua irmã Luísa, enquanto o Muchega se estabelece mais a frente perto do desfiladeiro Lupata<sup>69</sup>. No entanto, a documentação disponível não permite identificar a dinâmica das relações entre Bonga e todos os seus irmãos, como possíveis proximidades, tensões ou alianças no interior da família. Ainda assim, é certo que, até meados da década de 1870, os membros da família Cruz exerciam controle sobre ambas as margens do rio Zambeze, numa região de navegação difícil que se estendia desde o início do desfiladeiro até os arredores da vila de Tete.

---

<sup>68</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p. 220

<sup>69</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.17



## 1.1

## ESMIUÇANDO SIGNIFICADOS:

## MP'ONDORO E FEITIÇARIA NA VIDA DO BONGA

Individualmente, o Bonga não tinha valor algum nem capacidade diretiva e, como todos os potentados mais ou menos afamados e mais ou menos embrutecidos pelo álcool e pelo banguê, limitava-se a mandar executar as sugestões dos seus *pondoros* e *cazembes* como sendo iniciativas próprias confirmadas por tais conselheiros, e a confiar na ação e valentia dos seus homens de guerra ou de assolação<sup>70</sup>.

Relatos de portugueses contemporâneos e posteriores atribuem a 'força' do Bonga, antes de tudo, aos *mpondoro*; aos *cazembes*<sup>71</sup>, e por fim, aos *achicunda*, como veremos nos próximos tópicos. Os *mp'ondoro* mencionados por esses relatos significa, em stricto sensu, *leão espiritual* ou *espírito leão* dentro da cosmologia shona, refere-se a espíritos ancestrais de autoridades políticas mortas, mas que continuam a exercer autoridade política após a morte<sup>72</sup>.

Estudos sobre os povos do Zambeze mostram que os *mp'ondoro* eram cultuados não apenas por Senhores e Donas nos prazos da Coroa ou ainda entre colonos (africanos livres viventes nos territórios dos prazos) e escravizados, mas também por povos sob influência shona na região do atual Zimbábue e no Barué.<sup>73</sup> Da mesma forma, os *pondoro* eram reverenciados pelos povos tongas da margem sul do Zambeze.

<sup>70</sup> grifo nosso. Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, 1954, p. 30

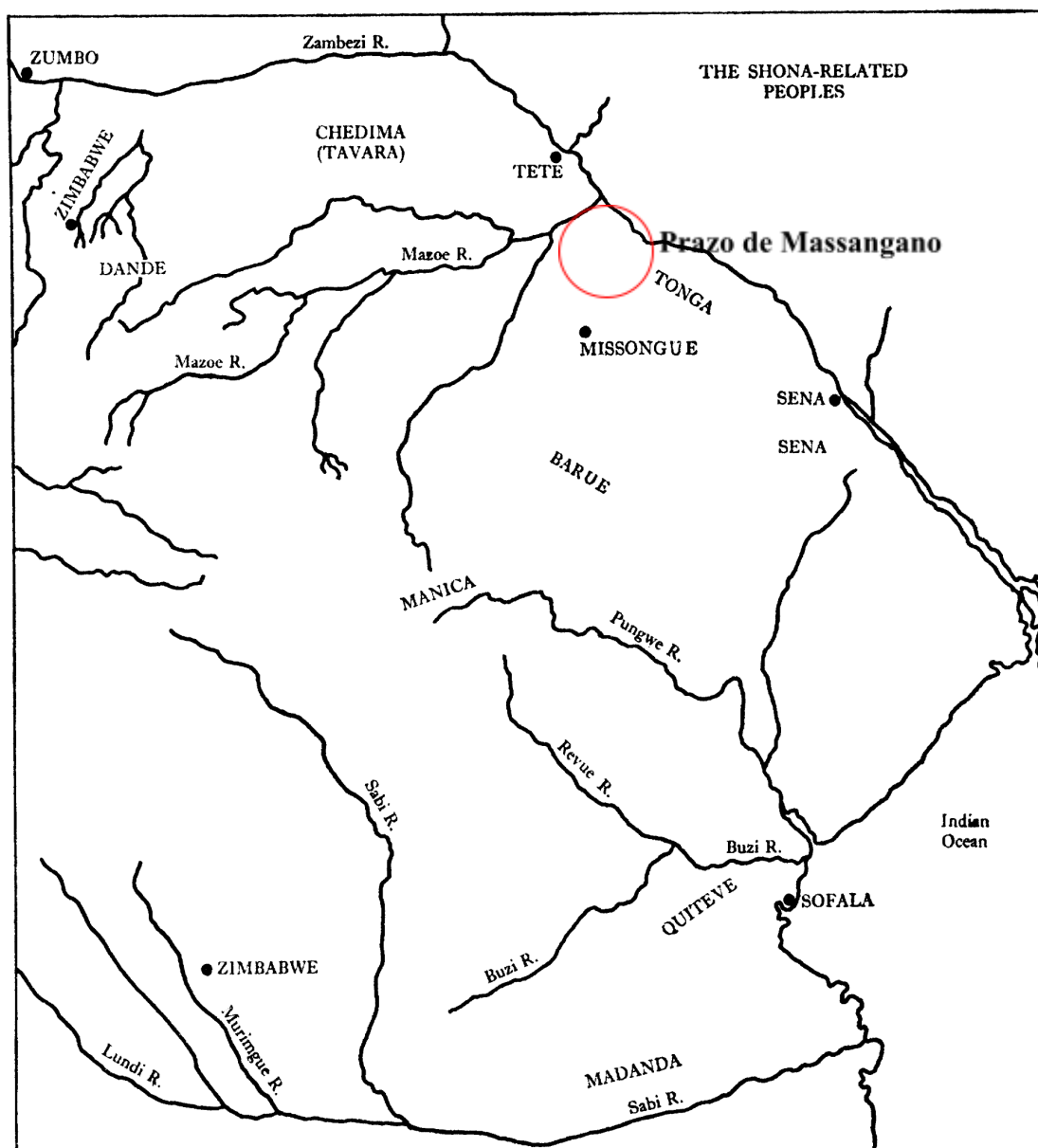
<sup>71</sup> Título associado à estrutura político-militar dos prazos, que comandava grupos de *achicunda*; Líder dos escravos da Zambézia. Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, 1973, p. 380; líder escravo masculino. Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972, p.17

<sup>72</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p. 32

<sup>73</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, 1973; Rita-Ferreira, Antonio. *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical- Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982; Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p. 33.



**Mapa 3-** Região de influência cultural shona



Fonte: ISAACMAN, A. Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions—a chapter in Barue religious and political history. *The Journal of African History*, v. 14, n. 3, p. 395–409, jul. 1973.

Existe um debate na historiografia sobre os povos denominados "tongas", habitantes da região próxima ao rio Zambeze. Newitt aponta que a designação "tonga" é compartilhada por diversos grupos da margem sul do rio, mas não implica uma origem comum, sendo traduzida como “pessoas sem chefes” ou “súditos”<sup>74</sup>. No entanto, Rita-Ferreira contesta essa interpretação, argumentando que, no século XVI, existia um “reino” Betongua na região sul do Zambeze, a cerca de três dias de jornada do Barué, apesar da intensa migração de outros povos, principalmente os shonas<sup>75</sup>. Maria Eugénia Rodrigues, por sua vez, pondera que a

<sup>74</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, 1973, p. 25-27

<sup>75</sup> Rita-Ferreira, *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*, 1982, p. 77-78



existência desse Estado não contradiz o desenvolvimento de uma identidade coletiva historicamente evidenciada. Assim, o termo "tonga" parece corresponder, de forma ampla, aos povos que habitavam desde Tete até o litoral, organizados em diversas chefaturas independentes<sup>76</sup>. Em outras palavras, a presença de múltiplas chefaturas independentes não exclui o compartilhamento de traços culturais e históricos, sendo justamente nessa região que os prazos da Coroa portuguesa, como o de Massangano, viriam a se estabelecer.

Ao observarmos o mapa acima, notamos que a região habitada pelos povos tonga está situada dentro da área de influência cultural dos antigos povos shonas, como os Barué e os Tawara. Segundo David Beach, analisando a partir de uma perspectiva histórica, nos séculos XVI e XVII, os povos tonga podem ser divididos em dois grupos principais. Um deles é composto pelos tongas que foram dominados pela dinastia shona-caranga, a qual viria a formar o “reino” do Barué. Essa dinastia, provavelmente como forma de controlar possíveis resistências, estabeleceu uma série de alianças matrimoniais com os povos conquistados, combinadas com a nomeação de um conselheiro-mor — um cargo de caráter hereditário. O segundo grupo seria composto pelas autoridades políticas que se mantiveram independentes e resistentes a diferentes poderes ao longo do tempo. O segundo grupo seria composto por autoridades políticas que se mantiveram independentes e resistiram a diferentes formas de dominação ao longo do tempo. Essas resistências incluíram os Mutapas, em 1550; a expedição de Francisco Barreto, em 1572; Gatsi Rusere, em 1608; Diogo Simões Madeira, em 1613; os senhores de prazos, nas décadas de 1630 e 1660; e, mais tarde, os invasores Ngunis, após 1830<sup>77</sup>.

Rita-Ferreira, complementando a análise de David Beach, propõe a existência de um terceiro grupo, que ele classifica como “destribalizado”. Esse grupo teria sido absorvido pelas sociedades dos prazos no século XVII e era composto por povos de diversas origens, sobretudo do norte da região<sup>78</sup>. Essas intensas dinâmicas políticas provavelmente também deram origem a significativas transformações culturais. No século XIX, ao menos no contexto dos prazos, as práticas culturais entre os africanos livres de Massangano, a família Cruz e os povos do Barué apresentavam notável semelhança. Isso nos leva a refletir sobre o profundo impacto da influência cultural dos shonas sobre os tongas dessa região.

---

<sup>76</sup> Rodrigues, Maria Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 46-48.

<sup>77</sup> David Beach, 1977 *apud* Rita-Ferreira, *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*, 1982, p. 77

<sup>78</sup> David Beach, 1977 *apud* Rita-Ferreira, *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*, 1982, p. 77-78



Segundo Rodrigues, no século XVIII, apesar da fragmentação política, havia elementos culturais comuns entre os diversos grupos denominados tongas. Dentre esses, destacava-se a crença em espíritos (*muzimu*) associados a determinados territórios, sendo os mais poderosos os espíritos dos *amambo* (*m'pondoro*). Essa característica evidencia que as culturas da região não eram inteiramente homogêneas, mas tampouco completamente distintas<sup>79</sup>. Havia especificidades em cada um dos grupos, mas ainda assim, partilhavam elementos centrais, como sistemas simbólicos, rituais e crenças. Esses traços comuns sugerem a existência de um pano de fundo cultural compartilhado, mesmo diante das particularidades locais.

Newitt argumenta que, na cultura shona, os espíritos dos mortos estariam conectados ao destino dos vivos, sendo honrados, reverenciados e respeitados por cada clã. Assim, os espíritos das lideranças falecidas poderiam comunicar-se com os vivos por meio de um intermediário<sup>80</sup>, o *svirikiro*. Esses intermediários eram escolhidos fora do território local e, através deles, as autoridades políticas mortas exerciam uma influência importante, a exemplo das disputas de sucessão ou contexto de guerra.

Nesse contexto, é importante destacar, conforme define a antropóloga e historiadora Diana Auret, que os *mp'ondoro* constituíam uma categoria distinta de espíritos ancestrais (*muzimu*), considerados mais próximos de Deus (*Mwari*) e, por isso, dotados de grande importância e poder. Esses espíritos não tinham significado apenas para os grupos de parentesco, mas também para regiões inteiras, ainda que as fronteiras dessas regiões nem sempre fossem claramente definidas. Além disso, o termo *mp'ondoro*, em seu sentido estrito, remete ao leão e ao espírito guardião de um território, refletindo a crença dos povos shona de que os espíritos das autoridades políticas falecidas entravam em leões antes de possuírem um *svirikiro*<sup>81</sup>.

Contudo, ao investigar os significados atribuídos aos *mp'ondoro*, bem como a forma como são caracterizados nas narrativas portuguesas, especialmente nos relatos sobre Bonga, observa-se que essas descrições são frequentemente simplificadas, incompletas, estereotipadas ou associadas à feitiçaria, com o intuito de deslegitimar a capacidade de governança do mambo de Massangano. Um exemplo significativo é a descrição feita pelo

<sup>79</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, 2013, p.54

<sup>80</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, 1973, p.26-27

<sup>81</sup> Convém destacar que a autora realiza uma análise aprofundada dos significados atribuídos aos *mp'ondoro* na cultura shona, com particular atenção às regiões situadas ao norte do Zambeze e no território correspondente ao atual Zimbábue. Auret, D. The Mhondoro spirits of supratribal significance in the culture of the Shona. *African Studies*, v. 41, n. 2, p. 173–187, jan. 1982, pp.173-174



padre Victor de Courtois, missionário no distrito de Tete, que chegou à região já no final da vida de Bonga. Ao registrar sua interpretação sobre o significado dos *mp'ondoro*, Courtois parece fundir duas figuras distintas da cosmologia shona: o espírito ancestral (*mp'ondoro*) e o médium que o incorpora (*svikiro*). Ele descreve o *mp'ondoro* da seguinte forma:

*mambo mp'ondoro* – adivinhador; fazedor de chuva segundo a crença dos cafres, homem extravagante que pretende ser animado e inspirado pelas almas dos régulos já falecidos e transmudados em leões. Estes homens, enquanto estão com o leão, gozam de prestígio e influência entre os seus patrícios; depois de se retirar o espírito, tornam à vida comum e não recebem honras, nem crédito<sup>82</sup>.

A definição atribuída pelo padre Courtois ao *pondoro* é particularmente interessante, pois sua descrição interpretativa evidencia diversas camadas, de simplificação e até incompreensão dessas figuras. Embora ele se proponha a definir o significado de *mambo mp'ondoro*, o conteúdo de sua descrição remete, na verdade, ao *svikiro* — o indivíduo que serve de canal de comunicação entre o espírito do *mambo* falecido e os vivos. Isso fica evidente quando o padre descreve o *mp'ondoro* como um "homem extravagante que pretende ser animado", indicando uma confusão entre o espírito ancestral e o indivíduo que o incorpora. Assim, Courtois parece fundir o *pondoro* ao médium que invoca o espírito-leão, tratando-os como se fossem a mesma entidade.

O padre atribui ao “*mambo mp'ondoro*”(svikiro) as funções de “adivinhador” e “fazedor de chuva”, assim, evidenciando funções que abrangiam várias esferas essenciais para a sobrevivência, o equilíbrio natural e a ordem social dos povos Shona. Contudo, ele acaba ocultando a dimensão política dos *mp'ondoro* e *svikiro*. Ao traduzir essas práticas para termos como “adivinhador” e “fazedor de chuva”, perde-se parte da profundidade espiritual e cosmológica que sustenta a visão de mundo desses povos. Essas simplificações, embora facilitassem a compreensão para missionários e portugueses, acabavam por obscurecer as intersecções entre o político e o sagrado, eliminando elementos fundamentais para entender integralmente o culto aos *mp'ondoro*, a atuação dos *svikiro* e seu significado na cultura shona.

De acordo com o antropólogo David Lan, quando uma autoridade política se transforma em *mp'ondoro*, ela passa a ser considerada a fonte da fertilidade da própria terra. Nesse papel, o *mp'ondoro* fornece a chuva para os campos e protege as plantações à medida que crescem. A chuva só será retida se as leis estabelecidas por ele forem desobedecidas. Por outro lado, se seus descendentes obedecerem às suas normas e realizarem os rituais no tempo

<sup>82</sup> grifo nosso. Courtois, Victor José. *Diccionario Cafre-Tetense-Portuguez ou Idioma fallado no districto de Tete e na vasta região do Zambeze inferior*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900, p.34. Essa versão de 1900, segundo o missionário seria um complemento natural da edição de 1899, intitulada *Diccionario Portuguez-Cafre-Tetense*, no qual o missionário atribui *pondoro* (*mp'ondoro*) a dois termos: 1) adivinho (p. 11); 2) leão (p. 291).



apropriado, viverão em paz e abundância. É importante destacar que o poder político e o poder sobre a terra estão profundamente interligados em diversas cosmologias africanas. Assim, quando o *mp'ondoro* continua cuidando do território que governou em vida, dentro dessa dimensão espiritual, está mostrando que a fertilidade da terra está diretamente ligada à sua autoridade e presença<sup>83</sup>.

Ao utilizar palavras como “extravagante” e “pretende”, Courtois sugere certa incredulidade diante da crença nos *mp'ondoro*, tratando a atuação dos *svikiro* como superstição ou mesmo como teatralidade. É dentro dessa narrativa de superstição e exotização que o capitão de artilharia Joaquim Carlos Paiva de Andrada também se refere aos *mp'ondoro* e *svikiro*, ainda que reconhecendo, indiretamente, sua importância no exercício do poder pelos *mambos*:

Os pandoros, que eu já tinha visto nas terras do distrito de Tete, que há no Mazoe, que havia no reino do Barué e que há nas terras de todos os pequenos mambos desta região, são uns homens que se escondem de vez em quando dizendo que vão para o mato e se transformam em leões, que mesmo quando se acham na forma de homens estão quase sempre a rugir, e que vivem à custa dos mambos e dos povos, impondo-se-lhes como entes sobrenaturais. Os mambos nada fazem sem os consultar. A superstição com os pandoros em Tete comunica-se aos musungos mulatos e mesmo à gente da Índia, que neles chegam a acreditar<sup>84</sup>.

Embora a citação de Paiva de Andrada esteja impregnada de uma perspectiva que reduz aspectos culturais/religiosos a interpretações pejorativas — fruto de uma tentativa de enquadrar práticas espirituais locais em narrativas exóticas e sensacionalistas, desqualificando as crenças e o poder desses agentes religiosos ao tratá-los como “superstição” ou como figuras que “vivem à custa dos mambos e dos povos” —, o trecho documenta um aspecto interessante da organização social da região.

Ele não apenas evidencia o papel dos *svikiro* ( aqui chamados de pandoros) na atuação dos mambos, mas também mostra como os *mp'ondoro* eram também cultuados por diversos senhores de prazos, mestiços e originários de Goa, como no caso dos Mambos de Massangano.

Em outra passagem, o capitão destaca que

O Inhaúde e o Bonga, das nossas desgraçadas guerras, apesar de homens muito inteligentes em outras coisas, nada faziam sem consultar os pandoros. Às vezes, os pandoros são mulheres. Há, numa terra da margem esquerda do Mazoe — em lugar

<sup>83</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p. 32

<sup>84</sup> Andrada, J. C. Paiva de. Campanhas da Zambézia- Comunicação feita em sessão da sociedade de geografia, de 10 de novembro de 1887 in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 7ª série, nº 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, p.8



onde já estive partindo de Tete — uma célebre Clara, pandoro de grande fama e, julgo, conselheira muito atendida pelo Bonga<sup>85</sup>.

O trecho da narração do Paiva de Andrada carrega uma conotação um tanto quanto ambígua ao reconhecer a inteligência do Bonga e do Nhaúde ao mesmo tempo que insinua que a consulta aos pandoro seriam um sinal de “fraqueza” ao pontuar que “nada faziam sem consultar”, assim desconsiderando a complexidade dos sistemas de poder na região, no qual o papel dos *svikiro* não é antagônico à inteligência ou as lideranças, representando, na verdade, uma ligação entre a espiritualidade e a governança.

Paiva de Andrada também destaca a figura da *pandoro* Clara, bastante conhecida na região e conselheira de Bonga, que, curiosamente, não residia na *aringa* de Massangano. No relatório, Andrada não fornece mais informações sobre essa relação, tampouco sobre a própria Clara — nem foram localizadas outras referências a ela em documentos consultados. Ainda assim, sua menção, sobretudo a indicação de frequência no atendimento a Bonga, suscita questionamentos importantes sobre o papel desempenhado por essa figura na região.

David Lan observa que, entre os shonas, a possessão espiritual nunca ocorre de forma espontânea: ela exige rituais altamente estruturados, podendo demandar semanas de preparação<sup>86</sup>. Auret, por sua vez, afirma que os espíritos-leões não eram consultados de maneira cotidiana, possivelmente como forma de evitar a banalização da incorporação<sup>87</sup>. Considerando essas observações, é possível questionar a ideia de que as consultas aos *mp'ondoro* através de Clara, ocorriam com a frequência sugerida por Paiva de Andrada. Nesse sentido, é plausível supor que a atuação de Clara extrapolasse as atribuições de uma *svikiro*, alcançando funções mais cotidianas e práticas — talvez associadas ao papel de uma *ng'anga*.

As *ng'angas* eram especialistas espirituais ligadas a práticas de cura por meio de ervas e medicamentos, além de realizarem adivinhações consultando os *muzimu* (espíritos ancestrais da linhagem), especialmente em casos de morte, feitiçaria, roubo ou adultério. Essas figuras também atuavam nos processos judiciais, sendo responsáveis, por exemplo, pela preparação do *muabvi* — uma bebida feita com casca de árvore venenosa. Se o indivíduo fosse inocente, conseguiria regurgitá-la; se culpado, acabava morrendo por efeito da substância ou era executado em seguida<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> Andrada, *Campanhas da Zambézia*, 1887, p. 9

<sup>86</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p.50

<sup>87</sup> Auret, “*The Mhondoro spirits of supratribal*”, 1982, p.180

<sup>88</sup> Aportuguesado como muave. Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, 2013, pp. 832-833



Isaacman alega que tanto o Bonga quanto às demais autoridades políticas de Massangano “consultavam regularmente os *svikiro*, solicitando remédios especiais e orientações aos *muzimu*”, provavelmente por meio de *ng'angas*, como Clara. Além disso, mantinham um cemitério real na *aringa* principal<sup>89</sup>. Em momentos de crise, invocavam não só os espíritos de seus ancestrais, mas também *mp'ondoro* mais antigo das chefaturas tonga, por intermédio do seu *svikiro*. Apesar de não aprofundar sobre a identidade desses *mp'ondoro*, o autor complementa afirmando que era o *mp'ondoro* sênior quem santificava e legitimava o governo dos sucessivos membros da família Bonga, sendo também, reputadamente, o responsável por fornecer assistência estratégica e mágica em tempos de guerra<sup>90</sup>.

Essa argumentação se alinha à análise de David Lan, que destaca que os *mp'ondoro* detêm uma autoridade espiritual profunda, ultrapassando os limites das chefias e distritos administrativos, operando sobre o território por meio do que ele denomina “províncias espirituais”<sup>91</sup>. Nas suas palavras, “essas províncias são agrupadas para formar 'reinos espirituais' sob o controle do *mhondoro* local mais antigo, mas cada província é, por si só, uma unidade de atividade ritual comunitária”<sup>92</sup>. Assim, esse *mp'ondoro* sênior ao qual Isaacman se refere provavelmente corresponde ao *mp'ondoro* mais antigo da região, reverenciado por diversas autoridades políticas tonga.

A documentação das expedições destaca consideravelmente o caráter político da atuação dos *mp'ondoro* nos conflitos entre o Bonga e os portugueses no final da década de 1860. Durante a expedição do final de 1868, o capitão Botelho Torresão relatou ao tenente Portugal e Vasconcelos que Bonga provavelmente não compareceria pessoalmente ao encontro sem antes consultar os *cazembes* e realizar as cerimônias conduzidas pelos “negros”, como as adivinhações, para obter um parecer favorável dos seus *mp'ondoro* (espíritos-leões)<sup>93</sup>. O capitão Coutinho também descreve essa prática, afirmando:

Antes de marchar para qualquer empresa de guerra, os grandes consultam sempre os *augures*, *muzimos*, por intermédio, geralmente, de uma velha feiticeira ou do feiticeiro *pandoro*. A troca de alguns *saguates* de aguardente, algodão e *lopa* (algodão tingido de azul), são estes sempre favoráveis ao que premeditam os oferentes<sup>94</sup>.

Os relatos dos capitães ilustram a importância de consultar os *mp'ondoro* antes de campanhas militares. Nesses contextos, o *svikiro* incorporado pelo *mp'ondoro* eram atores

<sup>89</sup> Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos*, 1991, p.23

<sup>90</sup> Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos*, 1991, p.24

<sup>91</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p. 34

<sup>92</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p. 34-35

<sup>93</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, 1954, p. 246

<sup>94</sup> Coutinho, João de Azevedo. *A campanha do Barué em 1902*. Ministério do Ultramar. Lisboa: Tipografia da Livraria Ferin, 1904, p.191-192



fundamentais para organização e validação das estratégias de guerra, refletindo uma cosmovisão em que o sucesso das atividades humanas, como guerras, estava intrinsecamente ligado à aprovação espiritual. Assim, para as autoridades políticas, a aprovação dos mp'ondoro não eram apenas ritualísticas, mas estratégias legítimas para garantir apoio cósmico e social às suas ações.

Coutinho, ao descrever os agentes espirituais, refere-se a uma "velha feiticeira", possivelmente uma *ng'anga*, e ao *pondoro* (*svikiro*), tratado como sinônimo de "feiticeiro". Ele sugere que esses agentes espirituais eram "sempre favoráveis" às intenções dos *cazembes* e *mambos*, "a troca de alguns saguates" (presentes). Essa descrição interpretativa, também apontada por outros portugueses, reduz as consultas a meras transações materiais, sugerindo que os *mp'ondoro* apenas validavam o que os líderes já planejavam. No entanto, esses bens materiais podem ser compreendidos como oferendas destinadas a honrar o espírito-leão, fortalecendo assim o vínculo entre esses espíritos reais e as autoridades políticas vivas, ou como demonstrações de respeito aos mediadores espirituais, que funcionavam como elo de comunicação. Esse significado mais profundo, porém, fica obscurecido pela narrativa do capitão.

Ainda nesse sentido, o capitão Augusto de Castilho, no contexto das guerras contra Massangano em 1888, destaca outro exemplo relevante: Nhaúde se tornou mp'ondoro do desfiladeiro Lupata, o que já indica a relevância do antigo mambo de Massangano para a região. Segundo o relato, navegantes que passavam pela região deixavam presentes na entrada do desfiladeiro como forma de respeito ao espírito-leão. Em outra passagem, Castilho menciona a consulta ao mp'ondoro Nhaúde durante a organização para retomar Massangano:

Motontora tornou-se, posteriormente, chefe de uma conspiração contra o governo e preparou tudo com a necessária antecedência e cautela para reocupar Massangano, após grandes conciliábulos de toda a família, realizados no prazo Matadza e, em grande parte, sob a inspiração do grande *pondoro* Inhaúde. Tudo foi acompanhado de várias cerimônias consideradas supersticiosas e sacrifícios, com o objetivo de instigar os rebeldes a retornarem à aringa de Massangano, onde estavam os restos de seus ancestrais e irmãos, atraindo-os de forma fatal e irresistível<sup>95</sup>.

O relato de Castilho reconhece, ainda que de forma enviesada, a importância do mp'ondoro Nhaúde como inspiração espiritual para a retomada de Massangano, evidenciando, portanto, a centralidade dos mp'ondoro na organização e legitimação das ações militares da família Cruz. Como espírito-leão, Nhaúde passou a ser reverenciado não apenas por sua linhagem e seguidores, mas também por outras pessoas que viviam ou circulavam na região do desfiladeiro de Lupata. O trecho também indica que decisões políticas eram legitimadas —

<sup>95</sup> grifo nosso. Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, 1891, pp. 38-40



ou mesmo impulsionadas — por meios rituais, em consonância com a cosmologia shona/tonga, como já discutido. Dessa forma, Castilho acaba por evidenciar o vínculo espiritual-territorial entre linhagem, espaço e legitimidade política ao mencionar o retorno à aringa de Massangano, onde estariam os restos mortais dos ancestrais.

Seguindo uma perspectiva a de David Lan<sup>96</sup>, Auret argumenta que, no contexto da cosmologia shona, há diferentes categorias de *mp'ondoro*, variando desde espíritos de alcance local até aqueles de importância mais coletiva — geralmente mais antigos nos territórios — cultuados por diversos grupos shona. Nesse contexto, é possível compreender a relevância de Nhaúde como um *mp'ondoro* de âmbito local, cujo culto está associado a um território específico, que não necessariamente coincide com as fronteiras do território que governava antes da morte. A autora ainda pontua que embora esse território não coincida necessariamente com limites políticos “formais”, ele guarda vínculos profundos com a terra e com a liderança, sendo esses *mp'ondoro* de âmbito local possivelmente um ancestral direto da linhagem dominante<sup>97</sup>.

Após sua morte, o Bonga também se tornou *mp'ondoro*. Durante uma visita a Massangano, após Nhamezinga, irmão do Bonga, subir à butaca, o padre Courtois relata o seguinte:

Gorou este piedoso intento o douto parecer do conselho dos muanamambos, convocado pelo Chiutare para decidir definitivamente a pretensão do padre Courtois. Os cautelosos conselheiros declararam-se incompetentes e votaram pelo adiamento *sine die* de qualquer resolução, pois, como havia sido o Chimuara (Bonga) quem mandara colocar as caveiras na paliçada, somente o pondofo que o encarnara (mambo-leão Chimuara) poderia decidir acerca da oportunidade para retirá-las e enterrá-las!<sup>98</sup>

O relato de Courtois oferece um importante vislumbre sobre a relação entre espiritualidade, autoridade política viva e tomada de decisão político-sociais em Massangano. As “caveiras” mencionadas são os crânios de oficiais portugueses mortos durante as expedições organizadas contra Bonga, que permaneciam expostas nas paliçadas da aringa principal. O fato de nem Nhamezinga nem o conselho dos *muanamambo* poderem decidir sobre o destino das caveiras mostra que a decisão está além da autoridade humana viva,

<sup>96</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985

<sup>97</sup> Discussão sobre as categorias de *mp'ondoro* e os significados dos espíritos supratribais ver AURET, D. The Mhondoro spirits of supratribal significance in the culture of the Shona. **African Studies**, v. 41, n. 2, p. 173–187, jan. 1982.

<sup>98</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, 1954. p. 546. De acordo com Eça, quando subiu à butaca, Bonga recebeu o nome de Chimuara, que seria mais adequado à importância e gravidade de suas novas funções. Contudo, os portugueses continuaram a chamá-lo de Bonga, sendo Chimuara usado apenas por sua “família, adeptos, partidistas e serventuários”. Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, 1954, p. 29



devendo ser tomada pelo espírito-leão Chimuara (o Bonga), na forma do *svikiro* que o encarna, refletindo a lógica de integrar profundamente o respeito aos antepassados e a continuidade espiritual nas práticas de governança.

De acordo com David Lan:

A forma que um antepassado assume é mweya (respiração ou ar). Os ancestrais não têm forma material e, portanto, podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Mas eles continuam a ter experiência sensorial. Eles podem ver e ouvir, têm emoções e desejos. Mas eles nunca são frívolos ou mesquinhos. O bem-estar de seus descendentes é sua única preocupação.<sup>99</sup>

Os mp'ondoro também são ancestrais; no entanto, por serem espíritos de autoridades políticas falecidas, seus poderes são superiores aos de um ancestral de linhagem. Além disso, sua esfera de atuação não se restringe a uma família, mas abrange todos os habitantes de seu território. Por isso, desobedecer às suas vontades — que operam como leis — pode acarretar consequências coletivas, como já discutido. Assim, a autoridade não morre com o líder: Bonga (Chimuara) continua a ser uma figura de poder mesmo após a morte, podendo ser consultado por meio do *svikiro*. Nesse contexto, o *svikiro* atua como elo vivo entre o visível e o invisível, sendo o canal por meio do qual as vontades do espírito-leão se manifestam.

As narrativas de agentes portugueses revelam um certo padrão sob os aspectos culturais e religiosos dos prazos, Barué e regiões adjacentes do Zambeze, no qual o culto aos mp'ondoro e outras práticas culturais ou religiosas são tratadas como “superstição” e associadas à “feitiçaria”. O Bonga foi classificado como “extremamente supersticioso” pelos portugueses e isso seria um elemento que contribuiria para a sua “crueldade”. Delfim Oliveira cita um episódio supostamente ocorrido em 1867, que exemplifica essa ideia de crueldade e superstição em Bonga:

No princípio de 1867, Bonga vê-se em apuros e atribui esse seu estado a feitiços da própria família. Manda decapitar algumas de suas mulheres e, ao que parece, até a própria mãe (Filipa), que desapareceu. Duas das mulheres do bandido conseguem escapar e refugiar-se em Chingosa, perto de Tete. Bonga envia ali sua gente, que capturam as fugitivas, matam algumas pessoas, saqueiam e incendeiam a povoação. A justiça de Tete toma conhecimento do fato, e Bonga é processado como autor do atentado<sup>100</sup>.

Não são fornecidos mais detalhes sobre o contexto ou os desdobramentos desse episódio, tampouco encontrei em outros documentos informações para além do descrito no trecho. Assim, não sabemos a situação político-social em que Bonga se encontrava, os conflitos internos em Massangano ou sobre as relações com as mulheres de sua família, que

<sup>99</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, 1985, p. 32

<sup>100</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, 1879, p.14



por sinal não são nem nomeadas por Oliveira. No entanto, é preciso ponderar a partir dessa citação que a descrição do Oliveira induz a ideia do Bonga como figura supersticiosa, violenta e caótica, assim necessitando a intervenção do poder português para restaurar a ordem. Além do fato de Bonga ser descrito como alguém que recorre a "feitiços" e acredita em forças sobrenaturais, que pode ser interpretado como uma forma de exotismo ou primitivismo na perspectiva de Oliveira.

Isso não significa que os feitiços não fossem realizados, especialmente em contextos de guerra — tanto africanos quanto portugueses acreditavam neles e os temiam, como se observará ao longo das expedições contra Massangano. No entanto, havia uma tendência recorrente por parte dos agentes portugueses de classificar de forma pejorativa as práticas culturais e religiosas do contexto zambeziano como “feitiçaria”. Muitas vezes, tratava-se de amuletos ou rituais de proteção, que eram sistematicamente reduzidos à noção negativa de “feitiço”, obscurecendo seus significados. Nesse sentido, Coutinho cita um episódio ilustrativo:

Antes de entrarem em guerra, todos os cypaes se reúnem e realizam o salto do rabo de guerra. Aqueles que não o executam conforme as regras têm a certeza de que lhes sucederá um desastre. Os cypaes em guerra usam os rins apertados por um pano ou manta, que acreditam protegê-los das balas. Não devem trocar de panos durante a guerra (os pretos da baixa Zambézia, moleques etc., já hoje não seguem à risca esta prescrição), nem se lavar, e devem, sob pena de morte certa, manter absoluta castidade<sup>101</sup>.

Os cypaes mencionados pelo Capitão Coutinho são os soldados africanos que compunham as colunas portuguesas nas expedições. O "saltar o rabo de guerra" possivelmente é como uma cerimônia fundamental para os soldados (*cypaes*), indicando o fortalecimento da coesão social e uma preparação espiritual e psicológica dos combatentes. O fato dos soldados amarrarem os rins com um pano ou manta evidencia a integração entre rituais físicos e proteção espiritual, com o objeto (o pano) funcionando como um amuleto.

Diante disso, é necessário ter em conta que esses relatos são documentos produzidos para a metrópole com propósitos políticos. O vocabulário e o tom empregados pelos narradores evidenciam uma perspectiva marcada por ceticismo e ironia diante das práticas espirituais e culturais africanas, com o objetivo implícito de afirmar a superioridade europeia. A ênfase nas oferendas, nos *svikiro* e nos rituais busca reduzir essas práticas a instrumentos de manipulação ou interesse pessoal, desconsiderando seu papel central em um sistema de crenças coeso e funcional. Ao classificá-las como superstições, os agentes portugueses

---

<sup>101</sup> Coutinho, *A campanha do Barué em 1902, 1904*, p. 194



buscam deslegitimar estratégias políticas e espirituais locais. Nessa lógica discursiva, o Bonga é retratado como um líder “sem valor ou capacidade diretiva”, como se fosse apenas manipulado por seus conselheiros. Essa construção apaga sua agência e ignora a complexidade do sistema político de Massangano, no qual o culto ao *mp'ondoro* não é sinal de fraqueza, mas fundamento de legitimidade e autoridade.

Já no contexto da Zambézia, ao longo dos séculos, senhores e Donas de prazos incorporaram elementos centrais das culturas shona e/ou tonga. Newitt argumenta que o “culto aos *mhondoro* talvez seja o mais importante para a história” dessa região — inicialmente como forma de resistência e adaptação cultural por parte dos grupos shona remanescentes do antigo império Monomotapa, especialmente ao norte do Zambeze. Mas também porque esse culto mostrou-se altamente adaptável: ao longo dos séculos, há evidências de que europeus e goeses que se tornaram mambos de grande reputação passaram, após a morte, a ser venerados como *mp'ondoro*, sendo reintegrados simbolicamente à ordem social pelos *achicunda* e populações locais<sup>102</sup>.

Ademais, é importante refletir que o culto aos *pondoro*, em essência, está associado à ideia de proteção, orientação e cura. Embora existam rituais para preparar o corpo da autoridade política para transformação em *mp'ondoro* e também para confirmar o êxito<sup>103</sup>, o elemento central é a crença de que aquele “candidato” pode garantir esses três elementos a quem o cultuar. Essa perspectiva ajuda a compreender como prazeiros portugueses e goeses de primeira geração vieram a ser reconhecidos como espíritos-leões por suas comunidades. Nesse sentido, sugere que o culto talvez não se limite a uma adaptação cultural ao contexto dos prazos, mas representa uma ampliação do culto, refletindo as necessidades e transformações socioculturais do contexto.

---

<sup>102</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.27

<sup>103</sup> Lan, *Guns & [and] rain*, p.33



## 1.2

## O BONGA E AS MULHERES: REDES DE PARENTESCO E A POLÍTICA NA ZAMBÉZIA SENHORIAL

Como foi possível observar até aqui, as informações sobre as mulheres que compunham o círculo social de Bonga são escassas, incompletas ou simplesmente inexistentes nos registros analisados. Essa lacuna não ocorre por acaso, mas reflete a construção narrativa portuguesa, que deliberadamente promove o apagamento dessas mulheres, de seu protagonismo e de sua atuação em Massangano e nas regiões adjacentes.

Curiosamente, as poucas mulheres mencionadas nas narrativas sobre o Bonga são referidas pelo título de *Dona*. Além de indicar que poderiam ser titulares de prazos da Coroa, esse título honorífico se difundiu em Moçambique como parte dos esforços da Coroa portuguesa para promover a "conquista, ocupação e povoamento" do território, assim, criando uma elite associada ao "pioneirismo da ocupação". Contudo, com o desenvolvimento das relações de poder, especialmente por meio de casamentos entre agentes portugueses e mulheres das sociedades locais, houve a ascensão de mulheres africanas e mestiças ao título português de "Dona", assim como a posição de influência social, política e econômica dessas mulheres, que causava indignação nos administradores e cronistas portugueses, principalmente no século XIX<sup>104</sup>.

Embora não haja registros de Donas de prazos de origem europeia, as políticas portuguesas de concessão de prazos, num primeiro momento, eram voltadas para essas mulheres e suas filhas. No entanto, o número de mulheres europeias que migravam para a Zambézia era insignificante, frustrando os planos da Coroa portuguesa. Durante o século XIX, houve um forte discurso crítico em relação às mulheres africanas e mestiças que ocupavam a posição de Donas de prazos. Essa crítica estava inserida na narrativa de que os prazos haviam sido "corrompidos" e os prazeiros haviam abandonado sua suposta "missão" original de promover o progresso agrícola na região<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup>Nepomuceno, Iamara de A.. *Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, 2019; Tanaka, M. V. *O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze em época de transformação colonial (séc. XIX e início do XX)*. Dissertação de mestrado—Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024

<sup>105</sup> AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS, Portugal. Boletim Geral Das Colónias. Vol. XXVI, 1950, p. 234



As Donas eram a expressão mais marcante dessa elite afro-indo-portuguesa que se formou na Zambézia. Tanaka argumenta que, embora elas não tenham ocupado cargos administrativos, exerciam jurisdição sobre as populações dos prazos 'em nome' da Coroa portuguesa, geralmente em consonância com práticas africanas, assim como outros detentores de prazos. Em outras palavras, é nesse contexto que essas mulheres revelavam diversas formas de agência e autoridade, não apenas na esfera social, mas também na política e na economia<sup>106</sup>.

Assim, o exercício de poder dessas mulheres manifestava-se justamente na habilidade de dominar e articular-se com as populações que viviam em seus prazos, com outras autoridades políticas (de matriz africana ou europeia) e com negociantes (em redes articuladas à Europa ou à Ásia). Além de compreenderem os mecanismos de controle dos escravizados e de articulação com os colonos livres<sup>107</sup>, conseguiam negociar e atuar dentro e fora de seus territórios em favor de seus interesses. Não era apenas a titularidade passiva das terras, mas era reconhecimento como autoridades tanto pelos escravizados quanto pela população livre, em virtude de suas habilidades de mediação e negociação, características essenciais nesse contexto, sem esquecer do fato de serem nativas, geralmente oriundas de famílias de prestígio na região<sup>108</sup>.

Sobre o poderio das Donas, Eça comenta o seguinte:

Por lá ouvimos dizer, não poucas vezes, que no século XVIII, ou antes, foi promulgado qualquer diploma régio concedendo o direito ao uso do título de dona a todas as filhas de Portugueses, brancas ou mestiças, nascidas nas vilas de Quelimane, Sena, Tete, Sofala e talvez Zumbo. Abusivamente a regalia tornou-se extensiva a toda a colónia e passou também a ser privilégio das filhas dos canarins e macaístas cristãos; a honraria passou de mães a filhas e, enfim, a todas as descendentes dessas donas sem que possuíssem os requisitos legais, e por fim, tal como sucedeu com as irmãs e filhas do Bonga!!<sup>109</sup>

A citação de Eça demonstra como o título foi institucionalizado para legitimar hierarquias sociais na província e fortalecer os laços entre essa elite e seus descendentes. Além disso, sugere que o título de Dona desempenhou um papel relevante na consolidação da

---

<sup>106</sup> Rodrigues, Maria Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013.; Tanaka, “O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze”, p.55

<sup>107</sup> Colonos livres refere-se principalmente aos africanos que viviam em territórios tributários de um Senhor ou uma Dona, também contempla, mestiços e, ainda que de forma pequena, portugueses degradados.

<sup>108</sup> Tanaka, “O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze”; Nepomuceno, *Guerra de Massangano*

<sup>109</sup> Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)*. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, p.74



estrutura de poder dos Prazos da Coroa, ao integrar e legitimar essa elite — incluindo mulheres mestiças e filhas de alianças interétnicas — nas hierarquias sociais locais.

A crítica também reflete a indignação de vários administradores, cronistas e escritores portugueses do século XIX, que buscavam desqualificar o exercício de poder de mulheres, sobretudo retintas, mestiças ou de outras origens étnicas, consideradas fora do padrão europeu, como as filhas e irmãs do Bonga. Por fim, a menção às irmãs e filhas do Bonga não apenas revela essa indignação frente ao que era percebido como um 'abuso' do título português, mas também sugere o protagonismo dessas mulheres em um contexto de alianças políticas e sociais, evidenciando seu papel como agentes de poder em Massangano e outras regiões.

Nesse sentido, no século XIX, quem desfrutava do estatuto de Dona, em geral, “eram mulheres mestiças, da mistura de etnias de origens africanas, europeias e asiática, de pele negra, possuidoras de prazos, muitas vezes, com territórios vastíssimos, mulheres de diversos negócios, povos e recursos naturais”<sup>110</sup>. O capitão Miguel Augusto de Gouveia, então comandante militar da vila de Tete fornece uma descrição hipotética de como seriam as Donas em épocas anteriores ao século XIX:

As mulheres, também embrulhadas em panos, carregadas — é verdade — de ouro, mas quase sempre reduzidas às joias de uso do país, não sabiam uma palavra de português e estavam sempre cercadas de grande cortejo de negras. Faziam a mais triste figura: eram verdadeiros autômatos na presença de um estranho. Os preconceitos e costumes cafreais — ainda os mais bárbaros e vergonhosos — eram principalmente pelas mulheres observados à risca, e davam lugar, não raras vezes, à prática de crimes que não apenas passavam impunes, mas dos quais até se fazia gala<sup>111</sup>.

Contudo, no século XIX, parece haver uma mudança significativa no comportamento social dessas senhoras, se antes saíam acompanhadas de um grande cortejo de escravizadas, agora se fazia acompanhar apenas por uma ou duas criadas. Trazendo uma observação feita pelo Tenente-Coronel reformado Delfim Oliveira, José Capela aponta o seguinte:

Quando saíam, faziam-se conduzir em machila coberta de palha, carregada por quatro escravos, marchando a trote e acompanhadas de uma ou duas bandázias. Em dias de casamento ou batizado, para os quais fossem convidadas, iam em palanquim fechado, vestidas de seda — mas pouco airosas, por falta de espartilho —, exibindo joias de valor. As bandázias, esbeltas e garridamente ataviadas, eram escolhidas pela sua elegância, e lhes eram apostos nomes tais como: Amor de Vista, Bem de Vista, Valequemtem, Triste Vida, Quinta, Chuva<sup>112</sup>.

É interessante observar que os trechos de ambos os capitães carregam críticas veladas ao comportamento e à aparência das Donas, a partir de uma perspectiva que valoriza os

<sup>110</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p.156

<sup>111</sup> Capitão Miguel Augusto de Gouveia *apud* Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.I, p.75

<sup>112</sup> Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 76



padrões europeus de beleza e civilidade. No entanto, essas descrições acabam por destacar a posição de poder e o status social dessas mulheres, que, em seus prazos, eram responsáveis por julgar conflitos e aplicar justiça. Quando se apresentavam frente à sociedade zambeziana, reforçavam seu prestígio e posição através das vestimentas, do cortejo de escravizados, do transporte e das joias, por exemplo.

Para Eça, o poder e a influência das Donas no século XVIII, durante o período de apogeu dos prazos da Coroa, não se limitavam a fatores materiais, como a riqueza herdada ou adquirida, nem à posição social advinda de linhagem ou casamentos estratégicos. Seu poder residia, sobretudo, na habilidade de exercer autoridade direta sobre a população local, que as respeitava, temia e obedecia. Além de destacar a autonomia e autoridade dessas mulheres, Eça ainda sugere que o poder das *Donas* não apenas facilitava, mas frequentemente era a base indispensável para que os agentes portugueses pudessem governar em contexto zambeziano. Nas palavras do autor:

Mas a sua influência e poderio não emanavam apenas de condições materiais já em pleno usufruto ou porvindouras, nem da posição social paterna, nem da categoria adquirida através de qualquer casamento que só por si conferiria ao marido as habilitações indispensáveis para o desempenho de todas as funções públicas, inclusivamente as de governador de Rios de Sena, desde que soubesse ler e escrever, ou as de feitor da Real Fazenda, juiz ordinário, etc., quando se tratasse de um analfabeto; provinham, sobretudo, da sua forte ascendência sobre o espírito do negro, que a estimava e temia, que a respeitava e lhe obedecia como sua senhora natural<sup>113</sup>.

O químico francês Paul Guyot, membro da comissão científica do Joaquim Carlos Paiva de Andrada que viajava pelo Zambeze na década de 1870, afirma que as uniões matrimoniais entre portugueses e filhas das autoridades políticas eram bastante frequentes e o mais interessante é que a iniciativa era delas (ou de suas famílias). Porém, é evidente que também eram comuns os casos de indivíduos interessados nos dotes e na posição socioeconômica que a união com as Donas oferecia. O viajante ainda destaca que a ambição das filhas dos senhores de prazos era de serem mulheres de um branco, aliás, esta seria a ambição das mulheres de cor em geral<sup>114</sup>.

Apesar da pretensiosa observação do francês, a citação nos faz refletir sobre o que significa esse “ser mulher de branco” no contexto zambeziano. Tanaka argumenta que

muitas mulheres e suas famílias aproveitaram-se do sistema de prazos para disputar posições de poder, especialmente no que se refere a direitos e posse de terras. Estratégias como casamentos com funcionários coloniais, viúvas que se casavam diversas vezes para ampliar suas propriedades e sucessões por via uterina permitiram

<sup>113</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p.139

<sup>114</sup> Guyot, Paul. *Voyage au Zambéze- accompagné de 42 planches et cartes hors texte*. Paris: Librairie africaine et coloniale, 1895



que muitas mulheres da alta hierarquia dessa sociedade se destacassem como figuras privilegiadas no sistema de prazos<sup>115</sup>.

Em outras palavras, o “ser mulher de branco” transcende o simples fato de ser esposa ou companheira de homens portugueses e indica uma posição de poder e vantagem social, ou seja, simboliza uma aliança estratégica através desse sistema. Essa estratégia demonstra uma agência das mulheres e suas famílias, que compreendiam os mecanismos de poder e os utilizavam a seu favor. Assim, “essa estratégia de sucessão por via matrimonial para incorporar os chegados de Portugal e Goa à elite das famílias locais do Zambeze permitiu que muitas mulheres fossem assumidamente senhoras das terras no sistema”<sup>116</sup>. Da mesma forma, essa prática permitiu que as mulheres controlassem ou gerenciassem terras e riquezas, criando dinâmicas de poder que não dependiam exclusivamente dos homens. Esse, por exemplo, seria o caso de Dona Luísa, irmã do Bonga.

### 1.2.1

#### **Dona Luísa Micaela Rita da Cruz: a Luíza do Goengue**

Das irmãs de Bonga mencionadas na documentação analisada, Dona Luísa é a mais destacada, tanto nos registros documentais quanto na bibliografia<sup>117</sup>. Titular do prazo do Goengue, localizado na margem esquerda do rio Zambeze, próximo à entrada do desfiladeiro Lupata, Dona Luísa comandava um impressionante exército de achicunda<sup>118</sup>. Estimada, respeitada e temida por seus achicunda, escravizados, colonos livres e agentes portugueses, era também considerada uma “amiga” do governo português. Contrapondo-se abertamente a seu irmão, Bonga (António Vicente da Cruz), Dona Luísa desempenhou um papel crucial ao apoiar as expedições portuguesas de 1868 e 1869, com seus achicunda servindo como suporte estratégico e sua aringa sendo transformada em base militar para a expedição de 1869.

Batizada com o nome de Luísa Micaela Rita da Cruz, filha de Nhaúde, residiu durante a juventude em Massangano, onde foi criada junto aos seus irmãos e irmãs. Já adulta, mudou-se para o Goengue, onde viveu grande parte de sua vida com seu marido, Belchior do Nascimento. Já viúva, em 1881, mudou-se para o Ancuze, onde se uniu a Rodrigo Pais Machado. Com a morte de Machado, casou-se com o ex-soldado da expedição de 1869 António Lopes, seu último companheiro, e passou a residir em Quelimane devido aos

<sup>115</sup> Tanaka, “*O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze*”, p. 51

<sup>116</sup> Tanaka, “*O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze*”, p. 54

<sup>117</sup> Sobre a trajetória de vida de Dona Luísa da Cruz e seu papel no contexto dos conflitos zambeziano ver Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p. 140-169.

<sup>118</sup> Sobre os achicunda ver tópico [1.3 Os “pretos” do Bonga](#)



negócios do marido, onde faleceu em 1889<sup>119</sup>. Nepomuceno argumenta que apesar dos casamentos com portugueses não serem fundamentais para a consolidação do seu poder, eles tinham um papel importante quanto à abrangência de sua influência entre os funcionários da administração portuguesa. Não por acaso, por meio de seus sucessivos casamentos, ela estabeleceu alianças com ex-militares e funcionários da administração no ultramar.

Não se sabe exatamente quando Luísa assumiu o prazo do Goengue, mas os relatos de viajantes e agentes portugueses indicam que ela se mudou de Massangano “com sua gente”, após Bonga mandar afogar seu filho nas águas do Zambeze, em um gesto de desgosto com o comportamento da sua irmã. Segundo os relatos, Luísa era casada, e a criança seria fruto de um adultério cometido por ela com um homem negro da região<sup>120</sup>. Esse é o único filho mencionado nos relatos, o que indica a possibilidade de ela ter ficado estéril após o ocorrido. Esse episódio teria sido o catalisador para o rompimento com Bonga e seu apoio às tropas portuguesas nos conflitos contra ele.

Contudo, não foram encontrados registros sobre esse primeiro marido de Luísa, tampouco sobre o episódio envolvendo seu filho. Os relatos sobre o caso provêm de viajantes na década de 1880, que provavelmente ouviram a história durante suas viagens pela região. Além disso, ao observarmos o padrão das uniões matrimoniais das Donas, nota-se que elas geralmente uniam-se com portugueses e passavam a residir nos prazos que herdavam, ou já viviam neles antes do “casamento”. Isso nos leva a questionar a narrativa de Luísa residir em Massangano com seus escravizados mesmo após casar-se, possivelmente com um português. Assim, embora o episódio do filho seja verossímil, ele também contém contradições que merecem questionamento. Ainda assim, o que permanece dessa história é o rompimento com Bonga e os efeitos que daí decorreram.

Além das observações sobre o exercício de poder de Dona Luísa e seu apoio ao governo português, destacam-se também relatos sobre seus métodos de violência e controle, que resultaram em ataques à sua reputação e índole. Nesse sentido, como observa Capela, as “contradições flagrantes entre os diversos autores impedem um juízo acerca do comportamento da Dona”<sup>121</sup>. O mais interessante é que, na documentação analisada, as observações sobre o comportamento de Dona Luísa passam a ser registradas por viajantes,

<sup>119</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, pp. 90-91; Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p.160

<sup>120</sup> Courret, Charles. *À l'est et à l'ouest dans l'Océan Indien : Sumatra, la côte du Poivre, massacre de la mission Wallon à Atjeh, Zanzibar, Nossi Bé, Mozambique, Quelimane, le Zambèze et la route des grandes mers intérieures*. Paris: A. Chevalier-Marescq, 1884; Guyot, “*Voyage au Zambèze*”, p.87; Tenente coronel Sousa e Silva, *districto de Tete* p. 104-105 *apud* Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p. 144-145

<sup>121</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.92



administradores e militares europeus apenas a partir de 1880, ou seja, após os conflitos com Bonga. Antes disso, o destaque recaía sobre Belchior do Nascimento, seu então marido, e por vezes seu nome sequer era mencionado.

Por exemplo, nos documentos relativos à expedição de 1868, liderada por Oliveira Queiroz, o prazo do Goengue é referido como ponto de apoio militar estratégico, de onde partiram achicunda enviados para reforçar as tropas portuguesas<sup>122</sup>. Contudo, esses registros destacam apenas Belchior como autoridade do prazo e anfitrião, ignorando completamente a atuação de Dona Luísa. O mesmo se observa nos relatos sobre a expedição de 1869, durante a qual o acampamento médico português foi instalado em Goengue<sup>123</sup>. O apoio dos achicunda foi mencionado, mas sem qualquer referência à liderança de Luísa, perpetuando o apagamento de sua atuação.

Delfim de Oliveira, em seu diário sobre sua viagem a Tete no final da década de 1850, com o objetivo de instalar uma colônia militar, também menciona o Goengue e oferece uma pequena biografia de Belchior do Nascimento:

Belchior do Nascimento veio de Lisboa degredado para esta província em 1850; em 1852 fazia parte da força que comigo foi em auxílio de Tete, onde, em 1853, prestou bom serviço; provando por vezes a sua valentia contra a guerrilha do Inhaúde e dando bom exemplo aos soldados indígenas, pelo que lhe foi conferido o posto de primeiro-sargento, embora não soubesse ler nem escrever. Ficando privado da vista foi escuso do serviço e lançado à margem, como se fora um burro que já não presta. Não tendo direito a recompensa de serviços prestados, por ser degredado, entendo que deviam por equidade conservar-lhe o abono de pré - cem réis diários -. Vendo-se abandonado veio para o Sungo viver em companhia duma preta filha do Inhaúde, irmão do Bonga, que é quem o sustenta<sup>124</sup>.

Embora Delfim de Oliveira não mencione o nome da "preta filha do Inhaúde", fica evidente que ele se refere a Dona Luísa, que, àquela altura, já era titular do prazo de Goengue. A descrição deixa claro que Belchior, cego e marginalizado pela administração portuguesa, não tinha meios de se sustentar ou reivindicar recompensas pelos serviços prestados. A união com Dona Luísa, portanto, se tornou benéfica para ele, enquanto a proteção que ela lhe ofereceu reflete sua autonomia e poder.

A posição de Luísa como Dona, respaldada pela posse de terras, escravizados e recursos, permitiu-lhe sustentar um homem que havia sido “descartado” pelo projeto colonial

<sup>122</sup> Carneiro, J. P. *Defesa feita perante o conselho de guerra da 1ª divisão militar na causa em que era acusado João José de Oliveira Queiroz- Tenente Coronel Comandante da primeira expedição à Zambézia*. Lisboa: Typographia do Paiz, 1874

<sup>123</sup> Ferreira, Joaquim José. *A Expedição da Zambézia em 1869*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1870; Ferreira, Joaquim José. *Recordações da Expedição da Zambézia em 1869*. 2o ed. Elvas: Typographia Progresso, 1891

<sup>124</sup> *grifo nosso*. Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p.129; Sobre a viagem de Delfim de Oliveira para formar a colônia militar destinada a Tete ver Capela, José (org.). *Delfim José de Oliveira. Diário de viagem da colônia militar de Lisboa a Tete, 1859-1860*. Porto: Húmus, 2014.



português. Essa relação ilustra o caráter recíproco das alianças sociais no contexto zambeziano: enquanto Belchior era sustentado por Luísa, sua presença, como português e ex-militar, pode ter fortalecido a posição dela em um ambiente marcado por constantes disputas de poder. Ainda assim, o apagamento de sua atuação nos relatos portugueses desse período é evidente e reflete as dinâmicas de gênero e raça que permeiam a narrativa portuguesa.

Tanaka argumenta que as Donas, enquanto mulheres de homens ligados à administração portuguesa, eram menos documentadas, pois seguia-se a lógica discursiva de primazia masculina, que colocava o homem como chefe da família. Ela ressalta ainda que, mesmo quando seus maridos estavam ausentes — seja em viagens, campanhas militares ou morando em locais distantes — essas mulheres continuavam, em sua maioria, marginalizadas nos registros, com sua presença ofuscada pela “autoridade” masculina, diferentemente do que ocorria quando se tornavam viúvas<sup>125</sup>.

Na década de 1860, quando Bonga interrompeu o trânsito no rio Zambeze, o prazo do Goengue tornou-se um ponto estratégico para aqueles que desejavam chegar a Tete a partir da costa índica. A hospitalidade passou a ser lucrativa: comerciantes, civis e militares eram recebidos, com a possibilidade de contratar escoltas armadas formadas por achicunda de Luísa, destinadas a acompanhar aqueles que seguiam para Tete<sup>126</sup>. Além disso, Dona Luísa alugava escravizados para caravanas de comerciantes ou expedições científicas, fornecia mantimentos para o reabastecimento dessas caravanas e disponibilizava escravizados que trabalhavam como machileiros, encarregados de carregar bagagens ou os próprios viajantes<sup>127</sup>.

Os relatos sobre sua hospitalidade também aparecem em narrativas de viajantes que transitavam pelo Zambeze na década de 1880. O secretário-geral da província de Moçambique, Joaquim D’Almeida da Cunha, em seu *Estudo acerca dos Usos e Costumes dos Banannes, Batiilás, parses, mouros, gentios e indígenas*, relata o seguinte:

Estivemos em fevereiro de 1882 na aringa do Inhamizinga, que nos recebeu perfeitamente — com uma música muito desafinada —, na casa principal da povoação, e nos acompanhou para mostrar as nhamas e, por fim, até o rio. Já anteriormente havíamos estado quatro dias no Guengue, na casa de D. Luíza, sua irmã, a qual, quando chegamos minados de febres, nos tratou com um desvelo que nunca esqueceremos<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> Tanaka, “O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze”, p.55

<sup>126</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p.163

<sup>127</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p.163

<sup>128</sup> Cunha, Joaquim D’ Almeida da. *Estudo acerca dos Usos e Costumes dos Banannes, Batiilás, parses, mouros, gentios e indígenas*. Moçambique: Imprensa Nacional, 1885, p. 90



Já o Major de Infantaria Alfredo Augusto Caldas Xavier, em seu estudo sobre a Zambézia<sup>129</sup>, mostra como a posição do Goengue e a atuação de Dona Luísa foi importante não só para o trânsito no Zambeze, mas também para a manutenção do “controle” português:

De resto, será bom não esquecer que às forças irregulares dos dois Ferrões e às de D. Luíza do Goengue se deve o fato de não terem os chefes makololos Chiputula (hoje morto), Cacisse e outros, sob a influência das missões do Chire e Nyassa, conquistado a Maganja d'além-Chire e o Machingire<sup>130</sup>.

Reforçando esse posicionamento de Dona Luísa como “amiga” do governo português. O Major Caldas Xavier reconhece que o Goengue, sob a liderança de Dona Luísa, desempenhou um papel crucial no “controle” de uma área importante ao longo do Zambeze. Sua localização, suas habilidades sócio-políticas e sua capacidade articular e mobilizar achicunda (descritos como forças irregulares) foram importantes para o êxito de expedições contra autoridades políticas makololos.

Todavia, outras versões sobre Dona Luísa também surgem nesse contexto. O químico Guyot, já mencionado, relata como Machado, um dos maridos de Dona Luísa, fora uma “vítima” de sua companheira que o mantivera sob vigilância extrema e impedindo todas as possibilidades de fuga.

[...] ela cercou seu favorito com vigilância ativa, e todos os dias seus negros lhe contavam os fatos e gestos de seu prisioneiro. Machado queria fugir; no último momento os barcos falharam e seus dias foram contados. Ainda nos lembramos deste homem bonito, com uma cabeça enérgica, que foi sonhadora e preocupada com suas casas. Ele sentiu seu fim se aproximando; ele sentiu que estava afundando e tentando alcançar todos os ramos da salvação que estava vislumbrando. Por um momento ele esperou juntar-se à nossa missão e assim desaparecer de Goengue; mas a vigilância da qual ele era o objeto impediu que essa nova combinação tivesse sucesso. Poucos dias antes de nos receber, ao deixar um membro de nossa missão que nos precedeu, ele lhe deu a entender que em breve haveria notícias para o loane. De fato, algumas horas depois da nossa partida, uma nova cena aconteceu entre os dois cônjuges. O que estava acontecendo? Só hoje Dona Luísa sabe disso. Machado sentou-se para comer e, alguns instantes depois, vomitou e morreu rapidamente. Ele foi enterrado em seu próprio quarto; sua casa foi fechada e transformada em uma capela fúnebre. Uma cruz foi plantada no alto do telhado e uma bandeira negra, baixa a meio mastro, indica que a morte passou, que cortou o chefe de Prazo e que sua sucessão está aberta<sup>131</sup>.

Outro viajante francês, Charles Courret, também relata sua versão sobre os capítulos finais deste relacionamento entre Machado e Luísa:

<sup>129</sup> A expedição de Xavier tinha por objetivo subsidiar os conhecimentos sobre o interior da província de Moçambique, o major ofereceu a publicação à Sociedade de Geografia de Lisboa pelo “movimento colonial” que estavam fazendo ao acolher qualquer estudo sobre as questões ultramarinas.

<sup>130</sup> Xavier, Alfredo Augusto Caldas. *A Zambézia-estudos coloniais*. India Portuguesa, Nova Goa: Imprensa Nacional, 1888, p.6

<sup>131</sup> Tradução nossa. Guyot, *Voyage au Zambése*, p. 91



Em várias ocasiões, Machado voltou à carga, sem sucesso, e cansado, ele tentou fugir: espiões de Dona Luísa o pegaram no caminho e levaram-no para a mulher de quem ele tinha tentado se desviar. Uma cena bastante violenta seguiu-se ao retorno do fugitivo, e Dona Luísa insinuou discretamente que, se tal tentativa se repetisse, um chumaço, um pequeno chumaço simples de algum veneno, impediria que ele comesse de novo. Machado guardou isso para si: a irmã de Bonga não era mulher para repetir a mesma coisa duas vezes<sup>132</sup>.

Nepomuceno argumenta que a maneira dramática que a relação é retratada, com o processo de tristeza do ex-soldado culminado com a sua morte por envenenamento, é parte da construção narrativa que buscou vitimizar o português e corroborar a narrativa da Dona como uma figura perigosa e cruel<sup>133</sup>. Apesar de constar que o indivíduo morreu por congestão, é a narrativa do envenenamento que seria reproduzida por contemporâneos<sup>134</sup>.

Se no seu primeiro relatório sobre a expedição Zambézia de 1869, publicado em 1870, o major do exército português José Joaquim Ferreira não menciona a participação de Dona Luísa à frente do Goengue. Quando publica novamente o documento intitulado *Recordações da expedição da Zambézia em 1869*, duas décadas depois, sobre a mesma expedição, Ferreira apresenta sua narrativa a respeito de Dona Luísa e é enfático ao acusar Luísa de traidora, cruel, despótica; responsável pelos infortúnios que acometeram os exércitos portugueses durante a expedição.

Ninguém desconfiava desse pobre velho e cego, que tinha os melhores desejos, como tive ocasião de observar, de ser útil à expedição. Outro tanto não acontecia com sua mulher D. Luísa Michaela da Cruz, irmã do Bonga e astuta como ele. Belchior do Nascimento tinha apenas autoridade aparente. Ordenava, mas o cumprimento das suas ordens dependia da vontade de sua mulher, a quem os negros obedeciam cegamente, temendo os ímpetos do seu caráter violento, destemido, vingativo. Muitas vezes alterava as disposições de seu marido, comprometendo-o. Era isto que se dizia depois do desastre de Massangano, porque só então é que os expedicionários souberam dessas e outras verdades [...]. Foi sob a vigilância traiçoeira de D. Luísa que a expedição da Zambézia esteve no Goengue, por muito tempo, expondo a sua fraqueza, resultante da falta de víveres, as dificuldades com que lutava, enfim tudo quanto se devia ocultar cuidadosamente e de que o Bonga tinha conhecimento por intervenção de sua irmã!...<sup>135</sup>.

Ao analisar a mudança no discurso de Ferreira duas décadas após a expedição, Nepomuceno argumenta que o posicionamento do autor está completamente alinhado com as considerações de Augusto de Castilho sobre a família Cruz, especialmente em relação a Luísa<sup>136</sup>. A revisitação das memórias da expedição de 1869 parece servir para reforçar as mazelas sofridas pelas tropas portuguesas na derrota daquele ano, mas também para enaltecer a vitória das tropas lideradas por Augusto de Castilho na guerra contra Massangano, em 1888.

<sup>132</sup> Tradução nossa. Courret, “À l'est et à l'ouest dans l'Océan Indien”, p.221

<sup>133</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p. 167

<sup>134</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p. 136

<sup>135</sup> Ferreira, *Recordações da Expedição da Zambézia*, p.89-90

<sup>136</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*



Contudo, nessa nova narrativa, Dona Luísa surge como a “algoz” das tropas estacionadas no Goengue.

De toda forma, apesar do sobrenome Cruz e as guerras entre Massangano e a administração portuguesa terem um peso, eles não definem a figura de Dona Luísa. Sua trajetória vai além da identificação com os conflitos dos irmãos. Ela construiu seu poder com base em sua habilidade de ocupar espaços sociais estratégicos, fazer alianças. As diversas facetas de Luísa que são destacadas por viajantes e militares são, como defende Nepomuceno, “elementos necessários para que ela fosse uma Dona na Zambézia, conquistando os espaços sociais e mantendo seus status e poder ao longo de praticamente toda a segunda metade do século XIX”<sup>137</sup>.

Essa questão torna-se evidente se olharmos para a forma como outra irmã do Bonga, Dona Maria, é retratada nas narrativas portuguesas. Seu destino final foi semelhante ao de Luísa: presa por Castilho e enviada para Moçambique. Contudo, Castilho mandou prender Dona Luísa três vezes, acusada de assassina, traidora e espiã para seus irmãos Chiuta e Fukisa. Certamente não foram só as guerras com Massangano que direcionaram as ações do capitão Castilho, elas parecem ter sido motivadas por interesses políticos e ideológicos, sobretudo para justificar a narrativa da necessidade de desestruturação do poder das Donas e Senhores de prazo, nesse contexto de ampliação dos interesses coloniais portugueses, da instalação das companhias capitalistas de exploração e do aumento das intervenções militares portuguesas, que já começava a se estabelecer.

### 1.2.2

#### **Dona Maria da Cruz, a Maria do Marango**

Assim como o Bonga e Luísa, Dona Maria cresceu em Massangano. Titular do antigo prazo jesuíta do Marango, na margem esquerda do rio Luenha e à direita do Zambeze, próximo a Massangano, Dona Maria casou-se com Agostinho Manoel Gomes, um goês, negociante e sargento do exército regular de Tete, com quem teve dois filhos: Tito Caetano Gomes, que estudou em Goa, tornando-se posteriormente sargento em Tete e negociante, além de ter prestado serviços na campanha de 1888 contra Massangano; e Caetano Gomes, que foi preso e deportado para Moçambique por ordem de Castilho durante a mesma expedição<sup>138</sup>.

Diferentemente de Luísa, a trajetória de Dona Maria conta com poucos registros. Nos documentos analisados, há apenas breves menções à sua atuação no contexto dos conflitos

<sup>137</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p. 169

<sup>138</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.I, p.70



entre os portugueses e o Bonga, ou sua figura sequer é mencionada. O episódio mais destacado pelos cronistas, relacionado à família Gomes, é o conflito entre Bonga e o negociante Clementino de Sousa, que estava sendo acompanhado por Agostinho Gomes, ambos eram parceiros comerciais e aparentemente costumavam viajar juntos em caravanas, como veremos adiante. Contudo, não há relatos que esclareçam o impacto desse episódio na relação de Bonga com sua irmã.

Como mencionado anteriormente, a primazia masculina privilegiava a figura masculina como “chefe” da família, o que resultava na sub-representação das Donas em documentos e narrativas de viajantes, militares e administradores europeus enquanto eram casadas. Isso parece ser o caso de Dona Maria durante seu casamento com Agostinho Manoel Gomes. Em seu relatório intitulado *Missionary Travels and Researches in South Africa*, o missionário David Livingstone relata sua estadia no Prazo do Marango após deixar Tete. Livingstone destaca a hospitalidade de Gomes, as boas conversas, os mantimentos oferecidos para seguir viagem e as advertências sobre o Bonga. No entanto, em nenhum momento menciona a presença de Dona Maria, que naquela época era a senhora da casa e titular do prazo<sup>139</sup>. É evidente, no relato de Livingstone, que o fato de Gomes ser funcionário da administração portuguesa e recomendado pelo Comandante de Tete é o que valida sua posição como anfitrião.

A documentação analisada não informa quando ou por quê Dona Maria deixou o prazo do Marango e mudou-se para vila de Tete, provavelmente, após o falecimento do Agostinho Manoel Gomes e a sua situação de viúva, uma vez que não há registro de que tenha se casado novamente. A hipótese de que essa mudança ocorreu após o falecimento de Agostinho Manoel Gomes surge em conformidade com o padrão de comportamento em relação às Donas, segundo o qual as viúvas adquiriam maior autonomia e certa visibilidade nas narrativas após a morte dos maridos<sup>140</sup>. Além disso, essa mudança pode também ter sido motivada por questões práticas, como a administração de recursos ou proximidade a redes sociais e econômicas em Tete. Eça afirma que Dona Maria era “muito chegada ao Bonga e tinha certo verniz de civilização”<sup>141</sup>. Em outras palavras, sugere que o estilo de vida de Dona Maria em Tete seria mais próximo do que ele, enquanto funcionário português, considera “civilização”.

---

<sup>139</sup> Livingstone, David. *Missionary Travels and Researches in South Africa*. New York: Harper & Brothers Publishers- Franklin Square, 1858, pp. 699-700

<sup>140</sup> Rodrigues, Portugueses e Africanos nos Rios de Sena; Tanaka, “O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze”

<sup>141</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p.123



Na época do conflito entre Bonga e o então governador do Distrito de Tete, Miguel Augusto de Gouveia, sabe-se que Dona Maria já residia na vila. Sua proximidade com Bonga pode ter sido um dos fatores que motivaram a Câmara de Tete a buscar seu apoio na moção de paz organizada após o fracasso da expedição de Gouveia, em meados de 1867, quando as comunicações entre Tete e outras regiões estavam rompidas<sup>142</sup>. O trecho do ofício do capitão José Antunes da Cunha relata:

Com efeito, passei a casa de uma irmã do dito sargento-mor [Bonga] que mora nesta vila, acompanhado de diferentes moradores, dizendo-lhe que queríamos propor paz, mas que precisávamos que ela desse gente sua para lá ir, ao que ela anuiu, e no dia seguinte, 9 do corrente, foi a proposta, é de crer que até amanhã tenhamos a resposta<sup>143</sup>.

Embora o documento não mencione explicitamente o nome de Dona Maria, é praticamente certo que fosse ela a mediadora citada. Essa hipótese se sustenta pelo fato de que, entre as irmãs mencionadas nas documentações, Dona Maria se destacava por sua posição de viúva, sua residência na vila, sua aproximação com o irmão, e pelo status decorrente de ter mandado os filhos para estudar em Goa<sup>144</sup>. Além disso, a deferência demonstrada pelos visitantes ao solicitarem sua colaboração reforça seu prestígio e reconhecimento, não apenas por sua relação com Bonga, mas também entre os portugueses. O ato de recorrer a ela para mobilizar alguns de seus achicunda para enviar o pedido da Câmara reflete sua importância como figura mediadora e de poder no contexto local, mas também sugere que, mesmo morando na vila de Tete, continuava como Dona do prazo onde provavelmente a maior parte de seus escravizados viviam.

Contudo, isso não significa que o conflito entre as autoridades de Tete e Bonga não tenha repercutido na sua situação. Durante os preparativos da expedição contra Bonga no início de 1868, liderada pelo tenente-coronel João José de Oliveira Queirós, o tenente do Batalhão de Caçadores nº 2, José Leocádio Botelho, emitiu um mandado de prisão contra Dona Maria e outra irmã de Bonga, acusando-as de espionagem em favor de seu irmão:

[...] pelas diferentes interrogações que lhe dirigi, soube que a irmã do rebelde por nome Maria, viúva de Agostinho Manuel Gomes, era quem lhe mandava todas as notícias da vila, e que ainda há muito poucos dias lhe mandara dizer que fortificasse bem a sua aringa, e que se aguentasse com valor, porque ouvira dizer que a força que

<sup>142</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. *Livro de registro dos ofícios expedidos pela Seção Civil de Quelimane às diversas autoridades do distrito*. Ofício n. 91, 13 ago. 1867.

<sup>143</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Seção Militar. Ofício n. 8, do Capitão José Antunes da Cunha In: EÇA, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p. 559–561.

<sup>144</sup> De acordo com Capela, os muzungos costumavam enviar seus filhos para estudar em Goa. Os muzungos para o autor decorre de um comportamento específico e uma atitude dentro dessa sociedade Zambeziana, não tendo relação com a cor da pele, visto que a maioria era mestiço ou com o nível de riqueza material. Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, pp.103-117



a agora vinha de Quelimane para o bater, que era muita. À vista pois do que acabava de ouvir, oficieei imediatamente ao encarregado do governo, que sem perda de tempo prendesse na praça esta e a outra irmã do rebelde que se encontravam na vila, as quais deveriam ficar incomunicáveis até segunda ordem do comandante geral das operações na Zambézia<sup>145</sup>.

É interessante observar como mulheres associadas a figuras consideradas inimigos ou rebeldes eram automaticamente taxadas de vítimas dos mesmos ou então de cúmplices, ainda que não se tivesse provas concretas sobre a participação delas. No trecho acima, o capitão baseia suas ordens de prisão em boatos ou relatos de terceiros, como fica claro pela expressão "soube que a irmã do rebelde...". Essa ausência de evidências documentadas ou testemunhos confirmando coloca em dúvida a legitimidade das acusações e revela um contexto de decisões tomadas mais por suspeitas do que por fatos.

O mesmo parece acontecer no contexto das guerras contra Massangano, em 1888. Castilho não relata o motivo de ter pedido a prisão de Dona Maria, no entanto, considerando suas alegações de traição e conspiração contra Dona Luísa e contra Caetano, filho de Dona Maria, é provável que este também seja o motivo da sua prisão.

Por todos estes motivos, mandei também, pela segunda vez, prender esta célebre D. Luiza Michaela da Cruz, que há mais de dois anos residia permanentemente em Quelimane, e que hoje deve estar já em Moçambique com sua irmã D. Maria, com seus irmãos Fukiza e Chiuta e com cinco sobrinhos, todos encarcerados na fortaleza de S. Sebastião á espera de ordens do governo<sup>146</sup>.

Ainda que a curta trajetória de Dona Maria levante outros questionamentos, ela também nos leva a refletir sobre o papel das Donas no contexto zambeziano do século XIX, especialmente dentro das narrativas relacionadas a Bonga. Dona Maria é descrita como uma figura próxima a Bonga, mas, ao mesmo tempo, reconhecida e respeitada pelos agentes portugueses, que chegaram a solicitar sua ajuda. Essa ambiguidade destaca a habilidade das Donas em transitar por espaços políticos fluidos, alternando alianças e redes de influência conforme necessário.

Embora o parentesco com Bonga não implicasse automaticamente envolvimento em suas ações, as prisões de Dona Maria, assim como a de Dona Luísa, podem ser interpretadas mais como uma estratégia política do que como uma medida punitiva fundamentada. A ausência de provas sugere que as autoridades agiram mais com base no temor pelo poder que essas mulheres representavam do que em qualquer evidência concreta de ações contra a administração. A ação de Castilho, em particular, demonstra o uso de prisões políticas como

<sup>145</sup> Documento n. 12: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Ofício do Tenente de Caçadores 2 José Leocádio Botelho Torresão in: EÇA, *História das Guerras no Zambeze*, v.II, p. 572–574

<sup>146</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.40



ferramenta para desarticular linhagens e redes familiares zambezianas vistas como ameaças, algo que não se limitou aos Cruz.

Observamos como os achicunda também integravam o poder das Donas de prazos, com destaque para o caso de Dona Luísa Michaela. Agora, é fundamental aprofundar nossa compreensão sobre quem eram esses atores sociais e qual era o papel desempenhado por eles dentro de um prazo.



## 1.3

## OS “PRETOS” DO BONGA

Disparei contra o elefante  
 Ei-lo na margem do rio  
 Disparei contra ele, aí vêm os abutres  
 Disparei contra o homem, ei-lo aí  
 Disparei contra ele  
 Ei-lo na margem do rio  
 Destrocei o mundo  
 Aí vêm os abutres<sup>147</sup>

A espinha dorsal de um prazo era constituída por guerreiros em condição de escravizados, denominados *chicunda* (pl. *achicunda*)<sup>148</sup>. Personificavam essa estrutura de poder paralela às chefaturas africanas livres e eram originários de diversos povos, majoritariamente do norte do Zambeze<sup>149</sup>. Usufruindo de um estatuto diferenciado em relação à maioria da população cativa, esses grupos desempenhavam um papel multifacetado na organização social e econômica dos prazos.

Ainda que atuassem na caça especializada em marfim e desempenhassem um papel importante no comércio de longa distância na região centro-sul da África, atuaram também na defesa e na mediação com as populações africanas da região, destacaram-se, sobretudo no século XIX por suas funções militares, que acabaram se tornando sua característica mais marcante<sup>150</sup>. E, em diferentes situações, conforme apontado em seção anterior, os *achicunda* eram destacados para funções administrativas e cargos de comando. Como pontua Rodrigues: “um número reduzido de escravos era utilizado nos principais cargos de administração do prazo; esse número aumenta se considerarmos os cativos que comandavam os próprios grupos de cativos, as *nsaka*”<sup>151</sup>.

Ao analisar o estatuto diferenciado dos *achicunda*, Newitt destaca que a forma de escravidão à qual estavam submetidos se aproximava de um sistema de clientelismo familiar.

<sup>147</sup> Louvor aos achicunda. In: Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. *Slavery and Beyond: The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-central Africa, 1750-1920*. Portsmouth: Heinemann, 2004. p. 102.

<sup>148</sup> Capela, José. Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários. *Africana Studia*, n. 3, 2000, p. 45 <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7089>

<sup>149</sup> Isaacman, Allen e Peterson, Derek. “*Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900*”. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 36, n. 2 (2003), p. 261

<sup>150</sup> Isaacman, Allen. “The Origin, Formation and Early History of the Chikunda of South Central Africa”. *The Journal of African History*, v. 13, n. 3, 1972, p. 443. <https://www.jstor.org/stable/180589>

<sup>151</sup> Rodrigues, Maria Eugenia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p.884



Nesse modelo, os homens buscavam a proteção de indivíduos ricos e poderosos em troca da prestação de serviços. Em outras palavras, as relações pessoais e familiares constituíam o eixo central das redes de poder e influência. Assim, as lideranças mantinham seus seguidores — os “clientes” — vinculados por laços de parentesco, proteção e troca de favores. Esse sistema permitia aos chefes assegurar lealdade, controle social e apoio político, enquanto os “clientes” recebiam, por exemplo, proteção, auxílio ou recursos. Assim, a constituição dessas unidades familiares artificiais tornava-se particularmente útil para os poderosos quando os vínculos de parentesco consanguíneos se revelavam insuficientes como forma de proteção e apoio em períodos de crise. O argumento de Newitt apoia-se, sobretudo, na relativa “liberdade” desses escravizados no prazo — uma condição que, segundo ele, envolvia um grau de coerção significativamente menor do que a escravidão praticada na Europa e nas Américas.<sup>152</sup>

Capela, por outro lado, é categórico em afirmar que apesar de formarem um grupo privilegiado dentro desse sistema, é inegável a condição de escravizado dos *achicunda*. Segundo ele, o que caracteriza a transição da condição de livre para a de escravizado é a apropriação, titulada, reconhecida e muitas vezes ritualizada desse indivíduo. Assim, a pessoa, quando reconhecida na condição de escravizada, era desapropriada de todos os seus direitos naturais enquanto uma pessoa/indivíduo, então, mesmo no caso dos *achicunda*, que estava ao lado do senhor e desfrutando de uma relativa liberdade de movimentos, essa apropriação prevalecia<sup>153</sup>.

Para Capela existia uma espécie de “escravatura patriarcal”, bastante distinta das formas de escravidão voltadas à produção ou ao tráfico. Estas últimas eram marcadas pela mercantilização do corpo e da força de trabalho do escravizado, sem qualquer vínculo social ou familiar<sup>154</sup>. Nesse tipo de escravidão patriarcal, o indivíduo e/ou sua família eram retirados de seu enquadramento social original ao serem apropriados, mas passavam a integrar um novo contexto por meio de uma espécie de “inclusão simétrica”, que garantia sua subsistência<sup>155</sup>. Em outras palavras, essa forma de escravidão não se definia primariamente pelo lucro econômico direto: os escravizados eram utilizados como força de trabalho, mas também para reforçar o prestígio e o poder da autoridade política. Além disso, podiam ser incorporados às

<sup>152</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.191

<sup>153</sup> Capela, *Escravo e Escravatura em Moçambique*, p.47

<sup>154</sup> Capela, *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, p.24

<sup>155</sup> Sobre o conceito de “escravidão patriarcal” vê Capela, José. *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002 e *Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários*. Africana Studia, n. 3, 2000.



estruturas familiares/sociais — ainda que em posição subordinada — e, em alguns casos, alcançar certo grau de integração social ou até mesmo experiências de liberdade.

A partir desse conceito de escravidão patriarcal do Capela conseguimos compreender a complexidade da experiência escrava dos *achicunda*. Capela destaca que a relação entre prazeiro e *chicunda*, por mais simbiótica ou até familiar que pudesse parecer, permanecia fundada na apropriação legal e socialmente reconhecida do corpo e da vontade do escravizado. Mesmo integrados na estrutura doméstica, social e militar dos prazeiros, os *achicunda* não gozavam de autonomia plena nem podiam dispor de si mesmos ou de sua descendência, cuja condição também era herdada como propriedade; na condição de apropriados — pertenciam ao senhor e eram transmitidos ao herdeiro da *butaca*, como visto no caso do Nhaúde ao Bonga. Assim, sua posição ilustrava a complexidade das formas de sujeição vigentes nos prazos: ao mesmo tempo em que eram agentes de poder, continuavam a encarnar uma forma profundamente enraizada de escravidão, que operava sob os moldes de uma dominação senhorial zambeziana.

E, como observou Baltasar, essa condição era, ironicamente, uma garantia para os *achicunda*, pois, enquanto estivessem sob a tutela do senhor de prazo, não poderiam ser traficados, teriam autonomia para formar suas famílias e as suas próprias comunidades, separadas das dos colonos, o que posteriormente, acabou dando origem a um novo grupo populacional na Zambézia<sup>156</sup>. Isaacman e Peterson reconhecem que, embora na condição de escravizado, a submissão ao prazeiro proporcionava ao *achicunda* uma garantia de estabilidade e o acesso a condições que não poderia ser alcançada de outra forma. Estas condições incluíam terras, constituição de família, acesso a produtos valiosos como panos e armas, a posse de escravizados próprios capturados na guerra, direito de caçar nas propriedades, e, principalmente, a prerrogativa de não poderem ser vendidos, por fazerem parte da *butaca*<sup>157</sup>.

A prerrogativa de que os *achicunda*, por pertencerem à *butaca*, não podiam ser vendidos é particularmente interessante no início do século XIX, especialmente por volta da década de 1820, em um contexto de crise econômica nos prazos. De acordo com Newitt, esse período foi marcado por secas e fome, o que provocou um aumento significativo do banditismo na região — tanto entre colonos quanto entre *achicunda* e outros escravizados. Paralelamente, os rendimentos dos prazeiros provenientes da agricultura e do comércio diminuíram, enquanto os lucros obtidos com o tráfico de escravizados tornaram-se mais

<sup>156</sup> Baltasar, *Rumo ao hinterland*, p.59

<sup>157</sup> Isaacman; Peterson, *Making the Chikunda*, p.263



atraentes e imediatos. Como resultado, muitos prazeiros passaram a traficar não apenas colonos, mas também *achicunda*, violando assim a prerrogativa ligada à *butaca*. Essa prática, somada ao contexto de crise, intensificou as revoltas na região e contribuiu para a falência e o abandono dos prazos por parte de diversos prazeiros<sup>158</sup>. Foi justamente com o declínio dessa geração que homens como Nhaúde conseguiram ascender e posicionar suas famílias entre as mais poderosas do vale do Zambeze em meados do século XIX.

Rememorando o período em que administrou o distrito de Tete, Delfim Oliveira traz sua visão a respeito da relação do Bonga e do Nhaúde com seus *achicunda*. De acordo com suas palavras, ambos viviam pobremente, tudo que era pilhado era logo distribuído entre as mulheres e os cazembes, e essa prática parece ser a principal explicação para a fidelidade inabalável com que aquele grupo serviu tanto ao pai quanto ao filho<sup>159</sup>.

Além de insinuar que a autoridade do Bonga e de seu pai eram frágeis, sustentada apenas enquanto houvesse recursos para distribuir, o autor ainda sugere a existência de uma espécie de sistema clientelista, no qual a lealdade às autoridades políticas africanas era garantida exclusivamente por meio de benefícios materiais e, nas entrelinhas, apontando para uma certa liberdade de ir e vir desses *cazembes*.

Nesse mesmo sentido, Almeida de Eça alega que

Joaquim José da Cruz, o Nháude, sempre viveu pobre e pobre morreu, ao contrário da versão propalada por alguns autores, que o inculcam como nabobo [rico e vaidoso]. Hospitaleiro e dadivoso, dividia todos os seus proventos, presas de guerra ou produtos de roubos e assaltos pelos seus *cazembes* (chefes de guerra) e pelas concubinas, reservando para si o indispensável a um modestíssimo passadio<sup>160</sup>.

A escolha de palavras feita por Eça para descrever Nhaúde revela uma ironia que vai além da simples contradição. Ao descrever o Bonga como um mambo “hospitaleiro”, em outra passagem<sup>161</sup>, Eça atribui a ele uma qualidade que, segundo o próprio autor, não era particular, mas comum a toda a Zambézia. No entanto, ao combinar essa característica com o termo “dadivoso” para descrever Nhaúde, o autor parece construir deliberadamente uma imagem positiva, embora ambígua, do prazeiro. A ironia se torna evidente ao apresentar o prazeiro como líder de um “bando de ladrões” que sobrevivia de roubos e assaltos, o que parece desafiar a ideia de hospitalidade e dádiva. Aqui não está em questão a veracidade da

<sup>158</sup> Newitt, *História de Moçambique*, p. 219; Newitt, *Moçambique*, p.634; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.150-151

<sup>159</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 9

<sup>160</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p. 273

<sup>161</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. II, p.17



descrição feita por Eça, mas compreender a construção imagética que ele faz de Nhaúde ao evocar esses dois adjetivos.

Além disso, o autor reforça que o prazeiro viveu e morreu “pobre”, sendo uma consequência da sua escolha de levar uma “vida modesta”. Esse detalhe nos remete à ênfase dada por Eça, e também por Oliveira, à condição financeira dos Cruz — que não é uma particularidade desses dois autores —, sugerindo que os roubos e assaltos também seriam uma consequência do “viver e morrer pobre”<sup>162</sup>. Todavia, essa ênfase atribuída por agentes portugueses, como Delfim de Oliveira e Almeida de Eça, à “pobreza” de figuras como Nháude e Bonga não deve ser interpretada de forma literal ou objetiva, mas compreendida como reflexo de uma concepção portuguesa sobre riqueza e autoridade. Como chama atenção o historiador John Iliffe, relatos produzidos por viajantes, militares e comerciantes europeus frequentemente se baseavam em noções de “pobreza” vigentes na Europa e, por isso, podiam conter “mal-entendidos” quanto à realidade de sociedades africanas<sup>163</sup>.

Quando Eça e Oliveira afirmam que esses líderes “viviam pobremente” e que tudo o que conquistavam era imediatamente redistribuído, parecem associar a ausência de acúmulo material à fragilidade do poder exercido por tais autoridades políticas. Porém, como argumenta Iliffe, em diversos contextos africanos, a palavra “pobre” implica na falta de parentes e aliados, enquanto a ideia de “pobreza” está associada a ideia de família fraca, desprovida de mão de obra<sup>164</sup>. Assim, a condição de “pobreza” não era definida pela ótica da ausência de acúmulo material individual, mas pela ausência de relações sociais de proteção e reciprocidade.

A autoridade, nesse contexto, tem como um dos pilares justamente a capacidade de redistribuir: dividir com determinados dependentes era mais importante do que acumular para

---

<sup>162</sup> Esse argumento associando a condição financeira dos Cruz ao roubos e assaltos também é utilizada por outros autores contemporâneos ao Bonga, o cirurgião-mor de Quelimane Antonio Porfírio de Miranda afirma que “nem o Bonga nem o pae possuiram jamais outras riquezas se não as que lhes advem dos roubos pela sua gente praticados, tanto aos moradores de Tête, como aos miseros do sertão”. Miranda, Antonio Porfírio. *Notícias acerca da Zambézia* in Menezes, Celestino. A expedição de 1869. Nova Goa, 1870, p. 14

<sup>163</sup> Iliffe, John. *The African Poor: A History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 48 Apesar do trabalho do John Iliffe oferecer uma contribuição importante ao deslocar o conceito de pobreza do campo exclusivamente material para o relacional — servindo, assim, como uma chave interpretativa relevante para compreender a lógica da autoridade entre Nháude, Bonga e seus achicunda, baseada na redistribuição e nos vínculos sociais —, é importante reconhecer que sua análise apresenta alguns limites. Ao propor um modelo geral de “pobreza relacional” aplicável ao continente africano como um todo, o autor, por vezes, homogeneiza realidades locais bastante distintas e, em certa medida, projeta categorias ocidentais de análise, mesmo quando busca desconstruí-las.

<sup>164</sup> O autor cita o exemplo de *umphawi* da língua chewa do Malaui moderno. Iliffe, *The African poor*, p. 07



si<sup>165</sup>. Assim, ao destacar que Nháude dividia os espólios de guerra com cazembes e concubinas, Oliveira e Eça, talvez sem perceber, acabou por evidenciar um mecanismo importante da construção de lealdade e legitimidade política no mundo zambeziano. A leitura dos portugueses, ao interpretar essa lógica como sinal de “clientelismo” ou “fragilidade”, revela mais sobre os limites de sua própria compreensão do mundo social zambeziano do que sobre qualquer fraqueza real no poder dos Cruz.

Cabe destacar ainda, a forma como é retratada a relação entre os Mambos de Massangano e seus *Cazembes*, apresentada como um elemento central para a estrutura social/militar de Massangano. Os excertos dos autores evidenciam a existência de uma hierarquia de poder no prazo, que foi simplificada na narrativa. No qual, o Nhaúde e depois Bonga ocupam a posição central, seguidos pelos *cazembes* e pelas mulheres. As mulheres aqui referidas, provavelmente são as esposas e concubinas, que gerenciavam o âmbito doméstico<sup>166</sup>.

Todavia, é interessante notar como a estrutura complexa e multifuncional do prazo de Massangano é frequentemente simplificada à relação entre o prazeiro, os *cazembes* e as mulheres<sup>167</sup>. O que acaba por ocultar as dinâmicas de poder, as negociações e os conflitos que existiam entre esses atores sociais. Ao analisar a organização dos prazos e a condição dos achicunda no século XVIII, Eugénia Rodrigues aponta a existência de uma hierarquia clara tanto entre os indivíduos envolvidos quanto na administração geral do prazo. Dessa forma, é possível identificar uma estrutura composta por diversos funcionários e níveis de comando, embora essas configurações pudessem variar dependendo do prazo em questão<sup>168</sup>.

A figura do *cazembe*, tal como descrita por Eça e Oliveira, corresponde a mais alta posição de comando dentro da estrutura dos *achicunda*, sua representação nos relatos portugueses possa ser vista como uma analogia às funções desempenhadas pelo *mucazambo*, no século XVIII. Esses indivíduos eram escolhidos pelos senhores e donas de prazos e ocupavam cargos de confiança junto a eles, o que lhes conferia acesso a recursos, status e privilégios não alcançáveis por outras categorias sob autoridade do prazeiro<sup>169</sup>. De acordo Guilherme Farrer, o *mucazambo* era uma figura de comando tanto no plano territorial quanto

<sup>165</sup> Iliffe, *The African poor*, p.48-58.

<sup>166</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 887

<sup>167</sup> No tópico “[1.4- O prazo de Massangano](#)” discuto de forma pormenorizada a estrutura de um prazo, a partir do prazo de Massangano.

<sup>168</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p.795

<sup>169</sup> Farrer, Guilherme. “Entre mussambazes, mucazambos e manamucates: significados de liberdade e escravidão no sudeste africano, séculos XVII e XVIII”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020, p.128. <http://hdl.handle.net/1843/38090>.



militar. Essa posição estava relacionada à proteção dos territórios controlados pelo prazo, a mediação com outros grupos, incluindo autoridades políticas africanas locais; coleta de tributos e presas de marfim junto aos *amambo*; além de comandar grupos de *achicunda* subordinados a ele<sup>170</sup>.

Embora os *mucazambos* fossem escolhidos pelos prazeiros, sua autoridade sobre os *achicunda* não derivava apenas da nomeação. Como defende Isaacman, “sua capacidade de comando, o respeito e a obediência de seus subordinados *chikunda* dependia de sua comprovada destreza física e sabedoria”. Nesse contexto, os *achicunda* podiam demonstrar maior lealdade ao *mucazambo*, que comandava diretamente sua comunidade, do que ao prazeiro, considerado o detentor da terra mas ausente da vida cotidiana do grupo. Essa dinâmica evidencia que a autoridade no interior dos prazos não era unilateral nem estática, mas resultava de relações sociais construídas e constantemente renegociadas<sup>171</sup>.

Tendo em vista essas relações, a distribuição de espólios de guerra e outros bens mencionada pelos agentes portugueses também pode ser interpretada à luz da coerção social, operando em dois níveis distintos. No plano interno à estrutura do prazo, essa prática beneficiava principalmente os *cazembes*, que ocupavam posições estratégicas de comando e confiança. Já no plano externo, nas relações com as autoridades africanas autônomas, como os *amambo*, a redistribuição também ocorria, independentemente dos presentes rituais previamente trocados ou dos tributos pagos aos prazeiros. Como aponta Eugénia Rodrigues, nesses casos, a doação de bens funcionava como uma forma de gratificação ou reforço político, especialmente por apoios prestados em campanhas militares.<sup>172</sup> Em outras palavras, o que poderia parecer, aos olhos externos, como fragilidade ou permissividade era, na realidade, parte de um sistema que regulava tanto as dinâmicas de lealdade interna quanto as alianças externas no interior do prazo.

A documentação consultada não oferece informações precisas sobre os *achicunda* de Bonga. Os dados disponíveis se limitam, em grande parte, ao contexto imediato das narrativas analisadas, o que dificulta estimar o número total de indivíduos, identificar suas origens ou mesmo reconstruir aspectos de suas identidades. Ainda assim, é possível mapear algumas pistas que ajudam a compreender certos elementos dos *achicunda* de Massangano. Nas fontes, eles são frequentemente referidos como “gente do Bonga”, “gente de Massangano”, “pretos do Bonga”, “bongas” ou, mais genericamente, como “negros”. Com exceção dos *cazembes* —

<sup>170</sup> Farrer, “*Entre mussambazes, mucazambos e manamucates [manuscrito]*”, pp.128-139

<sup>171</sup> tradução nossa. Isaacman, “*The Origin, Formation and Early History of the Chikunda...*”, p. 454-457

<sup>172</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 892



cujas funções de comando são reconhecidas —, as narrativas não costumam estabelecer distinções internas ou hierarquias entre os demais *achicunda*.

Por outro lado, quando esses grupos são incorporados às tropas portuguesas, observa-se uma mudança significativa na forma como são nomeados. Embora a narrativa siga marcada pela racialização — atribuindo, por exemplo, o fracasso de expedições à presença de negros<sup>173</sup>. Há um esforço por parte dos autores em enquadrá-los dentro de uma estrutura militar formal, além de serem descritos como “gente” de algum senhor ou genericamente como “negros ou pretos”, são utilizando termos como “sipaios”, “soldados indígenas” ou “auxiliares nativos”.<sup>174</sup> A menção paralela a outros grupos, como marinheiros e carregadores, reforça a existência de diferenciações funcionais e hierárquicas no interior dessas colunas expedicionárias.

---

<sup>173</sup>Sobre a presença de africanos e indianos nas tropas portuguesas, Delfim Oliveira afirma o seguinte: “Sabe o governo, e sabe-o a nação, que os pretos não prestam para soldados. Corpos organizados em Gôa ou Loanda para a guarnição da província de Moçambique, não satisfazem. [...] falta-lhes... a união, a força moral, a disciplina, como factos têm demonstrado”. Oliveira, *A província de Moçambique e Bonga*, p. 23

<sup>174</sup>Derivado do termo persa *Sipahi*, seria a nomenclatura utilizada para soldados indígenas disciplinados e fardados quase ao estilo europeu, nos territórios portugueses na Índia e na África. Dalgado, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. vol I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p. 307-308; Eugenia Rodrigues argumenta que em meados do século XVIII já existia uma tradição de recrutamento de soldados de Goa para as forças regulares do exército português nos Rios de Sena; segundo o argumento dos governadores portugueses, esses soldados já estavam acostumados com territórios similares aos territórios da África Oriental, tendo a vantagem de saber usar armas de fogo, serem mais baratos e acessíveis do que os soldados reinóis (portugueses continentais), que aliado a outros fatores, desconheciam as técnicas e estratégias africanas. No entanto, numa conjuntura de crise financeira, o recrutamento local passou a ser uma realidade frente à importação de *sipaios*, que não tinha garantias de exportação em fluxo contínuo. Então esse recrutamento de asiáticos teria sugerido a formação de companhias regulares compostas por africanos, e esse termo que inicialmente referia-se aos militares vindos de Goa integrou a terminologia da África Oriental para referir aos soldados africanos. Sobre os problemas envolvendo o recrutamento, a organização das forças militares e as tensões em torno da naturalização das tropas portuguesas em Moçambique no século XVIII ver Rodrigues, Maria Eugenia. *Cipaios da Índia ou Soldados da Terra? Dilemas da Naturalização do Exército Português em Moçambique no Século XVIII*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 57-95, 2006. Disponível: <https://doi.org/10.5380/his.v45i0.7945>. No contexto zambeziano de 1860, o termo parece estar associado a essa ideia de reforço às tropas regulares nas existentes nas vilas e as tropas de portugueses reinóis, personificado nos *achicunda* e também nos soldados enviados pelo Governo de Goa, a exemplo do Batalhão de Caçadores da Zambézia, criado para a expedição de 1869 contra o Bonga. No contexto da colonização em Moçambique, a nomenclatura “sipai” foi ressignificada e passou a designar as forças policiais compostas por africanos a serviço dos postos administrativos coloniais. Entre suas funções estavam o controle social, a atuação junto aos régulos e a disseminação dos valores impostos pelo colonizador. No entanto, não há uma continuidade direta entre os sipaios que atuaram nas guerras da Zambézia nas décadas de 1860–1880 e os sipaios da era colonial propriamente dita — seja pelas diferenças nos mecanismos de recrutamento, seja pela função social historicamente atribuída a cada grupo. Sobre a atuação dos sipaios enquanto agente coloniais ver Zamparoni, Valdemir. *Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques. c. 1890 - c. 1940*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1998, p.127-132



Nas palavras do Capitão Delfim Oliveira, em 1853 “o Inhaúde progride. Em 1853, já conta com 400 pretos armados de espingardas, entre eles algumas dezenas de ladinos e valentes. Ameaça toda a Zambézia.”<sup>175</sup>. Essa descrição é retomada anos mais tarde por Augusto de Castilho, ao relatar as guerras de 1853: “Foi em junho de 1853 que o exército sitiador combinado, perto de 4:000 homens, atacavam a aringa de Inhaúde; este, porém, que tinha talvez uns 400 pretos com espingardas, não fugiu, e resistiu arrogantemente ao cerco durante 3 meses”<sup>176</sup>.

Almeida de Eça, em sua narrativa, além de corroborar a afirmação de Oliveira, apresenta um ofício datado de 11 de novembro de 1853, escrito pelo Capitão Frederico José ao Comandante militar da Vila de Tete, Delfim José d’Oliveira, que ratifica a contagem de 400 homens<sup>177</sup>. Considerando que Nháude se tornou arrendatário do prazo de Massangano e do Tipué em 1848, esse quantitativo de *achicunda* sugere a possibilidade de que ele tenha adquirido junto aos *amambo* da região, capturados durante as expedições comerciais ou que pelo menos parte desses indivíduos tenha se juntado a ele por meio do corpo vendido<sup>178</sup>. Ademais, é plausível que esses achicunda tenham sido angariados como parte de alianças matrimoniais; como mencionado anteriormente, a própria mãe de Bonga, Filipa, era possivelmente uma Dona da Zambézia, assim, possuindo alguns *achicunda*.

Newitt afirma que, ao se estabelecer em Massangano, os “clientes” pessoais e achicunda de Nháude — reunidos ao longo de sua trajetória como comerciante — tornaram-se seus seguidores e lhe deviam “lealdade”<sup>179</sup>. Dentro desses grupos, poderiam estar incluídos também escravizados fugitivos oriundos de outros territórios, como prazos ou áreas governadas por amambo. Essa prática, segundo o autor, era comum: em 1788, por exemplo, Nicolau da Cruz (bisavô de Bonga) declarou possuir 340 escravizados, dos quais 300 eram fugitivos, o que evidencia a recorrência desse tipo de incorporação<sup>180</sup>. Isso nos leva a considerar que, pouco tempo após se instalar na região, Nháude conseguiu tornar Massangano

<sup>175</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e Bonga*, p.14

<sup>176</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.32

<sup>177</sup> “A força de Inhaude é de quatrocentas armas, ou pouco menos, e está coberta de glória pela vantagem que tiraram de Chissaca e Macombe. Ainda temos mais a recear da junção que ele pode fazer com os Munhas ou com outros de nossos inimigos, que só têm por objetivo o roubo”. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 4º rep. 1854, pasta 135, Ofício nº 240, (Cópia) do Comandante militar de Tete, participando da vitória de Joaquim da Cruz sobre as forças reunidas do Quissaca e Macombe e uma tentativa de assalto à vila in Eça, *História das guerras no Zambeze*, vol. I, pp. 438-440

<sup>178</sup> A expressão “corpo vendido” refere-se a prática vender o próprio documentada em Moçambique, na qual indivíduos se apresentavam espontaneamente para serem escravizados, geralmente como forma de sobreviver ou obter proteção. Capela, *Escravo e Escravatura em Moçambique*, pp. 37-40

<sup>179</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.265

<sup>180</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 201



suficientemente atrativo e consolidado a ponto de sustentar uma força armada que, mesmo não sendo numerosa, aparentava ser leal. Talvez por isso Delfim de Oliveira mencione sua “progressão” — embora não deixe claro em que termos exatamente ela se dava.

Como dito, a documentação consultada não fornece um panorama completo sobre o número total de achicunda em Massangano durante o período do Bonga. No entanto, apresentam números circunstanciais, frequentemente associados a contextos específicos, como guerras, visitas a Massangano ou outras situações delimitadas. Dentro da historiografia, Bárbara e Allen Isaacman ponderam que as autoridades políticas desses macro-prazos da segunda metade do século XIX além de se apoiarem nos *achicunda* veteranos, constantemente recrutavam novos achicunda. Assim, cada estado desse conseguia mobilizar um exército impressionante, ainda que o tamanho variasse substancialmente. Em Massangano, por exemplo, eles consideram o número total aproximado de 14 mil achicunda, mas não deixam claro se esse número refere-se somente ao período do Bonga ou estão considerando todos os governos desde o Bonga até a queda de Massangano em 1889 com o Motontora.<sup>181</sup> E, apesar desses cálculos serem feitos por viajantes, oficiais e funcionários portugueses, assim apresentando uma estimativa um tanto quanto romantizada, sugerem a capacidade militar desses estados conquistadores, mesmo com suas variações em tamanho e diversidade populacional.

O então governador interino do distrito de Tete, Capitão Manuel Nicolau de Pontes Ataíde de Azevedo em um ofício de 1º de fevereiro de 1869, por exemplo, faz a seguinte observação:

Fui recebido pelo Bonga, completamente uniformizado de sargento-mor e acompanhado de uma música, composta de pífaros, tambor, marimbas e alguns outros instrumentos cafreais, fazendo-me todas as honras que os cafres sabem prestar em tais ocasiões. O Bonga, com sua guarda, tinha dentro da aringa uma força superior a 500 negros armados de machadinhos e alguns com polvorinhos a tiracolo, negros pela maior parte bastante reforçados e que mostravam estarem possuídos daquela força moral, que hoje, desgraçadamente falta aos nossos soldados<sup>182</sup>.

<sup>181</sup>Sobre outros personagens contemporâneos ao Bonga, Bárbara e Allen Isaacman estimam os seguintes números: Capitão Mor de Sena Manoel de Sousa Gouveia aproximadamente 12 mil achicunda; Kanyemba aproximadamente 15 mil achicunda; Prazo de Macanga aproximadamente 4 mil. Esses números, embora aproximados, fornecem uma noção das capacidades militares e do poder de mobilização dos diferentes estados secundários da região. Isaacman; Isaacman, *Tradição de resistência em Moçambique*, p. 65

<sup>182</sup> Documento nº 28, Ofício nº 5, Capitão Nicolau Pontes de Ataíde de Azevedo ao Governador da Província de Moçambique in Eça, *História das guerras no Zambeze*, vol. I, p.604-609; Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, Registo Geral de Mercês, Mercês D. Maria II, liv. 36, ff. 60v-61v, Carta patente de Manuel Nicolau de Pontes Ataíde de Azevedo-Tenente do Batalhão de Infantaria da província de Moçambique, 1869.



O relatório do Capitão Azevedo insere-se no contexto das expedições portuguesas contra Bonga, mais especificamente no período entre as campanhas de 1868 e 1869 ([vide capítulo 3](#)). Nesse intervalo, Azevedo assumiu o comando do Batalhão nº 2 do distrito e foi designado para levar reforços de mantimentos, medicamentos e soldados para a vila de Tete. Para cumprir sua missão, era necessário passar pela aringa de Massangano sem provocar confrontos. Seguindo o conselho da câmara de Tete, o capitão enviou um comunicado a Bonga informando sobre sua passagem por Massangano e declarando suas intenções pacíficas. Segundo Azevedo, Bonga respondeu afirmando que não desejava guerra, que não impediria a passagem de quem quisesse transitar pela região e que estaria aguardando-o na aringa principal.

As observações de Azevedo ao ser recepcionado por Bonga revelam aspectos significativos do contexto, destacando as tensões diplomáticas e a desconfiança mútua entre Bonga e os portugueses. Azevedo menciona que o Mambo estava "completamente uniformizado de sargento-mor" e acompanhado de uma banda composta por pífaros, tambor, marimbas e outros instrumentos. Esse detalhamento vai além da mera descrição; ele revela a estratégia de Bonga em utilizar elementos de formalidade e organização militar europeia para se posicionar como um “prazeiro e súdito português”, esse posicionamento é descrito por outros oficiais que passaram por Massangano, assim demonstra que o Bonga tinha consciência do impacto simbólico que esses elementos poderiam causar em uma comitiva de recepção.

O capitão especula que, dentro da aringa, havia mais de 500 *achicunda* com armamento reforçado, incluindo armas de fogo e outras armas cortantes, como machadinhos. Assim, embora o Bonga aceitasse as intenções “pacíficas” do Capitão Azevedo e o recebesse na aringa de forma cordial, o quantitativo de *achicunda* em uma “recepção” me parece chamar a atenção do narrador. Nesse sentido, a presença de uma força armada significativa dentro da aringa e o destaque dado à prontidão dos homens do Bonga sugerem um preparativo para um eventual confronto. Outro elemento que atrai o interesse do capitão é o acervo armamentício de Massangano. E considerando que a “visita” ocorreu após três expedições portuguesas contra seu território, é provável que o arsenal da aringa tenha crescido substancialmente graças aos espólios obtidos nas vitórias recentes.

O cirurgião-mor António Porfírio de Miranda, em seu folheto *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*, não especula sobre o quantitativo de *achicunda* existente na aringa. Contudo, afirma que o Bonga em 1869 possuía uma grande força visto que “quase todas as



escravaturas de Tété se lhe tem agregado”<sup>183</sup>. E apesar de hiperbolizada, a fala de Miranda sugere que número de *achicunda* em Massangano havia aumentado devido a absorção dos escravizados que chegavam a aringa, possivelmente sendo através de um processo de venda do corpo, que era a forma mais comum de tornar-se um escravizado na Zambézia.

De acordo com Eugénia Rodrigues, esse processo de adquirir o estatuto de escravizado através da venda do corpo, “consistia em um homem livre tornar-se escravo de um senhor, geralmente quando não podia acudir às necessidades elementares de sobrevivência, satisfazer as compensações exigidas por determinadas transgressões ou pagar suas dívidas”<sup>184</sup>. No século XIX, esse processo era registrado através de um ritual de *quebra-mitete*, um ato jurídico-social simbólico, no qual o indivíduo quebrava intencionalmente algum bem do senhor desejado, constituindo-se, assim, seu escravo voluntário; em outras palavras, criava-se uma dívida não solvida, que obrigava esse indivíduo a tornar-se escravizado do credor<sup>185</sup>.

Capela argumenta que essa seria a forma mais comum de tornar-se escravizado na região:

O fenómeno que, em Moçambique, ficou conhecido por *corpo vendido* reproduz exatamente aquilo que constituiu a essência da escravatura dita *antiga*. Uma situação de refúgio para as ameaças de morte. Situação em que se conjugam os interesses do senhor e do refugiado. Por isso a escravatura também designada simbiótica. Deve ter sido essa a forma mais comum de o senhorio levado para Moçambique pelos portugueses fazer escravos, herdando o hábito das sociedades locais. Aqueles que passaram a acolher-se à protecção de um senhor alienígena fizeram-no tal como o fariam relativamente aos senhores indígenas. E muitos deles, tal como estariam a fugir destes para aqueles, passariam mais tarde, a refugiar-se sob a tutela de outros senhores, europeus ou africanos, quando assim lhes convinha<sup>186</sup>.

Considerando que os rumores das vitórias do Bonga sobre os portugueses, no final da década de 1860, já haviam se espalhado pela região, consolidando sua reputação como autoridade política forte, capaz de “oferecer proteção”, é razoável supor que Massangano tenha se tornado um refúgio para colonos de outras prazos, desertores e escravizados fugitivos. É plausível que muitos desses indivíduos tenham recorrido à prática do “corpo vendido” como forma de se integrar à *butaca*, buscando a proteção de Bonga ou de seus

<sup>183</sup> “Desde então, aumentou muito de importância, dispondo hoje de uma grande força, pois quase todas as escravaturas de Tete a ele se têm agregado, visto que os moradores de Tete não lhes consentem a vida de vadios e salteadores à qual são, de preferência, inclinados”. Miranda, Antonio Porfirio. *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1869, p.15

<sup>184</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p.866

<sup>185</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p.867; Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.16

<sup>186</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.15-16



*cazembes*. No contexto da Zambézia nessa década, como sugerem as fontes, “a condição de escravizado [chikunda] poderia ser melhor do que a de colono livre”<sup>187</sup>.

Eugenia Rodrigues destaca que a escravização voluntária, por meio do corpo vendido, não era uma prática exclusiva dos africanos. Os patrícios (mestiços de portugueses, africanos e goeses) também podiam “vender o corpo”. Referindo-se ao final do século XVIII e início do século XIX, ela afirma que eventualmente essa “venda” ocorria pelos mesmos motivos que levavam os colonos livres a se submeterem à escravização<sup>188</sup>. Mas esses patrícios podiam também recorrer à “venda do corpo” para se eximir do serviço militar como conscritos junto às companhias portuguesas. Existiam esforços para a vila de Tete se tornar uma colônia militar na década de 1860 e também o destino de degradados oriundos de Lisboa, que, assim como os soldados africanos, podiam acabar desertando das colunas militares portuguesas. Assim, quando Almeida de Eça afirma que Massangano era constituída por “soldados negros desertores, escravos foragidos, libertos insubmissos, malfeitores fugidos à alçada judicial, desterrados incorrigíveis”, ele implicitamente acaba revelando algo sobre a realidade comum na Zambézia de forma mais ampla<sup>189</sup>.

A prática de “vender o corpo” pode, portanto, ser interpretada tanto como estratégia de sobrevivência quanto como mecanismo de adaptação às estruturas de poder locais, num contexto de expansão e generalização da atividade militar, da crescente pressão tributária de sucessivos conquistadores, e da precariedade experimentada pelas comunidades de colonos livres diante da possibilidade sempre presente de pilhagem, fome, morte ou escravização.

Todavia, isso não significa que não houvesse formas de resistência, violência e fugas nesses espaços. O prazeiro podia empregar diferentes tipos de violência, “desde castigos individuais até guerras lançadas contra os habitantes do próprio prazo”, mobilizando para isso os *achicunda*<sup>190</sup>. Rodrigues ressalta, contudo, que o uso de violência pelos prazeiros era limitado, pois dependia da capacidade de reunir os *achicunda* e outros exércitos liderados por parentes e aliados, além da eficácia dessa força<sup>191</sup>. Em outras palavras, o fato de um prazeiro possuir muitos *achicunda* a sua disposição não garantia que ele pudesse utilizá-los em ações de repressão contra a população de seu próprio prazo (fossem cativos ou colonos), uma vez que as relações entre *achicunda*, escravizados domésticos e colonos poderiam frustrar tais tentativas de imposição de força.

---

<sup>187</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p.87

<sup>188</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 866

<sup>189</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p.31

<sup>190</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 893

<sup>191</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p.894



Em um relatório de 16 de agosto de 1866, endereçado ao Secretário Geral da Província de Moçambique, o então governador do distrito de Tete Miguel Augusto de Gouveia informa o seguinte:

Ilustríssimo Senhor: António Vicente da Cruz (o Bonga), sargento-mor e arrendatário dos prazos do Estado Massangano e Tipué, levado pelo seu génio bárbaro, e com a mira no roubo, moveu ultimamente guerra a um régulo colono que reside na mesma terra Massangano. Este régulo, favorecido pela posição que ocupa, tem resistido a dois ataques sucessivos, fazendo grande mortandade na gente do Bonga, que, desanimada, tem retirado, dando como desculpa ao amo a falta de pólvora. Como o Bonga tem sido batido perdendo gente, como me consta que, em consequência disto, lhe têm fugido pretos com as espingardas, e como está consumindo sem resultado favorável a pólvora que lhe pode restar, tenho até hoje fingido ignorar ou não fazer caso algum do que se passa em Massangano. Sejam quais forem os resultados dos movimentos guerreiros do Bonga, ele deve esgotar os recursos, que tem, na pugna contra o régulo, porque este parece estar coadjuvado ocultamente pelo Macombe, rei do Barué, ou pelo menos gastar muito as suas forças, e eu tirarei disto o partido que puder, se conseguir evitar que ele se forneça de pólvora, o que lhe será difícil, principalmente pela falta de meios para comprá-la<sup>192</sup>.

O episódio é descrito por Gouveia como uma “vitória” que contribuiu para enfraquecer Bonga, facilitando sua derrota futura. Contudo, ele também ilustra as complexas dinâmicas de poder nos prazos zambebianos. Nesse contexto, a violência não era o único elemento determinante: o episódio evidencia a interação entre os interesses particulares dos prazeiros, as estratégias de resistência das sociedades locais, as táticas de sobrevivência dos *achicunda* e a atuação indireta da administração portuguesa.

Rodrigues argumenta que, de forma geral, os conflitos nos séculos XVII e XVIII estavam associados ao alargamento territorial ou a disputas de fronteiras<sup>193</sup>. Essa perspectiva ajuda a contextualizar o enfrentamento entre Bonga e o Mambo. Gouveia sugere que o Macombe do Barué poderia estar apoiando as defesas do mambo, já que Massangano e o Barué eram regiões fronteiriças, marcadas por conflitos entre as autoridades políticas desses territórios desde a gestão do Nhaúde<sup>194</sup>.

Embora Gouveia não detalhe o desfecho, nem os pormenores da guerra, e estejamos apenas a ver a sua perspectiva do episódio, ele aponta as dificuldades enfrentadas por Bonga, que acabam dialogando com uma experiência em termos mais abrangentes do poder dos

<sup>192</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Governo do distrito de Tete, seção Civil, série 1866, nº 52 in Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II. pp. 552-554

<sup>193</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p.893

<sup>194</sup> A região do Barué é limitada a leste por uma grande linha que define os prazos bongas de Inhacatipué, Massangano e Tipué. Coutinho, João de Azevedo. *A campanha do Barué em 1902*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin, 1904, p.09



prazeiros na região. Então, essas dificuldades não se limitavam à logística de mobilização de forças, mas poderiam incluir as relações interpessoais complexas entre *achicunda* e colonos e, talvez por isso, colaborado com a resistência aos ataques. Como pontua Rodrigues, era comum que *achicunda* mantivessem laços de parentesco com colonos livres ou pertencessem a linhagens de povos vizinhos aos prazos, o que tornava a obediência forçada mais difícil de sustentar e o emprego desses indivíduos nas ações de violência<sup>195</sup>. Nesse contexto, os prazeiros frequentemente recorriam a negociações ou a formas mais sutis de coerção social para consolidar sua autoridade.

Nesse sentido, é importante considerar a diversidade de vínculos sociais e as múltiplas formas de resistência presentes nos prazos. Essas resistências podiam se manifestar por meio de diferentes comportamentos, adotados tanto de maneira individual quanto coletiva. As fugas, a forma mais comum de resistência, eram motivadas por variados fatores, como ameaças à segurança, problemas de saúde, falta de alimento ou até a descrença no poder do mambo/prazeiro. No entanto, devido às relações de parentesco ou laços religiosos, as fugas geralmente não levavam os indivíduos para locais distantes, ocorrendo, muitas vezes, em direção a prazos ou chefaturas vizinhas<sup>196</sup>.

Embora a estrutura e a hierarquia *chicunda* funcionassem como um sistema paralelo às unidades políticas africanas, essas esferas também coabitavam e se entrecruzavam. Isaacman observa que os grupos de *achicunda* habitavam comunidades “estrategicamente espalhadas pela vasta extensão do prazo”, o que os deixava “relativamente isolados” tanto da *aringa* principal quanto das demais populações subordinadas ao prazeiro<sup>197</sup>. No entanto, como defende Eugénia Rodrigues ao analisar o século XVIII, essa dispersão pode ter favorecido o surgimento de vínculos entre os *achicunda* e colonos africanos livres, dando origem a uma ampla rede de relações, alianças e solidariedades locais<sup>198</sup>. É plausível que essas formas de relações tenham se mantido mesmo diante de adversidades como o tráfico de escravizados, as secas, as infestações de insetos na virada do século XVIII para o século XIX e as incursões Nguni. Portanto, a dispersão das comunidades *chicunda*, suas conexões com colonos livres e sua inserção em redes de proteção indicam que essa estrutura não apenas coexistia, mas também se articulava de diversas formas com as dinâmicas sociais da Zambézia oitocentista.

<sup>195</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 880–882, 897–902.

<sup>196</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 902

<sup>197</sup> Isaacman, Peterson, *Making the Chikunda*, pp. 263–264; Isaacman, “*The Origin, Formation and Early History of the Chikunda*”, p. 453.

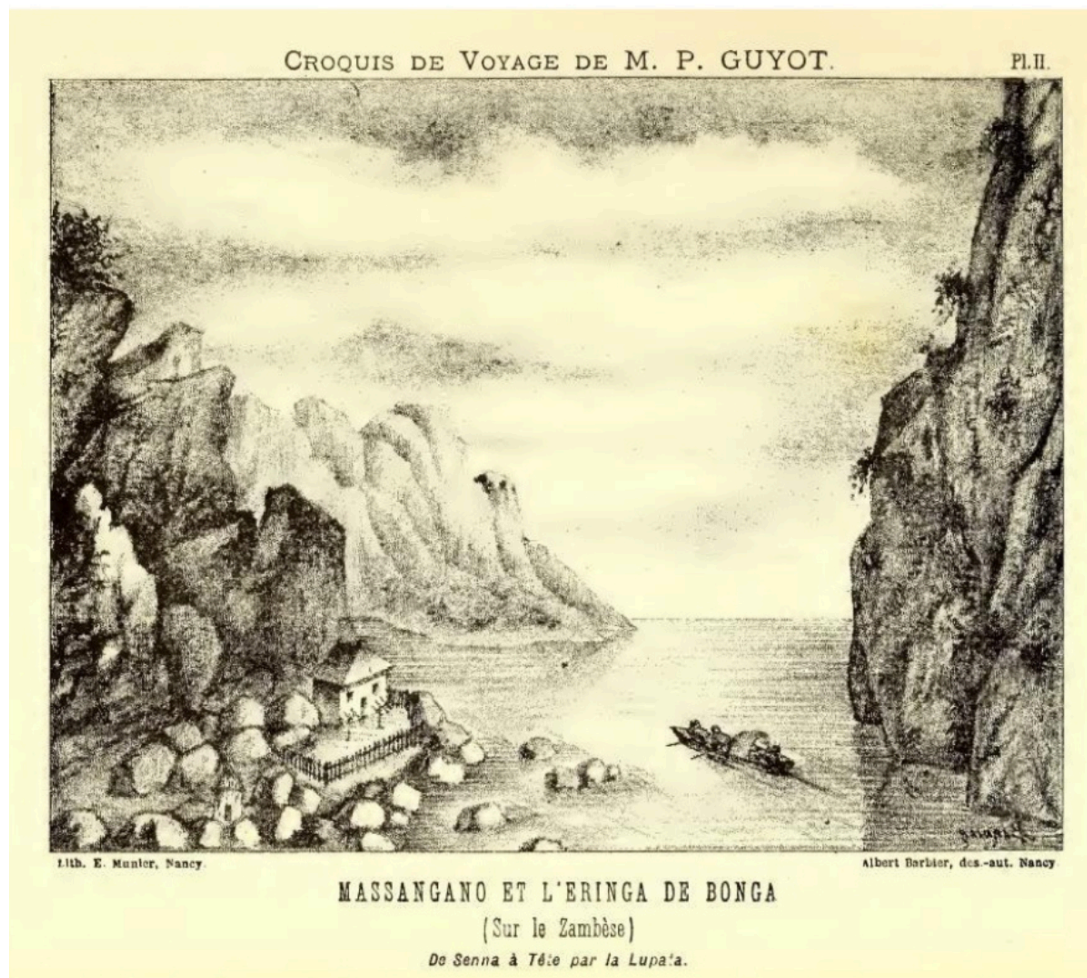
<sup>198</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 897–902.



## 1.4

## O PRAZO DE MASSANGANO

## Imagem 1- Massangano, a aringa de Bonga



Fonte: GUYOT, P. **Voyage au Zambèze**. Paris: Joseph André et Cie, 1895, p. 48

O prazo de Massangano estava situado na junção entre os rios Luenha e Zambeze, em torno de 40 quilômetros abaixo da vila de Tete. O prazo do Tipué era abaixo de Massangano, entre Massangano e o desfiladeiro Lupata. A aringa, principal fortificação, de Massangano estava localizada aproximadamente 5 quilômetros da margem direita do Zambeze abaixo da confluência com o rio Luenha<sup>199</sup>. Em visita ao Bonga em outubro de 1860, o então comandante militar da vila de Tete, Delfim José de Oliveira, descreve a aringa da seguinte forma: “guarnecida por um muro de pedra e barro e arbustos de espinho — terá 400 metros de

<sup>199</sup> Newitt, M. D. D.; Garlake, P. S. The “Aringa” at Massangano. *The Journal of African History*, v. 8, n. 1, 1967, p. 133



comprimento e 200 de largura — quatro portas, uma em cada face — povoação na parte sul, sem arruamento, e tão juntas as palhotas que mal se pode passar pelos intervalos”<sup>200</sup>.

Já o comandante militar da expedição de 1869 António Tavares de Almeida descreveu:

Imagina-se um recinto retangular de 600 metros de comprimento por 300 de largura, aproximadamente. Cercado por uma sebe viva, que consiste em uma fileira de estacas e árvores grossas, possui em cada ângulo uma espécie de luneta. As faces dos parapeitos são verticais, e estes são defendidos internamente por fortes blindagens, que abrigam os defensores dos tiros de elevação<sup>201</sup>.

Anos mais tarde, em 1888, o comandante da expedição contra o Motontora, último Mambo de Massangano, Augusto de Castilho oferece descrição mais detalhada da aringa:

A aringa tem cerca de 1.300 metros de comprimento ao longo do rio, numa direção aproximadamente noroeste, e de 150 a 180 metros de largura, mais ou menos. Seu perímetro é formado por paus fincados na vertical, alguns dos quais frondosos e ainda vivos, unidos por outros colocados na horizontal, amarrados com cordas grosseiras feitas de cascas fibrosas de certas árvores. Do lado do rio, e em certos trechos onde menos se temia ataque inimigo, a paliçada é menos cerrada. Na face sudeste e no extremo voltado para a serra, ela é mais reforçada com outras linhas de defesa interiores, e com uma ou outra torre ou mirante de paus, que servia de vigia e de baluarte. Próximo ao centro do comprimento da aringa, sobre uma pequena elevação de cerca de três metros acima do restante do terreno, erguia-se a casa do Bonga — uma boa construção de pedra e barro, coberta de palha. Logo a jusante dela, havia outro edifício do mesmo tipo, destinado aos enterramentos dos membros da família Cruz.[...] Em toda a área da aringa, encontram-se numerosas palhotas pequenas e redondas, dispostas quase sem ordem, restando apenas uma rua longitudinal no centro, mais ou menos tortuosa<sup>202</sup>.

Entre a descrição de Oliveira e a de Castilho, passaram-se mais de vinte anos. Além disso, é provável que existam imprecisões numéricas em seus relatos, porém, o que fica evidente são as mudanças físicas significativas em Massangano, que refletiam um possível crescimento populacional, uma complexidade administrativa e uma preparação da aringa contra possíveis ataques. Além de ter sido construída adjacente a um grande penhasco, a serra “Enganadora”, contava com mais de vinte aringas menores, construídas ao longo de sua fronteira<sup>203</sup>. A extensão da aringa principal, a organização das defesas e o aumento das

<sup>200</sup> Oliveira, Delfim José de. *A província de Moçambique e o Bonga*. Coimbra: Imprensa Académica, 1879, p. 11

<sup>201</sup> Menezes, Celestino. *A Expedição da Zambézia em 1869*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1870, p.6

<sup>202</sup> Castilho, Augusto de. *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p. 20

<sup>203</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. *Tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Editora Afrontamento, 1979, p. 63



construções internas - sugerem que, tanto sob o comando de Bonga quanto sob o de seus sucessores, Massangano estava provavelmente se tornando um centro mais atraente para colonos livres e escravizados fugitivos.

Massangano estava situada em uma posição estratégica no Zambeze. Devido à dificuldade de navegação nessa região do rio, os barcos eram obrigados a passar muito próximos à aringa, localizada junto à margem. Assim, em tempos de guerra, os *achicunda* de Bonga podiam interceptar as embarcações que vinham de Quelimane ou para lá seguiam, interrompendo todo o trânsito no Zambeze. Além disso, da mesma forma que Massangano funcionava como uma linha de defesa importante para a vila de Tete contra incursões dos Ngunis, a aringa também tinha o potencial de isolar Tete de Sena caso fosse ocupada por inimigos dos portugueses ou, então, se Bonga decidisse invadi-la<sup>204</sup>.

Nessa mesma visita de Outubro de 1860, Delfim José de Oliveira nos dá um vislumbre da estrutura de poder e hierárquica em Massangano: “À entrada da porta estão assentados no chão uns 50 negros, enfeitados, e não se levantam á minha chegada. São os generais e pessoas gradas [grandes] da corte, cada um embrulhado em seu pano de algodão tinto e do tamanho de um lençol”<sup>205</sup>.

O militar não fornece detalhes sobre essa recepção, porém, sua descrição sugere uma cerimônia formal de recepção, onde as pessoas presentes se vestem com capulanas coloridas e adornos, elementos que provavelmente simbolizem prestígio e distinção. Essas pessoas, ao qual Oliveira afirma serem os “generais”, considerando a organização dos prazos, possivelmente seriam os *muanamambo*, responsável por administrar as *muzindas* - distritos do prazo, mas que poderia assumir funções militares e/ou, *cazembes* (*mucazambos*), líder das povoações dos *achicunda*, como visto no tópico anterior, que ocupam posições superiores na hierarquia política e militar dos *achicunda*.

Já as “pessoas grandes da corte”, provavelmente seriam os filhos ou parentes do *mambo*, que ocupavam cargos importantes; intérpretes, ou ainda dependendo da ocasião, *amambo* de unidades políticas locais tributárias de Massangano<sup>206</sup>. E esse ato de permanecer sentado poderia justamente sinalizar a posição elevada desses indivíduos, e ainda permitir que o visitante entenda rapidamente quem eram os líderes ou “grandes” daquele território.

---

<sup>204</sup> Newitt e Garlake, *The “Aringa” at Massangano*, p. 134; Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 152; Isaacman, Allen, *The Africanization of a European Institution- The zambesi Prazos. 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972 p. 143

<sup>205</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 11

<sup>206</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 24-33



A sociedade dos prazos da Zambézia, como já vimos, caracterizava-se como um sistema social escravagista e hierarquizado, no qual os senhores e donas de prazos ocupavam a posição mais elevada.<sup>207</sup> Esses prazeiros, no entanto, dependiam dos *achicunda* para gerir as terras e as populações locais. Nesse contexto, destacam-se figuras como o *muanamambo* e o *mucazambo*.

A figura do *muanamambo* é especialmente interessante. O termo *muana* pode ser traduzido literalmente como “filho” e, em sentido figurado, como “pequeno” ou “adjunto”. Já o título *mambo*, conforme aponta Mundege, aproxima-se do significado de “senhor” nas línguas shona, designando a “mais alta autoridade política de um território”. Esse título era comum entre diversas sociedades de influência cultural shona e foi também adotado por alguns prazeiros, como no caso de Bonga<sup>208</sup>.

Portanto, *muanamambo* não indica, necessariamente, uma relação de parentesco consanguíneo, mas sim uma categoria político-simbólica: um “governante menor” ou “governante auxiliar”, nomeado pelo prazeiro para administrar determinadas terras — as *muzindas*. Capela exemplifica essa dinâmica ao mencionar o *muanamambo* do senhor de prazo Missale, que assumiu o cargo por se destacar como um bom *moçambaze* (comerciante) e por colaborar com o aumento do número de escravizados sob domínio do senhor<sup>209</sup>.

No entanto, a nomeação de um *muanamambo* não garantia que esse indivíduo fosse aceito pelas unidades políticas africanas que compunham a *muzinda*. Farrer, por exemplo, relata que, na virada para o século XIX, “no prazo Chemba, os habitantes livres se recusaram a receber um cativo do recém-empossado foreiro como *manamambo*, sendo a *muzinda* principal da terra em seguida castigada a mando do prazeiro”<sup>210</sup>.

Segundo Rodrigues, sobretudo na primeira metade do século XVIII, em alguns territórios, referia-se à “existência de um *mukazambo grande* ou capitão, o que parece indiciar uma autoridade sobre todas as atividades desenvolvidas no prazo, estes fiscalizavam tudo o que ocorria nas terras e, principalmente, a cobrança dos tributos”.<sup>211</sup> A autora argumenta que

<sup>207</sup> Meillassoux, Claude. *Antropologia da Escravidão: O ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.9-18

<sup>208</sup> Mundege, Stanislaus Isack. *The Rozvi Empire and the Feira of Zumbo*. Tese (Doutorado em Filosofia). SOAS Universidade de Londres, Londres, 1972, p.102

<sup>209</sup> Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 202

<sup>210</sup> Farrer, Guilherme. *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates: significados de Liberdade e Escravidão no Sudeste Africano, Séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020, p. 126

<sup>211</sup> Rodrigues, Maria Eugenia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p.794



a partir de meados do século, esse papel passaria a ser ocupado pelo *muanamambo*<sup>212</sup>. A própria afirmação de Rodrigues sugere que os cargos de *muanamambo* e *mucazambo* poderiam ser muitos semelhantes em algumas terras. No entanto, como também observa Farrer, “existia, ao menos em alguns prazos, uma hierarquia entre *manamambo* e *mucazambos*, estando o primeiro de alguma forma acima dos demais”<sup>213</sup>.

O *mucazambo* (ou *cazembe*), como vimos no tópico anterior, ocupava a mais alta posição de comando dentro da estrutura dos *achicunda*, sendo responsável principalmente pelos exércitos. No entanto, suas atribuições também incluíam funções administrativas e tributárias. Farrer argumenta que os *amambo* ou *mf'umu* eram responsáveis por recolher o pagamento do *mussoco* (tributo) e a presa mais pesada dos elefantes caçados, junto às comunidades das unidades políticas africanas. E periodicamente, o *mucazambo* — e, em alguns casos, o *muanamambo* — era encarregado de coletar tanto os gêneros agrícolas correspondentes ao *mussoco*, quanto a chamada *ponta da terra*, isto é, a presa de marfim do lado em que o elefante tombava ao morrer. Essa prática fazia parte de um sistema de tributação que, em certos contextos, exigia a entrega de 50% do marfim obtido nas caçadas. Esses tributos eram recolhidos junto às autoridades políticas locais e, usualmente, destinados ao prazer<sup>214</sup>.

No âmbito jurídico, Isaacman afirma que o *mucazambo* exercia um papel intermediário de interpelação, atuando após o julgamento realizado pelo *mf'umu*, e que detinha jurisdição absoluta. No entanto, concordo com a ponderação de Farrer quanto a esse suposto absoluto: é provável que os senhores e donas de prazos funcionassem como instância final de decisão, especialmente em casos que envolvessem diretamente os interesses do prazo. Nesse sentido, o *mucazambo* estaria, de fato, subordinado à autoridade superior dos prazeiros. Como o próprio Isaacman ressalta, eles podiam ser destituídos de seus cargos e rebaixados dentro da hierarquia *chicunda*, o que reforça os limites de sua autoridade.<sup>215</sup>

Embora exercidas por *chicunda*, essas funções também podem ter adquirido novas características, especialmente no século XIX, período em que as famílias da elite prazeira tornavam-se cada vez mais militarizadas e movidas por aspirações expansionistas. Em Massangano, por exemplo, Bonga atuava como *mucazambo* de seu pai, Nhaúde, enquanto seu irmão Nhamezinga, terceiro na linha de sucessão, ocupou o mesmo cargo durante o governo

<sup>212</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 795

<sup>213</sup> Farrer, *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates*, p. 127

<sup>214</sup> Farrer, *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates*, p.130

<sup>215</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 33-34; Farrer, *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates*, p.132.



de Bonga<sup>216</sup>. Esse arranjo indica que, antes de tudo, tratava-se de cargos de confiança do prazeiro, atribuídos a indivíduos que desempenhavam papéis estratégicos na administração e defesa do território.

É importante destacar que não encontrei registros que reconheçam os territórios administrados pelos irmãos de Bonga como prazos autônomos, nem os próprios irmãos como prazeiros. Assim, é possível que alguns deles tenham atuado dentro da estrutura de poder subordinada ao prazo de Massangano, exercendo autoridade delegada, mas sem a titularidade formal de prazos. As evidências sugerem que esses territórios provavelmente estavam subordinados a Massangano e foram incorporados por meio de um movimento de expansão territorial, no qual os irmãos de Bonga estabeleceram outras *aringas* e possivelmente atuaram como *muanamambos*<sup>217</sup>. É igualmente plausível que parte dessas terras tenha sido adquirida por meio de alianças matrimoniais com parentes de outras autoridades políticas locais. Como mencionado anteriormente, Bonga era adepto da poligamia, o que reforçava sua rede de alianças e consolidava o poder de Massangano frente a outras lideranças regionais.

A organização de Massangano não é muito diferente da de outros prazos, além dos *mucazambo* e *muanamambo* já mencionados, existiam outros papéis que faziam parte dessa estrutura. Newitt pondera que cada prazo podia ter uma organização particular e elaborada, porém, de forma geral, eram divididos em distritos chamados *muzindas* e ostentavam uma hierarquia de funcionários, desde os *mucazambos* no topo até os *bandásios* (espécie de tenente), *bichos* (escravizado jovem) e *nhacodas* (líder dos grupos de mulheres que se ocupavam da agricultura) na base, entre os escravizados domésticos<sup>218</sup>.

Essa estrutura organizacional estabelecida pelos prazeiros era fundamental para manter a ordem do território e assegurar a sua defesa, se estendendo desde as funções militares até a própria administração do território, passando pela produção, as relações comerciais e com as autoridades políticas maiores. O historiador Jorge Alexandre Baltasar esclarece que essa estrutura organizacional não substituíra as existentes hierarquias africanas de poder, na realidade funcionava como uma estrutura própria paralela, tendo por base os cativos<sup>219</sup>, ao qual Isaacman classifica como um “sistema administrativo não tradicional”, introduzido pelos senhores.<sup>220</sup>

<sup>216</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p.11

<sup>217</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. I. pp. p.62-65

<sup>218</sup> Newitt e Garlake, *The “Aringa” at Massangano*, p. 135

<sup>219</sup> Baltasar, J. A. DOS S. *Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII)*. Dissertação de Mestrado—Lisboa: Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 53

<sup>220</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p.32-33



Ainda dentro dessa estrutura própria, destacam-se o *Sachecunda* e *Chuanga*. O *Sachecunda* liderava grupos menores de trabalho formados por escravizados, chamados de *nsaka*, era auxiliado pelo *mucata* e estava subordinado ao *cazembe*<sup>221</sup>. Em setembro de 1879, por exemplo, o tenente de caçadores Claudio Augusto da Rocha Campos informou que, no retorno de uma visita ao novo *Mambo* de Massangano, Mochenga - nome de batismo Luís Vicente da Cruz, a “comitiva da qual fazia parte foi escoltada por 50 *achikunda* liderados por três *sachekunda*, enviados por Muririma para reforçar a segurança da delegação”<sup>222</sup>.

Cabe mencionar também o papel do *chuanga*, responsável sobretudo pela comunicação. Tratava-se de um *mucazambo* que atuava como intérprete e mediador nas relações entre o prazeiro e as autoridades políticas africanas. Além de sua língua materna, o *chuanga* dominava o português e, em alguns casos, outros idiomas regionais. Entre suas atribuições, estavam transmitir as ordens do senhor de prazo, zelar por seus interesses junto aos colonos, supervisionar a cobrança de tributos e, ainda, atuar como informante — ou mesmo espião —, reportando ao prazeiro qualquer sinal de oposição ou tentativa de rebelião.<sup>223</sup> Era também o *chuanga* quem assumia um papel estratégico na persuasão de *mf’umu* descontentes, tentando convencê-los a transferir suas povoações de prazos vizinhos ou territórios independentes para a jurisdição do seu senhor, contribuindo assim para a expansão e fortalecimento do poder prazeiro.<sup>224</sup>

Neste sentido, a relação entre o senhor de prazo e as populações africanas dependiam da relação dele com a autoridade política africana. Cada território tinha seu próprio governo e estes se relacionavam com o prazeiro através do reconhecimento e do pagamentos dos tributos. Essas autoridades políticas menores estavam conectadas ao senhor de prazo através de uma espécie de casamento simbólico que consistia na execução de rituais e na entrega de ofertas mútuas entre o prazeiro e a autoridade política- a *revoração* e a *preca-manja*. Essas autoridades políticas tributárias eram chamadas de *mambo* (pl. *amambo*) ou *mf’umu* (pl. *af’umu*)<sup>225</sup>.

Eugenia Rodrigues, discutindo sobre a relação entre o senhor de prazo e as autoridades políticas africanas nos séculos XVII e XVIII, afirma que o “chefe” de

<sup>221</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 797; Baltasar, *Rumo ao hinterland*, p.63

<sup>222</sup> “Finalmente pediu, que à volta da minha viagem fosse por terra, e ofereceu duas mochilas [tecido de algodão], sendo uma a mim e outra ao padre, acompanhados de 50 sipais e três seus grandes (*sachecundas*)”. Relatório do Tenente de Caçadores 2 Cláudio Augusto da Rocha Campos e Fronteira in Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, 1954, p. 654

<sup>223</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, 2013 p.798; Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, 1972 p.32; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, 1973, p.180

<sup>224</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 801

<sup>225</sup> Aportuguesado como “fumo”; Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, 2013, p.793



povoação (ou de linhagem), chamado *mf'umu* era subordinado ao *mambo* e esse *mambo* submetido às chefias Karangas e Maraves porém, com o estabelecimento do domínio senhorial, eles passaram a se submeter ao prazeiro; dessa forma existindo uma escala de comando entre o *mf'umu* e o *mambo*<sup>226</sup>. Os *amambo* exerciam jurisdição sobre diversas comunidades e, embora detivessem autoridade, suas decisões eram tomadas em conselho — tanto com outros *amambo* quanto com os *afumo*, como observa Isaacman<sup>227</sup> Em contraste, o *mf'umu* ou *inhacuau* governavam unidades locais, geralmente compostas por cerca de 200 pessoas ou menos<sup>228</sup>. Um *mf'umu*, portanto, pode ser entendido como o "chefe de uma povoação", subordinado ao *mambo* em uma estrutura hierárquica de poder.<sup>229</sup>

Nesse contexto, Isaacman e Rodrigues afirmam que pouco se conhece sobre experiências exitosas em que os prazeiros tenham tentado e obtido sucesso em alterar a estrutura de poder africana, retirando as suas respectivas autoridades políticas ou interferindo no processo de sucessão das linhagens governantes, assim, a população africana estava subordinada ao seu respectivo *mambo*/*mf'umu* e se relacionava com o prazeiro por meio do *muanamambo* ou *mucazambo*<sup>230</sup>.

Nos prazos, assim como em outros contextos, as autoridades eram substituídas em casos de mortes ou quando eram fisicamente incapazes de governar. Então, quando um *mambo* falecia, o conselho escolhia o seu sucesso de acordo com as regras de sucessão da região. Vale destacar, contudo, que essas regras de sucessão tinham caráter sobretudo prescritivo e na maioria dos casos, não garantia a transmissão automática do poder, sendo comuns as disputas entre possíveis herdeiros<sup>231</sup>.

Rodrigues argumenta que, nos prazos ao sul do Zambeze, “a sucessão ocorria normalmente entre a adelfia, cabendo a autoridade ao irmão seguinte do antigo *mambo*”<sup>232</sup>. Em sistemas adélicos, a sucessão ou transmissão de poder ocorre entre irmãos — geralmente filhos do mesmo pai — e não diretamente de pai para filho. A liderança só passa à geração seguinte depois que todos os irmãos mais velhos tiverem governado, começando então pelo

<sup>226</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 790

<sup>227</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p.25

<sup>228</sup> Farrer, *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates*, p.124

<sup>229</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 25

<sup>230</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 28; Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 803

<sup>231</sup> Mundenge, *The Rozvi Empire and the Feira of Zumbo*, p. 87; Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 802

<sup>232</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, p. 802



filho mais velho do primeiro governante<sup>233</sup>. Em Massangano, como mencionado no início deste capítulo, Bonga assumiu o poder após a morte do seu pai, Nhaúde, por ser seu filho mais velho, visto que Nhaúde não possuía irmãos. No entanto, após a morte de Bonga, o cargo não passou ao seu filho, mas sim a seu irmão Mochenga, e, posteriormente, a outro irmão, Nhamezinga. Isso confirma a predominância do modelo adélico de sucessão, em que a autoridade circulava entre os irmãos antes de alcançar a geração seguinte.

Quando um novo *mambo* era eleito, ele se apresentava ao prazeiro, que oferecia a nova autoridade política um presente, para ratificar os laços entre a localidade e o prazo. Já nos casos de sucessão dos *mf'umu*, Isaacman argumenta que era sancionado pelo mambo e este transmitia a mudança ao prazeiro<sup>234</sup>. O que fica evidente é que a incorporação ou conquista por uma unidade política mais poderosa implicava não apenas obrigações, como o pagamento de tributos e a submissão à autoridade superior, mas também certas prerrogativas, como a cooperação militar e alianças políticas.<sup>235</sup> Nessa perspectiva, o reconhecimento não se dava exclusivamente pela força, mas também por meio de formas de negociação, como as uniões matrimoniais.

Portanto, o “ser prazeiro” representava muito mais do que a posse jurídica de uma terra, implicava uma construção de autoridade e legitimidade que se materializava a partir de redes familiares e de dependência, alianças com autoridades políticas locais, sustentadas por ações cotidianas, dinâmicas sociais, práticas político-religiosas e militares<sup>236</sup>. Ao observarmos a estrutura de Massangano, especialmente a organização das aringas, a centralidade dos *achicunda*, conseguimos compreendermos como esse espaço era gerido em um contexto de constante negociação e disputa. Nesse sentido, vemos como essas camadas de poder se entrelaçavam, expressando uma forma específica de exercer autoridade. Então, como veremos nos capítulos seguintes, a teia de relações políticas e sociais, sobretudo a organização interna do *achicunda* serão pilares fundamentais para o Bonga não apenas resistir às investidas portuguesas, mas também consolidar sua posição como uma figura importante no contexto da Zambézia senhorial do século XIX.

---

<sup>233</sup> Sobre sucessão no contexto de grupos de descendência patrilinear ver Fortes, Meyer. “The Structure of Unilineal Descent Groups.” *American Anthropologist*, JSTOR, vol. 55, n.1, 1953, pp. 27-28. <http://www.jstor.org/stable/664462>.

<sup>234</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 28

<sup>235</sup> Farrer, *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates*, p.124

<sup>236</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, pp. 24-42



## 2

**ENTRE ESPINGARDAS E INTERESSES:  
OS CRUZ, OS NEGOCIANTES E AS GUERRAS NO ZAMBEZE**

Os relatos sobre conflitos contra o Bonga na década de 1860 mostram, de forma recorrente, a atuação de figuras que se mostraram essenciais para os desdobramentos dos acontecimentos, mas nem sempre foram nomeadas: os moradores e os negociantes. O já mencionado Capitão José Antunes da Cunha, governador interino do distrito de Tete, por exemplo, em seu ofício enviado ao secretário do governo geral da província de Moçambique após os resultados desastrosos da ofensiva do Tenente Gouveia contra Massangano em 1867, relata o seguinte:

Com efeito, no dia primeiro do corrente mês seguiu desta vila uma força composta do governador do distrito, Miguel Augusto Gouveia, tenente Pratt, alferes Barradas, Sousa, Queirós, Mendes, farmacêutico e praças de pré, todos no número de 67; além disso, uma força de pretos armados de espingardas, pertencentes aos moradores, no número pouco mais ou menos de 850 a 900; além de um número também armado mas de arcos e flechas, aproximado a 450 ou 500<sup>237</sup>.

No trecho do Capitão Cunha, a figura do morador não se refere a qualquer pessoa que vivia na vila de Tete, mas a um indivíduo com um perfil específico: senhores de escravizados armados com espingardas e outros armamentos. Pela sua descrição, esses moradores não eram apenas sujeitos passivos na vila, mas agentes importantes na estruturação da força militar empregada na expedição de julho de 1867.

Os números citados ainda demonstram uma certa dependência da administração portuguesa em relação a esses moradores, visto que os oficiais portugueses totalizavam apenas 67 pessoas, enquanto a maior parte da força militar provinha dos moradores, sugerindo que esses possivelmente atuavam como extensões (in)formais dessa autoridade portuguesa. Esse protagonismo dos moradores também nos leva a refletir sobre a dimensão política e, sobretudo, econômica dessa “ajuda” ao governo, que em primeira instância demonstra uma “lealdade” à administração de Tete. Contudo, pode-se questionar até que ponto essa “lealdade” era espontânea ou decorrente das dinâmicas de poder e interesses mútuos.

Ainda sobre a participação dos moradores nos acontecimentos da expedição de 1867, o Tenente-Coronel reformado Delfim José de Oliveira, afirma que “os moradores e negociantes, vexados pela gente de Massangano, reclamaram alguma providência tendente a libertá-los de

<sup>237</sup> *grifo nosso*. Ofício nº 08 do governo encarregado do districto de Tete ao Secretário-Geral da província de Moçambique, 11 de julho de 1867 in Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)*. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 560



tão notável opressão. O governador [Gouveia] organizou uma força, composta de moradores que se ofereceram, pretos e guarnição [de Tete], para ir prender o criminoso”<sup>238</sup>. A narrativa de Oliveira ao descrever os moradores em uma situação de “vulnerabilidade”, “vexados pela gente de Massangano”, busca construir uma imagem que favoreça a ideia de justiça e intervenção da administração portuguesa para restaurar a “ordem”. Além disso, ao destacar essa “gente de Massangano”, cria uma distinção evidente entre os moradores e essa ameaça externa, representada por Massangano, o que também ajuda a solidificar a ideia de que os moradores eram, de fato, as “vítimas” e o Bonga como o inimigo comum de diversos indivíduos importantes da região. Nesse sentido, essa caracterização de “criminoso” reflete uma tentativa de demonizar o outro, atribuindo-lhe a responsabilidade por toda “notável opressão” que os moradores enfrentavam, ao mesmo tempo em que fortalecia a justificativa para ações militares da administração portuguesa.

As citações de Cunha e Oliveira sobre os eventos da primeira expedição de 1867 refletem as complexas relações de poder e estratificação social no contexto zambeziano. Oliveira, ao destacar a figura dos negociantes, nos provoca a refletir não apenas sobre as ações repressivas realizadas em nome da “ordem”, mas também sobre como os interesses das elites locais – moradores e negociantes – estavam vinculados à preservação da economia e da hierarquia social.

Esse destaque aos negociantes sugere que as ações de repressão não visavam apenas garantir a segurança física dos moradores, mas também proteger os interesses econômicos associados ao comércio local. Considerando que o território do Bonga estava localizado às margens do Zambeze, em um ponto crucial para o tráfego de embarcações rumo ao interior ou a Quelimane, no litoral, é plausível supor que qualquer “opressão notável” capaz de ameaçar essas redes comerciais conectadas a Tete teria o potencial de causar instabilidade econômica e política, afetando sobretudo os interesses das elites.

Em seu relatório sobre a segunda expedição, o Tenente-Coronel José de Oliveira Queirós, comandante geral da expedição, registra uma lista de moradores que contribuíram para as operações, fornecendo principalmente *achicunda* para as ações militares. Essa relação ilustra o envolvimento desses indivíduos nas estratégias portuguesas, destacando seu papel no apoio logístico à campanha realizada.

---

<sup>238</sup> Oliveira, Delfim José de. *A província de Moçambique e o Bonga*. Coimbra: Imprensa Académica, 1879, p. 16



**Tabela 1-** Relação nominal dos cidadãos que forneceram homens armados para coadjuvar a guerra contra o rebelde Bonga<sup>239</sup>:

Nome	Ocupação	Naturalidade
Manuel Antonio de Sousa	Senhor de prazo e Capitão-mor de Manica e Quiteve	Goa
Joaquim Benedito de Miranda	Negociante e senhor de prazo	Goa
Francisco Henriques Ferrão	Negociante e senhor de prazo (traficante de escravizados)	Sena (mestiço)
Belchior do Nascimento	Negociante e senhor de prazo, cunhado do Bonga	Portugal (degredado)
Domingos Henriques Ferrão	Negociante e senhor de prazo	Sena (mestiço)
Clementino de Sousa	Negociante	Goa
José Leocádio Botelho Torresão	Tenente da guarnição e senhor de prazo	Lisboa
Joaquim Romão de Miranda	Tenente, senhor de prazo e Negociante	Lisboa
Gôba	Mambo tonga	região adjacente a Massangano
Anselmo Nunes de Andrade	Negociante	
Vasco Pires Monteiro Bandeira	Alferes, Negociante e senhor de prazo	Lisboa
Francisco Eleutério d' Assis Wolney da Costa	Delegado da junta da Fazenda e negociante em Sena	Goa
José Maria Gomes Ferraz	Negociante	?
José Ribeiro de Sousa	Negociante	Portugal (degredado)
Joaquim José dos Santos	Negociante	portugal (degredado)
David da Costa	Negociante	Portugal (degredado)

Essa listagem feita por Queirós permite identificar quem eram alguns desses moradores mencionados nas documentações e, sobretudo, os interesses em jogo. A tabela não é apenas um registro administrativo, é também uma janela para as relações sociais, econômicas e políticas existentes no mundo dos prazos zambezianos.

Ao analisarmos as ocupações desses indivíduos, percebemos como diferentes esferas de poder se sobrepõem, revelando uma dinâmica complexa de interesses econômicos e políticos. Vale destacar que muitos desses moradores participaram também de outras expedições contra Massangano, movidos não necessariamente por “lealdade” à administração portuguesa, mas por motivações próprias, frequentemente relacionadas à manutenção de suas

<sup>239</sup> Carneiro, J. P. *Defesa feita perante o conselho de guerra da 1ª divisão militar na causa em que era acusado João José de Oliveira Queiroz- Tenente Coronel Comandante da primeira expedição à Zambézia*. Lisboa: Typographia do Paiz, 1874; Eça, *História das guerras no Zambeze*, vol. II, p. 575-576



redes de influência e à proteção de seus interesses econômicos, assim, seriam relações que não necessariamente implicavam uma oposição entre “europeus” e “africanos”.

Além de evidenciar as origens desses moradores, os dados registrados por Queirós destacam que, principalmente, os negociantes estavam envolvidos e colaboraram na expedição. Esse fato corrobora a hipótese de que o principal objetivo, pelo menos nas duas primeiras expedições, era proteger os interesses associados a essas redes comerciais. Contudo, é importante notar que nem todos os senhores de prazo eram negociantes. Suas motivações para apoiar as operações poderiam estar relacionadas a outros interesses, como a manutenção de influência política ou a proteção de seus prazos e recursos contra avanços de outras autoridades políticas, sejam africanas ou outros prazeiros. Assim, as alianças com a administração portuguesa eram multifacetadas e nem sempre estáveis ou alinhadas exclusivamente com os interesses portugueses.

Essa perspectiva é evidente na crítica do cirurgião-mor António Porfírio de Miranda sobre a organização das expedições contra Massangano:

Em África há poucos negociantes, e muitos traficantes, ou tratantes. Para esta casta de gente todos os meios de haverem ganhos, são justos e legais, até mesmo o de concorrerem para o assassinio de seus irmãos, armando e municando os inimigos da nação!! Com esta casta de gente não pôde nem deve haver comiserção. Applique-se-lhes até mesmo a pena de morte!<sup>240</sup>

Embora marcada por uma visão moralista e maniqueísta que contrapõe o “justo” ao “corrupto”, a crítica de Miranda revela as tensões políticas e econômicas presentes na Zambézia do século XIX. O autor busca traçar uma distinção clara entre “negociantes” e “traficantes ou tratantes”, sugerindo que os primeiros atuavam dentro de normas aceitáveis e representavam um comércio legítimo, enquanto os segundos seriam moralmente “corruptos” e dispostos a recorrer a meios ilegais ou antiéticos, incluindo violência e o favorecimento de inimigos.

Todavia, os critérios de Miranda para diferenciar negociantes de traficantes não parecem estar associados aos tipos de mercadorias comercializadas, tampouco representam uma crítica ao tráfico de escravizados<sup>241</sup>. Em vez disso, sua distinção parece fundamentada no alinhamento político desses indivíduos, tornando sua crítica menos moral e mais política. Essa perspectiva é reforçada pela acusação de que os traficantes “armam e municiam os inimigos da nação”, o que implica uma visão de traição não apenas à administração portuguesa, mas ao

---

<sup>240</sup> Miranda, Antonio Porfírio de. *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*. Lisboa: Tipografia Lisbonense, 1870, p. 15

<sup>241</sup> Sobre as operações clandestinas do tráfico de escravizados na segunda metade do século XIX vê CAPELA, José. *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.



próprio Portugal. Além disso, o apelo de Miranda à pena de morte como solução sugere que, em sua visão, esses "tratantes" eram indivíduos perigosos e irrecuperáveis, contra os quais a única resposta adequada seria a eliminação.

Essa crítica ao posicionamento ambíguo dos negociantes não era exclusiva de António Porfírio de Miranda. Rufino Henriques Ferrão, parente dos negociantes Domingos e Francisco Ferrão, senhor de prazo e proprietário de uma extensa escravatura na região de Majanga além do Chire, partilhava de opinião semelhante. Em suas palavras dirigidas ao major do exército José Joaquim Ferreira, egresso da expedição de 1869, Ferrão afirmou conhecer bem Bonga e o irmão Nhamazinga e destacou que Bonga era utilizado como um "instrumento" pelos negociantes para alcançar seus objetivos:

A primeira expedição, que saíra daquela villa, fôra derrotada pelos negros do Bonga com as armas que elle tinha recebido como sargento mór, o que lhe dava as honras de major, para defender e sustentar o dominio portuguez n'aquelle ponto. Depois o Bonga passara a ser o protegido, o instrumento dos negociantes pouco lícitos, daqueles e infelizmente eram muitos, que punham os sórdidos interesses pessoais acima da honra da sua pátria de quem eram os piores inimigos.... Não citava nomes, não queria criar ódios, mas conhecia muito bem alguns dos que mais se tinham distinguido nas negociatas vis, ignóbeis, com o Bonga. Umas vergonhas que todos conheciam sem lhes dar remedio!..<sup>242</sup>

A família Ferrão estabeleceu-se em Sena por volta da década de 1820, sendo originária de Goa. De acordo com Newitt, essa família possuía um prestígio considerável na região e “teimavam em permanecer leais a Portugal”. Os Ferrão adquiriram diversos prazos e exerceram enorme influência comercial no delta do Zambeze e ao longo das rotas comerciais de Quiteve e Manica<sup>243</sup>. Capela destaca que Francisco Henriques Ferrão, além de senhor de prazo, era negociante, traficante de escravizados e, na década de 1820, ocupou o cargo de governador dos Rios de Sena<sup>244</sup>. Utilizando sua posição como funcionário português para consolidar o prestígio de sua família, transformando-a em uma das mais influentes na região do baixo Zambeze.

Embora o relato de Rufino Ferrão seja um testemunho indireto, registrado nas memórias do major Ferreira, e esteja inserido nesse contexto zambeziano, com suas próprias intenções e limitações. Suas observações sobre as tensões sociais, corrupção, as falhas da administração portuguesa e a atuação dos negociantes dialogam com as críticas de Miranda.

<sup>242</sup> *grifo nosso*. Ferreira, Joaquim José. *Recordações da Expedição da Zambézia em 1869*. 2o ed. Elvas: Typographia Progresso, 1891, p.110

<sup>243</sup> Newitt, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 2012. p.263

<sup>244</sup> Capela, José. *Dicionário de Negreiros em Moçambique (1750-1897)*. E-book Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007, p. 205; Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995



Os "negociantes pouco lícitos" mencionados por Rufino desempenham um papel semelhante ao dos "traficantes" criticados por Miranda, reforçando a crítica política contra esses atores e expondo as práticas contraditórias dentro dessa elite zambeziana.

A ideia de "proteção ao Bonga" defendida por Rufino Ferrão é particularmente intrigante. No entanto, o senhor de prazo não fornece detalhes adicionais e se recusa a nomear possíveis negociantes envolvidos, provavelmente como estratégia para evitar conflitos pessoais e políticos. Seu interlocutor, o major Ferreira, também não expande as acusações feitas por Rufino. Além disso, na documentação analisada sobre as expedições, não há registros que confirmem explicitamente a existência de negociantes que tenham apoiado Bonga, deixando essas acusações em uma esfera de rumores. Então, possivelmente, o argumento de "proteção ao Bonga" foi mobilizado como uma ferramenta retórica pelos autores, tanto para criticar determinados moradores e negociantes quanto para legitimar as ações repressivas contra eles.

Em outra passagem, o major Ferreira destaca uma suposta relação entre Cruz Coimbra, Bonga, e os seus interesses comerciais na região:

Dizia-se publicamente que Cruz Coimbra tivera e tinha íntimas relações com o Bonga. Assegurava-se que este preto nada valia, sendo sustentado em Massangano por aquele e mais alguém, com o fim de conservarem o exclusivismo do negócio no sertão, para além da aringa do rebelde, o que implicava ganhos fabulosos. Afirmava-se mais que o Bonga apenas roubava os negociantes, que não iam munidos de uma senha que servia de salvo-conduto. Enfim, o Bonga, colocado num ponto cuja passagem para o interior era obrigada, afugentando com as correrias e roubos os pequenos negociantes, era um elemento de grande valor para os privilegiados pouco escrupulosos<sup>245</sup>.

É interessante notar, nas palavras do major Ferreira, que as acusações contra o negociante e o Bonga decorrem de histórias que supostamente circulavam pelo Zambeze. Nesse contexto, cabe considerar que o major pode estar utilizando essa narrativa como um recurso argumentativo para reforçar a ideia de que Bonga, sozinho, não seria capaz de exercer tamanha influência e resistência frente às forças militares e econômicas. Ao afirmar que Bonga era sustentado por Cruz Coimbra e outros, Ferreira sugere que sua força dependia de um sistema de apoio mais amplo, formado por indivíduos que exploravam sua posição estratégica no rio Zambeze para benefício próprio.

No entanto, a fala do major Ferreira também apresenta outras camadas de significados sobre as redes comerciais no rio Zambeze. Possivelmente, a "senha" mencionada, refere-se aos *saguetes*, presentes oferecidos às autoridades políticas ao longo das rotas comerciais, com o objetivo de garantir a segurança das embarcações e das mercadorias. Newitt argumenta que,

---

<sup>245</sup> Ferreira, *Recordações da Expedição da Zambézia em 1869*, p.21



no final do século XVIII, os elevados custos de transporte estavam associados às taxas e pagamentos exigidos pelas autoridades políticas africanas (e pelos prazeiros) ao longo das rotas comerciais<sup>246</sup>. Essas taxas frequentemente incluíam grandes ofertas de tecidos de algodão e eram indispensáveis para assegurar a passagem dos negociantes. Assim, essa prática não seria uma exclusividade do Bonga, tampouco algo incomum na Zambézia.

Newitt complementa que, mesmo após a margem norte do Zambeze ter se tornado relativamente segura para os portugueses no final do século XVIII e apesar dos numerosos tratados com os Mwene Mutapas garantirem os “direitos” dos negociantes e estabelecer a necessidade de punições às autoridades políticas que roubavam as caravanas comerciais, a oferta de saguetes permaneceu como a prática mais segura para garantir a passagem. Isso demonstra que, apesar das tentativas de formalizar a proteção às rotas comerciais através de acordos, os mecanismos costumeiros de negociação com as autoridades políticas continuaram desempenhando um papel central no funcionamento dessas redes.

No século XIX, essas práticas persistiram. O geólogo Richard Thornton, ao acompanhar a caravana de dois negociantes identificados como “Senhor Clementina” e “Senhor Manuel” até o vale do Luangwa, ao norte do Zambeze em 1859, relatou que, ao atravessar territórios sob o controle de diferentes chefes, era necessário oferecer presentes para que a expedição fosse autorizada a prosseguir, mesmo quando essas lideranças políticas eram de menor importância<sup>247</sup>. Somado a isso, em muitas dessas paradas, essas autoridades políticas compravam marfim após longas sessões de consumo de *pombe*- bebida fermentada e intensas negociações sobre o preço.

Thornton também observou que o marfim de elefante continuava sendo uma mercadoria altamente valorizada: uma presa de catorze libras de peso valia cerca de quinze jardas de pano de algodão. Contudo, não era o único item de comércio. A expedição dos “Senhores Clementina” e “Manuel” também adquiria alfaias de ferro, ferro bruto, fio de ferro, cobre e manilhas de cobre, revelando a diversidade das mercadorias negociadas ao longo dessas rotas.

---

<sup>246</sup> Newitt, Malyn. D. D. *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa*. New York: Africana Pub. Co, 1973, p. 151

<sup>247</sup> Richard Thornton, geólogo, acompanhou o missionário David Livingstone durante sua primeira expedição na África Austral. Após ser temporariamente dispensado por Livingstone, Thornton decidiu integrar-se a uma expedição comercial ao vale do Luangwa, acompanhando os negociantes mencionados em seus relatos. Com base nas documentações analisadas, considerando a temporalidade e a rota percorrida (Quelimane, Tete e Zumbo), é plausível que os negociantes a quem ele se refere sejam Clementino de Sousa e Agostinho Manuel Gomes, este último cunhado de Bonga. Tabler, Edward. *The Zambezi Papers of Richard Thorton- Geologist to Livingstone's Zambezi Expedition (1860-1863)*. vol. II. London: Chatto & Windus, 1963, p.177-231



O Cruz Coimbra mencionado pelo major Ferreira refere-se ao negociante português oriundo de Coimbra, António José da Cruz Coimbra<sup>248</sup>. Apesar de sua notória reputação na região, as documentações analisadas não revelaram associações comerciais ou conflitos entre Bonga e Cruz Coimbra, nem indícios de formas de proteção ou colaboração entre essas duas figuras. Contudo, isso não significa que o negociante não mantivesse parceiros comerciais no interior do Zambeze. Na verdade, Cruz Coimbra era associado a Chissaca — Pedro Caetano Pereira, senhor do prazo de Macanga, que era "rival" de Nhaúde — e ao seu cunhado, Mariano Vaz dos Anjos, prazeiro e capitão de 2ª linha do prazo de Massingire<sup>249</sup>.

Essas associações ilustram como o parentesco desempenhava um papel central nas relações sociais e econômicas no Zambeze, similar ao que se observa em outras sociedades africanas. Por meio dessas conexões familiares, indivíduos podiam proteger-se contra inimigos e contra a "lei", salvaguardar seus interesses e negócios, disciplinar seus escravizados, resolver disputas nos prazos e até mesmo superar dificuldades financeiras. Essas redes de parentesco, portanto, constituíam uma base essencial para a sobrevivência e consolidação de poder no cenário político e econômico da região<sup>250</sup>.

Ainda assim, é importante considerar que nem todos os negociantes se aliaram aos portugueses ou tinham divergências com o Bonga. Mesmo durante as expedições militares contra Massangano, entre 1867 e 1869, quando diversos moradores e negociantes apoiaram os portugueses de forma direta ou indireta, alguns continuaram a negociar com o *mambo*. Esse fato evidencia que as alianças econômicas nem sempre correspondiam a alinhamentos políticos. Um exemplo disso é o negociante José Anselmo Santana, que, mesmo após a derrota de Gouveia e o consequente temor em transitar pelo Zambeze, manteve algum tipo de transação comercial com Bonga. O ofício s/n de 13 de agosto de 1867 cita sobre os *achicunda* de Massangano estarem acompanhando o negociante José Anselmo Santana em uma expedição até o Zumbo, assim, evidenciando um certo pragmatismo ou neutralidade do negociante<sup>251</sup>.

---

<sup>248</sup> Em 1849, a Comissão Mista do Cabo classificou-o como um dos traficantes de escravizados estabelecidos em Quelimane. O historiador José Capela o descreve como um dos mais importantes traficantes de escravizados da segunda metade do século XIX, devido à sua habilidade, junto com seus descendentes afro-portugueses, em prolongar o tráfico de escravizados até os anos 1880. Capela, José. *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p.160

<sup>249</sup> Capela, *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)*, p.161

<sup>250</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.145

<sup>251</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Códice 2180- Governo de Moçambique. cx. 30. Livro de registro dos ofícios expedidos pela seção civil de Quelimane às diversas autoridades do distrito, Ofício sem número.



O documento não fornece mais detalhes sobre esse “empréstimo” ao Santana, nem menciona outras transações entre essas duas figuras, porém como pontua Isaacman, os *achicunda* de Bonga e Nhaúde eram empenhados na caça e apesar de não encontramos ligações direta do Bonga com o comércio de marfim ou o tráfico de escravizados, isso pode indicar algum nível de envolvimento, ainda que não seja direto<sup>252</sup>. Ademais, ao observarmos outras formas de negociações, como as realizadas por sua irmã Luíza no prazo do Goengue, é possível que Bonga alugasse escravizados para funções como segurança e transporte de mercadorias das caravanas, tal como sua irmã, visto que o aluguel de escravizados para essas finalidades parece ter sido uma prática relativamente comum no Zambeze.

Um outro exemplo dessa dinâmica pode ser encontrado no relato do militar inglês Luke Norman, que, durante sua expedição de caça a elefantes em 1868, menciona que, após a deserção de alguns escravizados, o prazeiro Azevedo, no prazo do Mazaro, lhe alugou alguns *achicunda* para seguir a viagem<sup>253</sup>. Esse episódio ilustra como prazeiros ao longo do Zambeze poderiam atuar nas rotas sem envolver-se diretamente. Dessa forma, conseguiam não apenas obter lucros, mas também preservar sua influência e relevância nas redes comerciais da região.

Ao analisar essas alianças estabelecidas no seio da comunidade de prazeiros, o historiador Allen Isaacman divide em dois grupos principais: as alianças primárias ou permanentes, no qual existe um conjunto de obrigações e são destinadas principalmente a reforçar a posição dos membros em relação a segmentos concorrentes do prazeiro, como vemos com a família Ferrão. E as afiliações secundárias ou temporárias, que eram organizadas principalmente em resposta a uma crise específica, como as invasões Ngunis ou ações de outro senhor de prazo<sup>254</sup>. Esses sistemas de alianças não se excluem mutuamente, ademais, era comum a união de moradores contra um inimigo comum que “ameaçava” as suas posições coletivas, que é o que parece ter acontecido no contexto das expedições contra o Bonga.

Além dessas características apontadas por Isaacman para formação de alianças entre prazeiros, aliar-se à administração portuguesa, especificamente, poderia trazer benefícios materiais e políticos para os indivíduos, a exemplo de cargos, munições e armamentos, que

<sup>252</sup> Isaacman, Allen. Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultura in *Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, nº 10, outubro de 1991.

<sup>253</sup> Hobson, Dick. “A Hunting Trip to Mozambique in 1868”. *The Geographical Journal*, JSTOR. vol 149, nº 2, 1983

<sup>254</sup> Isaacman, Allen. *The Africanization of a European Institution- The zambesi Prazos. 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972, p. 102



seria essencial para expansão dos poderes individuais dessas figuras ou de suas famílias. Assim, o apoio desses indivíduos às ações militares da administração portuguesa torna-se compreensível quando considerado sob a ótica dos ganhos potenciais.

Um exemplo claro desse envolvimento é observado durante a expedição de Queirós, em 1868, quando o negociante António Ribeiro Carrilho acompanhou as tropas e forneceu pólvora para a fabricação de munições.

Ao chegar diante da aringa, ocupou a serra que a dominava, posicionando o flanco direito no rio Zambeze e o esquerdo no Aroenha. Reconheceu a fortificação, composta inteiramente de sebe viva e contrafortes de pedra e argila amassada, talhados a prumo. Não havia taludes que facilitassem a escalada, mas tampouco eram necessários, pois os troncos de uma vegetação exuberante sustentavam o peso da estrutura, aumentando sua solidez a cada ano. O comandante [Queirós] utilizou a maior parte das munições que levava e até algumas que fabricara durante a marcha, usando a pólvora comprada do negociante António Ribeiro Carrilho. Fez o máximo de dano possível, mas, convencido de que suas máquinas de guerra não eram suficientes para abrir uma brecha que permitisse o assalto, deliberou recuar. Decidiu preservar os meios restantes para resistir e esperar que Moçambique enviasse os recursos indispensáveis<sup>255</sup>.

O trecho do relato do coronel Carneiro mostra como a fortificação da aringa utilizava o ambiente natural para criar defesas eficazes contra forças externas, bem como, destacar as limitações das forças expedicionárias, que enfrentavam desafios significativos em termos de transporte, suprimento e armamento, que na opinião do autor comprometeu o sucesso da campanha. Mas, sobretudo, evidencia a importância das transações comerciais entre a administração portuguesa e os negociantes, que desempenharam um papel significativo no suporte logístico e estratégico das campanhas militares.

A venda de pólvora pelo Carrilho expressa a relevância dos negociantes como intermediários essenciais nas campanhas militares. Embora não seja mencionado o custo dessa transação, é provável que o comerciante tenha lucrado consideravelmente com a situação. Em termos de logística das expedições, a necessidade de comprar pólvora reforça a ideia de que os militares não estavam totalmente preparados para a campanha. Esse cenário, portanto, acaba por refletir uma interdependência entre forças portuguesas e atores locais, muitas vezes moldada por interesses econômicos.

Além de fornecer a pólvora, Carrilho também acompanhou as tropas e deu apoio logístico através das embarcações. De acordo com as palavras do coronel Carneiro: “Efetivamente, depois que lhe fugiram á mercê dos negros, sendo salvo pelo cuidado do commandante e pelo barco do negociante Carrilho que acompanhou a expedição”. Carneiro não informa se o Carrilho também forneceu *achicunda*, tal como os outros moradores,

---

<sup>255</sup> grifo nosso. Carneiro, *"Defesa feita perante o conselho de guerra..."*, p.14



todavia, vemos que ele teve uma participação ativa na expedição, inclusive, seu barco sendo essencial para a operação de resgate.

Nesse contexto, vemos que Carrilho além de um fornecedor de pólvora e mercadorias, também era alguém que tinha infraestrutura relevante para as operações no rio Zambeze. Carrilho aparece como alguém que contribui para a sobrevivência e a continuidade da expedição, mas também como um agente econômico que se beneficiava das circunstâncias. Essa dualidade de características, como já vimos existiam em muitos negociantes, que atuavam entre alianças com diferentes atores (militares, autoridades portuguesas, amambo, prazeiros) para maximizar seus lucros e proteger seus interesses.

Na expedição de 1869, encontramos outro exemplo dessa interação, envolvendo personagens já conhecidos. Diante da perda de mantimentos das tropas, o comandante da expedição, António Tavares de Almeida, ordenou a compra de suprimentos com os negociantes Francisco Henriques Ferrão e Joaquim Benedicto de Miranda, para garantir que as tropas chegassem a Massangano:

Havia também farinha, bolacha e, dentro da aringa, pertencente ao cidadão Belchior, um celeiro de mantimentos que, comprado, podia servir de muito. Afora isto o comandante comprará na Majanga dos cidadãos Francisco Henriques Ferrão e Joaquim Benedicto de Miranda, e fizera enviar para o Goengue, nas vésperas de [as tropas] lá chegar, 60 e tantos bois<sup>256</sup>.

O episódio descrito evidencia a centralidade das redes econômicas locais no apoio às expedições portuguesas, como já observamos anteriormente. Torna-se claro que negociantes e senhores de prazo desempenhavam um papel crucial ao mediar o fornecimento de recursos, equilibrando interesses econômicos com alianças políticas. Francisco Ferrão, por exemplo, que anteriormente forneceu *achicunda* para combater o Bonga, continua a apoiar os portugueses, mas de forma mais indireta, protegendo seus interesses e seus escravizados. Nesse contexto, sua colaboração não envolveu perdas de *achicunda*, o que revela uma estratégia calculada de preservação de recursos.

Esse episódio, juntamente com a atuação de António Ribeiro Carrilho, sugere que esses indivíduos possuíam controle significativo sobre recursos e redes de transporte na região. Nesse sentido, essa colaboração não apenas gerava lucros, mas também permitia que consolidassem suas posições econômicas e políticas no contexto local.

Ademais, ao observar especificamente a logística das expedições, percebe-se o surgimento de uma economia em torno do conflito, impulsionada por diversos elementos que interligam a mobilização de recursos, as relações de poder e os interesses econômicos

---

<sup>256</sup> Ferreira, *Expedição da Zambézia em 1869*, p.26



entrelaçados no período. A fragilidade do poder português na região favoreceu uma dependência significativa das elites locais em momentos de crise, o que possibilitou a muitos indivíduos ampliar seu poder pessoal.

A economia em torno desses conflitos envolveu não apenas a produção de bens essenciais, mas também a capacidade de mobilizar e distribuir recursos para sustentar operações militares. A venda de bois, de pólvora, munições, a utilização de celeiros e barcos e sobretudo o fornecimento dos *achicunda* mostram como essas figuras operaram nos bastidores (ou não) e se tornaram peças-chave em uma economia de guerra, pois, além de fornecer recursos logísticos, provavelmente também obtinham lucros exorbitantes com a venda de produtos essenciais para a manutenção das campanhas, além das recompensas que recebiam por apoiar os portugueses.

Desse modo, a sobreposição de papéis de negociante e prazeiro, bem como a relação com a administração portuguesa na Zambézia, demonstram como essas alianças e conflitos faziam parte de um sistema dinâmico de competição e cooperação. Elas refletiam tanto as tensões locais quanto às ambições mais amplas dos portugueses. No século XIX, vemos senhores de prazo buscando exercer sua autoridade além das “fronteiras” de suas propriedades, o que frequentemente gerava conflitos com outras autoridades políticas — fossem prazeiros ou de matriz africana — que se ressentiam dessas incursões ou tinham aspirações semelhantes.

O surgimento de famílias prazeiras poderosas, como a família Cruz de Massangano e a família Pereira de Macanga, com extensos séquitos de *achicunda* e vastos domínios, exemplifica essa dinâmica. Essas famílias ansiavam por expandir seus territórios e consolidar seu poder, o que, como argumenta Isaacman, resultou em uma “proliferação de alianças resultado da lógica de uma elite prazeira isolada, mas ferozmente competitiva”<sup>257</sup>. Essa lógica competitiva contribuiu para a eclosão das guerras de 1853-1854 entre os Pereira e os Cruz, atraindo o envolvimento da administração portuguesa.

---

<sup>257</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 103







Fonte: A Zambézia durante as guerras do Zambeze (1840-1902) in NEWITT, M. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, LDA., 2012, p. 284

A família Pereira é uma das famílias afro-goêsas que se estabeleceram na região do Zambeze na segunda metade do século XVIII. Envolvidos no comércio de marfim, ouro e, posteriormente, no tráfico de escravizados, expandiram consideravelmente seu domínio na primeira metade do século XIX devido a alianças matrimoniais e apoio às ações portuguesas na região. De acordo com Allen Isaacman, Gonçalo Caetano Pereira (o Dombo-Dombo) estabeleceu uma aliança com o mambo dos Chewa à época — cujo nome não é especificado por Isaacman. Essa aliança foi vantajosa para ambas as partes: enquanto o *mambo* recebeu apoio militar direto para reprimir um levante de grupos dissidentes contra sua liderança, Gonçalo Pereira, além de ter se casado com uma parente materna do *mambo*, recebeu uma faixa de terra conhecida como Macanga, entre os povos Undi, localizada ao norte de Tete, na margem esquerda do Zambeze<sup>258</sup>.

Como dito, além das uniões matrimoniais, os Pereiras de Macanga ampliaram seu poder apoiando as empreitadas portuguesas sertão adentro. Os descendentes de Gonçalo colaboraram com as expedições ao Muata Cazembe em 1761 e novamente em 1831, sob a liderança do major Gamitto. O Choutama (Pedro Caetano Pereira), por exemplo, foi nomeado capitão-mor dentro da milícia de Tete e cooptado para ajudar a construir e defender a feira de Aruangoa do Norte, no vale do Luangwa<sup>259</sup>.

Não há consenso entre as fontes e nem entre a historiografia sobre o que de fato teria levado a rivalidade entre as duas famílias. Segundo os relatos de agentes portugueses, o Choutama morre no final dos anos 1840 e existe um rumor de que a sua morte teria sido causada por bebidas ofertadas, provavelmente sendo parte de um saguete, pelo negociante e coronel de milícias Francisco João da Costa Xavier, genro de Dona Eugénia Maria da Cruz, a tia do Nhaúde<sup>260</sup>. Seu filho, o Chissaca, acusa Xavier de feiticeiro e ter matado seu pai com bebida envenenada. Provavelmente ainda como parte do Choriro<sup>261</sup>, os seus escravizados

<sup>258</sup> Isaacman, Allen. Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultura in *Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, nº 10, outubro de 1991, p. 20

<sup>259</sup> Newitt, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, LDA., 2012, p. 281

<sup>260</sup> Castilho, Augusto de. *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p. 30-31; Botelho, José Justino Teixeira. *História Militar e Política dos portugueses em Moçambique- De 1833 aos nossos dias*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p.178; Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)*.vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, p.254

<sup>261</sup> O ritual de choriro consistia numa cerimónia de encerramento do luto, geralmente realizada cerca de um ano após a morte de um membro da família. O objetivo era purificar os vivos, libertar o espírito do falecido e integrá-lo ao mundo dos ancestrais (mizimu). . Essa prática, que incluía sacrifícios animais,



roubaram e queimaram diversas terras na região, atacando principalmente as terras e prazos pertencentes aos Cruz próximo a Macanga<sup>262</sup>.

Entre os prazos saqueados e destruídos estavam as terras do Xavier, da Dona Eugénia e do Nhaúde. Este último, ainda atuando como negociante para sua tia, e certamente sendo colaborador do Francisco Xavier. O senhor do prazo de Chingoza tentou resistir aos ataques e solicitou apoio da vila de Tete, mas não obteve sucesso, sendo forçado a fugir para Tete para salvar sua vida. Chissaca, após assumir a chefia de Macanga, exigiu que o negociante e a Dona fossem entregues pela justiça de Tete e ameaçou atacar a vila caso sua demanda não fosse atendida<sup>263</sup>. Já o Nhaúde, considerando que estava estabelecido em Massangano, é provável que ele tenha se fixado definitivamente no novo território após o ataque de Chissaca, que na época possuía um contingente de escravizados muito superior ao de Nhaúde<sup>264</sup>.

De acordo com Newitt, a administração portuguesa organizou uma ofensiva contra o prazeiro. Além da pequena guarnição existente em Tete e os soldados enviados de Quelimane, a operação contou com o apoio militar de *achicunda* de prazeiros vizinhos e de guerreiros ligados a autoridades políticas africanas, como Chibisa, um dos chefes Nyanja do Shire. Chibisa sentia-se ameaçado pelos avanços dos *achicunda* de Chissaca na região — uma preocupação que não era infundada, já que Chissaca atuava como traficante de escravizados e comerciante de marfim nessa região entre o vale do Shire e o vale do Luangwa<sup>265</sup>. No entanto, a ofensiva não obteve sucesso. O então comandante militar da vila, capitão Cárdinas, foi exonerado, e um novo capitão, Tito Augusto de Araújo Sicard, foi nomeado. Sicard rapidamente negociou um acordo de paz com o prazeiro, encerrando o conflito.

Capela identifica que Francisco Xavier e Chissaca atuavam como traficantes de escravizados e comerciantes de marfim, grupo ao qual se juntaria posteriormente o capitão

---

banhos rituais com ervas e oferendas de alimentos e bebidas, refletia uma cosmovisão centrada na continuidade entre vivos e mortos e na necessidade de reconstruir o equilíbrio social e espiritual da linhagem. Sua dimensão simbólica e política se intensifica no caso da morte de autoridades políticas, quando o morto pode ser instalado como espírito guardião do território. Nesses casos, o ritual envolve oferendas especiais e invocações que acompanham a transformação do morto em *mp'ondoro*, espírito-leão protetor — figura central nos cultos territoriais e na legitimidade espiritual das autoridades políticas vivas. Nos Prazos, onde as autoridades senhoriais articulavam poder político com legitimidade ancestral, o choriro também reforçava as hierarquias e as alianças. Isacman, Allen; Isacman, Barbara. *Slavery and Beyond: The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-central Africa, 1750-1920*. Portsmouth: Heinemann, 2004. Khosa, Ungulani Ba Ka. *Choriro*. Maputo: Alcance, 2009.

<sup>262</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p.255

<sup>263</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.32; Newitt, *História de Moçambique*, p.285

<sup>264</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p. 255-256

<sup>265</sup> Newitt, *História de Moçambique*, p. 285



Tito Sicard<sup>266</sup>. Já Nhaúde, por sua vez, era negociador de marfim para Dona Eugénia. Embora não existam menções diretas à sua participação no tráfico de escravizados, não seria surpreendente que estivesse envolvido, considerando sua parceria com Francisco Xavier e a alta lucratividade do negócio. Todavia, quando contextualizada no ambiente econômico do tráfico de escravizados e comércio de marfim, essa rivalidade familiar se torna mais do que apenas um conflito local, reflete tensões mais amplas causadas pela competição em torno do controle de redes comerciais, mercados de marfim e rotas de tráfico de escravizados, em um contexto em que este último vai perdendo legalidade e em breve se tornará clandestino aos olhos europeus.

O tráfico de escravizados na província de Moçambique até pelo menos os anos 1840 era mais do que uma atividade econômica: era uma instituição profundamente enraizada, com múltiplos agentes e redes que garantiam sua continuidade, apesar de Portugal ter proibido o tráfico das províncias em 1836.

Capela argumenta que nessas primeiras décadas do século, todos se dedicavam ao tráfico de escravizados: portugueses, canarins, baneanes, parces, mouros, funcionários civis, militares e eclesiásticos. Os traficantes que residiam na ilha de Moçambique apadrinhavam o tráfico nos portos menores, como Quelimane, Angoche, Fernão Veloso e Mocambo, onde essa atividade perdurou por um longo período. No interior da Zambézia e de Quelimane, os descendentes dos antigos traficantes continuaram a sustentar o comércio de escravizados, expandindo-o ainda mais para regiões do interior, a exemplo da família Cruz Coimbra, como mencionado<sup>267</sup>. Assim, essa “universalidade” do tráfico e essa ampliação para os sertões ilustram como ele estruturava não apenas a economia, mas também as relações de poder e o cotidiano dessas sociedades, que competiam por terras mas também por mercados.

Enquanto para as elites afro-indo-portuguesas o tráfico de escravizados representava ganhos econômicos, sobretudo poder na região; para funcionários portugueses era uma das formas de fazer fortunas nas províncias. Em um relatório enviado ao governo geral de Moçambique, o major Antonio Candido Pedroso Gamitto afirma que esses conflitos eram resultados dos interesses particulares acima da “honra nacional”, em outras palavras uma crítica a corrupção existente na Zambézia.

O Major Tito sempre manteve relações comerciais tanto com Joaquim quanto com Quissaca. Acrescente-se que este último, sendo um senhor de grande riqueza, é inimigo irreconciliável daquele, que nada possui de seu. É público e notório que o referido Quissaca prometeu duzentas arrobas de marfim a quem atacar ou matar o

<sup>266</sup> Capela, *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, 2002; Capela, *Dicionário de Negreiros em Moçambique (1750-1897)*, p. 125 e 250

<sup>267</sup> Capela, *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, p. 160-161



mencionado Nhaúde. Essa é uma das principais razões que agravaram o conflito, exacerbando-o ainda mais devido à parcialidade evidente das nossas autoridades de todas as classes, que demonstraram um favoritismo decidido, chegando a participar diretamente, como mostram essas nossas pequenas misérias. As ações das autoridades foram tão tendenciosas que chegaram até a alcunhar as hostilidades de “guerras contra o dito rebelde Nhaúde”. No entanto, isso só serviu para dar-lhe uma importância que antes ele não tinha, promovendo seu crescimento, engrandecimento e orgulho<sup>268</sup>.

Apesar do ressentimento por ter sido exonerado do cargo de Governador do Distrito de Tete<sup>269</sup>, as palavras de Gamitto evidenciam a complexidade das rivalidades locais, as tensões entre diferentes atores e, sobretudo, o papel desempenhado pelos agentes portugueses. Ele menciona, por exemplo, que Tito Sicard mantinha relações comerciais tanto com Nhaúde quanto com Chissaca, indicando sua provável participação no comércio de marfim e no tráfico de escravizados. Além disso, Gamitto critica a parcialidade da administração de Tete, sugerindo que esta teria se alinhado, possivelmente favorecendo Chissaca devido ao seu poder econômico ou por interesses estratégicos.

Já a aparente “neutralidade” do major Sicard pode ser interpretada como uma tentativa de transitar habilmente entre as rivalidades locais para proteger seus próprios interesses. Dessa forma, Sicard encarna as ambiguidades da administração portuguesa na região durante o período: ao mesmo tempo em que atuava como agente a serviço da metrópole, ele também se inseria nas dinâmicas de poder local e na exploração do sistema econômico, especialmente no tráfico de escravizados. Para Capela, a participação desses agentes no comércio se dava não apenas “porque a remuneração era escassa, mas sobretudo porque o acesso aos postos se fazia para enriquecer rapidamente”. Assim, aqueles que buscavam enriquecer depressa se envolveram no negócio de exportação de escravizados quando este se tornou avassalador na província.<sup>270</sup>

O trecho do relato de Gamitto nos oferece também um vislumbre de como os conflitos entre Chissaca e Nhaúde, assim como a participação da administração portuguesa nos confrontos de 1854, contribuíram para construir a narrativa que retrata Nhaúde como um rebelde, mesmo sem ele possuir o mesmo poder aparente de Chissaca. Nhaúde havia ganhado

<sup>268</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Códice de Moçambique nº 1465. Ofício de 07 de agosto de 1854 - Protesto enviado por Gamito ao Governador geral de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, contra a portaria que o suspendeu das funções de Governador do Distrito de Tete in Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p. 450-465

<sup>269</sup> No início da década de 1850, o governo da Zambézia foi dividido em dois distritos: o Distrito de Tete e o Distrito de Quelimane e Sena. No entanto, as fronteiras entre eles não eram bem delimitadas, e, em alguns casos, o comandante militar de Tete respondia ao governador de Quelimane. Nesse contexto, o major Gamitto tinha sido nomeado governador de Tete e nomeou Tito Sicard como comandante militar da vila. Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p.449

<sup>270</sup> Capela, *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, p.166-167



prestígio junto à administração portuguesa ao proteger a região contra os avanços Ngunis e, consequentemente, a vila de Tete. Além disso, ele fortaleceu sua posição ao colaborar na defesa de autoridades políticas menores contra os invasores Ngunis e do Barué e ao estabelecer alianças matrimoniais com essas autoridades tongas — povos estabelecidos na região de Massangano. Assim, Nhaúde consolidou-se como um prazeiro poderoso na região<sup>271</sup>.

No contexto de 1853, diversos barcos que subiam o Zambeze eram saqueados. Castilho atribui os roubos a gente do Nhaúde, enquanto Eça afirma que os *achicunda* do Chissaca também atacavam as embarcações pela margem esquerda, além de interceptarem correspondências particulares e oficiais, o que impedia as comunicações entre Tete e o litoral. Observa-se, na verdade, que os barcos que Nhaúde ordenava atacar eram de negociantes e partidários de Chissaca, ou seja, não se tratava de hostilidades diretas ao governo português<sup>272</sup>.

As informações sobre os conflitos de 1853 e 1854 se misturam nos relatos de contemporâneos e posteriores ao Nhaúde, o que dificulta saber qual teria sido o estopim para o ataque coordenado pelo Chissaca. O que se sabe é que em junho de 1853, Chissaca e Chipapata, macombe do Barué, se juntaram para derrotar o Nhaúde. O tenente-coronel Delfim Oliveira relata o seguinte:

Choutama e Macombe, amambos poderosos, declaram guerra ao Inhaúde e vem cercá-lo em junho. O exército sitiador conta com mais de 4.000 pretos e dispõe de grandes recursos. Inhaúde não foge- sempre debaixo de fogo, fornece-se do necessário e leva diariamente o seu gado a beber no rio. O cerco durou três meses. O comércio da Zambézia parou, ninguém podia subir nem descer pelo rio. Na praça de Tete estavam depositados valores importantes. Os contendores reclamaram o auxílio de Tete- cada um alega o seu direito e a sua justiça, acompanhando as suas pretensões de terríveis ameaças. Macombe e Choutama querem fazer valer o seu parentesco com El-Rei de Portugal. Tete tinha duas peças de bronze de calibre nº 3 e algumas de ferro incapazes; pouca pólvora, poucas balas<sup>273</sup>.

O tenente-coronel Oliveira, como já vimos, era, a essa altura, comandante militar da vila de Tete. Seu testemunho começa de forma interessante ao atribuir os ataques ao Macombe [Chipapata] e Choutama. Contudo, como sabemos, Choutama havia falecido no final dos anos 1840, e, na verdade, quem coordenou o ataque foi seu filho, Chissaca, ambos com o mesmo nome português: Pedro Caetano Pereira. Isso nos leva a refletir sobre essa troca de nomes e a construção da narrativa portuguesa. Além disso, Oliveira fornece um panorama do conflito, demonstrando como a guerra entre Chissaca e Chipapata contra Nhaúde teve

<sup>271</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 137-138; Isaacman, *Os prazeiros como trans-raianos*, p.22-23

<sup>272</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p. 30-32; Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p. 274

<sup>273</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 10



implicações diretas para a economia local, particularmente no comércio da Zambézia, que foi interrompido por três meses devido ao cerco e apesar de mencionar que o Macombe e o Choutama eram parentes do rei de Portugal, a bibliografia e nem outras fontes citam sobre acordos de vassalagem entre o Barué e a administração portuguesa. Assim, quem estaria reivindicando esse parentesco, seria apenas o Chissaca (Choutama), baseado no “acordo” de prazer.

Em seu relato, percebemos que, apesar do grande poderio das duas autoridades políticas juntas, que reuniam um número expressivo de soldados armados, ainda reivindicavam o apoio da administração portuguesa sob o argumento de direito e justiça. Essas alegações eram, acima de tudo, estratégicas, pois evidenciam o uso do conceito de “justiça” como uma ferramenta política. Cada facção buscava legitimar suas ações, mostrando como a ideia de justiça estava profundamente entrelaçada com interesses políticos e econômicos — uma dinâmica que também se manifesta em outros conflitos desse contexto. Ademais, o relato sugere que Nhaúde também recorreu ao apoio da administração portuguesa, exemplificando como os prazeiros do século XIX mobilizavam seu status de “súdito português” e sua conexão com a administração em benefício de seus próprios interesses. Isso revela que tais dinâmicas estavam muito mais ligadas a questões de legitimidade e poder do que a um apoio militar efetivo, considerando que a guarnição da vila de Tete era bastante reduzida.

Para atestar a resistência da aringa de Massangano, Oliveira argumenta que o Nhaúde levava seu gado para beber às margens do Zambeze; no entanto, se considerarmos que Massangano estava sob fogo intenso, essa declaração parece um tanto inverossímil. Eça afirma que, usando de artifícios, Nhaúde conseguiu enviar um pedido de socorro ao Capitão Delfim Oliveira, mas foi recusado, devido aos receios do Chissaca decidir atacar a vila em represália, já que parecia ser improvável a vitória de Massangano<sup>274</sup>. Então, diante da escassez de alimentos e munição, Nhaúde envia algumas arrobas de marfim em troca de pólvora e chumbo. Alguns barris de pólvora chegaram a tempo de ajudar as defesas de Massangano, mas outros, só após o fim da guerra<sup>275</sup>.

Depois de alguns meses, os homens de Chipapata e Chissaca começaram a demonstrar sinais de desgaste. Os mantimentos que haviam levado já tinham acabado, as terras vizinhas já haviam sido completamente saqueadas, e Massangano continuava resistindo. Desanimados, os soldados começaram a relaxar a vigilância e enfraquecer as defesas, parte do contingente se

<sup>274</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p.280

<sup>275</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p.281



afastou do acampamento em busca de mantimentos em povoações mais distantes, por exemplo. Foi então que, em uma noite de outubro de 1853, os homens de Nhaúde, percebendo as falhas no campo inimigo, organizaram um ataque surpresa ao acampamento dos sitiadores<sup>276</sup>. Os relatos dos cronistas descrevem uma confusão generalizada, seguida de pânico. Muitos foram mortos a golpes de machadinha e faca ou morreram afogados nas águas do Zambeze, enquanto outros conseguiram escapar fugindo dos ataques<sup>277</sup>. Então, de forma inesperada, o conflito chegava ao fim, para alívio dos negociantes.

Nos dias seguintes, diante da perda das plantações, da fome e, provavelmente, da falta de munições, os *achicunda* de Nhaúde atacaram a vila de Tete e as povoações ao redor dela. O ataque à vila pode ser visto como uma estratégia de apropriação, de forma rápida, de recursos essenciais, como alimentos, armas e outros suprimentos necessários para abastecer a aringa, que estava sob cerco há meses, sem possibilidade de conseguir mantimentos. Porém, esse movimento do prazeiro contribuiu para reforçar sua imagem de “rebelde”, que já circulava pela Zambézia<sup>278</sup>.

Pelo que acompanhamos até aqui, é possível mapear as razões que levaram Chissaca a atacar Massangano: rivalidade familiar, roubo de mercadorias, entre outros fatores. A novidade, no entanto, está na aliança entre o Macombe Chipapata e Chissaca. Isaacman analisa que, em seu movimento de expansão territorial, Nhaúde estava avançando em direção a terras pertencentes ao Estado do Barué, um movimento semelhante ao que vimos com o Chissaca em direção ao vale do Shire<sup>279</sup>. Somado a isso, como vimos, autoridades políticas tongas estavam recebendo apoio militar dos *achicunda* do Nhaúde para repelir ataques de guerreiros do Barué e provavelmente se tornando tributárias do prazeiro ao invés do Macombe. Nesse contexto, é plausível interpretar a ação do Macombe como um movimento de contenção contra os avanços do prazeiro sobre suas redes setentrionais de tributação.

No entanto, ao discutir as políticas externas do Barué, o antropólogo André van Dokkum questiona a análise de Isaacman, afirmando que há uma dubiedade em sua interpretação. Segundo Dokkum, não está claro se as terras em disputa estavam sob o governo de Chipapata ou se eram terras “sem governança”, por terem sido perdidas pelo Macombe

---

<sup>276</sup> Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.32; Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 11 ; Botelho, *História Militar e Política dos portugueses em Moçambique*, p. 178; Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p.287

<sup>277</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 11; Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p.288

<sup>278</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p. 12; Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*, p.33

<sup>279</sup> Isaacman, *The Africanization of a European Institution*, p. 144



anterior<sup>280</sup>. Provavelmente, o autor se refere aos *amambo* descontentes e por isso o Barué teria "perdido" a obediência (e os tributos) dessas autoridades políticas, sobretudo devido ao apoio de Nhaúde a essas figuras na defesa do território. No entanto, isso não significa que o Macombe tenha deixado de reivindicar autoridade sobre elas, considerando-as, portanto, como "territórios rebeldes". Nesse contexto, com a ausência de Nhaúde na região, essas autoridades poderiam voltar à jurisdição do Barué e, principalmente, a pagar tributos ao Macombe. Assim, é mais plausível que a ação do Macombe tenha sido de caráter preventivo, e não uma contenção direta.

Essa narrativa ganha mais um capítulo importante com a parceria comercial entre o Chissaca e o Cruz Coimbra.

Estando eu já em Moçambique, foi então que Inhaúde se declarou rebelde, como já narrei, e desde então abandonou o cultivo das terras, entregando-se ao treinamento de negros para a guerra e, posteriormente, ao roubo. A primeira vítima de seus latrocínios foi o meu bom amigo Antônio José da Cruz Coimbra, a quem roubou mais de quatro contos de réis em marfim, enquanto ele, vindo de Tete, seguia embarcado para Quelimane<sup>281</sup>.

O trecho do relato do cirurgião-mor Antonio Porfírio de Miranda oferece uma visão particular e colonialista dos conflitos na região, misturando elementos de acusação moral, relação pessoal e impactos econômicos, enquadra Nhaúde como uma espécie de “vilão”, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo colapso econômico e pela violência, no entanto, fornece pistas sobre o que teria sido o estopim dos conflitos de 1854.

A vila de Tete constituía-se como uma das principais praças comerciais no interior. Embora as negociações ocorressem nos prazos, as casas comerciais, alfândega e outras instituições estavam concentradas na vila, sendo para lá e para Sena que passaportes e licenças para comércio no interior eram emitidos (ou falsificados)<sup>282</sup>. Somado a isso, o marfim era uma mercadoria lícita, e, ao destacar o roubo dessa mercadoria, Miranda evidencia sua relevância na economia zambeziana. Todavia, como já sabemos, Cruz Coimbra era associado a Chissaca e também atuava como traficante de escravizados, o que levanta a questão: haveria, naquela embarcação, outras “mercadorias” além do marfim? Considerando que o tráfico não se dava apenas por via terrestre.

Nessa perspectiva, Nhaúde estava roubando mercadorias de um aliado de Chissaca. Contudo, entre o período da guerra de 1853 e o roubo a Cruz Coimbra, uma embarcação

---

<sup>280</sup> Dokkum, André Van. *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique: independence, belonging, contradiction*. Leiden Boston: Brill, 2020, p. 45

<sup>281</sup> Miranda, Antonio Porfírio de. *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*. Lisboa: Tipografia Lisbonense, 1870, p. 8

<sup>282</sup> Capela, *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, p. 138-144



oficial havia sido interceptada, supostamente por forças de Nhaúde. A embarcação transportava armas, pólvora, munição e fazendas para a manutenção da vila de Tete, além de abrigar clandestinamente João da Conceição, um amigo de Chissaca. Após pernoitar em Massangano, Nhaúde descobre o clandestino na embarcação, o envia de volta a Quelimane e ordena a punição dos oficiais portugueses que acompanhavam a embarcação devido à má-fé do tenente em carregar um partidário de Chissaca clandestinamente. Desse modo, quando Cruz Coimbra chegou a Quelimane para registrar uma queixa junto à administração portuguesa sobre o roubo do marfim, os recentes acontecimentos pesaram contra Nhaúde<sup>283</sup>.

Foi após esse procedimento que, em Quelimane, se organizou uma expedição composta por negros armados, pertencentes a alguns moradores, e por alguns soldados indígenas, a qual, sob o comando de Cruz Coimbra, fugiu e se desfez diante do inimigo. O seu valente chefe foi ferido, mas deve a vida a um de seus negros, que o salvou de morrer afogado<sup>284</sup>.

O desfecho do conflito, revelado por Miranda, simbolizam tanto a fragilidade do poder português quanto o papel dos negociantes nas dinâmicas militares, evidenciando como os interesses públicos e privados se entrelaçam nesses contextos. A expedição civil era composta por *achicunda* de prazeiros aliados ao governo de Sena e Quelimane, como o capitão-mor de Sena, Gauldino Faustino de Sousa, do prazo de Massingire.

No entanto, ao contrário de outras figuras já mencionadas, Cruz Coimbra não ocupava nenhum cargo nas milícias da Zambézia. Para assumir o comando geral da expedição, o Governador Jerônimo Romero de Quelimane nomeou-o como Capitão-mor do Zumbo, com a missão de combater o "rebelde"<sup>285</sup>. Inclusive, ordenou ao comandante militar de Tete que organizasse uma força para se reunir com Cruz Coimbra, com o objetivo de executar Nhaúde e seu filho, provavelmente uma referência a Bonga, e estabelecer um posto militar em Massangano, visando garantir a livre circulação naquela região do Zambeze.<sup>286</sup>

Esse episódio ilustra como o poder português na Zambézia era atravessado constantemente por interesses econômicos privados e pela necessidade de improvisar soluções em um contexto de recursos limitados e uma presença insossa. A dependência de figuras como Cruz Coimbra, com fortes motivações econômicas, evidencia a interseção entre guerra e comércio, ao mesmo tempo que reforça a fragilidade estrutural do sistema colonial, incapaz de sustentar operações militares sem o apoio de atores locais nesse contexto.

<sup>283</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p. 306-307

<sup>284</sup> Miranda, *Notícias acerca do Bonga da Zambézia*, p. 8

<sup>285</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Ofício nº 249 de 8 de abril de 1854 do governador de Quelimane Jerônimo Romero, códice 1451 in Eça, 1953, p. 442; Castilho, 1888, p. 33

<sup>286</sup> Eça, *História das Guerras no Zambeze*, vol. I, p. 316



Em 1855, os governos dos distritos de Tete e Quelimane tentam organizar uma nova expedição para combater o Nhaúde, mas ele morre antes que a expedição possa sair de Quelimane, minando qualquer pretensão de reverter o *status quo* por parte do governo português. Essa interação entre a política portuguesa, as redes de poder locais e os interesses econômicos privados foi fundamental para a configuração do cenário político e econômico da Zambézia nos anos 1840 e 1850, onde as fronteiras entre a autoridade portuguesa e as ações individuais de mercadores e senhores de prazo se mostravam, muitas vezes, fluidas e permeáveis. Para Newitt, essa guerra entre membros dessa comunidade prazeira da segunda metade do XIX, os movimentos de expansão de território e a administração portuguesa transitando nessas rivalidades — tentando impor sua autoridade e recorrendo a todos os métodos — compõem o que seria a primeira fase das guerras no Zambeze, que se “encerra” com a mortes desses prazeiros que buscavam “independência” e ampliação dos domínios, ainda que se considerassem membros da comunidade portuguesa: Nhaúde (1855), Chissaca (1858) e Paulo Mariano Vaz dos Anjos (1861)<sup>287</sup>.

É evidente que, em diversos contextos, a aliança com os portugueses e o apoio às suas empreitadas trouxeram não apenas retornos políticos, mas também materiais. Estratégias como essas foram fundamentais para o fortalecimento do poder individual de famílias como Pereira e Cruz, e continuaram a ser utilizadas por seus descendentes, além de outras figuras proeminentes que emergiram nas décadas seguintes. Entre essas figuras, destaca-se o goês Manuel António de Sousa, que se estabelece como um prazeiro influente e poderoso entre os Barué, e como vimos, cruza o caminho de Bonga em 1867.

---

<sup>287</sup> Em 1855 e 1856, Paulo Mariano Vaz dos Anjos e seus *achicunda* atacaram os prazos em volta da vila de Sena, com o objetivo de capturar escravizados e afirmação dos seus domínios frente a seus rivais. Newitt, *História de Moçambique*, p. 277 e 286



## 2.2

**MANUEL ANTÓNIO DE SOUSA:  
UM IMPORTANTE ALIADO PARA AS GUERRAS CONTRA MASSANGANO**

Entre as figuras de destaque no contexto da década de 1860, o goês católico Manoel António de Sousa se sobressai por sua política externa e interna impressionante. Como vimos anteriormente, ele foi um dos moradores do distrito de Sena que colaboraram com as forças do tenente-coronel Queirós em 1867. Contudo, ao contrário da rivalidade entre Chissaca e Nhaúde, à primeira vista, Manoel de Sousa não parecia ter motivos para se opor a Bonga. Ainda assim, naquele momento, apoiar a empreitada portuguesa mostrava-se uma escolha estratégica vantajosa.

**Imagem 2- desenho do capitão-mor de Manica e Quiteve Manoel Antonio de Sousa**



Fonte: Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, nº 15, dezembro de 1935

Oriundo da Índia Portuguesa, Manoel António de Sousa foi enviado a Moçambique no início da década de 1850 para administrar os negócios de seu tio, o comerciante Félix Mascarenhas, que havia falecido, e casar-se com sua prima órfã, Maria Anastácia. Não se sabe ao certo como Sousa adquiriu o prazo de Gorongosa; Capela, por exemplo, sugere que isso ocorreu graças aos negócios de seu tio, que se concentravam em Manica<sup>288</sup>. Com a fortuna herdada, Sousa consolidou-se como um comerciante de marfim estabelecido na vila de Sena, negociando pelo sertão, levando caravanas por prazos em Sena e Chiramba, e seguindo depois

<sup>288</sup> Capela, José. *Donas, Senhoras e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 154



até aos Pungue, conseguindo reunir ao seu redor um impressionante corpo de caçadores de elefantes e achicunda<sup>289</sup>.

No prazo de Gorongosa, Sousa construiu uma aringa, fortificação essencial para sua defesa contra o ataque dos Ngunis enviados pelo Muzila, autoridade política do Gaza, localizado ao sul de Moçambique, que pretendiam desalojá-lo. Esse feito foi determinante para sua nomeação como capitão-mor de Manica e Quiteve, em 1863, após a morte do antigo capitão-mor, Isidoro Pereira<sup>290</sup>. A nomeação refletiu uma estratégia da administração portuguesa para tentar reavivar sua presença na região<sup>291</sup> e impedir o avanço dos Ngunis em direção ao distrito de Sena. O prestígio de Sousa entre os portugueses cresceu ainda mais quando, em 1858, colaborou com as forças portuguesas na defesa da vila de Sena contra o movimento expansionista liderado por Paulo Mariano Vaz dos Anjos.

Diz Manuel António que, durante as numerosas campanhas que há mais de vinte anos tem comandado contra os ladinos, defendendo as terras de Sena e Gorongosa contra o rei do Báruè — primeiro na Gorongosa, onde foi por eles atacado, e depois em várias guerras da Maganja, da Macuto e do Masinjire — que puseram em perigo iminente o distrito de Quelimane<sup>292</sup>.

O relato registrado pelo major Paiva de Andrada durante sua estadia em Gorongosa em 1887, ilustra como Manoel de Sousa se tornou uma figura importante para as campanhas portuguesas na Zambézia. Essa referência mostra o prazeiro como um defensor do território e dos interesses portugueses, em momentos em que as “ameaças” eram significativas. Ademais, o fato de ele mencionar campanhas que duraram “mais de vinte anos” reforça uma narrativa de experiência e comprometimento com a causa portuguesa, que estavam alinhadas com seus interesses.

---

<sup>289</sup> Coutinho, João de Azevedo. Manuel António de Sousa: um capitão-mor da Zambézia. Coleção pelo Império. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1936, p. 12 Newitt, Malyn. D. D. *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa*. New York: Africana Pub. Co, 1973, p.314

<sup>290</sup> Coutinho, Manuel António de Sousa, p.13

<sup>291</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 314

<sup>292</sup> Andrada, J. C. Paiva de. *Campanhas da Zambézia- Comunicação feita em sessão da sociedade de geografia*, de 10 de novembro de 1887. in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. 7ª série, nº 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, p.724



**Mapa 3- Prazo de Gorongosa, Barué e território Gaza**



Fonte: A Zambézia durante as guerras do Zambeze (1840-1902) in NEWITT, M. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América,LDA., 2012, p. 284

No início da década de 1860, Gorongosa foi atacada pelos Ngunis. Em resposta, Manoel António de Sousa construiu uma rede de aringas ao longo do vale do Pungué. “Graças a esta linha estratégica de defesa, toda esta região estava fechada aos impis de Gaza, que eram obrigados a tomar o caminho sul através de Cheringoma para chegar aos prazos do delta”<sup>293</sup>. Newitt argumenta que esse rápido crescimento do poder do prazeiro na região tornou-se uma ameaça, tanto para o Império de Gaza, ao sul, quanto para o independente Barué, ao norte<sup>294</sup>. Dessa forma, ao consolidar sua posição no interior, Sousa não apenas ampliou sua influência territorial, mas também desafiou o equilíbrio de poder entre as autoridades políticas africanas estabelecidas.

Em 1868, como já vimos, o capitão-mor de Manica e Quiteve enviou contingente de achicunda para fortalecer as tropas do Queirós contra o Bonga. No mesmo ano, o Macombe Chipapata, que até então temia o avanço de Massangano, forma uma aliança com o Bonga para um ataque preventivo ao Sousa, que já se aproximava do vale do Luenha e a Manica, território almejado pelo Barué, mas não foi bem sucedido<sup>295</sup>. Por outro lado, Sousa conquistava cada vez mais apoio entre as autoridades políticas africanas. O mambo de

<sup>293</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 315

<sup>294</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.316

<sup>295</sup> Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*, p.25; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 317



Manica, Mutassa, ao receber suporte militar de Sousa contra os ataques barueristas, estabeleceu uma aliança política com Gorongosa<sup>296</sup>.

Além dessa expedição liderada por Queirós, o prazeiro forneceu um grande número de achicunda para as expedições subsequentes: ainda em 1868, sob comando de Portugal e Vasconcelos, e na expedição de 1869, liderada por Tavares de Almeida. Durante os conflitos, Sousa assumiu um papel importante, liderando a conquista da serra Enganadora, localizada acima de Massangano, além de comandar a retaguarda que facilitou a retirada do exército sob o comando de Queirós, e ter atuado como mediador nas negociações entre Bonga e Vasconcelos<sup>297</sup>. Apesar dos fracassos das expedições, Sousa consolidou sua posição como aliado estratégico do governo português. Esse alinhamento sugere que, ao manter a amizade com os portugueses, o prazeiro assegurava recursos, legitimidade e a oportunidade de expandir seu poder à sombra do avanço do projeto colonial português.

Os civis também não foram esquecidos: entre os chefes principais figura em primeiro lugar o capitão-mor de Manica e Quiteve, Manuel António de Sousa, que considero digno da maior recompensa, porque não só marchou com 600 homens seus, 500 dos quais armados com espingardas, os restantes de arco, flecha e azagaia, atravessando a serra da Lupata e levando diante de si os rebeldes até encurralá-los dentro da aringa; mas ainda sustentou o ponto em frente dela até próximo à noite do dia 2, em que se fez a retirada, abandonando a posição só depois que o comboio estava coberto e quando tinha descido mais de uma légua. A máxima recompensa peço-a para este cidadão pela energia e coragem que desenvolveu<sup>298</sup>.

Esse trecho da narrativa de Eça reforça a visão colonial de um líder “exemplar”, destacando o papel de Manuel António de Sousa na expedição de 1869. O autor detalha que Sousa comandou 600 *achicunda*, dos quais 500 estavam armados com espingardas, o que evidencia não apenas o tamanho de seu poderio, mas também sua capacidade de organização. Para Eça, Sousa desempenhava um papel de liderança militar significativo. Essa visão é reforçada pela linguagem elogiosa utilizada para descrever o prazeiro, com termos como “energia” e “coragem”, que sublinham a percepção do autor de que ele era alguém “excepcional”. Somado a isso, a repetição de expressões de forte impacto emocional, como “máxima recompensa” e “energia”, contribui para consolidar a narrativa de Sousa como um “amigo fiel” e “herói”, que viria a ser condecorado como coronel honorário do exército do

<sup>296</sup> Coutinho, João de Azevedo. *A campanha do Barué em 1902*. Ministério do Ultramar. Lisboa: Tipografia da Livraria Ferin, 1904, p.42

<sup>297</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, vol. II, p. 179; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 315; Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p. 155

<sup>298</sup> Coutinho, *Manuel António de Sousa*, pp. 20-21; Eça, *História das guerras no Zambeze*, vol. II, p. 180-181



Ultramar e comendador da real Ordem de São Bento de Aviz anos mais tarde, em 1888, antes da última grande batalha entre Massangano e os agentes portugueses.

Apesar de não haver uma rivalidade aparente com membros da família Cruz, e embora o apoio aos portugueses tenha se mostrado frutífero para suas ambições, é válido questionar se o prazeiro não possuía outros interesses ocultos. Afinal, Massangano e Gorongosa não estavam tão distantes, o que poderia sugerir uma divergência de interesses regionais ou ambições mais amplas. Em seu relatório para a sociedade geográfica de Lisboa, o major Joaquim Carlos Paiva de Andrada, aponta indícios:

Há também, aproximadamente, quatro anos que o capitão-mor Manuel António de Sousa, arrendatário do grande prazo Tambara, em parte invadido por gente do Bonga, tendo conquistado o reino do Barué, limítrofe das terras ocupadas pelo rebelde de Massangano, iniciou hostilidades contra ele. Cobriu a extensa linha da fronteira, formando um grande arco de círculo desde o Zambeze até o Luenha, com mais de trinta aringas bem fortificadas. Há muito, portanto, estava decidido a acabar de vez com o poder dos Bongas, e grandes trabalhos foram empreendidos pelo capitão-mor de Manica para esse fim<sup>299</sup>.

Andrada, em sua narrativa, refere-se ao início da década de 1880, após a morte de Bonga (António Vicente da Cruz). Na ocasião, quem havia assumido a butaca era seu irmão Mochenga, que continuava o movimento expansionista em direção à nascente do Luenha. Se, no final da década de 1860, Manuel António de Sousa consolidava-se como prazeiro, negociante e um capitão-mor poderoso, nas décadas seguintes ele dedicava-se à sua expansão pessoal. É nesse contexto que os interesses dos Cruz e de Sousa se entrecruzam.

O cenário descrito por Andrada evidencia uma sobreposição territorial: enquanto a "gente do Bonga" invadia partes do prazo de Sousa, este ampliava sua influência para regiões limítrofes, como o Barué. Vale lembrar que o capitão-mor havia conquistado importantes aliados dentro do Barué e também de opositores do então Macombe Chipapata. Esse panorama sugere uma rivalidade direta pelo controle territorial.

Apesar do conflito de 1868, não há registros de novos embates entre Chipapata e Sousa. Pelo contrário, embora o poder e as intrigas do prazeiro representassem uma ameaça ao Macombe, as relações entre essas duas autoridades políticas tornaram-se menos bélicas, sugerindo um possível equilíbrio de poder favorável a Sousa<sup>300</sup>. Além de conquistar o apoio de rivais do Macombe, o prazeiro começou a enviar saguetes para a corte do Barué e conseguiu estabelecer acordos comerciais com o *mambo*. Segundo o capitão Coutinho, essa região, abrangendo o Barué, Manica e a parte central de Gorongosa, era considerada pouco

<sup>299</sup> Andrada, *Campanhas da Zambézia*, p.725

<sup>300</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 317; Dokkum, André Van. *Makombe ao longo dos séculos – Contribuições para a história política do Bárue*. 2ª ed. Leiden Boston: Brill, 2024, p.25



fértil e, portanto, inadequada para a agricultura. No entanto, era rica em recursos como borracha, cera e elefantes, cuja caça visava à extração de marfim<sup>301</sup>. Assim, é provável que os acordos comerciais firmados por Sousa estivessem voltados para a exploração desses produtos.

No final da década de 1870, além dos acordos comerciais, Manuel António de Sousa casou-se com uma filha do Macombe, cujo nome de batismo era Adriana. O casal teve vários filhos, mas foi o primogênito, João Francisco Xavier de Sousa, que pavimentou o caminho para que Sousa assumisse o controle do Barué<sup>302</sup>. De acordo com a bibliografia, pouco tempo após o casamento, uma caravana de Sousa, vinda de Manica, foi interceptada, supostamente por guerreiros do Barué. Esse episódio foi usado pelo prazeiro como argumento para persuadir o Macombe a submeter-se a ele, em outras palavras, com essa submissão, o Barué deixaria de ser independente e tornaria-se tributário ao prazo de Gorongosa, o que seria benéfico para os interesses portugueses. Essa “sugestão” é apoiada por conselheiros barueristas partidários do Manoel. Após esses episódios, como símbolo de submissão, o capitão-mor recebeu uma presa de elefante cheia de terra<sup>303</sup>, em outras palavras, a presa cheia de terra seria um presente, mas também uma metáfora para afirmar que o território (terra) do Barué, simbolizado e entregue dentro da fonte de poder e riqueza (presa de elefante), agora estaria subordinado ao senhor da Gorongosa.

O Macombe Chipapata morreu no início da década de 1880, gerando um vácuo de poder e desencadeando uma guerra civil pelo trono do Barué. Utilizando seu filho mais velho como peça-chave em sua estratégia, Manuel António de Sousa realizou um “golpe de Estado”, tornando-se o novo Macombe regente do Barué. Dokkum argumenta que o poder do Manoel não era tão absoluto quanto alguns cronistas e pesquisadores apontam, no entanto, ele conseguiu mobilizar seu grande séquito de *achicunda* e aliados barueristas para consolidar sua posição<sup>304</sup>.

Isso não significa que não houvesse resistências ao novo macombe, mas não forte o suficiente para destroná-lo. A família reinante exilou-se para evitar ser morta por Sousa, refugiando-se parcialmente em Manica e também nos prazos da família Cruz<sup>305</sup>. É nesse

<sup>301</sup> Coutinho, *A campanha do Barué em 1902*, p. 42-43

<sup>302</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 317; Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*, p.47

<sup>303</sup> Coutinho, *A campanha do Barué em 1902*, p. 44; Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p. 317-318; Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.154; Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*, p.48

<sup>304</sup> Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*, p.49

<sup>305</sup> Sobre as disputas pelo trono do Barué após a morte do Macombe Chipapata ver especialmente Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*. p. 40-51.



contexto, entre 1883-1885, que os caminhos de Massangano e Gorongosa se entrecruzam, como narrado pelo Andrada. Para além disso, após a fuga do Barué, o filho de Chipapata e candidato ao trono, Canga, inicialmente alojou-se no prazo de Demera, localizado na margem esquerda do Luenha, um território sob influência de Massangano. Naquele momento, Massangano era governado por Nhamazinga (Victorino Vicente da Cruz)<sup>306</sup>, que provavelmente era um aliado favorável ao herdeiro.

Aqui é necessário fazer um parêntese: No início do governo do Bonga, o seu irmão Nhamazinga é exilado de Massangano e se estabelece no Barué. Segundo viajantes europeus, Bonga decide exilar o irmão no Barué após o mesmo matar sua mãe e algumas mulheres do seu falecido pai, no entanto, são histórias registradas por viajantes na década de 1880 com base em histórias que ouviram nas viagens. Nesse intervalo de tempo, o Nhamazinga passa a atuar (ou já atuava) como Cazembe do Bonga, inclusive sendo uma peça importante nas negociações com Portugal e Vasconcelos no final de 1868, assim, evidenciando a retomada da relação entre os irmãos.

A chave do entendimento é que registros de cronistas e viajantes portugueses indicam o Nhamazinga entre os candidatos ao título de Macombe do Barué e parte da dinastia do Chipapata. Por exemplo, o secretário-geral da província de Moçambique, Joaquim D'Almeida da Cunha, em seu *Estudo acerca dos Usos e Costumes dos Banannes, Batiilás, Parses, Mouros, Gentios e Indígenas*, narra o seguinte:

O Barue achava-se então sob o domínio do Makombe e suzerania da coroa portuguesa. Com a morte do Makombe, disputam-se a sucessão o capitão mór de Manika, sr. Manoel Antonio de Souza, por seu filho Paulo, neto d'aquelle rei e o Inhamizinga, o que tem sido causa de algumas perturbações<sup>307</sup>.

Ainda que o relato do secretário-geral contenha equívocos sobre a organização política do Barué, a menção ao Nhamazinga levanta dúvidas acerca da relação de parentesco entre Massangano e o Barué. Além disso, o fato de Canga ter-se refugiado em um prazo de Massangano após o golpe de Sousa coincide com o período em que Nhamazinga estava no poder. Dokkum, ao analisar a genealogia das dinastias reinantes no Barué, menciona entre os descendentes de Chipapata um Inhamencinga (ou Inhamensinga), identificado nas fontes como “Macombe reinante”<sup>308</sup>. No entanto, ele pondera que nem todos os descendentes exerceram o governo de fato, embora fossem parte da linhagem real. Nesse contexto, é

<sup>306</sup> Na documentação, o nome do Victorino também aparece grafado como Inhamensinga, Inhamasinga e Nhamencinga.

<sup>307</sup> Cunha, Joaquim D' Almeida da. *Estudos Estudo acerca dos Usos e Costumes dos Banannes, Batiilás, pases, mouros, gentios e indígenas*. Moçambique: Imprensa Nacional, 1885, p. 89

<sup>308</sup> Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*, p. 208



plausível considerar que Victorino Vicente tenha estabelecido algum tipo de união matrimonial durante seu exílio no Barué, fortalecendo novamente as relações entre os dois territórios.

Voltando as disputas políticas no Barué, a “usurpação de poder de De Sousa foi crucial para destruir a maior parte do tecido político original do Báruè”, assim, Canga, o filho do Macombe, teve de construir uma rede de resistência praticamente nova, pois as velhas lideranças haviam sido destruídas pelo prazeiro<sup>309</sup>. Analisando a conquista do Barué e posteriormente os títulos portugueses, já mencionados, é perceptível como a política externa e interna do Manoel de Sousa foram impressionantes para um contexto de disputas entre prazeiros, autoridades políticas africanas e a presença cada vez mais constante do elemento europeu.

O fato é que o capitão-mor dominou completamente o Barué, onde sua atividade se manifestou de forma espantosa, como, aliás, em toda parte. Seu negócio ali era considerável, e seu prestígio tal que conseguiu levar sempre às guerras dos Bongas contingentes consideráveis da região de que era rei. Mas, seja dito em abono da verdade, todas as informações são unânimes em afirmar que Manuel António de Sousa, embora se aproveitasse da influência e da força que lhe dava o governo para negociar e enriquecer, sem que ao Estado pagasse qualquer renda, aos negros dizia e afirmava que o rei das terras que ocupava não era, nem podia ser, ele, mas sim o rei de Portugal<sup>310</sup>.

O trecho do relatório do capitão João de Azevedo Coutinho ilustra como Sousa combinava o papel de agente da expansão europeia com o de autoridade política autônoma. A reafirmação de que o "Rei das terras" era o Rei de Portugal pode ser vista como uma estratégia para reafirmar seu compromisso com a administração portuguesa e se colocar como um “subordinado” a um poder maior, ainda que distante. Essa política de Sousa, sobretudo esse discurso, deixa claro que a administração portuguesa na Zambézia não era contrária aos prazeiros, na verdade, ela fechava os olhos para situações moralmente questionáveis para a lógica Ocidental, desde que essas figuras contribuísse para o avanço do poder português na região. Capela argumenta que

Os capitães-mores foram agentes principais da colonização da Zambézia. Senhores que eram, emprestaram ao ethos zambeziano uma contribuição substancial. O terror e o despotismo de que usaram e abusaram deixaram da sua ação uma imagem de barbaria. Quem lhes sucedeu no poder, não tendo desdenhado recorrer aos mesmos meios de conquista e de domínio que foram seu apanágio, deles traçaram retratos que os configuraram facínoras da pior espécie. Eram peças especialmente importantes no sistema dominial da Zambézia, mantiveram-se intactos nas suas características, desde o princípio, no século XVI, até o fim, às portas do século XX<sup>311</sup>.

<sup>309</sup> Dokkum, *Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique*, p. 209

<sup>310</sup> Coutinho, *A campanha do Barué em 1902*, p.52

<sup>311</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p. 160



Dessa forma, Manoel António de Sousa não era uma exceção dentro desse sistema; ele, na verdade, personificava o próprio sistema de prazos na Zambézia. Nesse contexto, a influência dos capitães-mores foi um elemento central e duradouro para o estabelecimento do projeto colonial português na região. Capela evidencia como a violência e o despotismo estavam institucionalizados na sociedade zambeziana.. Embora tenha recorrido à força e à coerção, Sousa também soube mobilizar populações locais, sugerindo que mantinha algum tipo de negociação ou aliança com as autoridades políticas submissas. Assim, no contexto das expedições contra o Bonga na década de 1860 e, posteriormente, nas guerras contra Massangano em 1888, Sousa exerceu seu papel de agente português em uma estrutura que se manteve quase inalterada ao longo dos séculos.

É nesse cenário de complexas alianças e confrontos que se inserem as expedições contra o Bonga, eventos que marcam uma das facetas mais intensas da luta pelo poder na Zambézia. No próximo capítulo, vamos explorar como essas expedições se desenrolaram e qual foi o impacto delas na dinâmica política da região e em Portugal, delineando ainda mais as tensões que envolveram figuras como Sousa, o Bonga, os portugueses e os ingleses.



## 3

**BONGA E OS PORTUGUESES**

Artigo 1º É o governo autorizado a criar uma medalha que relembre a guerra que na província de Moçambique foi promovida pela atitude do sargento mór de Massangano, Antonio Vicente da Cruz, o Bonga, no distrito de Ibo.

Art. 2º A medalha, que será de prata para os officiaes e de cobre para as praças de pret, terá de um lado a effigie régia com o nome do monarcha e de outro a palavra Zambézia entre dois ramos de carvalho e louro e o milésimo do ano.

Art. 3º À medalha da Zambézia terão direito todos os militares que tomaram parte naquela prolongada campanha, tanto os de mar e terra que foram de Portugal e da Índia, com os da guarnição da província, ou que ao serviço d'ella se acharam no decurso da guerra.

Art. 4º Fica revogada a legislação em contrário.<sup>312</sup>

No dia 14 de abril de 1882, durante uma sessão da Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa, discutia-se a criação de uma medalha em homenagem aos soldados que participaram da campanha contra o sargento-mor de Massangano, o Bonga, personagem considerado, por muitos parlamentares, um “incômodo” para a administração portuguesa na Zambézia.

Ao apresentar o projeto de lei à plenária da Câmara, a comissão defendeu que “acontecimentos anormais e extraordinários” exigiam igualmente medidas anormais e extraordinárias. Assim, a medalha não seria uma recompensa por serviços pessoais, mas um reconhecimento pela participação desses indivíduos em determinada expedição.<sup>313</sup> Quando as atitudes insolentes do Bonga provocaram o envio de “importantes forças de mar e terra” ao Zambeze para reprimi-lo, esses homens enfrentaram perigos e obstáculos para cumprir seu dever, e, na perspectiva da comissão, deveriam ser devidamente recompensados por isso<sup>314</sup>.

Ainda é interessante observar, no decreto, como a figura de Bonga é conectada ao distrito de Ibo, localizado no extremo norte de Moçambique, apesar de a campanha ter ocorrido na Zambézia — região central do país, o que também justifica o nome da medalha. O provável erro de redação ou de informação no decreto original — algo não raro em documentos produzidos por europeus no contexto do século XIX — evidencia como as distâncias geográficas dentro do continente africano eram frequentemente mal compreendidas ou imprecisamente representadas por agentes da metrópole. Esse tipo de “erro” reforça a ideia

<sup>312</sup> *Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa*, ano 18 de abril de 1882, nº 068, p. 1151-1153. Disponível na Assembleia da República, <https://debates.parlamento.pt/catalogo>

<sup>313</sup> *Debates parlamentares*, ano 18 abr. 1882, nº 068, p. 1151-1153.

<sup>314</sup> *Debates parlamentares*, ano 18 abr. 1882, nº 068, p. 1152



de um conhecimento superficial e muitas vezes distorcido sobre os territórios africanos, sobretudo os sertões, por parte da metrópole.

As “atitudes insolentes” mencionadas pela comissão referem-se à expedição à Zambézia em 1869, a última das quatro campanhas militares contra Bonga. A partir da segunda expedição, em meados de 1868, o nome de Bonga começava a aparecer com frequência nos debates parlamentares e na imprensa em Portugal, incluindo periódicos locais, jornais humorísticos e publicações avulsas. A figura de Bonga tornava-se famosa entre os leitores na metrópole e, provavelmente, entrava nas conversas cotidianas de muitos que acompanhavam as notícias do ultramar em Lisboa.

À medida que as expedições avançavam, especulava-se o que Portugal faria para reprimir esse personagem e o que estava acontecendo na Zambézia; as guerras contra ele eram um dos assuntos mais comentados. Uma coluna do periódico eclesiástico *O Bem Público*, publicada em novembro de 1868, trouxe atualizações sobre uma das expedições contra Bonga, aproveitando para criticar as ações do governo português no Ultramar:

São deploráveis as notícias de Moçambique. Uma coluna de 500 praças, que operava na Zambézia contra o Bonga rebelde, foi cortada a machado pelos cafres selvagens das suas bandas. Parece que só escaparam 43 ou 49 praças e 9 oficiais; os mais foram mortos, incluindo 3 alferes, e receia-se o mesmo fim ao valente tenente G. Portugal, comandante da expedição. [...] Agora o mal não tem remédio; mas parece-nos oportuno lembrar que o governo português, desde 1834 até hoje, entendeu poder substituir pelo predomínio militar as missões religiosas, que tinham até então conservado a Portugal as suas vastas possessões ultramarinas. [...] Castigue-se o Bonga exemplarmente, e cuide-se ao mesmo tempo de mandar frades para o Ultramar, que fazem mais e custam menos que os soldados.<sup>315</sup>

O fato de um jornal católico, voltado para discussões eclesiásticas e literárias, noticiar a expedição e ainda utilizá-la como recurso argumentativo em suas pautas já indica o quanto as expedições estavam sendo acompanhadas pela população em Lisboa. Na referida coluna, o redator de *O Bem Público* critica os resultados infelizes da terceira expedição contra Bonga e expressa insatisfação e ressentimento em relação ao governo português, especialmente por conta do decreto de 1834, que expulsou todas as ordens religiosas de Portugal e das possessões portuguesas, desapropriando a Igreja de suas propriedades nas províncias. Como consequência, os religiosos foram obrigados a abandonar seus prazos e missões em Moçambique.<sup>316</sup>

<sup>315</sup> *Bem Público- Revista Ecclesiastica e Litteraria*, Lisboa, 13ª série, nº 18, 7 de novembro de 1868, p. 143-144. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira, <https://memoria.bn.gov.br/>

<sup>316</sup> Decreto que extingue em Portugal e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares. *Legislação Régia*, Lisboa, 1834. Disponível na Assembleia da República, <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>.



Nesse contexto, para a missão de “civilizar” a região, defendia-se que era necessário punir Bonga de forma “exemplar”, mas também era essencial enviar missionários para a Zambézia. Segundo o redator, nos tempos das missões religiosas, Portugal conseguia conservar melhor suas possessões, em outras palavras, o redator apela para uma estratégia de “dominação” cultural, conversão ao cristianismo e “civilização” dos povos africanos como um meio mais eficaz e barato de consolidar a administração portuguesa.

No periódico *Commercio de Portugal* encontramos outra notícia sobre o Bonga:

ZAMBÉZIA — O estado sanitário era regular e a tranquilidade não havia sido alterada. [...] O celebrado Bonga achava-se gravemente enfermo e receava-se que o seu falecimento trouxesse a devastação e a desordem à Zambézia. São três irmãos a disputar a Batuca, e chamam-se Inhamesinga, Meririma e Mexoxoma. O primeiro tem maior partido e está refugiado há alguns anos no Baroé.<sup>317</sup>

Ao comunicar atualizações sobre a Zambézia, o periódico destaca o estado de saúde de Bonga, demonstrando certa preocupação com relação a quem seria o próximo *mambo* de Massangano, após sua morte. Até aquele momento, com o fim dos confrontos com Bonga, havia uma tranquilidade relativa na região. Vale ressaltar que o periódico foi publicado, em 1879, dez anos após o último grande embate contra Bonga e que o trânsito fluvial na área havia voltado a funcionar regularmente. Ainda assim, os correspondentes de Lisboa continuavam a acompanhar as ações do “celebrado” Bonga.

Alguns anos depois, o major Joaquim Carlos Paiva de Andrada, em uma comunicação feita durante uma sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1887, referiu-se ao domínio de Bonga na Zambézia da seguinte forma:

Demorei-me um pouco neste assunto porque alguns dos meus amigos de maior ilustração me têm dito: «Acabou-se com o Bonga; agora é necessário acabar-se com o Gungunhana»; porque vejo que esta ideia está bastante espalhada na opinião pública e porque estou convencido de que ela é só devida à falta de conhecimento das verdadeiras circunstâncias. [...] Há cerca de quatro anos que a administração ultramarina na metrópole tem mostrado o maior empenho em ver, por fim, vingadas as afrontas sofridas em Massangano, e libertada a Zambézia da vergonhosa peia que tolhia o desenvolvimento do seu comércio.<sup>318</sup>

<sup>317</sup> *COMMERCIO DE PORTUGAL*- órgão do commercio e industria portugueza, Lisboa, ano 1, nº 078, 26 de setembro de 1879. Disponível na Hermeroteca Digital brasileira, <http://memoria.bn.br/DocReader/890375/309>.

<sup>318</sup> Andrada, Joaquim Carlos Paiva de. Campanhas da Zambézia- comunicação feita em sessão da Sociedade de Geographia, de 10 de Novembro de 1887. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 7ª série, nº 12, 1887, p.715.



O discurso do major Paiva de Andrada nos oferece uma ideia do impacto que Bonga teve na opinião pública da metrópole, sobretudo no fortalecimento do sentimento nacionalista. À primeira vista, percebe-se o quanto era importante para a elite letrada, “vingar-se” das afrontas de Bonga, o que evidencia que as derrotas sofridas entre 1867 e 1869 ainda estavam vivas na memória coletiva e haviam se tornado uma espécie de trauma. A própria menção à “vingança” demonstra como os agentes portugueses mobilizavam emoções nacionalistas para justificar ações militares.

Outro elemento que chama a atenção é que, embora o Bonga tenha falecido em 1879, seu nome continuava a ressoar vigorosamente nos debates públicos da metrópole e nas estratégias portuguesas. Seus familiares e descendentes passaram a ser identificados pelo nome bonga, não por escolha própria, mas como uma forma de rotulagem imposta pelos portugueses para designar os membros “rebeldes” da família Cruz. Na realidade, o “bonga” mencionado por Paiva de Andrada referia-se a Chatara, irmão do mambo falecido e penúltimo líder de Massangano<sup>319</sup>. Assim, o nome bonga deixou de ser apenas uma referência pessoal

---

<sup>319</sup> No contexto de 1887, os movimentos expansionistas de Chatara eram percebidos como uma ameaça ao avanço do projeto colonial português na região. Os europeus vinham penetrando cada vez mais no vale do Zambeze, estabelecendo casas comerciais e outras instituições, além de catalogarem informações sobre o território — a exemplo da expedição liderada por Paiva de Andrada, em conjunto com franceses, como Paul Guyot. Nesse cenário, o *mambo* Chatara não apenas expandia seu domínio territorial em direção ao distrito de Tete, também consolidava sua influência e prestígio político. Segundo Eça, diferentemente de Bonga, que apresentava uma postura “ambígua” ao se considerar súdito português por ser prazeiro e sargento-mor, Chatara considerava Massangano uma entidade independente. Chegou, inclusive, a enviar uma embaixada ao governador da província para propor a nomeação de um cônsul em Massangano que tratasse de assuntos portugueses. Para o cargo, indicou Alfredo Augusto de Aguiar (ou Alfredo de Aguiar), marido de sua sobrinha Mariana da Cruz, filha de Bonga. Essa postura de afirmação política e territorial de Massangano, somada ao trauma ainda recente das derrotas sofridas pelos portugueses contra Bonga na década de 1860, levou o então governador da província, Augusto de Castilho, a ordenar a organização de uma expedição militar contra Massangano. Para liderá-la, foi destacado o major Paiva de Andrada, sob a justificativa de que era “necessário exterminar aquela raça de bandidos”. A expedição resultou favorável aos portugueses, principalmente se comparada às derrotas anteriores. Conseguiram invadir a aringa de Fukisa, irmão de Chatara, e capturá-lo. Antecipando-se ao avanço das tropas, Chatara ordenou a evacuação da aringa principal de Massangano, que foi encontrada “abandonada” pelos portugueses. Estes, então, incendiaram e destruíram suas estruturas, o que Paiva de Andrada considerou uma vitória, afirmando ter “acabado com o Bonga”. A retirada estratégica de Chatara, no entanto, foi interpretada por seu irmão Motontora, pelo conselho e pelos cazembes como um sinal de fraqueza. Considerando-o indigno de comandar a butaca, Motontora, com o apoio do conselho, depôs Chatara e o entregou às autoridades portuguesas, que o deportaram para a Ilha de Moçambique. Andrada, *Campanhas da Zambézia*, pp. 725-737; Castilho, Augusto de. *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, pp. 37-38; Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)*. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, pp. 68-70. Sobre a expedição militar contra o Chatara vê “Chatara: a conformação da luta antiportuguesa e a “guerra de pacificação” in Nepomuceno, Iamara de A. *Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019, pp. 129-132



para se tornar um substantivo político utilizado por agentes portugueses para homogeneizar as identidades dos líderes de Massangano e reduzi-los à condição de “rebeldes”.

No folheto *Manoel António de Sousa: um capitão-mór da Zambézia*, publicado em 1936, o capitão João de Azevedo Coutinho ao exaltar os feitos do prazeiro Manoel António de Sousa, do prazo do Gorongosa, mencionado anteriormente, faz a seguinte consideração sobre as expedições contra o Bonga:

Essas operações de guerra não constituíram, infelizmente, atos militares gloriosos, ou de que haja de orgulhar-se o nosso brio e a nossa ação de soberania, bem ao contrário; mas referimo-nos a elas, para se atentar nos erros cometidos e ver como poderiam ter sido evitados, como depois se reconheceu e verificou nas seguintes e vitoriosas campanhas<sup>320</sup>.

Em um tom reflexivo e crítico, a memória de Coutinho mostra um sentimento de “lembrar para não repetir”, motivado pelas expedições contra Bonga. O autor pontua que essas ações não foram gloriosas, nem motivo de orgulho nacional; todavia, considera importante rememorar tais operações para aprender com os erros e compreender como poderiam ter sido evitadas. Em seguida, ele menciona campanhas posteriores vitoriosas, sugerindo que o “caso Bonga” foi uma exceção e que essas vitórias “corrigiram” o rumo da atuação portuguesa. No entanto, o que fica evidente, tanto na fala de Paiva de Andrada quanto na de Coutinho, anos mais tarde, é que ambos recorrem à ideia de que Portugal teria sido ofendido ou impedido de exercer sua suposta “soberania” plena na região da Zambézia.

Nesse contexto, além dos agentes da Coroa portuguesa e daqueles diretamente envolvidos com o Ultramar, os jornais e a opinião pública, movidos por curiosidade, atraídos pela “fama” ou críticos do projeto colonial, questionavam os desdobramentos das expedições, as ações de Bonga e sua relação com os portugueses na Zambézia. Diante disso, surge a pergunta: por que criar uma medalha para relembrar a última expedição contra Bonga, ocorrida treze anos antes?

Para refletirmos sobre essa questão, é necessário investigar a natureza da relação entre o *mambo* Bonga e os representantes portugueses na Zambézia. Além disso, é importante considerar quais interesses estavam em jogo e o que representava um “senhor de prazo” e “sargento-mor” insubordinado, para os setores da sociedade portuguesa nesse contexto político, no final dos anos 1860 e ao longo da década de 1870.

---

<sup>320</sup> Coutinho, *Manoel António de Sousa*, p. 15



### 3.1

#### **O SARGENTO MOR DE MASSANGANO: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS ESTABELECIDAS PELO GOVERNO PORTUGUÊS**

Em 1862, o deputado José da Silva Mendes Leal apresentou à Câmara uma proposta de lei para indenizar António Vicente da Cruz, arrendatário do prazo da Coroa de Massangano e Tipué, nas proximidades da vila de Tete, na província de Moçambique<sup>321</sup>. Segundo o deputado, “por duas vezes se encontrou na necessidade de repelir os cafres, que, cometendo roubos e incêndios naquelas vizinhanças, tentaram atacar a povoação do rendeiro, sendo ele, por tal motivo, obrigado a fazer grandes despesas”.<sup>322</sup> Assim, entendendo que o pedido era justo, não apenas pelo prejuízo sofrido, mas também pela obrigação da Fazenda de sustentar o rendeiro no uso e posse daqueles territórios, ele apelava pela dispensa do pagamento do foro dos prazos de Massangano e Tipué por três anos.

A apelação do deputado Mendes Leal acaba apresentando elementos importantes sobre o contexto do Vale do Zambeze na década de 1860, que merecem destaque: a necessidade do apoio dos prazeiros para proteger a região, ao mesmo tempo as tensões e a crise existente nos prazos, o suposto subsídio que a Coroa deveria dar aos prazeiros e os “roubos e incêndios”

---

<sup>321</sup> De modo geral, a lógica administrativa lusitana para o ultramar é dividida em três instâncias, sendo que todas elas poderiam legislar. Em Portugal tinham competência atribuídas: o Ministério da Marinha e do Ultramar, a própria Câmara dos Deputados e a “Junta Consultiva do Ultramar que apreciava as medidas tomadas pelos governadores, examinando a sua legalidade, compatibilidade com a lei, recomendando, a sua aprovação, ou a sua desaprovação ao ministro”. A instância intermediária representada pela administração geral da província, nesse caso o Governador Geral de Moçambique, que residia no principal porto- a ilha de Moçambique e na instância local, o Governador distrital, localizado nas respectivas vilas. Além disso, se tratando de Moçambique, é possível incluir os capitães e sargentos mores, autoridades instituídas através da “relação de vassalagem” com a Coroa portuguesa e ao governador distrital, poderiam administrar e legislar, dentro do seu respectivo território através de portarias, circulares, recomendações e ordens de serviços; e empregar a própria “justiça” particular em suas terras. Martínez, Esmeralda Simões. *Uma Justiça Especial Para Os Indígenas Aplicação Da Justiça Em Moçambique (1894-1930)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012, p. 49-57; Capela, José. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 135

<sup>322</sup> *Debates parlamentares - Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa*, ano 14 jun. 1862, nº 093, p. 1660.



causados pelos “cafres”<sup>323</sup>. No entanto, o termo “cafre”<sup>324</sup> não nos revela quem eram os indivíduos pelos quais Bonga estava sendo indenizado por combater, assim cabe refletirmos sobre quem eram estes e como estavam impactando os prazos da Zambézia?

Para isso é fundamental analisarmos as transformações sociais e políticas que ocorriam no sudoeste do continente africano, visto que é provável que esses “cafres” mencionados pelo deputado Mendes Leal fossem grupos de populações Nguni que estavam migrando do sul para regiões mais ao norte. Essa migração fora motivada pelas disputas de poder entre as facções

---

<sup>323</sup> Derivado da palavra árabe *kaffir*, que significa “aquele que rejeita a religião islâmica”, ou “infiel”, o termo “cafre” inicialmente tinha a acepção de “pagão” ou “idólatra”, referindo-se aos povos não islâmicos da costa oriental da África. No entanto, ao longo do século XVII, o termo passou a ser usado de forma mais ampla, classificando as populações autóctones da África Subsaariana em termos de sua natureza religiosa. Essa categorização feita por administradores, viajantes e exploradores portugueses era fortemente marcada pela perspectiva religiosa. Nos documentos, os adjetivos usados serviam para destacar a alteridade, identificando aqueles que não pertenciam ao catolicismo. Os “cafres” eram frequentemente descritos como gentios ou pagãos, com atributos que os associavam à barbárie e à selvageria. E, provavelmente por influência do direito islâmico, que vinculava o estatuto de infiel à possibilidade de escravização legal, o termo também passou a ser utilizado como sinônimo de escravizado. Segundo Ana Paula Wagner, é difícil estabelecer uma definição precisa para o termo “cafre”, já que seu significado variava conforme o contexto e os critérios de quem o utilizava. Além disso, a autora destaca que os sentidos atribuídos à palavra se transformaram ao longo do tempo; inicialmente, por exemplo, a expressão estava associada sobretudo a uma distinção de natureza religiosa. Se nos séculos anteriores o termo “cafre” estava fortemente associado a questões religiosas, no século XIX os novos utilizadores reinventaram seu significado, transformando-o em uma categoria classificatória e generalizante aplicada a todas as populações da região. Nas teorias raciais europeias, o uso de atributos estigmatizantes e pejorativos é constante, e o termo “cafre” passa a qualificar de maneira depreciativa as terras, o modo de vida e os povos da África Subsaariana. Operado tanto por viajantes e cientistas quanto pelo poder colonial, o termo integra o discurso racial binário que opunha os povos “civilizados” aos autóctones, genericamente identificados como “cafres”. Mota, Thiago Henrique. *A outra cor de Mafamede. Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 78; Paula, Maria da Glória Carriço de Santana. *Cafres e Cafraria: a construção de categorias classificatórias dos africanos na documentação portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2022, p. 725; Wagner, Ana Paula. “*Vivendo cafrealmente pelos sertões*”: imagens de africanos da documentação administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH São Paulo, julho de 2011, p.5. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org>.

<sup>324</sup> Além de estar associado a uma conotação racista, o termo “cafre” foi elevado à categoria de “raça” pelo discurso científico e filosófico do século XIX. Em seu livro *Brazil e as Colônias Portuguesas*, por exemplo, o colonialista Joaquim Pedro de Oliveira Martins, um dos principais intelectuais do projeto colonial português, identificou a existência de três “raças indígenas” na África: negros, hottentotes e cafres. Os cafres, segundo ele, eram considerados uma mistura das outras “raças”, podendo ser classificados em grupos como os cafres-da-costa, os cafres-do-interior ou ainda os bechuanas (mestiços cafro-hottentotes). Segundo o autor, os cafres eram numerosos e diversificados, reconhecidos pelo uso das línguas bantu e encontrados em grande parte da África Austral. Martins, Joaquim Pedro Oliveira. *O Brazil e as colônias portuguesas. Bibliotheca das Sciencias Sociaes*, vol. 4. Lisboa: Livraria Bertrand, 1881, p. 248-253



Nguni e de acordo com Isaacman, insere-se no quadro mais abrangente das migrações e da formação de Estados que, há vários séculos, haviam se iniciado<sup>325</sup>.

O período entre 1820 e 1900 é associado às invasões Ngunis de N'qaba, Zuanguendaba e Sochangana e, sobretudo, ao desenvolvimento do Império de Gaza no sul de Moçambique.<sup>326</sup> “Em 1822, alguns Ngunis encontravam-se no sul de Moçambique, [...] em 1836 atravessaram o Zambeze e fizeram raízes nos países vizinhos, [...] entre 1835 e meados do século XIX instalaram-se no centro da atual Tanzânia”.<sup>327</sup> Com características expansionistas e beligerantes, essas diferentes linhagens Ngunis se organizaram com o objetivo de ampliar seus grupos, desestruturando muitos territórios, incluindo os prazos do Vale do Zambeze e as regiões de presença portuguesa.

Na década de 1860, por exemplo, o grupo liderado por Mpezeni se estabeleceu no vale do rio Aruângua (ou Luangwa), um afluente do Zambeze cuja foz fica próxima à feira do Zumbo, formando um estado Nguni entre os nsenga<sup>328</sup>. A passagem e a instalação desses povos alteraram a configuração das entidades políticas e a vida cotidiana das populações do Vale do Zambeze, devido aos frequentes ataques às povoações, que incluíam pilhagens generalizadas e a destruição de casas. Nos antigos territórios dos prazos da Coroa, esses conflitos provocaram uma forte emigração, resultando no abandono de chefes e de muitas das velhas famílias afro-portuguesas, o que possibilitou a ascensão de novos personagens<sup>329</sup>

---

<sup>325</sup> Isaacman, Allen F. *Os países da bacia do Zambeze* in Ajayi, J. F. Ade (org). História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010, p.234.

<sup>326</sup> Rita-Ferreira, Antonio. *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)- Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982, p. 223-224.

<sup>327</sup> M' Bokolo, Elikia. *África Negra: História e Civilizações- Do século XIX aos nossos dias*. Salvador: Edufba, 2011, p. 306-307.

<sup>328</sup> Mpezeni (1830–1900) foi uma autoridade política Ngoni, descendente de Zwangendaba, que se estabeleceu na região do atual Chipata (Zâmbia). Reconhecido por seu poder político consolidado e exército inspirado nos zulus, Mpezeni resistiu vigorosamente às pressões coloniais britânicas, especialmente da British South Africa Company, em 1897, liderando cerca de 4 000 guerreiros antes de ser derrotado pelos britânicos. Isaacman, *Os países da bacia do Zambeze*, pp.239-240; Isaacman, Allen; Vansina, Jan. *Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914* in Boahen, Albert Adu (org.). História geral da África, VII: África sob dominação colonial (1880-1935). 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 198-202.

<sup>329</sup> Newitt, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, LDA., 2012, p. 243-245.



**Mapa 5-** Feira do Zumbo, vila de Tete e Vila de Sena (1861)<sup>330</sup>



Fonte: SÁ DA BANDEIRA, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo. **Zambezia e Sofalla**: Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portuguezes e estrangeiros. Lxa. [Lisboa, Portugal]: Lith. Belga, 1861

Esses novos personagens que surgiram na Zambézia eram oriundos de famílias afro-indo-portuguesas que desempenharam um papel significativo na expansão lusa na região no início do século XIX. Famílias como a do Bonga alcançaram posições de destaque nesse processo, graças ao comércio, à conquista de prazos menores e prazos abandonados, aos casamentos arranjados e aos benefícios obtidos por meio do apoio ao governo português. Este, por sua vez, estava disposto a recompensar aqueles que fossem capazes de defender os estabelecimentos portugueses ao longo do Vale do Zambeze.<sup>331</sup> Desse modo, ao combater os Ngunis ('cafres'), que saqueavam os moradores da região do prazo de Massangano, Bonga defendia um território que, segundo a retórica portuguesa, pertencia ao ultramar português, demonstrando, assim, sua “lealdade”.

Entretanto, a relação estabelecida entre o governo português e os senhores e donas de prazo de prazos, assim como com as demais lideranças africanas locais, era extremamente complexa e marcada pela desconfiança mútua.<sup>332</sup> Enquanto o governo português, na

<sup>330</sup> As três mais importantes vilas de jurisdição portuguesa ao longo do vale do Zambeze. Servindo também como ponto de apoio para comércio e para os interesses administrativos e militares dos portugueses.

<sup>331</sup> Em 1840, o governo português concedeu à família Cruz o domínio do prazo de Massangano, que estava abandonado, o prazo era estrategicamente situado na confluência do Luenha com o Zambeze e um pouco abaixo da vila de Tete. Newitt, Malyn. *Moçambique* in Alexandre, Valentim; DIAS, Jill. Nova História da expansão portuguesa. vol. 10. Lisboa: Editora Estampa, 1998., p. 637-638.

<sup>332</sup> Mattos. Regiane Augusto de. *As dimensões de resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012, p.169-170.



metrópole, condenava os senhores e donas de prazos, e decretava o fim do regime de prazos<sup>333</sup>, os governadores locais — seus representantes em Moçambique — utilizavam esses indivíduos para avançar a fronteira ao norte do Zumbo, proteger os territórios contra incursões e fazer guerras contra grupos que consideravam inimigos.

Nesse contexto, o governo-geral da província de Moçambique, em articulação com governadores locais, adotavam diversas estratégias políticas e diplomáticas para obter vantagem no complexo jogo político zambeziano, envolvendo lideranças tanto africanas quanto afro-portuguesas. Entre essas estratégias, destacavam-se a nomeação para cargos “militares”, termos de vassalagem e os termos de oferecimento, que visavam assegurar acordos diplomáticos favoráveis aos interesses portugueses. Tais acordos possibilitavam o acesso a redes comerciais, o apoio militar ou mesmo a permissão para explorar recursos naturais em determinados territórios, conforme a importância estratégica atribuída pelos portugueses a cada região no seu projeto econômico. Mesmo com diferentes níveis de relacionamento estabelecidos com essas lideranças, as estratégias políticas seguiam um padrão relativamente uniforme, por meio do qual se definiam deveres e direitos mútuos entre as partes envolvidas.

“No dia 9 de julho de 1864 entrou pela terceira vez na aringa. Mas agora encontro o sr. ladrão vestido com o uniforme de major do Estado-Maior, por ter sido nomeado sargento-mór de Massangano por Sua Magestade El-Rei de Portugal”.<sup>334</sup> Após assumir o cargo de Governador do distrito de Tete em 1864, o major Delfim de Oliveira fez sua terceira visita a Massangano, agora na condição de governador e não mais como comandante militar do distrito.

Em seu relato, ele destacou que foi recebido pessoalmente pelo próprio Bonga, que vestia as roupas de oficial da Coroa portuguesa, pois agora ocupava o cargo de sargento-mór. Em reconhecimento aos serviços prestados à Coroa, o governador de Tete, apoiado pelo governador geral, solicitou ao Ministério da Marinha e Ultramar a nomeação de António Vicente da Cruz para o cargo de sargento-mór dos prazos de Massangano e Tipué. Bonga foi empossado nesse cargo ainda em 1862<sup>335</sup>.

---

<sup>333</sup> *Decreto abolindo em Moçambique a instituição do prazos da Coroa*, Lisboa, 22 de dezembro de 1854, pp. 863-865. Disponível em Assembleia da República-Legislação Régia, <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/29/16/p889>

<sup>334</sup> Oliveira, Delfim José de. *A província de Moçambique e o Bonga*. Coimbra: Imprensa Académica, 1879, p. 11.

<sup>335</sup> *Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa*, ano 14 jun. 1862, nº 093, p. 1660.



As figuras do sargento-mór e do capitão-mór desempenhavam papéis relevantes na política zambeziana através dos séculos. De acordo com José Capela, esses indivíduos eram os principais agentes de ocupação portuguesa na Zambézia desde o século XVII, mantendo essa posição ao longo do século XIX. As terras que ocupavam eram conquistadas por eles e seus *achicunda* <sup>336</sup>. Durante séculos, essas foram as únicas forças armadas efetivas na região; mesmo com a formação de forças oficiais portuguesas, os sargentos-mores e capitães-mores continuaram a ser um apoio fundamental nas guerras que colocavam os interesses portugueses em confronto com outros atores locais.

Ao discorrer sobre o papel dos sargento-mór e capitão-mór, o capitão Coutinho mostram como essas figuras combinavam o papel administrativo, militar e judicial nos seus respectivos territórios:

Competia-lhes a complicada resolução dos milandos, peculiares questões cafreais entre indígenas, a concessão de licenças, a vigilância do exercício da caça, a manutenção da ordem na jurisdição das suas capitânias, a proteção às caravanas e cáfilas, o levantamento e comando de cipais e irregulares, etc. Da caça e das licenças de várias espécies auferiam, sem dúvida, em certas regiões rendosos proventos. Dispondo dos negros e dos cipais efetivos ou adventícios, pois a seu talante mobilizavam os homens das regiões em que exerciam, tantas vezes, autoridade despótica e verdadeiro domínio, tinham em suas mãos a força de que se serviriam para o bem ou para o mal, sem controle ou fiscalização possível. A sua autoridade, quando civil, era, por assim dizer, exclusivamente adstrita aos negócios da população indígena, e só era exercida proveitosa e decorosamente quando as pessoas nela investidas tinham consciência e prestígio — de que alguns usaram e outros muito abusaram, sobretudo depois dos princípios do século XIX. <sup>337</sup>.

A reflexão de Coutinho evidencia que, embora os cargos mencionados remetam a posições militares, suas atribuições revelam uma função administrativa complexa, especialmente em regiões onde havia completa ausência da Coroa portuguesa — sobretudo nos séculos XVII e XVIII. Além disso, Coutinho indica que o principal objetivo desses homens deveria ser garantir a ocupação “portuguesa” do território e fomentar a economia. Essas atividades econômicas, inicialmente vinculada à caça (especialmente de marfim), era regulada e altamente lucrativa para quem detinha autoridade sobre o espaço, e, conseqüentemente, deveria também gerar receita considerável para a Coroa.

Já no século XIX, aquilo que Coutinho atribui à “consciência e prestígio pessoal dos agentes” não se relaciona com a moralidade ou com a origem desses sujeitos, mas com o alinhamento de seus interesses com os da administração portuguesa. Nesse sentido, figuras

<sup>336</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*

<sup>337</sup> Coutinho, *Manoel António de Sousa*, p. 6



como Manuel António de Sousa são consideradas como tendo exercido seu poder “corretamente”, pois seus interesses coincidiam com os da Coroa; enquanto personagens como Bonga, Nhaúde e o próprio Caetano Pereira são vistos como “abusivos”, à medida que demonstravam crescente autonomia em relação a administração portuguesa— algo que Coutinho associa à ideia de despotismo.

Como discutido anteriormente, a administração portuguesa, embora desconfiasse desses atores locais, dependia deles para a ampliação das fronteiras no interior da Zambézia. Na década de 1860, capitães e sargentos-mores, acompanhados de seus exércitos de achicunda, avançavam progressivamente para o interior; à medida que conquistavam novas regiões, fincavam e içavam a bandeira portuguesa e notificavam o governo. Essas áreas conquistadas passavam a constituir novos prazos — que, além de formalizarem a ocupação portuguesa, tornavam-se também territórios estratégicos para a caça de marfim. Segundo Newitt, foram justamente essas ações que transformaram novamente o sistema de prazos após o declínio do tráfico de escravizados, uma vez que ele se tornou, mais uma vez, um instrumento fundamental para o chamado “avanço português” por meio da incorporação de novos territórios sob a alegação de presença portuguesa, mesmo sem domínio efetivo da Coroa sobre essas regiões<sup>338</sup>.

Outras estratégias utilizadas pela administração portuguesa, sobretudo no século XIX, incluíam os termos de oferecimento e de vassalagem. Nesses documentos, a escrita funcionava como um símbolo performativo do poder português, mesmo em contextos onde esse poder era pouco efetivo. Para os administradores, tais termos eram instrumentos fundamentais para a constituição de uma zona de proteção em torno das ocupações portuguesas, especialmente vilas e feiras, sob a lógica de que, ao se tornarem “súditos”, os líderes africanos ou afro-portugueses assumiriam o compromisso de defender essas posições em caso de ataques. Mais do que garantir uma submissão real, esses registros serviam como forma de afirmar juridicamente a presença portuguesa e justificar sua alegada expansão em direção aos sertões.

Publicado nos Anais do Conselho Ultramarino, os termos de oferecimento do Bonga (já na condição de sargento-mor) e dos “régulos” Mugurula e Chombe evidenciam esse objetivo. Oferecidas voluntariamente, a assinatura desses termos atestava que ambas as margens do Zambeze desde a foz até a vila de Tete estavam desobstruídas e eram “pertencentes” à Coroa portuguesa, bem como essas autoridades políticas deveriam pagar os

---

<sup>338</sup> Newitt, *História de Moçambique*, p. 243-245.



foros e dízimos relacionados às terras. O termo de oferecimento do Bonga, por exemplo, descrito e publicado nos Anais do Conselho Ultramarino enuncia o seguinte:

Termo de oferecimento da Serra Mahembe feito por António Vicente da Cruz, sargento-mor dos prazos Massangano e Tipué, a Sua Majestade El-Rei de Portugal, senhor Dom Luís I

Aos dois dias do mês de outubro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1863, no prazo Massangano, e nas casas da moradia do sargento-mor do mesmo prazo, onde eu, José Leocádio Botelho Torrezão, tenente do 2.º Batalhão de Caçadores de Moçambique, vim em virtude das ordens de Sua Senhoria, o governador de Tete, estando presentes o alferes do mesmo batalhão, Victor Jerônimo de Oliveira, e o cabo Firmino Germano, foi-me pelo citado sargento-mor declarado que, a partir desta data, cedia em favor da Coroa de Portugal sua terra denominada Mahembe. Essa terra confronta ao norte com a terra Nhandôa, de Dona Eugênia Xavier Rita da Cruz; a oeste, com o prazo da Coroa Sungo; ao sul e leste, com as terras do antigo régulo Chombe, hoje pertencentes ao Estado, entre as quais é limite o riacho Mujova. Permitiu-lhe Sua Majestade El-Rei que a referida terra permanecesse sempre na posse de seus sucessores, mediante o pagamento dos foros e dízimos que lhes forem arbitrados. Para firmeza do que, eu, José Leocádio Botelho Torrezão, tenente do 2.º Batalhão de Caçadores de Moçambique, lavrei o presente termo, que assino com as testemunhas presentes, assinando o referido sargento-mor por sinal de cruz, por não saber escrever.

— José Leocádio Botelho Torrezão, tenente do 2.º Batalhão de Caçadores de Moçambique — Sinal de cruz de António Vicente da Cruz, sargento-mor — Victor Jerônimo de Oliveira, alferes do Batalhão de Caçadores n.º 2, testemunha — Firmino Germano, cabo de Caçadores n.º 2, testemunha<sup>339</sup>

Tanto o termo de vassalagem quanto o termo de oferecimento implicavam um conjunto de direitos e obrigações mútuas entre as partes envolvidas. Na retórica portuguesa, as autoridades políticas locais deveriam jurar fidelidade ao rei de Portugal, o que incluía obedecer às leis do governo; pagar os foros e dízimos devidos; prestar apoio militar à administração portuguesa em caso de guerra; abrir caminhos e permitir o livre trânsito de pessoas e mercadorias; acolher devidamente os funcionários portugueses — civis, eclesiásticos, judiciais e militares —; não dar abrigo a foragidos; e manter a paz com seus próprios súditos e com outras autoridades reconhecidas como “vassalos” do rei.<sup>340</sup>

Sempre retratado como uma iniciativa voluntária de um *mambo*, o acordo era um ritual solene e público entre ambos os poderes. A formalização do acordo possuía dois sentidos: um ato escrito, que seria a “assinatura” do termo, e um ato oral, que consistia em gestos

<sup>339</sup> Arquivo do Ministério das Colonias. *Termos de Vassalagem nos territorios de Machona, Zambesia e Nyassa- 1858 a 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 25.

<sup>340</sup> Santos, C. M. *Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. Revista de História, n.º 155. São Paulo, 2006, p. 88.



simbólicos de legitimação articulados com solenidades de origem cultural local. O acordo só ganhava validade legal após a assinatura do *mambo*, acompanhada pela execução desses atos simbólicos intrínsecos à cerimônia. Após a assinatura do termo, os *amambo* Mugurula e Chombe entregaram um “recambo ou escritura cafreal”<sup>341</sup>, que consistia em uma manilha de latão e uma manilha de ferro, como prova de que o acordo de cooperação estava selado e as terras agora pertenciam ao rei de Portugal.

Em uma crítica à suposta iniciativa voluntária do Bonga, o cronista Felipe Almeida de Eça argumenta que isso não correspondia à realidade do domínio português, pois “nunca foi posto em dúvida o domínio efetivo nas duas margens do Zambeze”.<sup>342</sup> Como vimos, a administração portuguesa era apenas mais um ator político na Zambézia e frequentemente conseguia explorar as rivalidades entre os prazeiros para obter apoio em suas empreitadas. No entanto, isso não significava um domínio efetivo, já que dependia desse acordo com os prazeiros e seus exércitos de *achicunda*.

O autor acrescenta que, durante séculos, os portugueses transitaram pelas margens do rio sem oposição ou impedimentos, e sugere que o suposto oferecimento feito por Bonga foi apenas uma farsa criada para conquistar favores junto à administração portuguesa.<sup>343</sup> Embora essa visão não esteja totalmente errada, aquilo que o cronista vê como algo ilícito e amoral, na realidade, é o Bonga mobilizando os códigos portugueses a seu favor, estratégia que fazia parte do jogo político do contexto. Para a administração portuguesa, os termos de oferecimento funcionavam como ficções jurídicas de soberania, capazes de justificar, perante a metrópole, uma presença que existia apenas no papel e que, na prática, era mediada, negociada ou até mesmo inexistente.

De acordo com os Anais do Conselho Ultramarino, a principal diferença entre o termo de oferecimento e o termo de vassalagem residia na ação voluntária da autoridade política ao se colocar como súdito da Coroa portuguesa, oferecendo assim suas terras à Coroa lusitana. Contudo, ao analisar a documentação, percebe-se que as exigências de ambos os termos partiam do mesmo princípio: atestar que os territórios em questão estavam desobstruídos para a passagem de agentes portugueses e integravam as possessões portuguesas. Na prática, portanto, não apresentavam diferenças significativas.<sup>344</sup> O verdadeiro questionamento a ser

<sup>341</sup> *Notícias de Tete* in Annaes do Conselho Ultramarino-parte não oficial, série II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 696-697.

<sup>342</sup> Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das guerras no Zambeze- Chicoo e Massangano (1807-1888)*. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 73

<sup>343</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p.74

<sup>344</sup> Arquivo do Ministério das Colonias, *Termos de Vassalagem ...*, p.24-26



feito é o que esses termos significavam para as autoridades políticas africanas e afro-portuguesas, já que elas poderiam simplesmente ignorá-los solenemente.

Nesse contexto, o documento escrito funcionava como um símbolo de poder e dos códigos portugueses. Como vimos no capítulo anterior, *amambo* e *prazeiros* utilizavam esses acordos em suas disputas. Nos conflitos de 1853, o Chissaca, mesmo contando com um número expressivo de soldados armados, ao unir suas forças às do então Macombe do Barué, mobilizou o acordo político-diplomático e o parentesco com o rei de Portugal para solicitar apoio à vila de Tete. Da mesma forma, Nhaúde também recorreu a esses instrumentos políticos para obter suporte nesse conflito, embora sem sucesso.

Dessa forma, embora Bonga não precisasse oferecer suas terras ao rei de Portugal — já que, assim como Nhaúde e Chissaca, ele já era senhor de prazo — até aquele momento era visto pela administração portuguesa como um aliado valioso, chegando inclusive a receber o título de sargento-mór. O ato de oferecer as terras fortalecia ainda mais a relação entre ambas as autoridades. Assim, a “assinatura” do termo de oferecimento funcionou como um instrumento político tanto para Bonga, como ressalta Eça, quanto para a administração portuguesa, pois garantia a movimentação dos comerciantes portugueses nas águas do Zambeze. Como argumenta a historiadora Regiane Mattos, esses acordos possibilitavam outras práticas diplomáticas da época, como o envio de embaixadas, a renovação de juramentos de fidelidade ou amizade, a troca de presentes (*saguetes*) e o acesso a armamento e pólvora.<sup>345</sup>

Nessa perspectiva, é importante considerar que esses tratados possuíam significados distintos para os portugueses e para *amambo* e *prazeiros*. Se para os portugueses, eram estratégias de conservação e expansão de suas possessões. Para os *amambo*, os acordos representavam um elemento adicional de legitimidade, inserindo-se em um vocabulário político que refletia uma teia móvel de relações desiguais, onde os portugueses eram apenas um dos muitos elementos presentes. Esses tratados eram úteis em disputas entre linhagens ou facções e implicavam o recebimento de subsídios dos representantes da Coroa em Moçambique, como armamentos, e facilidades no acesso a mercadorias diversas fornecidas pelos portugueses.

Talvez, a assinatura do termo de oferecimento em si não significava muito para o Bonga. O que realmente ficou registrado em sua memória era o reconhecimento como “súdito” português e o título de sargento-mor da Coroa em Massangano, o que lhe conferia não apenas o fardamento português, mas também presentes que simbolizavam a aliança. Isso,

<sup>345</sup> Mattos, *As dimensões de resistência em Angoche*, p.161



sim, representava um acordo de cooperação selado. Através dessa relação, *amambo* como Bonga adquiriram um amplo arsenal, o que fortalecia sua projeção de poder sobre outras autoridades políticas.

Ademais, observa-se uma mudança na distribuição de títulos ao longo do século XIX. Enquanto no século XVIII essa prática estava principalmente vinculada à organização administrativa da região, no século XIX ela também passou a consolidar ou reforçar compromissos, além de funcionar como forma de recompensa para aliados estratégicos — como no caso de Belchior do Nascimento — ou como instrumento para garantir a atuação na hierarquia portuguesa, como ocorreu com Cruz Coimbra, que assumiu o comando geral da expedição contra Nhaúde em 1854.

Conforme aponta Eugenia Rodrigues, nos Rios de Sena no século XVIII, havia capitães-mor responsáveis pelas vilas e feiras, como Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e Manica. Subordinados a esses capitães-mor, estavam os sargentos-mor, cuja principal função era administrar seus respectivos territórios<sup>346</sup>, essa divisão em quem recebia qual título, não estava apenas vinculada ao tamanho do território, mas também ao interesse português naquela figura. Um exemplo disso é Bonga, que ocupava o cargo de sargento-mor de Massangano exclusivamente, enquanto Manuel António de Sousa era capitão-mór de Quiteve e Manica. Em outras palavras, no contexto dos anos 1860, percebe-se uma mudança ou ampliação dessas funções, visando atender aos novos interesses portugueses na região.

Isaacman afirma que, sob o comando de Bonga, havia aproximadamente 10 mil espingardas e rifles em Massangano, além de mais de 20 peças de artilharia.<sup>347</sup> O fato de Bonga ter alcançado esse nível de poder bélico reflete a complexidade da organização político-administrativa portuguesa, que, através de acordos e negociações, criava espaços para que figuras locais ascendessem e fortalecessem seu poder. Essa dinâmica foi influenciada tanto pela mudança de interesses dos portugueses na região quanto pela pressão de outros europeus, mas sobretudo pela habilidade dos prazeiros em utilizar esses acordos e instrumentos políticos para expandir suas ambições pessoais.

Assim, Bonga, assim como outras autoridades políticas afro-portuguesas e africanas, utilizou esse jogo político e diplomático para consolidar e ampliar seu domínio sobre territórios que, nominalmente, estavam tanto dentro quanto além dos domínios portugueses.

<sup>346</sup> Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*, pp. 261-265

<sup>347</sup> Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara. *Tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Editora Afrontamento, 1979, p. 62



### 3.1.1

#### Livingstone e a Reação Portuguesa

A urgência de desenvolver estratégias políticas, estabelecer acordos e tratados com as lideranças locais no vale do Zambeze decorre também da repercussão internacional das viagens do missionário britânico David Livingstone nas décadas de 1850 e 1860. Newitt afirma que, apesar de não ser o primeiro europeu a publicar em inglês sobre o território de Moçambique, as obras de Livingstone tiveram um grande impacto na sociedade vitoriana e internacional por apresentar relatos minuciosos sobre o interior da África centro-sul e sobretudo, sobre o mundo zambeziano.<sup>348</sup>

Sob a missão incansável de abrir o interior do continente africano “ao cristianismo, ao comércio e à civilização”, Livingstone, em suas expedições, buscava antes de tudo os rios navegáveis que eram caminhos para a penetração do comércio e para o cristianismo. Segundo o missionário, ao levar o livre comércio para o interior seria possível livrar os africanos da pobreza e das humilhações da escravidão.<sup>349</sup> Em suas publicações e discursos, ele criticava ferozmente a captura e o tráfico praticado por árabes, portugueses e afro-portugueses, por exemplo.

Contudo, segundo o historiador Paul Lovejoy, o abolicionismo europeu era, no mínimo, ambíguo. O discurso predominante na Europa, especialmente na Inglaterra, defendia a abolição e a emancipação dos africanos, mas, paradoxalmente, apoiava a escravidão, argumentando que a escravidão interna era distinta daquela praticada em outros lugares. Muitos defendiam ainda o uso de escravizados na administração interna das possessões africanas<sup>350</sup>. Nesse contexto, as estratégias políticas adotadas pelos ingleses muitas vezes envolviam acordos contra a exportação de escravizados, mas negligenciavam o comércio e a escravidão que ocorriam dentro do continente.

As expedições lideradas por missionários foram as mais ativas na causa abolicionista, promovendo a ideia de que a África poderia "evoluir" através da "civilização, do cristianismo e do comércio". Os escritos desses missionários buscavam mostrar o potencial da região,

---

<sup>348</sup> Newitt, *Moçambique*, p. 259

<sup>349</sup> Kimambo, Isaria N. *O litoral e o interior da África Oriental de 1845 a 1880* in História Geral da África: África do século XIX à década de 1880, vol VI, editado por J. F. Ade Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010, p. 335.

<sup>350</sup> Lovejoy, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Trad. Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, p.363



frequentemente criando uma narrativa de "projeções gloriosas" que retratavam a África como despovoada e marcada por costumes bárbaros.<sup>351</sup> Enquanto isso, as formas de escravidão interna eram frequentemente ignoradas e até mesmo utilizadas pelos missionários em suas atividades.

Essa contradição revela que o verdadeiro objetivo era substituir a escravidão por outro sistema mais alinhado com as ambições do novo sistema industrial e capitalista. Lovejoy argumenta que foi a imposição do colonialismo que extinguiu a escravidão como modo de produção e inseriu o continente africano, de forma periférica, na esfera capitalista. Assim, o discurso abolicionista utilizado pelas nações imperialistas não se preocupava com o bem-estar dos escravizados; os desdobramentos da chegada desse imperialismo envolviam a expansão militar, novas formas de exploração do trabalho e a supremacia comercial das empresas europeias em diversas partes do continente.<sup>352</sup>

Dentro dessa missão, quando David Livingstone, acompanhado por sua comitiva de makololos<sup>353</sup>, chegou à vila de Tete, o Bonga já não atuava mais como *cazembe* de Nhaúde. Observando as datas, é possível afirmar que Nhaúde já havia falecido e o Bonga já havia assumido o comando do território, pois Bonga assume Massangano em 1855, enquanto Livingstone chega à Tete em 1856; no entanto, a memória recente dos conflitos envolvendo Nhaúde ainda pairava sobre a região. O embate entre os Cruz e os Pereiras, e posteriormente o envolvimento da administração portuguesa afetou a dinâmica do Zambeze por dois anos, sobretudo o comércio e o tráfico de pessoas escravizadas, que permaneceram completamente obstruídos.<sup>354</sup>

Segundo o missionário David Livingstone, os portugueses, especialmente os moradores da vila de Tete e negociantes, enfrentaram uma situação perigosa durante o conflito, pois tinham que atravessar o rio Zambeze entre dois inimigos: Nhaúde, na margem direita, e Chissaca, do prazo de Macanga, na margem esquerda. Ambos são descritos como em conflito com os portugueses naquele momento. No entanto, como já mencionado, os portugueses não se envolveram diretamente nos conflitos de 1853.

---

<sup>351</sup> Lovejoy, *A escravidão na África*, p.376

<sup>352</sup> Lovejoy, *A escravidão na África*, p. 408

<sup>353</sup> Um povo originário da região da atual África do Sul, que durante as disputas entre as linhagens Ngunis, no início do século XIX, fugiram em direção ao território da Barotselândia. Durante as expedições de Livingstone, escravizados de origem makololos atuaram como carregadores e até mesmo como guardas armados para apoiar as atividades do missionário. Livingstone, David. *Missionary Travels and Researches in South Africa*. New York: Harper & Brothers Publishers-Franklin Square, 1858, p. 650

<sup>354</sup> Ver tópico [2.1- Os Cruz De Massangano E Os Pereiras De Macanga: Expansão De Território, Poder E A Desconfiança Portuguesa](#)



Livingstone descreve Nhaúde como um homem astuto, que havia estabelecido sua aringa principal na confluência dos rios Luenha e Zambeze, posição estratégica que lhe permitia controlar o acesso tanto ao litoral quanto ao interior. Quando o nível do Zambeze estava baixo, o Luenha desaguava com grande força, obrigando os barcos a atravessarem os dois rios separadamente para evitar serem arrastados pela correnteza. Essa condição tornava a travessia especialmente arriscada. Ao subirem o Luenha, embarcações e canoas se aproximavam de Massangano, aringa de Nhaúde, tornando-se vulneráveis a ataques.<sup>355</sup>

Durante os dois anos de conflito entre Nhaúde e Chissaca e posteriormente com o Cruz Coimbra, os portugueses permaneceram sitiados na vila de Tete, sendo indiretamente afetados pelos combates. Conseguiram obter apenas o necessário para adquirir mantimentos, que eram enviados por uma rota terrestre ao longo da margem norte do Zambeze até Quelimane — o principal porto oceânico da região, localizado a cerca de 100 km a nordeste da foz do rio. Embora os portugueses não tenham participado diretamente do conflito, sofreram perdas de soldados e armamentos e não conseguiram reagir de forma eficaz. Livingstone interpretou a situação como uma incapacidade dos portugueses de enfrentar Nhaúde e seus homens, atribuindo a responsabilidade à “pátria mãe” (Portugal), que, segundo ele, não investia recursos suficientes na defesa do distrito de Tete.

Embora Livingstone não tenha vivenciado o conflito — tendo chegado a Tete logo após a conclusão de um acordo de paz solicitado por Tete a Nhaúde — ele se posicionou como um narrador observador do conflito<sup>356</sup>. Em seus relatos, expôs os eventos sem criticar de forma contundente a ação portuguesa, mas evidenciou as fraquezas de Portugal na região, que frequentemente dependia das milícias particulares dos sargentos e capitães-mores, carecendo de autoridades fortes. Livingstone também atribuía à metrópole a culpa por não ter um posicionamento mais efetivo em relação às províncias na África, o que impedia, por exemplo, que a administração portuguesa “castigasse” rebeldes como Nhaúde e Chissaca.

Entretanto, é importante notar que os registros de Livingstone, provavelmente baseados em relatos orais dos moradores da vila de Tete e dos agentes portugueses, apresentam uma simplificação dos eventos relacionados aos conflitos de 1853 e 1854. O missionário reduziu a narrativa ao confronto entre a família Cruz e a administração portuguesa, desconsiderando outros atores cruciais que desempenharam papéis centrais no desenrolar dos conflitos, como Chissaca e o comerciante Cruz Coimbra, que também influenciaram os rumos das disputas. Essa simplificação pode ter resultado não apenas da

---

<sup>355</sup> Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 676

<sup>356</sup> Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 677



difficuldade de comunicação ou de sintetizar informações complexas de fontes diversas, ou ainda da má-fé dos informantes, mas também de uma possível intenção de reforçar uma visão negativa da família Cruz. Ao retratar o conflito como um embate direto entre os Cruz e a administração portuguesa, Livingstone pode ter contribuído para a construção de uma narrativa que “demonizava” os Cruz, minimizando a atuação de outros envolvidos e as dinâmicas locais mais amplas.

Ao descer o curso do Zambeze a partir de Tete, Livingstone se deparou com Massangano, agora sob a liderança de Bonga. Segundo sua narrativa, o governador de Tete enviou uma carta ao Bonga informando sobre a passagem do missionário e recomendando que ele fosse bem tratado. Livingstone observou que, embora Bonga não fosse tão habilidoso quanto Nhaúde, encontrava-se em uma situação complicada com os portugueses, pois abrigava criminosos e escravizados fugidos. Ele ainda acrescentou que o *mambo* não confiava nos portugueses e era considerado uma pessoa supersticiosa.<sup>357</sup>

Essas impressões, no entanto, baseavam-se em relatos de terceiros, já que Bonga não o recebeu pessoalmente. Quem recepcionou o missionário e sua comitiva foi Agostinho Manoel Gomes, sobre quem Livingstone afirmou ser muito amigável e ter conversas inteligentes. No dia seguinte, após receber seis galinhas e três cabras como provisões de viagem, seguiu em direção a Quelimane.

Talvez por isso — e temendo a desconfiança de Bonga quanto às suas intenções — Livingstone evitou passar muito próximo a Massangano, pois, ao descer o rio, foi alertado pelos portugueses de Tete a não fazer observações no território controlado por Bonga, já que os instrumentos utilizados no mapeamento poderiam ser vistos com suspeita pelo senhor de Massangano. De nada adiantou a tentativa de Agostinho Manoel Gomes de tranquilizá-lo, assegurando que Bonga não representava um perigo para ele. Ainda assim, Livingstone justificou sua decisão afirmando que, por estar acima da confluência com o Luenha, o território de Bonga não teria importância geográfica para seus objetivos — uma explicação que talvez procurasse disfarçar os receios incutidos pelos portugueses.

---

<sup>357</sup> Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 677







curiosidade da opinião pública e dos governos sobre o interior do continente, bem como instigou outras iniciativas semelhantes na região.

Os interesses imperialistas, capitalistas e civilizacionais europeus estavam em jogo. No terceiro quartel do século XIX, os exploradores que retornavam à Europa tornavam-se figuras celebradas em uma sociedade em que espaço e tempo eram as coordenadas de um processo de conquista.<sup>359</sup> O próprio Livingstone voltou à África alguns anos depois para uma segunda expedição, desta vez patrocinada pelo governo britânico e revestida de caráter oficial, assumindo o cargo de vice-cônsul e comandante a bordo de um navio a vapor, com o objetivo de continuar explorando o Zambeze, partindo de Quelimane até sua nascente.

Em seus discursos, após o retorno da viagem ao Zambeze, Livingstone denunciou “a verdadeira dimensão” do tráfico de escravizados no interior da África Oriental. Influenciado pelo abolicionismo inglês e pela vigilância aos navios negreiros clandestinos, o missionário culpou a presença portuguesa pela situação da região. Em suas considerações, afirmou que Portugal “despejava” degredados, militares, funcionários, missionários e governadores na costa, e que muitos, ao permanecerem na região, entravam na rede de comércio existente, sendo a principal atividade a exportação de escravizados; o que restava da decantada expansão portuguesa do início da era moderna era, para ele, esse tráfico ilegal.<sup>360</sup>

Diferente do fervor abolicionista dos britânicos, como Livingstone. Os portugueses e também os belgas não eram tão receptivos às ideias abolicionistas. Lovejoy afirma que os portugueses “promoveram a utilização de escravizados nos seus domínios até o início do século XX, embora sob diferentes nomes e com algumas restrições”.<sup>361</sup> Os belgas estavam muito mais interessados nos lucros extraídos na bacia do Zaire através da violência do que na situação dos escravizados, assim, as ideias abolicionistas serviam muito mais como um bode expiatório conveniente. Em outras palavras, nos lugares onde a escravidão era um aspecto importante da produção, a ideologia abolicionista, pressionava para uma transição da escravidão a outras formas de exploração do trabalho, servidão e opressão<sup>362</sup>, em Moçambique, como pontua Capela, foi a emergência de um novo sistema pautado no trabalho forçado, que acabou com a antiga ordem escravista senhorial<sup>363</sup>.

---

<sup>359</sup> Rosa, Frederico Delgado; Verde, Felipe. Reis Brancos: *David Livingstone e a viagem impossível de Silva Porto in Exploradores portugueses e reis africanos: viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 152.

<sup>360</sup> Rosa; Verde, *David Livingstone e a viagem impossível de Silva Porto*, p. 153

<sup>361</sup> Lovejoy, *A escravidão na África*, p. 375

<sup>362</sup> Lovejoy, *A escravidão na África*, p. 375-376

<sup>363</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, 196–197



Essa representação negativa da presença portuguesa na costa oriental africana nos discursos de Livingstone foi amplamente criticada por diversas figuras políticas de Lisboa. O médico e político José de Lacerda, em seu *Exames das viagens do Doutor Livingstone* enfatizava ser indispensável aos leitores portugueses a leitura, reflexão e estudo minucioso da obra de Livingstone, uma vez que a mesma estava repleta de divergências e imprecisões<sup>364</sup>. Além de demonstrar o descontentamento dos portugueses com as alegações do missionário, o que fica evidente na escrita de Lacerda é o sentimento de ter sido subtraído quanto ao pioneirismo da “descoberta”, pois Livingstone escreve como se fosse o primeiro europeu a pisar no continente africano e não reconhecia os escritos dos portugueses que vieram antes dele. Valentim Alexandre argumenta que uma das principais alegações de Portugal durante as campanhas científico-militares para conhecer o interior de África e a Conferência de Berlim eram as suas glórias do passado, configuradas na saga dos “descobrimentos” e os padrões da missão histórica e civilizatória, que faziam parte da identidade nacional.<sup>365</sup> Nesse sentido, os discursos de Livingstone estavam atingindo o nacionalismo português. Em uma sessão na Câmara dos Pares do Reino, em 03 de agosto de 1868, o discurso do deputado Sr. Ferrer é um exemplo desse incômodo em relação aos discursos de Livingstone:

Basta-me, por agora, senhor presidente, fazer menção das viagens e trabalhos do célebre Dr. Livingstone, o qual, depois de ser acolhido, recomendado e protegido por portugueses, após descobrir coisas já há muito conhecidas, se arroga glórias por aquilo que custou trabalho a outros, e descreve regiões cujas descrições, em várias partes, provam que não foram visitadas pelo célebre explorador. Conclui lançando o anátema contra a nossa soberania, em nome da incapacidade que lhe apraz atribuir-nos, e do direito do mais forte, cujo uso recomenda à sua pátria. [...] Não digo que este fim seja oposto ao Evangelho, mas custa-me compreender como se deriva dele. O Evangelho de Cristo dizia: «Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos.» O Evangelho reformado do Dr. Livingstone diz: «Amar a Deus, mas sobre todas as coisas, amar o deus algodão.» Confesso que não acho muito edificantes tais missionários e tais missões.<sup>366</sup>

No contexto da década de 1860, as críticas de David Livingstone ainda reverberavam negativamente entre os portugueses e, pior, foram reforçadas por outros viajantes que exploraram a África Oriental após o missionário. A reação da administração portuguesa era marcada pelo temor de “perder” esses territórios em razão da má administração e da limitada

<sup>364</sup> Lacerda, José de. *Exame das viagens do Doutor Livingstone*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p.9-10

<sup>365</sup> Alexandre, Valentim. *O império português (1825-1890): ideologia e economia*. *Análise Social*, vol. XXXVIII (169), 2004., p. 964

<sup>366</sup> *Debates parlamentares: Câmara dos Pares do Reino*, ano 03 de agosto de 1868, nº 036 S1, p. 2014



capacidade de exploração, sobretudo diante do avanço de outros países europeus e do discurso legitimador do “progresso e civilização”. No entanto, o cerne dessas alegações de “perda” estava menos na perda concreta de domínio — que na maioria dos casos sequer existia — e mais no receio de que o direito português de reivindicar esses espaços no futuro fosse deslegitimado. Em meio à intensificação da disputa imperialista pela África, Portugal temia ser excluído por não exercer controle efetivo. As críticas à presença portuguesa expunham, assim, tanto o avanço de outras potências quanto a fragilidade da posição internacional de Portugal e sua dificuldade em estabelecer soluções políticas duradouras — incluindo a incapacidade de firmar uma aliança funcional com os britânicos, como evidenciado no debate em torno da chamada “questão colonial”.

Ainda no discurso do deputado Farrer, é possível perceber uma crítica contundente à hipocrisia e aos interesses ocultos das missões ditas “civilizatórias”, especialmente no que diz respeito à figura do Dr. Livingstone. Utilizando-se da ironia e do sarcasmo, o deputado aponta o que entende como a “verdadeira natureza” das ações do missionário: uma combinação de exploração econômica disfarçada de missão religiosa e de interesses expansionistas britânicos. O “Evangelho reformado” de Livingstone seria, então, uma crítica à manipulação da religião como justificativa para a ocupação de territórios e a extração de recursos, particularmente no contexto do comércio de produtos como o algodão, estreitamente ligado ao imperialismo britânico. Assim, o missionário apareceria menos como agente espiritual e mais como representante dos interesses econômicos da Grã-Bretanha na região.

Assim, a chamada “geração de 1860” em Portugal demonstrava crescente preocupação com o futuro das possessões africanas. Composta por políticos, militares, médicos e profissionais ligados ao parlamento, ao ultramar e à opinião pública, essa geração passou a defender a intensificação dos esforços para reformar e fortalecer a administração das províncias africanas, com o objetivo de ampliar sua exploração econômica e consolidar a presença portuguesa.<sup>367</sup> Em outras palavras, propunham a adoção de um novo “projeto colonial”, mais agressivo e eficaz em relação à ocupação e ao aproveitamento dos territórios africanos.<sup>368</sup>

Pouco depois do término da segunda expedição de Livingstone, eclodiram os conflitos armados entre a administração portuguesa e Bonga — episódios que podem ser compreendidos, em parte, como reflexo da nova postura expansionista adotada por setores do governo português, sobretudo com a expedição de 1869.

---

<sup>367</sup>*Debates parlamentares: Câmara dos Pares do Reino*, ano 03 ago. 1868, nº 036 S1, p. 2015

<sup>368</sup>Newitt, *Moçambique*. p. 260



## 3.2 AS EXPEDIÇÕES MAL SUCEDIDAS

### 3.2.1

#### O Bonga e seu compadre Gouveia

Voltando à Zambézia, o primeiro conflito entre os portugueses e Bonga foi narrado por alguns autores contemporâneos e posteriores da seguinte forma: no início de julho de 1867, saiu da vila de Tete o Governador do distrito, Miguel Augusto de Gouveia, que, por iniciativa pessoal e sem autorização do Governador-Geral de Moçambique para organizar uma expedição, decidiu prender o Bonga. Segundo o Governador, o Bonga estava perturbando a paz na região de Massangano e Tete.<sup>369</sup> Assim, reuniu as forças conforme lhe foi possível, conseguindo organizar três colunas com alguns praças, peças de artilharia e centenas de *achicunda*, além de autoridades políticas de prazo da vizinhança.<sup>370</sup>

A composição das colunas refletia a diversidade de sujeitos que existiam na Zambézia senhorial e evidencia a mobilidade das categorias de identificação social nesse contexto de muitos entrecruzamentos culturais, étnicos e raciais. Até aqui, sabemos que os “praças” (soldados) que integravam as tropas portuguesas eram os portugueses da metrópole, geralmente degredados, que como parte da pena deveriam servir militarmente à vila; os mestiços e negros que viviam há muito tempo nos espaços de presença portuguesa, como a vila de Tete, que se comunicavam em português e em sua maioria “praticantes” do cristianismo.

Entre os oficiais de alta patente, além dos portugueses enviados a serviço da Coroa, como o Governador Capitão Gouveia, havia os “goeses”, homens enviados a Moçambique pelo Governo da Índia portuguesa, que se estabeleceram na Zambézia, como Agostinho Manuel Gomes. Em alguns casos, esses homens também eram senhores de prazo. Para reforçar as colunas, os senhores de prazo, que faziam parte do conselho de guerra nas expedições, enviavam seus *achicunda*, armados com arco e flecha, azagaias, machados, enxadas, além de tambores, buzinas e armas de fogo europeias, para atuar como auxiliares das tropas portuguesas.

É importante destacar que a organização dos *achicunda* permanecia a mesma, com o cazambe como superior. Esses, por sua vez, estavam “subordinados” aos comandantes da

<sup>369</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.151

<sup>370</sup> Botelho, José Justino Teixeira. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: de 1833 aos nossos dias*. Ministério das colônias, Biblioteca e Arquivo Histórico. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 183.



expedição. No entanto, isso não significava que os *achicunda* permaneceriam leais aos comandantes portugueses, especialmente se considerassem a liderança frágil.

Então, no dia 6 de julho, cinco dias após saírem da vila de Tete, essas colunas estavam em frente à aringa do Bonga, que encontraram abandonada e que ocuparam no meio do maior júbilo. Tratava-se, entretanto, de uma estratégia de guerra do senhor de Massangano. Gouveia e seus homens aguardavam o apoio dos *achicunda* do prazeiro Belchior do Nascimento e de Dona Luísa da Cruz, que estavam vindo do prazo do Goengue, localizado na margem esquerda do Zambeze poucos quilômetros abaixo do desfiladeiro Lupata; então, quando algumas centenas de auxiliares chegaram, acreditaram que eram aliados. Todavia, eram os homens do Bonga, que estavam aguardando uma oportunidade; fingindo serem homens da milícia do Belchior, atacaram os portugueses que estavam em Massangano. No momento do ataque surpresa, a maior parte das tropas bateu em retirada ou foi dizimada. A derrota foi grande: muitos auxiliares, praças e oficiais foram mortos, perderam-se centenas de armas e munições, incluindo toda a artilharia de Tete, embarcações foram abandonadas em Massangano e o governador foi feito prisioneiro, sendo depois torturado, mutilado e morto.<sup>371</sup>

À medida que as notícias sobre as guerras contra Bonga chegavam a Quelimane, à Ilha de Moçambique e, sobretudo, a Lisboa, o interesse pelos desdobramentos aumentava, assim como as especulações sobre as verdadeiras causas dos conflitos. Relatórios oficiais, debates parlamentares e reportagens nos jornais apresentavam diferentes versões dos acontecimentos — algumas fantasiosas, outras distorcidas. Ainda assim, o desfecho era sempre o mesmo: o governador Gouveia partiu para guerrear contra Bonga e acabou morto pelo senhor de prazo e seus *achicunda*. No imaginário português, persistia a pergunta: como um governador de Tete se envolvia tão diretamente com os crimes atribuídos a Bonga, a ponto de arriscar a própria vida daquela forma? Essa perplexidade revelava o desconhecimento da complexa realidade política na Zambézia, onde o Governador Gouveia, ao contrário do que se supunha em Lisboa, não exercia uma autoridade superior à do Bonga.

Não é possível determinar com exatidão as razões que levaram ao conflito entre Gouveia e Bonga, uma vez que as informações disponíveis são confusas, imprecisas e, muitas vezes, contraditórias. Ainda assim, alguns ex-governadores, em suas memórias e relatórios sobre Moçambique, tentaram esclarecer os acontecimentos. O Tenente-Coronel Delfim de Oliveira, por exemplo, relata que:

---

<sup>371</sup> Botelho, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*, p. 184; Castilho, *Relatório da guerra da Zambézia em 1888*, p. 36



No início de 1867, Bonga se vê em apuros e atribui esse seu estado a feitiços de sua própria família. Manda cortar a cabeça de algumas mulheres, e parece que até sua própria mãe (Filippa) desapareceu. Duas das mulheres do bandido conseguem escapar e se refugiar na Chingosa, perto de Tete. Bonga envia então seus homens, que capturam as fugitivas, matam algumas pessoas, roubam e incendeiam a povoação. A justiça de Tete toma conhecimento do fato, e Bonga é processado como autor do atentado. Os moradores e comerciantes, oprimidos pelas ações da gente de Massangano, reclamam providências para livrá-los de tamanha opressão. O governador organiza uma força, composta por moradores que se oferecem, negros e guarnição, para prender o criminoso.<sup>372</sup>

Segundo o Tenente-Coronel Delfim de Oliveira, havia um conflito entre Bonga e alguns de seus familiares, que não foi revelado. Após a fuga de mulheres acusadas de feitiçaria, os *achicunda* de Bonga as recapturaram, incendiaram e saquearam a aldeia onde elas haviam se refugiado. Oliveira não menciona se houve uma denúncia formal, mas o conselho de justiça de Tete — do qual o governador também fazia parte — acabou processando o *mambo* como responsável pelos crimes. Ainda assim, permanece sem explicação por que o próprio governador decidiu, pessoalmente, ir a Massangano prender Bonga, em vez de delegar a missão ao comandante militar da vila, por exemplo.

A forma como os eventos são narrados, com ênfase na violência atribuída a Bonga e na resposta dos agentes portugueses, exemplifica a perspectiva recorrente nos documentos coloniais: a “demonização” das autoridades políticas locais e a legitimação das ações punitivas da administração portuguesa. O uso do termo “criminoso” para se referir a Bonga, sem uma análise mais aprofundada dos contextos que motivaram suas ações, exemplifica a tendência de estigmatizar lideranças africanas como ameaças à suposta ordem e ao projeto português.

O capitão Augusto de Castilho, em seu relatório da Guerra na Zambézia, complementa evidenciando outros episódios que aconteceram nesse período.

Um dia, em 1865, indo [Agostinho Manuel] Gomes para Quelimane em companhia de um negociante da Índia chamado Clementino de Sousa, tiveram de atracar na aringa de Massangano; Bonga, quiz saber se o seu cunhado Gomes vinha em companhia de Clementino; mas este, receoso de qualquer acto agressivo, disse-lhe que não: Bonga não acreditou, e foi em pessoa ao escaler verificar; e encontrando ali escondido o Agostinho Manoel Gomes, chamou mentiroso ao Clementino, e espancou-o.<sup>373</sup>

Como dito anteriormente, Clementino de Sousa era negociante e morador da vila de Tete. Agostinho Gomes, também negociante, e marido de Dona Maria e, ao que tudo indica, teve algum tipo de conflito com Bonga, embora os motivos não estejam especificados.

<sup>372</sup> Oliveira, *A província de Moçambique e o Bonga*, p.14

<sup>373</sup> Castilho, *Relatório da guerra da Zambézia em 1888*, p.34



Conhecendo bem o cunhado, Gomes optou por se esconder na embarcação, o que sugere que o desentendimento, embora motivado por questões comerciais, também envolvia aspectos familiares. Gomes parecia prever como Bonga possivelmente reagiria e quais seriam as consequências, já que este costumava vigiar atentamente quem subia e descia o rio Zambeze.

Por sua vez, Bonga, ciente da parceria comercial entre Clementino e Agostinho Gomes, provavelmente suspeitou que o cunhado estivesse a bordo da embarcação. No entanto, os planos de Gomes e Clementino não saíram como esperado. Como desfecho do episódio, Clementino foi ao governador de Tete registrar uma queixa contra Bonga por espancamento. Já Agostinho Gomes não aparece nos registros como tendo participado da queixa — tampouco há indícios de que tenha sido espancado.

Como uma forma de “vingança”, Clementino vai pessoalmente cobrar os *mussocos* (impostos) do prazo de Massangano e o Bonga se recusar a pagar. O que não estaria distante da realidade da Zambézia, Newitt argumenta que havia prazeiros que não pagava os *mussocos* a mais de 15 anos, no entanto eram colaboradores nas ambições portuguesas<sup>374</sup>. Após esses episódios, Miguel Gouveia confrontou Bonga sobre o ocorrido e, segundo Castilho, este afirmou que não devia nada a Clementino. Diante da situação, Gouveia consultou os moradores da vila sobre a possibilidade de “fazer guerra” contra Bonga. A resposta foi clara: tratava-se de uma disputa particular entre Bonga e Clementino, e o governo não deveria se envolver.<sup>375</sup>

Ainda argumentando sobre as causas da expedição, Castilho cita outro episódio que teria ocorrido em 1866.

Ainda pouco mais ou menos pelo mesmo tempo um preto escravo do Bonga fugiu de Massangano para o prazo Inhapanda, raptando uma concubina do seu senhor. Este mandou no seu encalço um dos seus grandes [cazambe] para perguntar ao inhacuaua [autoridade política] do prazo se vira os fugitivos. O inhacuaua foi queixar-se ao governador de Tete, o qual mandou um soldado a Massangano perguntar os motivos de mais este novo atentado, e tendo-se o Bonga desculpado que não haviam sido ordens suas, intimou-o o governador a que entregasse preso o grande que cometeram o roubo, ao que ele não quis anuir, nem mesmo depois de ameaçado com guerra.<sup>376</sup>

Os eventos mencionados por Oliveira e Castilho, sejam eles verdadeiros ou distorcidos, não eram raros na Zambézia em 1860. Capela argumenta que a força, o terror e a violência eram frequentemente empregados por todos os detentores de poder nesse contexto.<sup>377</sup> Os atos do Bonga haviam sido classificados como crimes e atrocidades; no

<sup>374</sup> Newitt, *Portuguese settlement on the Zambesi*, p.258-262

<sup>375</sup> Castilho, *Relatório da guerra da Zambézia em 1888*, p. 34

<sup>376</sup> Castilho, *Relatório da guerra da Zambézia em 1888*, p. 36

<sup>377</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p. 153



entanto, eram comuns no mundo zambeziano, por parte de líderes “rebeldes” ou aliados, como é o caso da atuação do capitão-mor e senhor de prazo Isidoro Correia Pereira contra os Ngunis. Depois de derrotar os “invasores”, Pereira decapitou-os e levou as cabeças para Tete, sendo elogiado pela sua habilidade em combater os Ngunis em vez de ser considerado um “rebelde” e “selvagem”.

O trecho acima ainda ilustra a complexa relação de poder em Massangano, envolvendo o Bonga, uma autoridade política provavelmente tributária de Massangano, o escravizado fugitivo, o cazembe com *achicunda* e a administração portuguesa. Há informações que permanecem ocultas no relato de Castilho, como, por exemplo, por que o *inhacuaua* foi queixar-se à administração portuguesa? O grande de Bonga e o grupo de *achicunda* que o acompanhava teriam destruído o território do *inhacuaua*? Há diversas questões dentro desse trecho da narrativa que não são respondidas, mas é evidente que Bonga não queria conflito com os portugueses. O conflito, na verdade, ocorre na dinâmica interna do prazo, entre Bonga e seus escravizados. No entanto, fica evidente que Castilho utiliza essa narrativa como uma forma de reforçar o discurso de que Bonga perturbava a paz na Zambézia.

Evidentemente, durante esse período entre o momento em que o termo de oferecimento foi assinado em 1862 e a expedição de Miguel Gouveia em 1867, o Bonga estava fortalecendo seu domínio e expandindo sua lista de adversários. Além da contínua rivalidade com os Pereiras do prazo de Macanga na expansão dos seus territórios e poder; ao saquear as mercadorias dos barcos e abrigar escravizados fugitivos, novos inimigos começavam a surgir. Lembremos que, segundo os registros de Livingstone sobre a sua jornada ao Zambeze, a relação entre Bonga e os portugueses não estava tranquila, uma vez que o senhor de Massangano acolhia indivíduos considerados “criminosos” e escravizados fugitivos.<sup>378</sup> Assim, muitos desses negociantes enviaram seus *achicunda* para fortalecer as colunas portuguesas contra o *mambo*.

O missionário não discorreu sobre o perfil e nem a natureza dos crimes desses indivíduos, tampouco sobre os escravizados fugitivos, todavia, a ação de abrigar escravizados foragidos não era praticada apenas em Massangano e nem restrita à Zambézia. Capela afirma que, a partir do século XVIII, eram frequentes os testemunhos de autoridades relacionados aos escravizados fugitivos e as queixas dos proprietários para reaver os numerosos foragidos, pois aqueles que os acolhiam não os restituíam aos senhores originais.<sup>379</sup> Os escravizados se

<sup>378</sup> Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 677

<sup>379</sup> Capela, José. *Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos*. Revista Tempo, v. 10, n. 20, p. 72–97, jan. 2006, p. 76-77.



deslocavam de uns prazos para outros por diversas razões, sendo inevitável que uma delas fosse a fuga. A situação era tão intensa que, em 1857, o governador de Quelimane determinou que fosse cumprido o decreto que proibia o abrigo de refugiados em prazos ou propriedades particulares.<sup>380</sup>

No contexto do século XIX, a fuga de escravizados era uma realidade em diversas partes da África Oriental, antes mesmo da retórica abolicionista, Lovejoy explica que na década de 1860 escravizados fugitivos “infestavam a sociedade de *plantation* da costa de suaílis antes que a comunidade cristã ganhasse importância” e esse número se tornou cada vez maior no último quartel do século XIX. Além das constantes fugas, esses escravizados costumavam saquear a região das *plantations* na costa suaíli, inclusive capturando escravizados para vender aos comerciantes somalis ao norte em troca de armamentos e munições<sup>381</sup>.

No contexto dos prazos, a fuga para outro prazo, sob a proteção de outro senhor costumava ser mais vantajoso, assim, embora o prazo de Massangano não fosse diferente dos demais, constantemente vemos justificativas para a ocupação e destruição de sua aringa, com a alegação de ser um “covil de salteadores”.

Nos relatos sobre esse episódio, destaca-se com frequência a relação de compadrio entre Bonga e o governador Gouveia. Contudo, é importante reconhecer que, nesse contexto, as relações sociais e políticas eram marcadas por uma complexidade que ia além dos vínculos pessoais aparentes. Diferentes arranjos e alianças compunham as estratégias diplomáticas locais, muitas vezes em desacordo com a lógica administrativa idealizada por Portugal para suas províncias africanas. Na prática, governadores, capitães e soldados buscavam integrar-se às redes comerciais e políticas locais, frequentemente por meio de casamentos estratégicos e relações de parentesco. O próprio Gouveia, há 15 anos em Moçambique, casou-se com uma Dona da Zambézia, parente do senhor de prazo português Isidoro Correia Pereira. Nesse cenário, o batismo dos filhos de Bonga na igreja católica de Tete, sobretudo a escolha do Governador Gouveia como compadre, deve ser entendido como um gesto diplomático, voltado à afirmação de boas relações com a administração portuguesa, e não como um sinal inequívoco de subordinação ou lealdade pessoal.

Ao observarmos as relações de poder locais em um contexto multicultural, percebemos que elas estão ancoradas em laços de parentesco e gênero, sendo socialmente

---

<sup>380</sup> Capela, *Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos*, p. 80

<sup>381</sup> Lovejoy, *A escravidão na África*, p.377



construídas e marcadas por uma natureza dinâmica das categorias sociais em jogo.<sup>382</sup> No entanto, no imaginário da metrópole portuguesa — moldado por preceitos cristãos e por ideais modernos de administração e moralidade — predominava uma visão binária e rigidamente definida da ordem social. Nesse quadro, a expansão política e econômica era concebida em oposição aos processos de imersão social e cultural vivenciados pelos agentes portugueses no terreno. Aqueles que se envolviam profundamente com os mundos locais eram frequentemente classificados como “homens desajustados” ou “corruptos”, acusados de comprometer os interesses da metrópole. Essa visão ignorava ou desconsiderava a complexa influência de figuras como as mulheres africanas e mestiças, entre elas as Donas zambebianas, cujas atuações eram centrais na articulação do poder regional.<sup>383</sup>

Embora sejam frequentes as acusações de corrupção e as demonstrações metropolitanas de desagrado com essas relações, personagens como Gouveia sabiam que essas alianças representadas pelo vocabulário do parentesco, eram fundamentais para manutenção da sua “autoridade”, quiçá presença, nesses territórios. Essa relação de compadrio, que estabelecia um tipo de parentesco por afinidade, era benéfica para ambos os poderes: enquanto o Bonga conseguia presentes e armamentos, por exemplo, Gouveia assegurava a segurança do território próximo a Tete contra os Ngunis, bem como a passagem segura de viajantes pelo Zambeze, e é possível que, devido a essa “cordialidade”, Gouveia não cobrasse os impostos referentes a Massangano e nem formalizasse as queixas feitas por moradores e comerciantes portugueses sobre o *mambo*, até aquele momento. Mas, independente desta relação de compadrio, a desconfiança mútua era existente. Como descreveu Livingstone, o Bonga não confiava nos portugueses, da mesma forma que Gouveia não estava satisfeito com a política expansionista do Bonga, inclusive revelando o desejo de “destruir aquele covil de salteadores assassinos”.<sup>384</sup>

Quando o sr. Miguel Gouveia saiu de Tete para bater o Bonga, apareceram em Lisboa diferentes motivos que o levaram a fazer aquela guerra. Uns dizem que o sr. Miguel Gouveia atraído por negócios comerciais que tinha com o Bonga, fizera aquela infeliz guerra de que fora vítima. Outros dizem que o Bonga tendo-lhe fugido muitos pretos e pretas para Tete, em consequência dos flagíciosos que lhe dava, fizera a guerra aos moradores, e lhes devastar tudo quanto ficava fora da fortaleza, e que isto causando muita

---

<sup>382</sup> Para saber sobre as relações de poder atrelada às dinâmicas de relações de gênero e parentesco na Guiné Bissau vê Havik, P. J. *A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau nos séculos XVII e XIX*. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 27, 2002, p. 79-80

<sup>383</sup> Havik, *A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial*, p.81

<sup>384</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p. 80-81



desesperação em Tete, os moradores obrigaram o governador a ir em pessoa fazer a guerra.<sup>385</sup>

O trecho apresenta uma análise das diferentes interpretações sobre os motivos de Gouveia para declarar guerra a Bonga, ilustrando como interesses econômicos, pressões locais e dinâmicas sociais poderiam estar entrelaçados. Embora Livingstone não seja considerado um narrador totalmente confiável, é interessante observar como ele destaca algumas das tensões existentes. A primeira versão sugere que Gouveia, atraído por interesses comerciais com Bonga, teria iniciado a guerra. Essa interpretação insinua que interesses econômicos, como o tráfico de escravizados, o comércio de marfim ou outros bens, poderiam ter influenciado a ação de Gouveia. Assim, ele seria mais um entre os negociantes que se sentiam “prejudicados” por Bonga.

Por outro lado, a segunda versão propõe que a guerra foi uma resposta a uma série de fugas de escravizados de Bonga para Tete, o que nos leva a questionar por que os escravizados teriam fugido de Massangano. Contudo, Livingstone novamente omite o papel dos outros poderes na trama, embora estes exercessem um poder decisivo na vila de Tete e fossem a maior força militar nas expedições portuguesas. Assim, é interessante considerar que, se Gouveia é uma “vítima” — o que não considero ser o caso — ele também seria uma vítima das dinâmicas de poder em jogo.

A documentação consultada não possibilita entender a eventual participação de Gouveia no comércio de marfim e outras mercadorias, nem no tráfico de pessoas escravizadas. No entanto, considerando a remuneração insuficiente que os funcionários da coroa recebiam da metrópole e a alternativa de enriquecimento “fácil” através do tráfico, é uma possibilidade a ser ponderada. Para além dos interesses pessoais, a posição estratégica da aringa do Bonga, as rivalidades entre as autoridades políticas, os conflitos por território e questões comerciais eram constantes, e quase sempre os portugueses estavam envolvidos, seja por força do apoio “garantido” pelos tratados de vassalagem ou para obter alguma vantagem na disputa. Assim, a confluência de fatores desaguou nessa expedição militar disfarçada de “ação policial armada para restabelecer a ordem pública”.<sup>386</sup>

Voltando à expedição, o remanescente dos soldados voltou para Tete e, após ser informado das notícias do desastre e da prisão de Gouveia, temeroso de uma invasão dos *achichunda* do Bonga ao forte de Tete, o governador interino buscou urgentemente reunir-se

<sup>385</sup> *Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa*, ANO 06 mai.1868, Nº025, p. 919

<sup>386</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p. 89



com os moradores e negociantes de Tete para discutir ações a serem tomadas. A conclusão a que chegaram foi a necessidade de estabelecer um acordo de paz com o Bonga. Para isso, procuraram a ajuda da Dona Maria do Marango, irmã do Bonga, que vivia próxima à vila de Tete, para intermediar as negociações.<sup>387</sup> Contudo, já era tarde; Gouveia e os outros prisioneiros já estavam mortos. Ao chegar à ilha de Moçambique, sede da administração portuguesa, a notícia sobre a morte de Gouveia, o Governador Geral imediatamente organizou uma expedição punitiva contra o *mambo*.

O episódio envolvendo Gouveia e Bonga, frequentemente interpretado como um conflito entre um agente da Coroa e um “vassalo insubmisso”, evidencia a complexidade das formas de poder na Zambézia do século XIX. A relação de compadrio entre os dois, mais do que um vínculo pessoal, deve ser entendida como um recurso político, acionado dentro de uma gramática de alianças baseada no parentesco e na negociação. Gouveia, mesmo alvo de críticas por parte da administração metropolitana, sabia que a manutenção de sua autoridade — e, por vezes, da própria presença física — dependia dessas alianças, construídas localmente.

Para Bonga, por sua vez, essas relações não implicavam submissão, mas eram parte de uma estratégia de legitimação de seu poder como senhor de prazo e líder político reconhecido por diversos atores políticos. A desconfiança mútua, alimentada por acusações de traição, comércio lícito e ilícito e proteção à foragidos, culminou em um confronto que revelou o choque entre diferentes racionalidades políticas. O fracasso da expedição não representa apenas um revés militar, mas sim um sintoma mais profundo das limitações do projeto português naquele contexto. Esse episódio, portanto, não deve ser lido como exceção, mas como expressão de uma forma de governar que se apoiava na incerteza, na negociação e na sobreposição de autoridades, um padrão recorrente na configuração do poder na Zambézia senhorial.

---

<sup>387</sup> *Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez*. ano 03 de dezembro de 1867, nº 274, p. 3345. Disponível no Diário do Governo Digital <https://digigov.cepese.pt/pt/>; Documento nº 5- Ofício do encarregado do governo José Antunes da Cunha in Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p. 560-561



### 3.2.2

#### A vingança mal sucedida

NOTÍCIAS NAVAIS- O corveta *Infante D. João*, da estação da África oriental, consta que saiu de Moçambique para Quelimane, levando mais forças para a expedição da Zambézia contra o rebelde Bonga.<sup>388</sup>

Quando a notícia da morte do Governador do distrito de Tete Miguel Augusto Gouveia chegou à Ilha de Moçambique, o Governador Geral decidiu por organizar imediatamente uma expedição punitiva. Em dezembro de 1867, chegava a Quelimane o batalhão de infantaria nº 1 enviado de Moçambique pelo recém-empossado Governador Geral Correia de Lacerda,<sup>389</sup> a fim de formar uma expedição com 400 homens juntamente com os praças do batalhão de Quelimane e Sena para marcharem contra o Bonga em Massangano, cuja “ousadia se tornara indispensável para castigar”.<sup>390</sup> Para comandar a expedição, nomeou o novo Governador do distrito de Tete, João José de Oliveira Queiroz.

Os praças desses batalhões não tinham treinamento militar, eram imigrantes portugueses, considerados criminosos ou incorrigíveis pela Coroa e enviados para Moçambique em degredo.<sup>391</sup> Na formação da expedição, além dessas praças, juntaram-se aproximadamente 2 mil *achichunda* de prazeiros “aliados” da administração portuguesa, ou desafetos do Bonga. Essas milícias particulares eram compostas por *achicunda* do tenente e negociante Francisco Torresão, somados aos *achicunda* do prazeiro e marido de Dona Luísa da Cruz, Belchior do Nascimento, e os homens do prazeiro Manuel Antonio de Sousa. Além desses, outros negociantes enviaram seus *achicunda* para reforçar as colunas, como visto no capítulo 2.<sup>392</sup>

<sup>388</sup> *A Civilização da Africa Portuguesa*. Ano 1868, nº 76, p. 301. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira <http://memoria.bn.br>.

<sup>389</sup> *Diario de Lisboa- folha official do governo portuguez*. ano 17 fev. 1868, nº 38.

<sup>390</sup> *Diario de Lisboa- folha official do governo portuguez*. ano 21 mar. 1868, nº 66.

<sup>391</sup> A política de degredo era utilizada por Portugal desde o século XV, inicialmente utilizada para fortalecer as missões enviadas à África. Na era moderna, com as mudanças sociais e políticas em Portugal, bem como as sucessivas crises econômicas, a vadiagem e a mendicância, além dos crimes de homicídio, roubo, sequestro, contrabando de tabaco, tentativa de fuga da cadeia, entre outros, tornaram-se motivos para o degredo. O objetivo era o afastamento de indivíduos que constituíssem ameaça ao bom funcionamento da ordem pública, à estabilidade política e social na metrópole, como “pecadores”, judeus, ciganos, republicanos e outros opositores do Rei. Além disso, com o crescente interesse de outros países europeus na instalação de colônias militares africanas, o envio de condenados foi uma alternativa recorrente e assídua no povoamento das províncias. Para saber mais sobre a política de degredo em Angola no século XIX vê Cunha, Anabela. *Degredo para Angola: sentença de morte lenta (1850-1932)*. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 18, n.02, 2013, p. 87-104

<sup>392</sup> Botelho, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*, p. 186



Após atrasos que fizeram com que a marcha durasse 42 dias, a expedição de Queiroz chegou ao prazo de Massangano, e em três dias suas forças estavam posicionadas em frente à aringa do *mambo*. Em seu testemunho, Queiroz afirma que ordenou à tropa colocar a mira da peça de artilharia sobre a casa do Bonga, onde diziam ter pólvora, conseguindo assim incendiar as palhotas que se encontravam dentro da fortificação.<sup>393</sup> Mas logo em seguida algumas *achicunda* aparecem para apagar o fogo, e, como consequência, um deles acabou sendo morto. Tendo em vista que o Bonga não aparecia, Queiroz mandou suspender os tiros, para evitar desperdício de munição.

Após dois dias sem qualquer reação, o comandante determinou a transferência da artilharia para uma posição próxima à margem do rio Zambeze, visto que essa parecia ser uma área mais vulnerável da aringa. Dessa forma, seria possível tentar criar uma abertura na paliçada e permitir a entrada das tropas. Enquanto isso, do outro lado, próximo ao desfiladeiro Lupata, os auxiliares atacariam em outros pontos. Entretanto, a expedição foi organizada durante um período de seca, no qual as comunicações através do rio se tornavam mais difíceis e as enfermidades causadas pelo calor excessivo tornavam-se mais comuns.

Após ser acometido pela malária, Oliveira Queiroz passou o controle das operações ao Capitão Valdez e partiu rumo ao prazo de Dona Luísa, o Goengue, deixando instruções para que a expedição prosseguisse. No entanto, as tropas se encontravam sem munição e suprimentos, para não falar dos diversos soldados que haviam desertado ou estavam doentes. Diante das perdas, Valdez deu ordens para que o restante das tropas se retirasse para Tete, por ser a vila mais próxima. O Manuel Antonio de Sousa, entretanto, alegou que isso poderia ser perigoso e expô-los a ataques do Bonga, pois para chegar a Tete teriam que atravessar todo o território de Massangano.<sup>394</sup> Assim, as tropas se retiraram para o prazo do Goengue, com objetivo de esperar reforços.

O capitão Luke Norman, um oficial do exército britânico que passou pela região em uma excursão de caça a grandes animais pelos rios Zambeze e Chire em direção ao Lago Nyassa, registrou em seu diário que, ao pernoitar no prazo do Azevedo no Mazaro, ouviu notícias sobre soldados portugueses que haviam participado da expedição a Massangano, à beira da morte e apresentando sintomas de malária, que estiveram próximos ao prazo. Segundo as palavras pouco favoráveis do prazeiro Azevedo:

---

<sup>393</sup> Carneiro, J. P. *Defesa feita perante o conselho de guerra da 1ª divisão militar na causa em que era acusado João José de Oliveira Queiroz- Tenente Coronel Comandante da primeira expedição à Zambézia*. Lisboa: Typographia do Paiz, 1874, p.7

<sup>394</sup> Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p. 188



Eles são um bando de ruminantes e foram bem derrotados pelos nativos. Enquanto bombardeavam uma paliçada nativa, os nativos, que a haviam evacuado, fizeram uma marcha de flanco e capturaram seu acampamento e suprimentos, de modo que, sem nada para comer, tiveram que se retirar e chegar à costa o mais rápido possível. Agora estão morrendo às dezenas de disenteria e diarreia.<sup>395</sup>

A essa altura, o Tenente-Coronel Queiroz já tinha sido transferido para Quelimane devido à piora da febre. Os sobreviventes que chegaram ao Goengue também não estavam em boas condições; sem mantimentos, remédios, amedrontados pelo suposto contra-ataque do Bonga e vários deles com sintomas de malária, exigiram imediatamente retornar a Quelimane. Essa atitude, interpretada como insubordinação pelos superiores, na verdade era apenas uma ação desesperada para sobreviver. Alguns dias depois, desembarcaram em Quelimane, e a expedição foi oficialmente encerrada.

Quando o Governador Geral, em Moçambique, tomou conhecimento do desfecho das operações, destituiu Queiroz e designou o Tenente-Coronel Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcelos como seu substituto. Passados meses, quando as notícias chegaram a Lisboa, tanto os oficiais metropolitanos quanto a opinião pública se viram perplexos diante dos infortúnios, atribuindo os desastres à prática de “feitiçaria” pelo Bonga, e colocando a culpa dos resultados desastrosos da expedição sobre Queiroz. Por fim, o coronel foi submetido a um processo judicial por ter “abandonado” a expedição, e somente em 1874 seu caso foi julgado pelo conselho de guerra, resultando em sua absolvição das acusações.<sup>396</sup>

Assim, essa expedição punitiva fracassada não apenas evidenciou as dificuldades militares e logísticas enfrentadas pelos portugueses na Zambézia, mas também refletiu a complexa rede de relações de poder envolvendo diversos atores, a exemplo dos prazeiros, comerciantes e as milícias de *achicunda*. As falhas da operação demonstraram, ainda, a fragilidade da autoridade portuguesa e a difícil adaptação dos soldados portugueses às condições adversas da região.

Embora o Bonga tenha sido descrito como responsável por “feitiçaria” e por outras ações que teriam contribuído para a derrota da expedição, o fracasso não pode ser explicado apenas por superstições ou fatores externos. As condições de saúde, as tensões internas e a falta de preparo adequado das tropas, incluindo a deserção e os problemas logísticos, foram fatores cruciais para o colapso da operação. A resposta das autoridades portuguesas, com a substituição de Queiroz e o processo judicial subsequente, refletiu uma tentativa de se eximir

<sup>395</sup> Hobson, “*A Hunting Trip to Mozambique in 1868*”, p. 208

<sup>396</sup> *Diário de Lisboa- folha official do governo portuguez*. ano 09 set. 1874, nº 201, p.1428



das responsabilidades e de encontrar um culpado para o insucesso, mas também dar resposta a uma sociedade que começava a questionar os métodos administrativos no Ultramar.

Nesse sentido, a expedição organizada após a morte de Gouveia não representou a restauração de uma ordem abalada, mas sim a tentativa de conter uma autoridade política local que não operava dentro dos marcos esperados pela administração portuguesa, mas ao mesmo tempo mobilizava códigos portugueses. A “vingança” não se dirigia contra um subordinado que se rebelava, mas contra um senhor estabelecido, cujas alianças, redes comerciais e reconhecimento regional consolidavam sua posição.

A composição da expedição punitiva — marcada por improvisação, alianças frágeis e rivalidades locais — revela que não havia um comando unificado, nem clareza sobre como enfrentar Bonga em seus próprios termos. O fracasso da expedição não diz respeito apenas à sua derrota militar, mas à completa incapacidade de compreender as lógicas políticas do espaço zambeziano. Portanto, a chamada “vingança” falha mais como leitura do território do que como ação armada: Bonga não era um desajuste a ser corrigido, mas uma expressão da ordem política vigente — e foi justamente essa realidade que a administração portuguesa, mesmo com seus aliados locais, não conseguiu enfrentar.

### 3.2.3

#### **Mais uma expedição se organiza...**

POR CARTAS PARTICULARES- recebidas de Moçambique, sabe-se que no dia 2 de Maio último partiu de Quelimane para Tete a segunda expedição, que ia desalojar da sua notável aringa, o famigerado Bonga, que o major Queiroz não conseguira bater, apesar de segundo se protelar, ter consumido contra aquele chefe indigena mais de 80.000 cartuchos. Esta segunda expedição era comandada pelo Tenente Coronel Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcellos, que devia ser acompanhado pelo governador geral da província, mas parece que isto não pode verificar-se, porque alguns habitantes da capital representaram contra a saída do governador para Quelimane.

*(Do Diário Popular)*<sup>397</sup>

Em Moçambique, temendo a invasão às vilas de Sena e Tete, o Governador Geral Correia de Lacerda preparava uma nova expedição, agora liderada pelo Coronel Portugal e Vasconcelos. Além do remanescente de soldados do Batalhão de Zuavos Reais e do Batalhão de Quelimane, que estavam estacionados em Quelimane, foram mandados mais de uma centena de homens recrutados nas vilas por meio de decreto; e de Portugal foi enviado uma

---

<sup>397</sup> *A Civilização da África Portuguesa*. Ano 1868, nº 111, p. 360



tropa com aproximadamente 90 soldados. Em marcha até Massangano, se juntaram às tropas os *achicunda* de negociantes e prazeiros como Belchior do Nascimento e Manuel António de Sousa.

Ao contrário da expedição anterior, essa contava com suprimentos e armamentos em quantidade suficiente para a viagem inteira, sem passarem por privações, e partiram em uma época com condições favoráveis de navegação pelo Zambeze. Depois de alguns meses após saírem de Quelimane, estabeleceram um acampamento em Massangano e cercaram a aringa onde o Bonga se encontrava, disparando contra ele durante dias consecutivos e a partir de diferentes posições de ataque.

O tiroteio cessou quando Bonga hasteou a bandeira portuguesa, solicitando uma trégua: um gesto político destinado a lembrar aos seus oponentes que ele também era súdito do rei de Portugal. Afinal, além de ser senhor de prazo reconhecido, detinha o posto de sargento-mor de Massangano e possuía um acordo de oferecimento firmado com a administração portuguesa. Em resposta, Portugal e Vasconcelos exigiu a sua presença para tratar das negociações, porém o *mambo* enviou uma comitiva liderada por seu irmão e cazembe, o Nhamezinga (Vitorino Vicente da Cruz). É possível que, por conselhos dos *cazembes* e consulta aos *mp'ondoros* não tenha ido pessoalmente.<sup>398</sup> Nhamezinga, por sua vez, exigiu um refém, que foi entregue pelos portugueses, e retornou para o interior da aringa. Diante da demora nas tratativas e irritado com a condução da negociação, o coronel Portugal e Vasconcelos ordenou a retomada do fogo, mesmo com a bandeira portuguesa ainda hasteada sobre a posição de Bonga.

O hasteamento da bandeira portuguesa sobre a aringa não foi um reconhecimento da autoridade externa, mas provavelmente uma forma de inverter os termos do confronto. Ao acionar um símbolo português, Bonga buscou frear o avanço militar que já tinha causado sérios danos no interior da aringa e também deslocar o campo da guerra para o da diplomacia, evidentemente sob seus próprios termos. Em outras palavras, era um gesto calculado, que colocava os portugueses diante de um dilema: ou reconheciam a legitimidade do interlocutor afro-português, ou violavam o próprio símbolo da soberania que diziam representar.

Ademais, a opção do Bonga por enviar um cazembe, que também era seu irmão, como emissário e manter a bandeira portuguesa hasteada deve ser compreendida à luz das formas

---

<sup>398</sup> Rita-Ferreira, Antonio. *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical- Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982, p. 255-256



africanas de negociação política, que mobilizavam redes de parentesco, autoridades rituais e símbolos de poder de forma dinâmica e pragmática. Como observa Jean-François Bayart, a política no continente africano historicamente se constitui por uma “extraversion”, uma capacidade de apropriar-se de recursos, linguagens e signos externos para fins internos de consolidação de autoridade<sup>399</sup>. Nesse sentido, Bonga não se rendia ao avanço português, mas utilizava um de seus principais emblemas — a bandeira — como instrumento tático para travar o avanço militar e reposicionar-se como autoridade legítima e interlocutor necessário. O seu gesto, portanto, se inscreve nessa ambiguidade produtiva: uma negociação com os portugueses que não pressupunha submissão, mas reafirmação de sua própria centralidade política em Massangano e no espaço zambeziano.

Os *achicunda* dentro da aringa responderam ao ataque com a artilharia disponível, todavia, o poder de fogo dos portugueses era maior e as perdas foram grandes para o Bonga. Enquanto isso, os *achicunda* da expedição começavam a desertar, desguarnecendo a Serra Enganadora, atrás da aringa. Então, em um ataque surpresa, diversos *achicunda* saíram de dentro da aringa, armados com espingardas, zagaias e machadinhas. Os bonguistas atacaram os pontos mais fracos dos portugueses, provocando uma desestabilização entre as suas tropas.<sup>400</sup>

À medida que as tropas portuguesas se dispersavam, elas se dividiram entre aqueles que procuravam sobreviver escondendo-se nas matas, e aqueles que optaram por pular no rio na tentativa de alcançar a margem esquerda, enquanto alguns ainda tentavam resistir ao ataque.<sup>401</sup> De acordo com Pélissier, cerca de 74% das tropas portuguesas foram perdidas.<sup>402</sup> Os poucos soldados que conseguiram escapar fugiram para a vila de Sena.

Em uma correspondência enviada a Lisboa, o governador de Quelimane informou que todo o equipamento militar e demais suprimentos ficaram sob a posse do Bonga; e o comandante da expedição, Portugal e Vasconcelos, foi morto, talvez durante o confronto ou mais tarde, pelo próprio Bonga.<sup>403</sup> O que se sabia era que a cabeça de outro oficial português estava exposta nas estacas de Massangano e o Bonga acumulava mais uma vitória. Nos relatos

<sup>399</sup> Embora Jean-François Bayart concentre sua análise no período colonial e nas guerras de libertação, a noção de *extraversion* é útil para compreender o uso estratégico que Bonga faz dos símbolos portugueses. Trata-se de uma lógica pela qual atores políticos africanos se apropriam de signos externos de poder para reforçar sua própria legitimidade e autoridade em contextos locais. Bayart, Jean-François. *The state in Africa: the politics of the belly*. London: Longman, 1996, p. 74

<sup>400</sup> Como os homens do Bonga eram chamados pelos portugueses durante as expedições.

<sup>401</sup> *A Civilização da África Portuguesa*. Ano 1868, nº 91, p. 440-441

<sup>402</sup> Pélissier, René. *As Campanhas Colonias de Portugal (1844-1941)*. Lisboa: Estampa, 2006, p.431-432

<sup>403</sup> *Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez*. ano 06 nov. 1868, nº 253, p.2645-2647



portugueses, a decapitação e exposição das cabeças de oficiais portugueses nas estacas de Massangano foram descrito como barbárie e vingança por parte do mambo. E ainda que tal prática possa possuir significados específicos no universo cultural do Bonga, trata-se também de uma estratégia recorrente em sociedades guerreiras, presente em diversas culturas históricas. Ao expor a cabeça do inimigo, o objetivo prático era duplo: intimidar potenciais adversários e impor respeito por meio da materialização da vitória. No contexto dos prazos, onde a autoridade se sustentava tanto pela força quanto pela legitimidade herdada e/ou construída, tais gestos públicos tinham forte peso performativo e político.<sup>404</sup>

De acordo com Teixeira Botelho, após os eventos desastrosos para os portugueses, a Câmara Municipal de Tete decidiu oferecer um acordo de paz ao Bonga, solicitando que ele permitisse o trânsito livre através do rio Zambeze e entregasse todo o material de guerra que estava sob sua posse.<sup>405</sup> O marfim retido em Tete foi transferido para Quelimane sem a intervenção do Bonga. No entanto, não houve resposta em relação ao material de guerra, provavelmente por não confiar nas palavras dos agentes portugueses.

O marfim foi ainda o que mais influenciou no movimento comercial. Este produto, como se sabe, vem quase todo dos outros portos da província por trânsito ao mercado d'esta cidade [Moçambique]; um para ser vendido, outro para pagamento de fazendas aqui tomadas, sendo depois todo exportado para os portos da Índia portuguesa e inglesa.<sup>406</sup>

De acordo com os registros da Alfândega de Moçambique, no final da década de 1860, o marfim permanecia como um dos principais produtos de exportação. Em 1869, foi observado um substancial aumento na receita nas finanças públicas devido ao acúmulo de marfim em Tete, resultado da interrupção do trânsito português pelo rio durante as guerras com o Bonga no final do ano anterior. Assim, além dos danos e prejuízos financeiros causados pelo fracasso da expedição,<sup>407</sup> Portugal também enfrentava prejuízos comerciais pela interrupção do fornecimento do marfim oriundo da Zambézia.

O marfim aqui é descrito como um produto de grande importância econômica, sendo uma das principais mercadorias que circulavam entre os portos da província e os mercados da ilha de Moçambique, antes de ser exportado para a Índia, tanto a portuguesa quanto a inglesa. O texto ainda evidencia que o marfim não provinha diretamente da ilha de Moçambique, mas sim de outros portos da província, sugerindo que o comércio era estruturado de maneira

<sup>404</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.152

<sup>405</sup> Botelho, *História Militar e Política dos portugueses em Moçambique*, p. 200-201

<sup>406</sup> *Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez*. ano 05 out. 1870, nº 224, p. 1335

<sup>407</sup> *Debates Parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa*, ano 26/05/1871, nº053.



interligada entre diferentes áreas de presença portuguesa. Isso ilustra uma rede de comércio que envolvia várias partes da província, com Moçambique sendo um centro de redistribuição de mercadorias.

A menção ao comércio de marfim ilustra como, ainda na década de 1860, o marfim representava um motor econômico importante, exportado para os portos da Índia, tanto portuguesa quanto inglesa, assim destaca como os países europeus começavam a competir entre si pelos recursos naturais e mercados. Isso também sublinha o papel de Moçambique e outras áreas do Índico na complexa rede de trocas transcontinentais que envolvia portugueses, britânicos, africanos, indianos e outros atores.

Portanto, a decisão de Bonga de não interferir no transporte do marfim após a expedição portuguesa, que lhe causou grandes prejuízos materiais e humanos, revela uma dimensão estratégica em sua atuação política. Longe de ser um gesto de recuo ou submissão, essa escolha pode ser interpretada como um cálculo consciente de preservação de forças, uma mensagem ambígua de poder, na qual ele mostrava que não se opunha ao comércio, mas sim à tentativa de interferência sobre sua autoridade. Mais do que isso, essa postura indica a consolidação de seu domínio sobre a região, evidenciada pelo fato de que a Câmara de Tete lhe ofereceu um acordo de paz. Ao optar por não impedir a movimentação de uma das principais riquezas locais, Bonga reafirmava sua capacidade de controlar o território e demonstrava que sua oposição não era ao comércio em si, mas à tentativa portuguesa de eliminá-lo e tomar Massangano, ameaçando diretamente seu poder e influência na região zambeziana.

### 3.2.4

#### **O grande desastre em Massangano**

O conselho do governo julgou do seu dever levar imediatamente ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup> se digne dar as providências que julgar convenientes para a província de Moçambique que não tenha que brevemente sentir a total perda dos seus mais ricos terrenos da Zambézia. Atualmente acha-se esta província sem a mais pequena força de que possa dispor para acudir em parte àquele desgraçado acontecimento, cujas calamitosas consequências são bem fáceis de prever. Por aqueles ofícios v. ex.<sup>a</sup> verá que a estas horas a vila de Tete se acha invadida e tomada pelos rebeldes, e no mesmo estado se deve desgraçadamente achar a vila de Sena.<sup>408</sup>

---

<sup>408</sup> Ofício enviado pelo Conselho do Governo da província de Moçambique ao Ministro e o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. *Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez*. ano 06 nov. 1868, nº 253, p.2646



Ao analisar as palavras do conselho do governo de Moçambique enviadas a Lisboa, é possível identificar algumas informações relevantes sobre a situação na Zambézia. A dificuldade nas comunicações entre o interior e a capital da província, localizada na Ilha de Moçambique, a especulação do Conselho sobre o que realmente teria ocorrido nas vilas da Zambézia. Além disso, é evidente o clima de terror e medo que se espalhou tanto na província quanto em Lisboa, criando cenários desastrosos e posicionando Bonga como o principal inimigo da expansão portuguesa no interior da Zambézia.

Apesar das especulações, não há registros de que Bonga tenha invadido as vilas de Tete e Sena ou retaliado as forças portuguesas. Pelo contrário, o tráfego fluvial continuava sem qualquer interferência ou bloqueio por parte dele. Capela afirma que essa alternância entre negociações e conflitos era um aspecto da diplomacia no Zambeze.<sup>409</sup> Tanto que, após as expedições, eram buscados acordos de paz e a restauração de relações cordiais. Para o autor, quem mais sentiu o impacto das derrotas foi o governo em Lisboa.

Apesar das opiniões contrárias na Câmara dos Deputados quanto à forma como a expedição foi organizada, o Ministério do Ultramar formou um batalhão de soldados europeus e o enviou para a província de Moçambique. Com o objetivo de incentivar o alistamento, foram oferecidas vantagens salariais aos oficiais e soldados que se voluntariassem para a expedição. Também foi formado um batalhão em Goa, e os mesmos benefícios foram concedidos aos soldados goeses que participassem.<sup>410</sup> Embora tenha sido solicitado apoio de Angola, não foi possível enviar tropas. No total, chegaram a Quelimane aproximadamente 856 soldados de tropas regulares, liderados pelo Tenente-Coronel Tavares de Almeida; um número superior ao de qualquer outra expedição organizada na região.

Além das tropas regulares, um grande contingente de africanos escravizados integrou a expedição como auxiliares, marinheiros e carregadores; os *achicunda* dos prazeiros “aliados” também foram alistados. Mas, apesar da busca pela superioridade numérica, o mito da invencibilidade do Bonga já se espalhara, assim como a desconfiança em relação à liderança dos portugueses, o que resultou em uma crise de comando desde o início da expedição.

Mesmo antes de chegar a Massangano, as tropas já enfrentavam diversas dificuldades. Ao aportar em Quelimane, possuíam provisões, armamentos e medicamentos suficientes para toda a viagem de ida e volta, além da estadia em Massangano. No entanto, a jornada até o Goengue demorou mais do que o previsto. Durante o trajeto, vários soldados europeus e goeses contraíram malária ou adoeceram devido ao clima extremo: calor intenso durante o dia

<sup>409</sup> Capela, *Donas, Senhoras e escravos*, p.153

<sup>410</sup> *Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez*. ano 04 jan. 1870, nº 2, p.21



e chuvas torrenciais à noite. Segundo o registro de falecimentos do Batalhão de Caçadores da Zambézia, na enfermaria instalada no Goengue, as doenças mais frequentes entre os soldados eram diarreia, febre perniciosa, gangrena, tuberculose pulmonar, febre e anemia. Em dezembro de 1869, por exemplo, foram registrados 126 casos com esses sintomas.<sup>411</sup>

Esses relatos também são mencionados pelo Major José Joaquim Ferreira: “os doentes, também às dezenas, apáticos ou gemebundos, amorrados ou inquietos, sofriam as variações climáticas e os incômodos da deslocação, estendidos nos fundos das embarcações sobre molhos de capim”.<sup>412</sup> Isso evidencia que o quinino, medicamento transportado de Portugal para combater os sintomas da malária, revelou-se insuficiente diante da grande quantidade de enfermos.

Além do mais, as tripulações e os auxiliares estavam constantemente desertando, resultando assim, em embarcações deixadas para trás com suprimentos e até mesmo com soldados doentes, o que inevitavelmente resultava em atrasos. Após semanas, finalmente conseguiram chegar ao prazo do Goengue. Passaram mais tempo do que o previsto na aringa de Dona Luíza e Belchior, pois a dificuldade para encontrar carregadores e marinheiros para repor os desertores era grande. Nesse ínterim, os mantimentos começaram a rarear e passaram a ser racionados.

À medida que adentravam o sertão zambeziano, os boatos sobre a invencibilidade de Bonga e suas práticas de ‘feitiçaria’ se intensificavam. Durante a estadia no Goengue, a situação dos soldados piorou quando seus acampamentos foram assaltados durante a noite e as provisões foram roubadas. O major Ferreira relata que “os pretos” atribuíam esses eventos à feitiçaria do Bonga.<sup>413</sup> No entanto, o próprio major Ferreira afirma em sua narrativa que a Zambézia estava em uma situação de escassez, devido aos assaltos dos “cafres” e à seca; assim, qualquer pessoa poderia ter roubado as provisões, sem que fosse necessário recorrer ao uso de feitiçarias ou que tivesse sido gente de Massangano.

Anos mais tarde, os portugueses acusaram Dona Luíza de traição e de ser cúmplice de seu irmão, alegando que ela agia secretamente para retardar ou inviabilizar a expedição, visto que os comerciantes que subiam o Zambeze pararam em suas terras para “transpor as fronteiras de Massangano para chegar até Tete e dali até o Zumbo, mais ao interior”.<sup>414</sup> Essa narrativa, porém, não tinha fundamento, sendo reflexo do discurso de Augusto de Castilho contra a família Cruz, ao qual ele liderava uma expedição em 1888.

---

<sup>411</sup>AHU, Governo de Quelimane, Cod. 1616, ref. 038/16, *Registro da enfermaria do Goengue*

<sup>412</sup> Ferreira, *Expedição da Zambézia*, p. 16-20

<sup>413</sup> Ferreira, *Expedição da Zambézia*, p. 47

<sup>414</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p.164



Imagem 3- Expedição da Zambézia (1869)<sup>415</sup>

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Governo da Província de Moçambique, cód. ref. 064/00498, Iconografia\_moçambique e regiões Panorâmicas, D. 498. *Expedição da Zambézia*. 16 de maio de 1869

Diante dessa situação extrema, o conselho de guerra se reuniu para decidir o que deveria ser feito e, após debates, optou-se por marchar imediatamente até a aringa, apesar das baixas nas tropas. Quando chegaram ao prazo, Massangano estava preparada para o combate. O Bonga havia ordenado a retirada dos telhados das casas, que eram feitas de palha e estavam ressecadas com o sol, e poderiam ser facilmente incendiadas.<sup>416</sup> Assim, despreocupados com os incêndios, poderiam concentrar suas forças em repelir os portugueses. Então, quando as tropas portuguesas chegaram próximo a aringa foram recebidas com tiros pelos bonguistas.

Após esses confrontos iniciais, provavelmente pensando na sua sobrevivência, tropas de *achincunda* de prazeiro e negociantes “aliados”, incluindo as de Belchior, desertaram. Com isso as colunas portuguesas ficaram ainda mais vulneráveis, mas continuaram seguindo em frente. O Major Ferreira relata que quando os tiros se intensificaram sobre a aringa, o Bonga ordenava o deslocamento de grupos de *achicunda* para o Luenha, de modo a atrair os portugueses para outros pontos e proteger a aringa.

Diferentemente de Dona Luísa, seu marido Belchior do Nascimento nunca foi acusado de traição. Pelo contrário, ao final da terceira expedição, recebeu condecorações e foi nomeado capitão-mor do Goengue e do Mahembe pelos serviços prestados à Coroa. É interessante notar que, como vimos anteriormente, o prazo do Mahembe pertencia ao Bonga e

<sup>415</sup> Produzida por H. Pedroza no contexto da chegada das colunas portuguesas a Massangano, a obra tenta representar as casas da aringa, próximas ao rio Zambeze, e a serra Enganadora ao fundo, numa tentativa de registrar a visão panorâmica do território.

<sup>416</sup> Ferreira, *Expedição da Zambézia*, p. 60



foi oferecido ao rei de Portugal pelo próprio em 1863. No entanto, Bonga nunca foi condecorado como sargento-mor do Mahembe, isso evidencia que esse título estava muito mais atrelado aos alinhamentos de interesses do que a administração da justiça nos prazos. Ademais, como destaca Iamara Nepomuceno, Belchior tinha posicionamentos ambivalentes: opôs-se a Bonga, demonstrando grande interesse em sua derrota, uma vez que as ações do cunhado atrapalhavam seus negócios no curso do Zambeze. Ao mesmo tempo, Belchior ajudou soldados a fugir e enviou ordens expressas para matar. Além disso, como observamos, os *achicunda* sob seu comando costumavam desertar durante as expedições, sendo provável que a dissolução dessas colunas tenha partido dele.<sup>417</sup>

Nos episódios finais, os conflitos entre os *achicunda* do Bonga e os portugueses se intensificaram. Aproveitando-se da desorganização das tropas, os homens do Bonga atacaram por diversos pontos, cercando o acampamento português; a defesa do acampamento terminou consumindo tudo o que restava de munição. Assim, o Conselho de Guerra deliberou a retirada das tropas para Tete, para aguardar reforços.

Todavia, em uma última tentativa, avançaram contra a aringa e estavam conseguindo se aproximar das estacas quando ouviram os assaltantes, com grande surpresa, o sinal de retirar, seguido do toque da assembleia. O “tenente Costa, obedeceu, retirando rapidamente, enquanto os negros, tendo cobrado animo, fusilavam pelas costas as duas companhias, matando-lhes um soldado e ferindo tres”.<sup>418</sup> Não se sabe a origem dos sons das cornetas que fizeram com que as tropas portuguesas interrompesse o ataque promissor e recuasse. Depois disso, o Conselho de guerra deliberou pela retirada das tropas de Massangano, visto que os soldados estavam cansados, doentes e sem mantimentos suficientes. A expedição se preparou para partir enquanto ainda podiam.

Desesperados, temerosos e em completa desordem, todos desejavam ser os primeiros a embarcar. Aguardavam um contra-ataque do Bonga, mas ele não veio. Como saldo da expedição, muitos soldados das tropas portuguesas perderam a vida, assim como o número de mortes em Massangano também foi elevado. No entanto, os bonguistas conseguiram capturar mais espólios da expedição. Após alguns meses, os jornais em Lisboa começaram a noticiar os desastres ocorridos: “DESASTRE EM MASSANGANO! O BONGA VENCE A GUERRA”.<sup>419</sup>

<sup>417</sup> Nepomuceno, *Guerra de Massangano*, p.165

<sup>418</sup> Ferreira, *Expedição da Zambézia*, p. 77

<sup>419</sup> *A Civilização da África Portuguesa*. Ano 1868, nº 76



O fracasso da expedição portuguesa em Massangano não foi apenas um reflexo das dificuldades logísticas e da reação feroz de Bonga e seus aliados, mas também uma demonstração das fragilidades no comando, na gestão das forças enviadas e, sobretudo, da presença inexpressiva de Portugal na região. O clima de desconfiança e a comunicação ineficaz minaram as operações desde o início, resultando em perdas humanas e materiais significativas e em profundo desgaste político para a administração ultramarina. A captura de espólios e a retirada das tropas portuguesas para Tete marcaram também a derrota política para a Coroa, as notícias do desastre em Massangano ressoou como um duro golpe para a imagem do Ultramar português.

Mais do que um fracasso português, o episódio evidenciou a capacidade estratégica de Bonga. Informado por olheiros ao longo do rio, ele antecipou a chegada das tropas, preparou Massangano para a defesa — inclusive com ações como a retirada dos telhados das casas — e lançou contra-ataques coordenados nos momentos de maior vulnerabilidade do inimigo. A resistência não foi improvisada: foi planejada.

Em Lisboa, gerou-se uma onda de debates parlamentares e preocupação entre os militares, a expedição de 1869 tornou-se um marco na memória sobre os limites práticos da atuação portuguesa na Zambézia. Embora novas expedições tenham sido cogitadas no início da década de 1870, as dificuldades políticas na metrópole impediram sua realização. A expedição de 1869, no entanto, permaneceu como um símbolo do embate entre os interesses portugueses e a autonomia dos senhores e Donas de prazo, e seguiria assombrando os formuladores da política ultramarina nas décadas seguintes.

### 3.3

#### **O Que Se Noticiava sobre o Bonga e as Expedições**

Como foi possível acompanhar até aqui, à medida que as expedições ocorriam, o interesse pelo Bonga e pelo desfecho dessas expedições crescia na metrópole. Durante a década de 1870, após a grande derrota de 1869, esse interesse se intensificou ainda mais. A imprensa, tanto na metrópole quanto em outras províncias, se envolveram com o caso, seja através de críticas, informações ou até mesmo sátiras. O receio de “perder” a Zambézia que se instalou na administração do Ultramar e na Câmara dos Deputados, também agitou a opinião pública em Lisboa.

Acompanhar o que acontecia na Zambézia era muito mais importante para a opinião pública portuguesa do que para a realidade na própria província de Moçambique. Dessa forma, a narrativa, seja sensacionalista ou não, que se buscava construir em Lisboa era a de



um vilão selvagem que estava aterrorizando a Zambézia e impedindo o “progresso” da região. Enquanto isso, na província as relações se desenvolviam de maneiras diferentes. O periódico *A Civilização da África Portuguesa*, que acompanhava as notícias da Zambézia desde a primeira expedição, relatou o seguinte após a expedição de 1869: “BONGA- Consta que havia algumas caravanas de gente deste nosso atual inimigo; porém, a Câmara Municipal de Tete propôs uma paz com Bonga, que a aceitou, e os caminhos foram todos desimpedidos para o comércio, que continua sem interrupções”.<sup>420</sup>

Publicado em Angola e dedicado a “tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África Portuguesa”, em sua seção de *Noticiário*, o editor dedicava algumas linhas para atualizar os leitores sobre o andamento das expedições contra o então “inimigo” dos portugueses. Na notícia acima, o editor, mesmo desconfiado, informa do acordo de paz entre o Bonga e a Câmara de Tete, assim, aponta para uma abordagem mais pragmática e diplomática das relações entre o Bonga, os negociantes e os portugueses. O fato da Câmara de Tete ter proposto uma paz com Bonga, e que os “caminhos foram todos desembaraçados ao comércio”, reflete um cenário de negociação e convivência, ao invés do confronto total que era amplamente propagado. No entanto, é importante observar que esse “acordo” fora decidido localmente, sem a interferência ou anuência do Governo Geral de Moçambique ou da Metrópole, pelo menos até aqui.

Em Portugal, noticiários como *Jornal da Noite* acompanhavam atentamente o que o Governo português faria após a derrota de 1869. Em uma edição de 1871, diz: “Por uma carta recebida de um negociante de Quelimane, soubemos que o resto da expedição da Zambézia se conserva na expectativa, esperando reforços para dar novo combate ao feroz Bonga”.<sup>421</sup> Por vários meses em 1870, a província de Moçambique permaneceu sob o comando de um conselho de governo, aguardando a chegada de um novo Governador Geral, visto que o anterior não tinha resistido às doenças e havia falecido. Ao mesmo tempo, das tropas despachadas para Massangano, centenas de soldados foram distribuídos nos fortes mais próximos ao Bonga (Sena, Tete e Goengue) com o intuito de protegê-los e aguardar o planejamento de uma nova expedição.

A disputa comercial não era a questão central nos confrontos com Bonga. Afinal, a Câmara de Tete já havia estabelecido mais um acordo de paz, e o comércio voltara a operar com a habitual normalidade na região. O próprio Governador-Geral Coelho do Amaral, após

<sup>420</sup> *A Civilização da África Portuguesa*. Ano 1869, nº 138, p. 549

<sup>421</sup> *Jornal da Noite*, ano 1, nº 70, 24/03/1871. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira, <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>



assumir a província de Moçambique, afirmou que o “aniquilamento do Bonga se impunha mais por decoro nacional do que por exigência do comércio, que continuava a fazer-se regularmente”.<sup>422</sup> Assim, é possível afirmar que as derrotas sofridas em Massangano afetaram o orgulho e o prestígio nacional dos portugueses. Os debates realizados publicamente nos jornais tiveram um impacto significativo e até mesmo influenciaram as discussões no Parlamento.

Durante a sessão em 26 de maio de 1871, que tratava do orçamento do Ministério da Marinha e do Ultramar, por exemplo, o deputado Arrobas começou seu discurso da seguinte maneira:

Tratava eu, no fim da última sessão, da aquela desastrosa vergonha a que chamam de expedição da Zambézia; e como alguns jornais, um dos quaes, o *Diário Popular*, que eu muito considero pelo respeito que tenho pelos seus redatores, me atribuíram a tal respeito coisas que eu realmente não tinha em mente, como por exemplo, que eu tinha censurado o sr. Latino Coelho por ter mandado peças raiadas para aquele serviço, quando, sob tal ponto, o que eu fiz foi unicamente ler o relatório do comandante da expedição, na parte em que transcreve a opinião dada no conselho de guerra no acto de se resolver a retirada da tropa diante da aringa do Bonga, pelo major Nogueira, oficial científico e comandante da artilharia; atribuindo se-me também a ideia de que no *Burnéo* não tinham ido com a tropa mantimentos ou petrechos alguns<sup>423</sup>.

Apesar do deputado se referir em específico ao jornal *Diário Popular*, diversos jornais e periódicos criticavam o posicionamento do parlamento ou do Ministro Latino Coelho, uns defendendo a forma como a expedição foi organizada, outros acusando o governo e o parlamento dos excessos cometidos na expedição. O debate girava em torno dos gastos que o governo estava fazendo sem obter resultados. O fato é que os “aduladores mentirosos do povo”, como classifica o oficial C. Testa em um folhetim,<sup>424</sup> já haviam autorizado a organização de uma nova expedição à Zambézia, e isso aumentara ainda mais as críticas. Para essa expedição o Governador de Moçambique nomeou comandante João Loforte, que atuava em Inhambane, no sul da província. Todavia, devido aos problemas logísticos e financeiros da província, a expedição foi sendo adiada por meses, até que “a nova campanha contra o Bonga estava definitivamente adiada para o ano próximo [1872]”,<sup>425</sup> e, por fim, não aconteceu, sendo adiada novamente para 1873.

<sup>422</sup> Ofício do Governador Geral Coelho do Amaral enviado ao Ministério do Ultramar in Botelho, *História militar e política dos portugueses em Moçambique*, p.210

<sup>423</sup> *Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa*, ano 26 mai. 1871, nº053, p. 53

<sup>424</sup> Testa, C. *Quadros vivos da política ou justificação de descrentes e desenganos de illudidos*. Lisboa, 1869, p. 54

<sup>425</sup> *Jornal da Noite*, ano 1, nº 230, 27 e 28/09/1871



Os jornais de pequena circulação também não poupavam deboches e sátiras ao tratar do Bonga, sempre se referindo ao senhor de Massangano como temível, feroz e vilão — adjetivos que reforçavam um discurso de barbárie e selvageria fundamentado no racismo científico. Esse tom depreciativo, porém, revela uma ambiguidade na visão dos redatores. Em retrospecto, é difícil saber se eles consideravam Bonga tão terrível pelo fato de os portugueses terem perdido as guerras ou pela forma como a questão fora conduzida, expondo a desordem existente no governo. De qualquer modo, havia uma clara incredulidade diante do fato de tropas do exército português terem sido derrotadas por uma autoridade política africana, tida como inferior.

Do mesmo modo, quando se referiam a atos de “rebeldia” em outros contextos, buscavam associá-los ao Bonga, como se esse nome fosse sinônimo de insubmissão e desmoralização do governo. No periódico *As Farpas*, editado por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, a crítica era disfarçada de sátira:

Senhor! Digne-se Vossa Majestade preparar-se para sentir o mais entranhado júbilo...

— Que sucedeu? Deram as bexigas nos inimigos da ordem? Começa o meu povo a ter galinha na panela? Fez-se a paz com o Bonga? Resolveu-se a questão da fazenda?

— Não, senhor. As bexigas lavram indistintamente todas as fisionomias incaracterísticas e degeneradas dos súditos de Vossa Majestade. O povo, real senhor, ainda não comprou galinha, e quanto à panela, pô-la hoje no montepio. O Bonga, às últimas notícias da África, tinha comido em molho de vilão o último soldado da nossa expedição da Zambézia. A questão da fazenda vai mal..<sup>426</sup>

Neste trecho, Queiroz e Ortigão utilizam um rei alienado como personagem central para criticar os problemas por que Portugal estava passando. Na cena, o camarista acorda o rei para o encontro com os pares do reino e os deputados. Perdido quanto aos problemas, o rei questiona se as questões mencionadas no trecho foram resolvidas (fome, problemas financeiros e rebelião nas possessões), assuntos que estavam na ordem do dia nas esquinas e rodas de conversa no país. É fácil perceber a visão que os redatores têm sobre o Bonga: “as últimas notícias de África tinha comido em molho de vilão o último soldado da nossa expedição da Zambézia” — referindo-se aos fracassos da expedição de 1869, quem escreve não busca nem especular sobre os motivos da expedição fracassar, simplesmente transforma o Bonga em um personagem animalesco e terrível que “comeu” os soldados portugueses.

Seguindo nesta mesma linha, o *Jornal dos Artistas* traz o seguinte artigo para ironizar as vitórias do Bonga:

<sup>426</sup> *As Farpas: Crónica mensal da política, das letras e dos costumes*. 01 de janeiro de 1872. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira, <http://memoria.bn.br>.



O Bonga não desiste dos seus cruéis atentados contra a bandeira portuguesa e contra aquelas quinas que D. Afonso Henriques, em pessoa, pintou. Não se intimida nem com a nossa artilharia, nem com os nossos soldados, nem com os nossos discursos; não desiste jamais de ser feroz. Levantou nova aringa dela e desafia todos os potentados, inclusive o senhor Rosa Araújo, que fará tão belos doces e tão amargos discursos! Mais sinistro que Macbeth, mais terrível que Holofernes, mais assombroso que Moisés, nada poupa, nada respeita! Quanto a nós, o único remédio possível é paliar. E paliar todos os nossos governos pretéritos e futuros sabem o que significa para todos os indivíduos que se temem, na frase tão sabida e popular: dar um osso para roer... Mandem-lhe, portanto, para lá... um vereador magro. Convidamos desde já os distintos vereadores que se acham neste caso a imolar-se pela pátria! Que eles deem sortes, portanto, e que se embarquem os mais magros possíveis; porque ainda na barriga do Bonga podem ter uma consolação: Jonatas, no ventre da baleia, durou três dias!<sup>427</sup>

Citando Macbeth e Holofernes, personagens que têm suas histórias marcadas por traição, ambição e tirania, o artigo associa a trajetória do Bonga na Zambézia a esses personagens. Sendo um “amigo da coroa”, quando nomeado a sargento-mor, Bonga traiu os portugueses ao assassinar os comandantes das expedições e “impedir” o comércio pelo Zambeze, ambicionando expandir seu poder pelas margens do rio ao construir mais aringas, e ao se mostrar um “tirano”, matando pessoas acusadas de “feitiçaria” e roubando mercadorias dos viajantes e os portugueses.

Com essa postura desafiava as pretensões portuguesas e não se intimidava com outros “potentados”, nem com a artilharia e muito menos com as palavras do deputado Rosa Araújo, conhecido por seus discursos eloquentes no parlamento. Assim, o artigo também faz uma crítica ao governo e ao parlamento português que não conseguiam nem ao menos intimidar o Bonga, muitas vezes fazendo discursos eloquentes no parlamento, mas sem efetividade na política do ultramar. Dessa forma, na visão do redator, só restava encobrir as crises que Portugal estava enfrentando nas possessões e fingir que estava tudo sob controle, enquanto o Bonga seguia com sua “tirania e insolência” nas margens do Zambeze.

Outros jornais de pequena circulação também utilizaram o Bonga para fazer críticas à política ultramarina do governo. Aproveitando-se da polêmica, a revista eclesiástica *Bem Público* advoga em torno das missões católicas e a volta dos missionários para as províncias:

Correm sinistros rumores acerca da famosa expedição contra o Bonga, que já custa ao nosso tesouro 900 contos de réis, que muitos entendidos elevam a 1.200 contos. [...] Dizendo isto, não podemos lastimar bastante o desprezo dos conselhos que demos nesta folha para se empregar contra o Bonga a guerra preta; e se realizassem tão dolorosamente as nossas previsões. O que

<sup>427</sup> *Jornal dos Artistas*, ano 1, nº 5, 09 de dezembro de 1875. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>



se fará agora? Deixar o Bonga impune? Digamos adeus aquela província. Castigal-o? Quantas centenas mais de contos, e quantas dezenas mais de vidas terão de ser sacrificadas? Quanto melhor seria, e seria, lançar mão das ordens religiosas para estabelecer ali, e em toda a África missões! Mas os srs. liberaes não querem; gostam mais de gastar muito dinheiro, fazer morrer muita gente, humilhar a dignidade da nossa bandeira, para no remate perdemos as colônias. Percam-se as colônias, e prevaleça a maçonaria.<sup>428</sup>

Como já citado, as ordens religiosas haviam sido proibidas em Portugal e no ultramar na década de 1830, e desde então revistas, folhetins e artigos em jornais ligados à Igreja Católica eram publicados questionando a política liberal utilizada nas províncias, que não buscava converter e povoar o território, mas sim estabelecer novos pactos comerciais. Todavia, para as ordens religiosas, a falta de catequização (de “civilização”) estava provocando essas “rebeliões” nas províncias africanas, e só as missões religiosas poderiam cumprir esse papel de apaziguamento.

Além disso, desde a viagem de Livingstone, diversos missionários ingleses, escoceses e outros circulavam pelos sertões e inclusive tentavam fundar vilas missionárias no interior de Moçambique. Então, os debates em torno das missões também se tornaram debates nacionalistas e colonialistas, a ponto de os missionários organizarem uma petição com 32 assinaturas e apresentarem ao parlamento, pois em suas palavras, “se houvera ordens religiosas encarregadas da doutrinação dos indígenas, ou o Bonga não existira, ou fora castigado de prompto pelos mesmos indígenas, fiéis a metrópole e disciplinados pelos missionários”.<sup>429</sup>

Nessa guerra das letras também se inserem outros personagens, como os militares que prestaram serviço na Zambézia. Muitas vezes criticando ou refutando “notícias sensacionalistas” e, segundo eles, a manipulação das narrativas. Colocando-se como conhecedores dos problemas nas províncias e também os únicos que verdadeiramente conheciam o Bonga, apenas esses indivíduos sabiam como resolver o “problema”, mas estavam sendo ignorados pela metrópole. Portanto, era frequente a publicação de folhetins apresentando suas versões das histórias e opinando sobre a questão do ultramar, que acreditavam ser uma forma de contribuir para o “verdadeiro” debate.<sup>430</sup>

<sup>428</sup> *BEM PÚBLICO- Revista Ecclesiastica e Litteraria*. Lisboa: Typographia de Maria da Madre de Deus. 13ª série, nº 40, ano 09 de abril de 1970, p. 319. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>429</sup> *Diário de Lisboa- folha official do governo portuguez*. ano 06 fev. 1875, nº 28, 196-198.

<sup>430</sup> No folhetim *Noticia acerca do Bonga da Zambesia*, o oficial e negociante Antonio Porfírio de Miranda, afirma que estavam aparecendo diferentes notícias sobre o Bonga da Zambézia na imprensa periódica da capital, mas essas notícias não eram exatas, pois nem mesmo em Moçambique se conheciam bem o Bonga, apenas quem viveu em Tete e ninguém melhor do que ele para fazer esses



Sendo estratégias desses periódicos, essas “notícias sensacionalistas” ao qual os oficiais se referem, são anunciadas de formas que estimulem a curiosidade dos leitores e os incentivem a comprar mais exemplares. No entanto, não são criadas a partir do vazio, muitas são baseadas no *Diário de Lisboa* - publicação oficial do governo, em que publicizam decretos, leis, ofícios, discursos do parlamento e outros. Ou ainda são replicadas de outros jornais, seja da metrópole ou das províncias, evidenciando um “intenso e contínuo trânsito dos jornais entre as províncias e destas com a metrópole”.<sup>431</sup>

Havia ainda os informantes e/ou correspondentes dos periódicos, que constituíam a forma mais recorrente de obtenção de informações. Frequentemente apresentados como “cartas particulares”, “cartas africanas” ou “carta de Moçambique”, é difícil identificar quem eram os autores desses relatos, quais os motivos que os levavam a escrevê-los, ou mesmo se havia algum tipo de acordo entre eles e os periódicos. É plausível, contudo, que essas cartas tenham sido redigidas por negociantes que circulavam pela região do Zambeze ou por militares. Um exemplo ilustrativo desse tipo de relação é a “amizade” entre o capitão Augusto de Castilho e o jornalista Pinheiro Chagas. Durante os conflitos contra Motontora, irmão de Bonga e líder do prazo de Massangano em 1888, o jornalista publicava notícias sobre os acontecimentos na Zambézia com base nas informações enviadas por seu amigo e correspondente. Assim, ainda que enviesadas ou manipuladas, as informações veiculadas nos periódicos refletiam versões dos fatos filtradas pela perspectiva desses intermediários, marcadas por suas experiências e visões de mundo.

Isso também evidencia que, mesmo após a assinatura do acordo de paz em 1875, entre o Governador da província Barahona e Costa e o Bonga, com anuência do ministro da marinha e do Ultramar; os jornais continuavam acompanhando os passos do *mambo*, inclusive anunciando sua morte, pois havia uma preocupação com a sucessão do prazo e “paz” no trânsito pelo zambeze.

Diante do contexto, especialmente das dificuldades nas comunicações, se Bonga já era considerado “famigerado” e “célebre”, isso não se devia a um reconhecimento na metrópole, como no caso de Manoel António de Sousa. Ao contrário, o que ganhara visibilidade foi a construção de um mito em torno de sua figura, um conjunto de representações distantes da realidade vivida na Zambézia. Essas versões, muitas vezes fantasiosas ou distorcidas,

---

esclarecimentos. Miranda, Antonio Porfirio de. *Notícia acerca do Bonga da Zambézia*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1869.

<sup>431</sup>Hohlfeldt, Antonio. *Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação*. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação. Natal, 2008, p. 10



acabaram por obscurecer o próprio indivíduo, ofuscando quem de fato era Bonga ou como funcionavam as dinâmicas de poder na Zambézia senhorial. Nesse cenário, observa-se uma constante preocupação com a questão do Ultramar nos diversos documentos publicados sobre o caso. Embora a imprensa não o afirmasse de forma explícita, a principal inquietação aqui era a possível “perda” da Zambézia, uma vez que os portugueses reconheciam suas fragilidades, enquanto outras potências imperialistas já circulavam pelo vale do Zambeze. A isso se somava o componente nacionalista: na retórica portuguesa, as tropas haviam sido derrotadas por um “simples potentado” africano, o que representava uma afronta ao orgulho português.

Diante do exposto, ao analisar a figura de Bonga e os eventos que envolveram as expedições à Zambézia, evidencia-se a complexidade de um episódio que foi muito além de um simples confronto militar. O mito do Bonga, alimentado por uma narrativa sensacionalista e repleta de adjetivos negativos, foi instrumentalizado pela imprensa não apenas para fomentar o nacionalismo português, mas também para encobrir as fragilidades do governo e suas dificuldades no Ultramar. Enquanto, na metrópole, os jornais construíam a imagem de um vilão destemido e infalível, a realidade na Zambézia era bem mais ambígua: as relações com Bonga eram marcadas por negociações, conflitos e, sobretudo, por interesses pragmáticos ligados ao comércio — não apenas por parte da administração portuguesa, mas também de outros grupos que operavam no vale do Zambeze.

Portanto, mais do que um simples episódio de confronto, o caso envolvendo Bonga evidencia como a narrativa jornalística teve um papel importante na forma como os acontecimentos foram percebidos e registrados em Lisboa. Ao apresentar versões carregadas de estereótipos e omitir a complexidade das relações locais, a imprensa contribuiu para uma representação distorcida do Bonga e dos eventos, em que a construção simbólica passou a pesar mais do que a realidade vivida. Com isso, aspectos fundamentais da dinâmica política e econômica da região acabaram ofuscados por uma imagem que foi construída à distância.



## ÚLTIMAS PALAVRAS

**A MORTE DO BONGA-** É do excelente periódico de Moçambique *África Oriental* o que em seguida transcrevemos com relação ao tão tristemente célebre Bonga. "O famigerado e legendário Bonga, o sargento mór de Massangano Antonio Vicente da Cruz, faleceu no dia 7 de setembro último. Grandes foram os males de que foi origem esse homem vulgar e sem méritos, a quem as excepcionais circunstâncias da época deram vulto e exageraram a ferocidade. No ubérrimo e opulento território da Zambézia, nessa formosa região onde por séculos o nome português simbolizava uma região, onde a nossa auctoridade e o prestígio da nossa bandeira valeram sempre mais que o número dos combatentes e o poder dos nossos armamentos, sofreram as quinas portuguesas duros revezes para subjugar os ímpetus ambiciosos e inconscientes de um homem desvairado pela orgia e sob o domínio de hábitos supersticiosos e selvagens. Árduas e cortadas de trabalhos, de privações, de fadigas e lactose foram essas expedições que se abeirar da temida África, onde acaba de succumbir extenuado e pobre o homem que durante alguns annos foi o terror e assombro dos habitantes d'esta colonia. O causador de tantos infortúnios e da expatriação de muitos, que, deixando a terra do seu berço, o lar de suas famílias e os cômodos da civilização, vieram encontrar uma morte afrontosa em remotos e inhóspitos sertões, exalou o último alento pedindo aos seus herdeiros que se conservasse sempre fiéis e obedientes à coroa portuguesa; que não levantassem conflictos depois da sua morte, e que o sepultassem no cemitério da Villa de Tete. Inexplicável contradição!

O terrível e feroz Bonga, o rebelde sargento mor de Massangano, o réprobo Antonio Vicente da Cruz, dorme o sono eterno sob uma modesta lápide no cemitério christão da portuguesa villa de Tete!"<sup>432</sup>

Ao noticiar a morte de Bonga em setembro de 1879, o jornal *Comércio de Portugal* reproduziu uma notícia publicada pelo periódico moçambicano *África Oriental*, cuja edição específica não nos é conhecida. O relato sobre a morte de Bonga oferece um vislumbre do pensamento português racializado no final do século XIX, marcado por uma mistura de desdém, admiração e perplexidade diante de uma figura que “desafiava” a administração portuguesa. A maneira como Bonga é retratado reflete mais os medos e preconceitos dos portugueses do que a complexidade do exercício de poder do personagem.

O vocabulário empregado no jornal faz eco à linguagem típica de viajantes, administradores, militares e outros colonialistas da época sobre o ultramar. O texto carregado de juízos de valor negativos em relação a Bonga, descrito como “vulgar e sem méritos”, “desvairado pela orgia” e dominado por “hábitos supersticiosos e selvagens”. Há, assim, uma clara tentativa de desumanizar e demonizar Bonga, apresentando-o como o responsável exclusivo por “tantos infortúnios”.

O jornal considera contraditório que Bonga, um “rebelde”, desejasse supostamente ser enterrado em um cemitério cristão. Contudo, ao analisarmos o contexto, percebemos que ocupar a posição de *mambo* e, ao mesmo tempo, se declarar súdito português não era algo

<sup>432</sup> *Comércio De Portugal- órgão do commercio e industria portugueza.* ano 1, nº 078, 26 de setembro de 1879. Disponível na Hemeroteca Digital brasileira <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>



incomum na Zambézia. Dessa forma, para as dinâmicas de poder na região, tal atitude não seria contraditória.

Entretanto, essa informação sobre o desejo de Bonga parece não proceder. O padre Victor de Courtois relata que houve um debate em Massangano após a morte de Bonga: enquanto alguns irmãos defendiam que ele fosse enterrado no cemitério de Tete, o filho mais velho e outros partidários desejavam que ele fosse sepultado no mausoléu da família, localizado na aringa de Massangano, ao lado de seu pai, Nhaúde<sup>433</sup>. Esse episódio envolvendo a morte de Bonga ilustra como sua figura, assim como a de outros prazeiros, era capaz de mobilizar diferentes símbolos de poder e de exercer influência em múltiplos níveis dentro do contexto social da região. Isso não significa, no entanto, que essas figuras, tampouco o Bonga, representasse uma resistência anticolonial como apontado por alguns historiadores do século XX. Newitt argumenta que o poder de Bonga e sua família deve ser visto como um fenômeno isolado, sem impacto significativo no desenvolvimento de Moçambique a longo prazo.

As derrotas humilhantes dos militares portugueses não tiveram consequência a longo prazo no que respeita ao desenvolvimento de Moçambique. Não contribuíram nem para acelerar nem para retardar de forma significativa a expansão rumo ao interior que estava prestes a começar e na qual outras famílias afro-portuguesas iriam desempenhar um papel essencial. Da mesma forma, nem os da Cruz nem as atividades por eles desenvolvidas tiveram qualquer influência a longo prazo no desenvolvimento do capitalismo comercial que, na década de 1870, se começara a espalhar rapidamente rumo às áreas costeiras<sup>434</sup>.

De fato, as expedições organizadas contra o Bonga não tinham precedentes; todavia, é fundamental considerar o contexto em que o prazeiro estava inserido. Como vimos ao longo da dissertação, as expedições contra o Bonga estavam inseridas em um contexto de transições, de confrontos ideológicos e disputas não só internamente entre os membros da sociedade prazeira, como internacionalmente nos debates públicos. Assim, considero o caso do Bonga como sintomático desse período em que velhas elites ainda mantém vivas as práticas comerciais e buscam formas de se reinventar nessas mudanças, em paralelo às iniciativas de adentrar o interior da Zambézia, a exemplo das expedições mineralógicas de Andrada Paiva na década de 1870, que sinalizavam a invasão do colonialismo e do capitalismo comercial. Nesse sentido, é possível que a perspectiva de Newitt esteja ancorada em uma análise estrutural, onde os grandes processos econômicos e políticos são os principais agentes de mudança. Assim, acaba por marginalizar figuras individuais como Bonga, que, em sua visão, tiveram impacto limitado na direção para os novos tempos.

<sup>433</sup> *Ofício n° 12, 15/09/1879- Governador interino do Distrito de Tete capitão Mateus da Conceição ao Secretário do Governo-Geral de Moçambique* in Eça, *História das guerras no Zambeze*, v. II, p.645.

<sup>434</sup> Newitt, *História de Moçambique*, p. 289-290



Ao afirmar que nem a família Cruz nem suas atividades influenciaram o desenvolvimento do capitalismo comercial perde-se o vínculo entre os atores locais dos processos globais que estavam transformando a região. Isso pode sugerir que os movimentos e as ações do Bonga são vistos como periféricos em relação às forças econômicas maiores. Essa abordagem, reduz a experiência e a agência de figuras como Bonga no contexto da integração da Zambézia ao capitalismo global e ao projeto colonial português. Ademais, desconsidera o impacto que o Bonga teve na própria memória portuguesa. Colonialistas e militares, a exemplo de Augusto de Castilho e Azevedo Coutinho, citam a “atenção” na organização das expedições posteriores para não se repetir o que aconteceu nos confrontos com o Bonga<sup>435</sup>. Ou, ainda, colonialistas e cronistas do século XX, que se debruçavam sobre essa figura e sobre essas expedições buscando explicar as derrotas e em sentido mais amplo compreender o exercício de poder desses senhores e donas de prazo<sup>436</sup>.

Ao percorrer a trajetória de Antônio Vicente da Cruz, o Bonga, esta dissertação buscou compreender, a partir de uma perspectiva micro-histórica, os múltiplos sentidos da autoridade política no contexto dos prazos da Coroa na Zambézia no século XIX. Longe de ser apenas um “rebelde”, como as fontes portuguesas tentaram caracterizá-lo, Bonga emerge neste estudo como uma liderança complexa, profundamente inserida nas dinâmicas sociais, culturais e políticas de seu tempo.

No primeiro capítulo, ao analisar o universo social e político dos prazos na Zambézia, mostrei como o Bonga era parte de uma estrutura senhorial africana e mestiça, marcada por alianças familiares, práticas religiosas e estratégias de poder reelaboradas localmente. A atuação das Donas de prazo, a lógica das sucessões, os vínculos com as linhagens tonga e shona e o papel dos *mp'ondoro* mostram um mundo no qual as categorias de “africano” e “português” não operavam como polos excludentes, mas se interpenetram em formas híbridas de autoridade. A trajetória do Bonga, portanto, pode ser vista como uma expressão de uma elite mestiça, senhorial e politicamente legítima aos olhos das populações locais.

---

<sup>435</sup> Castilho, Augusto de. *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891; Coutinho, João de Azevedo. *A campanha do Barué em 1902*. Ministério do Ultramar. Lisboa: Tipografia da Livraria Ferin, 1904; Coutinho, João de Azevedo. *Manuel António de Sousa: um capitão-mor da Zambézia*. Coleção pelo Império. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1936.

<sup>436</sup> Lobato, Alexandre. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Coleção Estudos Moçambicanos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962. pp. 163-173; Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)*. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953; Eça, Filipe Gastão de Almeida de. *História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)*. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.



No segundo capítulo, ampliando o foco para as relações entre a família Cruz, os negociantes e a administração portuguesa, evidenciei como os interesses econômicos e políticos – especialmente o comércio de marfim e o tráfico de escravizados – moldavam a estrutura de poder na região. O capítulo destacou como a administração portuguesa era dependente, contraditoriamente, dos próprios prazeiros e negociantes para manter alguma forma de poder no território. A figura de Manoel António de Sousa, os embates e alianças entre as famílias Cruz e Pereira, e a ambiguidade das autoridades portuguesas ilustram um cenário marcado por competição, negociação e violência. Mostrei que, mais do que enclaves portugueses, os prazos eram territórios negociados, militarizados e governados localmente especialmente no século XIX.

Já no terceiro capítulo tratei da relação mais direta entre Bonga e os portugueses, com foco no contexto das quatro expedições militares fracassadas organizadas entre 1867 e 1869. A análise dessas campanhas revela não apenas a dificuldade do governo português em se impor sobre os prazeiros na Zambézia, mas também como essas ações contribuíram para a construção de uma imagem persistente de Bonga como um “rebelde” ou “inimigo da ordem portuguesa”. Ao longo do capítulo é possível perceber como essa imagem foi sendo forjada por diversos atores — incluindo comandantes militares, deputados e a imprensa portuguesa — a partir de uma lógica de justificação das ações portuguesas no ultramar. Contudo, essa representação não foi apenas uma criação interna à província ou à metrópole: ela também foi influenciada por relatos de viajantes e missionários europeus, a exemplo do David Livingstone.

Os relatos de Livingstone, amplamente divulgados na Europa, apresentavam os prazeiros zambezianos como déspotas locais e grandes promotores do tráfico de escravizados, ajudando a consolidar uma visão moralizante e cristã do sertão africano. Essa perspectiva reforçou a associação entre figuras como Bonga e o suposto “atraso civilizacional”, e pressionou Portugal a demonstrar mais “efetividade” na execução do projeto colonial na região. Livingstone, portanto, não apenas moldou a percepção externa da Zambézia, como também influenciou diretamente as decisões e discursos sobre como lidar com lideranças consideradas “rebeldes”, como Bonga.

Por último, mas não menos importante: ao analisar as narrativas portuguesas, percebemos esse movimento de silenciamento do Bonga. Enquanto se construía o mito de um Bonga invencível e insolente, os relatos das expedições e a própria historiografia do século XX frequentemente o retratam como um sujeito silenciado, sem voz ativa, contradições ou protagonismo. Nessa construção narrativa, suas vitórias são atribuídas ao acaso, às falhas



portuguesas ou à desordem nas tropas africanas, negligenciando seus desejos, estratégias e a complexidade de suas ações. Tal abordagem não apenas reforça estereótipos racializados, mas também obscurece o papel de Bonga como um agente histórico, reduzindo sua trajetória a um reflexo das fragilidades de seus opositores.

Nessa perspectiva, portanto, o mito do Bonga como “rebelde” invencível, consolidado nos relatórios militares, na imprensa da época e em documentos do parlamento, não é apenas resultado das ações do próprio *mambo* de Massangano, mas parte de um processo mais amplo de uma espécie de invenção de uma tradição de rebeldia. Como propõe Hobsbawm, tradições são muitas vezes “inventadas” para atender a necessidades políticas contemporâneas<sup>437</sup>. Nesse caso, a imagem de Bonga como um inimigo constante e “incivilizável” somou-se às narrativas portuguesas para justificar sucessivas campanhas de repressão e a intervenção militar no vale do Zambeze à época e nas décadas seguintes.

Então, esta tradição de rebeldia, ao mesmo tempo que reforçava a ideia da insubmissão e desobediência, também permitia à metrópole construir uma história heróica do próprio projeto colonial: a história de uma Portugal que lutava contra a barbárie no interior do continente africano, elementos que foram mobilizados principalmente no contexto da Conferência de Berlim. Com isso, apaga-se a complexidade das relações locais, a legitimidade política que líderes como Bonga detinham e inexpressividade dos portugueses na região. O Bonga não era um simples “inimigo da ordem portuguesa”, mas um agente ativo de uma ordem própria da Zambézia, reconhecido localmente, e profundamente enraizado em sistemas africanos de autoridade.

Longe de encerrar os debates sobre Bonga e as dinâmicas de poder na Zambézia, esta dissertação buscou oferecer uma nova perspectiva sobre as relações entre os prazeiros, os portugueses e as transformações que moldaram a região no século XIX. Ao situá-lo em seu tempo, foi possível compreender como a Zambézia do século XIX era um território em disputa, não apenas entre portugueses e africanos, mas entre múltiplas formas de exercício de poder. Sua trajetória permite pensar os prazos como espaços híbridos, permeados por negociações, alianças, guerras e reinvenções políticas. A tradição de rebeldia atribuída a ele, longe de neutra, é uma construção política, que revela mais sobre os conflitos pelo poder na Zambézia e das disputas na Europa do que sobre a suposta natureza de sua liderança.

---

<sup>437</sup> Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (Orgs.). *A Invenção Das Tradições*. 6ª ed.. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, pp. 9-24.



## LISTA DE FONTES

### Obras Publicadas

ANDRADA, J. C. Paiva de. Campanhas da Zambézia- Comunicação feita em sessão da sociedade de geografia, de 10 de novembro de 1887. in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. 7ª série, nº 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

**Annaes do Conselho Ultramarino-parte não oficial- Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Arquivo do Ministério das Colónias. **Termos de Vassalagem nos territorios de Machona, Zambesia e Nyassa- 1858 a 1889.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>. Acesso em 15 de dezembro de 2023

BARAHONA E COSTA, Henrique Cesar da Silva. **Apontamentos para a História da guerra da Zambézia (1871-1875).** Lisboa: Typographia da Papelaria Aurea, 1895.

BOTELHO, José Justino Teixeira. **História Militar e Política dos portugueses em Moçambique- De 1833 aos nossos dias.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

**Boletim Geral das Colónias.** Agência Geral das Colónias, Portugal. Vol. XXVI, 1950. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library>. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

CARNEIRO, J. P. **Defesa feita perante o conselho de guerra da 1ª divisão militar na causa em que era acusado João José de Oliveira Queiroz- Tenente Coronel Comandante da primeira expedição à Zambézia.** Lisboa: Typographia do Paiz, 1874. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em 02 de julho de 2023

CASTILHO, Augusto de. **Relatório da Guerra da Zambézia em 1888.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

COURTOIS, Victor José. **Elementos de Grammatica Tetense- Língua Chi-Nyungue: Idioma fallado no districto de Tete e em toda a vasta região do Zambeze inferior.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899

COURTOIS, Victor José. **Diccionario Portuguez-cafre-Tetense ou Idioma fallado no districto de Tete e na vasta região do Zambeze inferior.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899

COURTOIS, Victor José. **Diccionario Cafre-Tetense-Portuguez ou Idioma fallado no districto de Tete e na vasta região do Zambeze inferior.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900.

COURRET, Charles. **À l'est et à l'ouest dans l'Océan Indien : Sumatra, la côte du Poivre, massacre de la mission Wallon à Atjeh, Zanzibar, Nossi Bé, Mozambique, Quelimane, le Zambèze et la route des grandes mers intérieures.** Paris: A. Chevalier-Marescq, 1884. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/>. Acesso em 16 de dezembro de 2024

COUTINHO, João de Azevedo. **A campanha do Barué em 1902.** Ministério do Ultramar. Lisboa: Tipografia da Livraria Ferin, 1904.



COUTINHO, João de Azevedo. **Manuel António de Sousa: um capitão-mor da Zambézia**. Coleção pelo Império. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1936.

Cunha, Joaquim D' Almeida da. **Estudo acerca dos Usos e Costumes dos Banannes, Batiilás, parses, mouros, gentios e indígenas**. Moçambique: Imprensa Nacional, 1885

Documento nº 5- Ofício do encarregado do governo José Antunes da Cunha *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano**, 1807-1888, vol II. 1954, p. 560-561

Documento nº 12- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Ofício do Tenente de caçadores 2 José Leocádio Botelho Torresão *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, , p.572-574

**Documento nº 28- Ofício nº 5, Capitão Nicolau Pontes de Ataíde de Azevedo ao Governador da Província de Moçambique** *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p.604-609

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)**.vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

FERREIRA, Joaquim José. **A Expedição da Zambézia em 1869**. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1870.

FERREIRA, Joaquim José. **Recordações da Expedição da Zambézia em 1869**. 2º ed. Elvas: Typographia Progresso, 1891.

Governo do distrito de Tete, seção Civil, série 1866, nº 52. Arquivo Histórico Ultramarino *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)**. v. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 552-554

GUYOT, Paul. **Voyage au Zambése- accompagné de 42 planches et cartes hors texte**. Paris: Librairie africaine et coloniale, 1895

LACERDA, José de. **Exame das viagens do Doutor Livingstone**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

LIVINGSTONE, David. **Missionary Travels and Researches in South Africa**. New York: Harper & Brothers Publishers- Franklin Square, 1858. Disponível em <https://archive.org/>. Acesso em 10 de janeiro de 2024

LIVINGSTONE, David; LIVINGSTONE, Charles. **Narrative of an Expedition to the Zambesi and its tributaries; and of the discovery of the lakes Shirwa and Nyassa (1858-1864)**. London: Jhon Murray, Albemarle Street., 1865. Disponível em <https://archive.org/>. Acesso em 10 de janeiro de 2024

MIRANDA, Antonio Porfírio de. **Notícias acerca do Bonga da Zambézia**. Lisboa: Tipografia Lisbonense, 1870.



Ofício de 07 de agosto de 1854 - Protesto enviado por Gamito ao Governador geral de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, contra a portaria que o suspendeu das funções de Governador do Distrito de Tete, AHU- Códice de Moçambique nº 1465 *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 450-465

Ofício nº 12, 15/09/1879- Governador interino do Distrito de Tete capitão Mateus da Conceição ao Secretário do Governo-Geral de Moçambique *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar 1954, p. 645.

Ofício nº 249 de 8 de abril de 1854 do governador de Quelimane Jerônimo Romero. AHU, código 1451 *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das Guerras no Zambeze - Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 450-465, p. 442

OLIVEIRA, Delfim José de. **A província de Moçambique e o Bonga**. Coimbra: Imprensa Académica, 1879.

Relatório do Tenente de Caçadores 2 Cláudio Augusto da Rocha Campos e Fronteira *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. v. II, p. 654

SÁ DA BANDEIRA, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo. **Zambezia e Sofalla: Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portugueses e estrangeiros**. Lxa. [Lisboa, Portugal]: Lith. Belga, 1861. 1 mapa, col., 46 x 49 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart291373/cart291373.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart291373/cart291373.jpg). Acesso em 03 de março de 2024

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Seção militar- nº 8, ofício do Capitão José Antunes da Cunha *in* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze- Chicó e Massangano (1807-1888)**. vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 559-561

TABLER, Edward. **The Zambezi Papers of Richard Thorton- Geologist to Livingstone's Zambezi Expedition (1860-1863)**. vol. III London: Chatto & Windus, 1963.

TESTA, C. **Quadros vivos da política ou justificação de descrentes e desenganos de illudidos**. Lisboa, 1869

XAVIER, Alfredo Augusto Caldas. **A Zambézia-estudos coloniais**. India Portuguesa, Nova Goa: Imprensa Nacional, 1888.

### Jornais e revistas

**A Civilização da África Portuguesa**. Ano 1868, nº 76. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**A Civilização da África Portuguesa**. Ano 1868, nº 111. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.



**A Civilização da África Portuguesa.** Ano 1868, nº 91. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**A Civilização da África Portuguesa.** Ano 1869, nº 138. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**As Farpas: Crónica mensal da política, das letras e dos costumes.** 01/01/1872. Lisboa: Typographia Universal. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023

**Bem Público-** Revista Ecclesiastica e Litteraria. Lisboa: Typographia de Maria da Madre de Deus. 13ª série, nº 18, 7/11/1868, p. 143-144. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**Bem Público-** Revista Ecclesiastica e Litteraria. Lisboa: Typographia de Maria da Madre de Deus. 13ª série, nº 40, ano 09/04/1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro,** nº 15, dezembro de 1935. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 27 de dezembro de 2023

**Comércio De Portugal-** órgão do commercio e industria portugueza. Lisboa: Typographia do commercio de Portugal. ano 1, nº 078, 26/09/1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**Jornal da Noite,** ano 1, nº 70, 24/03/1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**Jornal da Noite,** ano 1, nº 230, 27 e 28/09/1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

**Jornal dos Artistas,** ano 1, nº 5, 09/12/1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

### Debates parlamentares

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 18 de abril de 1882, nº 068, p. 1151-1153.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo>. Acesso em 21 de novembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 14/06/1862, nº 093, pag. 1660.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo>. Acesso em 21 de novembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 14/06/1862, nº 093, p. 1660.** <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/093/1862-06-14/1660?q=Massangano&pOffset=10&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ANO 19/02/1879, Nº 036. p.501.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/036/1879-02-19/502?q=Massangano&pOffset=0&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>-Acesso em 22 de dezembro de 2023



Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 05/07/1869, nº48.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/048/1869-07-05/623?q=Massangano&pOffset=10&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 26/05/1871, nº053.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/053/1871-05-26/747?q=Massangano&pOffset=10&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 05/04/1879, Nº 079.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/079/1879-04-25/1370?q=Massangano&pOffset=0&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 18/04/1882, nº068,** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/068/1882-04-18/1152?q=Massangano&pOffset=0&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ANO 06/05/1868, Nº025.** disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/025/1868-05-06/918?q=Antonio%2BVicente%2Bda%2BCruz&pOffset=130&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, ano 09/05/1870. nº 028.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/028/1870-05-09/381?q=Bonga&pOffset=40&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

Assembleia da República. **Debates parlamentares: Câmara dos pares do Reino, ano 14/08/1868, nº 036S1.** Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/036S1/1868-08-03?sft=true&q=livingstone+&pPeriodo=mc&pPublicacao=cp2#p2013>. Acesso em 22 de dezembro de 2023

### Diário Oficial do Governo

Decreto que extingue em Portugal e domínios portugueses todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares. **Legislação Régia,** Lisboa, 1834. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>. Acesso em 25 de novembro de 2024

Decreto publicado no Diário do Governo em 8 de fevereiro de 1858 pelo Ministro e Secretário do Negócios da Marinha e do Ultramar Visconde Sá da Bandeira. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/29/16/p889>. Acesso em 20 de junho de 2023

Legislação Portuguesa (Prazos da Coroa), 1855. Imprensa Nacional. Disponível em <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/29/16/p889>. Acesso em 20 de junho de 2023

Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 03/12/1867, nº 274. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024



Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 17/02/1868, nº 38. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diário de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 21/03/1868, nº 66. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 08/05/1868, nº 104. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 06/11/1868, nº 253. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 23/10/1869, nº 242. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 04/01/1870, nº 2. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 05/10/1870, nº 224. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 02/12/1872, nº 273. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 09/09/1874, nº 201. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 06/02/1875, nº 28. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

Diario de Lisboa- folha oficial do governo portuguez. ano 13/04/1875, nº 81. Disponível em [DIGIGOV \(cepese.pt\)](https://digigov.cepese.pt). Acesso em 17 de janeiro de 2024

### Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, Registo Geral de Mercês, Mercês D. Maria II, liv. 36, **Carta patente de Manuel Nicolau de Pontes Ataíde de Azevedo – Tenente do Batalhão de Infantaria da Província de Moçambique**.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, **Diário de Lisboa – Folha Oficial do Governo Portuguez**, 3 dez. 1867, nº 274, p. 3345.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Governo da Província de Moçambique, cód. 030/2181, Ofício nº 91, 13 ago. 1867. **Livro de registo dos officios expedidos pela Seção Civil de Quelimane às diversas autoridades do distrito**, [Quelimane], 1867-1870.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Governo da Província de Moçambique, cód. 029/1453, Ofício sem número. **Livro de registo dos officios expedidos pela Seção Civil de Quelimane às diversas autoridades do distrito**, [Quelimane], 1853-1855



Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Governo da Província de Moçambique, cód. 064/00498, Iconografia Moçambique e Regiões Panorâmicas, D. 498. **Expedição da Zambézia**, [Moçambique], 16 maio 1869.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Governo de Quelimane, Batalhão de Caçadores da Zambézia, Cod. 1616, ref. 038/16, **Registro da enfermaria do Goengue**, [Goengue], dez. 1869.

VISCONDE DE ALGÉS. **Acerca do modo porque procedeu o tenente coronel João Jozé de Oliveira Queiroz, comandante da primeira expedição militar em Moçambique, numa campanha contra o rebelde Antonio Vicente da Cruz, vulgo, o Bonga.** Portugal, 1871. Disponível em <https://arquivohistorico.ministeriopublico.pt>. Acesso em 28 de maio de 2024



## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALEXANDRE, Valentim. O império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, vol. XXXVIII (169), 2004.
- ALVES, J. S. DE A. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. **Temporalidades**, v. 11, n. 1, p. 32–50, 2019.
- AURET, D. The Mhondoro spirits of supratribal significance in the culture of the Shona. **African Studies**, v. 41, n. 2, p. 173–187, jan. 1982.
- BALTASAR, J. A. DOS S. **Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII)**. Dissertação de Mestrado—Lisboa: Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016.
- BAYART, Jean-François. **The state in Africa: the politics of the belly**. London: Longman, 1996.
- CAPELA, José. **Donas, Senhoras e escravos**. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- \_\_\_\_\_. Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários. **Africana Studia**, n. 3, 2000. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7089>.
- \_\_\_\_\_. **O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- \_\_\_\_\_. Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos. **Revista Tempo**, v. 10, n. 20, p. 72–97, jan. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário de Negreiros em Moçambique (1750-1897)**. E-book Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Delfim José de Oliveira. Diário de viagem da colónia militar de Lisboa a Tete, 1859-1860**. Porto: Húmus, 2014.
- CLAUDIO, F. M. **Domination, Development and Drought: A study of two Chikunda Settlements in Dande, Zambesi Valley, Zimbabwe**. London: Department of Anthropology-The London School of economics and Political Science, 2005.
- CUMBE, M. J. C. Os Khokholo dos Chopi no contexto político dos finais do século XIX no sul de Moçambique. **Africana Studia**, v. 0, n. 27, 12 maio 2020.
- CURTIN, P. D.; LOVEJOY, P. E.; UNIVERSITY OF WISCONSIN--MADISON (EDS.). **Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade: essays in honor of Philip D. Curtin on the occasion of the twenty-fifth anniversary of African Studies at the University of Wisconsin**. Madison: African Studies Program, University of



Wisconsin-Madison : Distributed through agreement by the University of Wisconsin Press, 1986.

CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta (1850-1932). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 18, n.02, 2013, p. 87-104

DALGADO, Sebastião Rodolfo. **Glossário Luso-Asiático**. vol I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

DIAS, J.; ALEXANDRE, V. A Administração Colonial. Em: **O império Africano 1825-1890**. Nova História da Expansão Portuguesa. 1º ed. Lisboa: Editora Estampa, 1998. v. Xp. 884.

DOKKUM, André Van. **Nationalism and territoriality in Barue and Mozambique: independence, belonging, contradiction**. Leiden Boston: Brill, 2020.

DOKKUM, André Van. **Makombe ao longo dos séculos –Contribuições para a história política do Bárue**. 2ª ed. Leiden Boston: Brill, 2024

FARRER, G. **Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates: significados de Liberdade e Escravidão no Sudeste Africano, Séculos XVII e XVIII**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais- FAFICH- Departamento de História, 2020.

FLORÊNCIO, Fernando. **Ao encontro dos mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique**. Lisboa: ICS, Impr. de Ciências Sociais, 2005.

FORTES, Meyer. "The Structure of Unilineal Descent Groups." **American Anthropologist**, JSTOR, vol. 55, n.1, 1953, pp. 27-28. <http://www.jstor.org/stable/664462>.

GINZBURG, Carlos. Provas e possibilidade à margem de "O retorno de Martin Guerre", de Natalie Zemon Davis in \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

HAVIK, P. J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau nos séculos XVII e XIX. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, 2002, p. 79-80

HOBSON, Dick. "A Hunting Trip to Mozambique in 1868". **The Geographical Journal**, JSTOR. vol 149, nº 2, 1983.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção Das Tradições**. 6ª ed.. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, pp. 9-24

HOHLFELDT, Antonio. **Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação**. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação. Natal, 2008

ILIFFE, John. **The African Poor: A History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

ISAACMAN, Allen F.. The Origin, Formation and Early History of the Chikunda of South Central Africa. **The Journal of African History**, v. 13, n. 3, p. 443–461, 1972.



\_\_\_\_\_. **The Africanization of a European Institution- The zambesi Prazos. 1750-1902.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions—a chapter in Barue religious and political history. **The Journal of African History**, v. 14, n. 3, p. 395–409, jul. 1973.

\_\_\_\_\_. Os países da bacia do Zambeze. Em: **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880.** 1ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

ISAACMAN, Allen ; ISAACMAN, Barbara. **Tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921.** Porto: Editora Afrontamento, 1979.

\_\_\_\_\_. Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultura in **Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique.** Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, nº 10, outubro de 1991.

\_\_\_\_\_. **Slavery and Beyond: The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-central Africa, 1750-1920.** Portsmouth: Heinemann, 2004.

ISAACMAN, Allen e PETERSON, Derek. “Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900”. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 36, n. 2 (2003). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3559384>

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914 in Boahen, Albert Adu (org.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial (1880-1935).** 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010

KIMAMBO, Isaria N. O litoral e o interior da África Oriental de 1845 a 1880 in **História Geral da África: África do século XIX à década de 1880**, vol VI, editado por J. F. Ade Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Choriro.** Maputo: Alcance, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. Burke, Peter (org.) **A escrita da História: Novas Perspectivas.** 7ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 1992

LIESEGANG, G. Nguni Migrations between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839. **African Historical Studies**, v. 3, n. 2, p. 317, 1970.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na Africa: uma história de suas transformações.** Trad. Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

LOBATO, Alexandre. **Colonização Senhorial da Zambézia e Outros Estudos.** Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

LOBATO, Alexandre. **Evolução administrativa e económica de Moçambique (1752-1763).** Lisboa: Publicações Alfa, 1989

MARTINEZ, Esmeralda Simões. **UMA JUSTIÇA ESPECIAL PARA OS INDÍGENAS APLICAÇÃO DA JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE (1894-1930).** Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012



MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. **O Brasil e as colônias portuguesas. Bibliotheca das Sciencias Sociaes**, vol. 4. Lisboa: Livraria Bertrand, 1881

MATTOS, Regiane Augusto de. **As dimensões de resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Entre “aringas” e “quilombos”: experiências e comunidades de trabalhadores no norte de Moçambique no século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 16, p. 1–23, 26 ago. 2024.

M’ BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações- Do século XIX aos nossos dias**. Salvador: Edufba, 2011

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da Escravidão: O ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995

MOTA, Thiago Henrique. **A outra cor de Mafamede. Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2014.

MUNDEGE, Stanislaus Isack. **The Rozvi Empire and the Feira of Zumbo**. Tese (Doutorado em Filosofia). SOAS Universidade de Londres, Londres, 1972

NEPOMUCENO, Iamara de A.. **Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, 2019.

NEWITT, Malyn. D. D. **Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure, and colonial rule in East Africa**. New York: Africana Pub. Co, 1973.

\_\_\_\_\_. **Moçambique** in ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (org). Nova História da Expansão portuguesa: O império africano (1825-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, LDA., 2012.

NEWITT, M. D. D.; GARLAKE, P. S. The “Aringa” at Massangano. **The Journal of African History**, v. 8, n. 1, p. 133–156, 1967.

PAPAGNO, Giuseppe. **Colonialismo e Feudalismo – A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX**. Lisboa: A regra do Jogo, 1980, p. 25.

PAULA, Maria da Glória Carriço de Santana. **Cafres e Cafraria: a construção de categorias classificatórias dos africanos na documentação portuguesa (séculos XVI e XVII)**. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2022.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique, formação e oposição (1854-1918)**. Lisboa: Estampa, 1994.



\_\_\_\_\_. **As Campanhas Colônias de Portugal (1844-1941)**. Lisboa: Estampa, 2006.

REGO, A. DA S. Moçambique 1850-1885. Em: **O Ultramar português no século XIX**. 2ª ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.

RITA-FERREIRA, Antonio. **Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)- Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

RITA-FERREIRA, António. **ETNO-HISTÓRIA E CULTURA TRADICIONAL DO GRUPO ANGUNE (Nguni)**. Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigação Científicas de Moçambique, 1974.

RODRIGUES, Maria Eugenia. Cipaios da Índia ou Soldados da Terra? Dilemas da Naturalização do Exército Português em Moçambique no Século XVIII. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 57-95, 2006.

\_\_\_\_\_. **Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013.

ROSA, Frederico Delgado; VERDE, Felipe. **Reis Brancos: David Livingstone e a viagem impossível de Silva Porto in Exploradores portugueses e reis africanos: viagens ao coração de África no século XIX**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

SANTANA, T. TRADUÇÃO, INTERAÇÕES E COSMOLOGIAS AFRICANAS. **Cadernos de Tradução**, v. 39, p. 65–77, 9 mar. 2020.

SANTOS, C. M. Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. **Revista de História**, nº155. São Paulo, 2006

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **“Lança presa ao chão”: guerreiros, rede de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.

SOARES, Felipe. **A polifonia conceitual: a resistência na História Geral da África (UNESCO)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

TANAKA, M. V. **O discurso sobre as donas de prazos do Vale do Zambeze em época de transformação colonial (séc. XIX e início do XX)**. Dissertação de mestrado—Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

TROULLIOT, Michel-Rolph. Moderno de outro modo. **Tabula rasa**, Bogotá, n. 14, p. 79-97, 2011

WAGNER, Ana Paula. “Vivendo cafrealmente pelos sertões”: imagens de africanos da documentação administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH São Paulo**, julho de 2011. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em 29 de dezembro de 2023



ZAMPARONI, Valdemir. **Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques. c. 1890 - c. 1940.** Tese. Universidade de São Paulo, 1998.